
Indicadores de Bancarização

GCEF MERCOSUL 2011



O presente documento estará on line acessando: www.gmm-MERCOSUL.org ou www.gmm-mercosul.org

Escritório	E-mail de Contato
Argentina	
Banco Central da República de Argentina Gestão de Estatísticas Monetárias	estadis.monyfn@bcra.gov.ar
Brasil	
Banco Central do Brasil Divisão Monetária e Bancária (Dimob). Departamento Econômico (Depec)	dimob.depec@bcb.gov.br
Paraguai	
Banco Central do Paraguai Departamento de Estatísticas Monetárias e Financeira. Gerencia do Estudos Econômicos	informaciones@bcp.gov.py
Uruguai	
Banco Central do Uruguai Departamento de Análise monetária. Departamento de Estudos e Regulamento.....	dam@bcu.gub.uy

O conteúdo deste documento é de exclusiva responsabilidade dos autores e em caso nenhum, expressa pontos de vista da União Europeia.



Este documento foi elaborado no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica e Financeira da União Europeia e o MERCOSUL, “Apoio ao Monitoramento Macroeconômico” (AMM).

O Projeto AMM possui como principais objetivos desenvolver, harmonizar, validar e divulgar estatísticas fiscais, monetárias e de balanços de pagamentos do bloco, bem como aprofundar os espaços de reflexão e diálogo macroeconômico entre os Países Membros.

A consecução dos objetivos do Projeto logrou-se através do fortalecimento das atividades que estão desenvolvendo os Ministérios de Economia (Fazenda e/ou Finanças) e Bancos Centrais dos países do bloco no âmbito de trabalho do Grupo de Monitoramento Macroeconômico (GMM).

AUTORIDADES

Diretor Regional: Octavio Groppa

Coordenador Técnico: Fernando Curi

Responsável Componente Monetário: Ericsom Semerene Costa

Coordenador Principal do Estudo: José Aníbal Insfrán Pelozo

Especialistas por país:

Fernando Baer (Sênior) e Horacio Pozzo (Assistente) (Argentina)

Clecio Jose Bortini Dias (Sênior) e Carlos Baigorri (Assistente) (Brasil)

Jorge Denis (Sênior) e Marcela Achinelli (Assistente) (Paraguai)

Juan Marcelo Perera (Sênior) e Guillermo Carlomagno (Assistente) (Uruguai)



ÍNDICE

Tabela de Conteúdo

1. Siglas.....	6
2. Introdução.....	7
Seção 1: Aspectos conceituais da Bancarização.....	9
Revisão Bibliográfica.....	9
Papel do Sistema Financeiro na Economia	9
Finanças, Crescimento Econômico e Redução da Pobreza.....	9
Conceito da Bancarização.....	13
Por que a Bancarização é Importante?.....	13
Medição da Bancarização.....	13
Indicadores Globais ou Aspectos Macroeconômicos.....	13
Aspectos de Cobertura Geográfica.....	13
Aspectos de Acesso e Utilização.....	13
Processo de Bancarização.....	16
Limitação da Bancarização.....	17
Bancarização em Cifras. Melhores Práticas Internacionais.....	18
O Caso da Espanha.....	21
Bancarização no Chile.....	24
Seção 2: A Bancarização no MERCOSUL.....	27
Indicadores Agregados.....	28
Cobertura Geográfica.....	30
Aspectos de Acesso e Utilização de Serviços Financeiros no MERCOSUL.....	33
Situação Econômica Regional.....	35
Análise Individual de cada País.....	39
Argentina.....	39
Brasil.....	46
Paraguai.....	54
Uruguai.....	59
Seção 3: Indicadores de Bancarização Existentes.....	64
Indicadores de Bancarização do MERCOSUL.....	64
Variáveis homogêneas e comparáveis.....	65



Seção 4: Indicador Único de Bancarização-MERCOSUL.....	77
Proposta Metodológica para um Indicador Único de Bancarização.....	77
Medida Única de Bancarização.....	77
Conjunto de Indicadores Consistentes na Definição Estabelecida.....	77
Indicador de Bancarização Composto.....	77
Vantagens e Desvantagens de um Indicador Único de Bancarização.....	78
Métodos Alternativos para o Cálculo de um Indicador Único de Bancarização.....	80
Componente Principal.....	80
A Metodologia “Doing Business Adaptada” ao Indicador de Bancarização.....	80
O Processo de Construção do Indicador Único de Bancarização-MERCOSUL.....	81
O Indicador de Bancarização-MERCOSUL.....	82
Dimensão Adicional: Restrições à Obtenção do Crédito.....	83
Determinações sobre os Conceitos de Utilização e Acesso.....	83
Seleção de Variável no Indicador de Bancarização-MERCOSUL.....	84
Ponderação das Variáveis do Indicador.....	86
Construção de um Benchmark para o Indicador de Bancarização.....	86
Construção do Índice de Bancarização-MERCOSUL.....	89
Utilização do índice de Bancarização-MERCOSUL.....	91
Outras Perspectivas de Análise que Poderiam ser Implementadas.....	92
Inconvenientes ou Limitações do Indicador de Bancarização-MERCOSUL.....	93
Reflexões sobre o Indicador de Bancarização.....	94
Seção 5: E-Banking, Internet e Mobile Banking.....	95
Introdução.....	95
Algumas Definições Prévias.....	97
E-Banking.....	97
E-Money.....	97
E-Payments.....	97
Internet Banking.....	97
M-Banking.....	97
M-Payments.....	97
Informação Geral.....	97
Informação On-line.....	97
Caixa Postal.....	97
Serviço On-line.....	97
Operador On-line.....	97
Modelos de Banca.....	98



Banca sem Filiais.....	98
Modelo de Fornecimento de Serviços Financeiros.....	98
Modelo de Banco Puro.....	99
Modelo de Banco Unicamente pela Internet.....	99
Modelo de Operador Móvel.....	99
Modelo Híbrido.....	99
E-Banking e Fornecimento de Serviços Financeiros Híbridos	100
Perspectiva Mundial.....	102
Experiência de Sucesso na Expansão dos Serviços Financeiros.....	105
Sistema de Regulação no Método Banca sem Filiais.....	107
Perspectiva Regional.....	108
A Bancarização e a Tecnologia Móvel na América Latina.....	109
Diagnóstico de Fornecimento do Sistema Financeiro Através da Internet e Telefonia Móvel.....	114
Análise por País.....	117
Argentina.....	118
A Oferta de Canais Não Operacionais Tradicionais.....	120
A Indústria de Telefonia Móvel na Argentina.....	120
Perspectivas e Potencial dos Serviços na Argentina.....	121
Brasil.....	122
A Oferta de Canais Operativos.....	123
Perspectivas e Potencial dos Serviços no Brasil.....	124
Paraguai.....	125
Oferta de E-Banking.....	125
E-Banking via ATM.....	125
E-Banking via POS.....	126
Oferta Internet E-Banking.....	127
Oferta Mobile Banking.....	128
Análise da demanda.....	129
Demanda de E-Banking.....	129
InternetBanking.....	130
MobileBanking.....	130
Perspectiva Futura.....	130
Perspectiva da Oferta.....	130
Perspectiva da Demanda.....	131
Uruguai.....	132
A Oferta em Canais Operativos.....	132
Perspectivas e Potencial dos Serviços no Uruguai.....	134



Estatísticas que Podem ser Úteis.....	134
O que Fazer para Fornecer Serviços Financeiros para os Não Bancarizados hoje?.....	134
Reflexões de E-Banking, Internet Banking e Mobile Banking.....	136
Conclusões.....	138

Referências	139
--------------------------	-----

Anexos	143
---------------------	-----

Anexo 1: Limitações Existentes para a Continuidade do Cálculo dos Indicadores de Bancarização.....	143
Identificação das limitações existentes para a construção das séries de tempo dos indicadores da bancarização e as recomendações para superá-las.....	143
Análise da existência de suficientes recursos orçamentários nas diferentes entidades encarregadas de continuar, no futuro, a geração das séries de tempo dos Indicadores de Bancarização.....	144
Estudo do grau de poder da metodologia sugerida, de modo a assegurar a continuidade da geração das séries de tempo obtidas com o estudo em cada um dos países.....	144
Anexo 2: Requisitos de informação para o cálculo do Indicador de Bancarização-MERCOSUL proposto para cada um dos países e para o bloco regional.....	146
Variáveis: Indicadores Agregados.....	146
Disponibilidade e Cobertura Geográfica.....	146
Utilização e Acesso.....	146
Getting Credit.....	146
Fonte relevante da informação requerida para construir o Indicador de Bancarização-MERCOSUL, em cada um dos países.....	148
Indicadores Agregados.....	148
Disponibilidade e Cobertura Geográfica.....	148
Utilização e Acesso.....	148
Getting Credit.....	148
Anexo 3: Procedimento para a Coleta da Informação Requerida.....	149
Anexo 4: Desenho de Tabelas para Divulgação ao Público dos Indicadores Propostos para cada um dos Países	150



Anexo 5:	Metadados.....	151
Anexo 6:	Proposta de Módulo de Perguntas de Utilização e Acesso Financeiro para Pesquisa de Lares	156
Anexo 7:	Indicador de Bancarização-MERCOSUL Estendido.....	158
Anexo 8:	Indicador de Bancarização-MERCOSUL com um Benchmark DOS G-20.....	161
Anexo 9:	Construção de um Índice de Bancarização-MERCOSUL através do Método de Componentes Principais.....	166
Anexo 10:	Indicador de Bancarização-MERCOSUL Ponderando o PIB de cada País.....	169
Anexo 11:	Indicador de Bancarização-MERCOSUL com Exclusão do Bolsa Família no Brasil.....	171
Anexo 12:	Planilhas Eletrônicas Entregues.....	174



Siglas

AU.....Acesso e Utilização

BM.....Banco Mundial

CGAP.....Grupo Consultor de Assistência aos Pobres

CG.....Disponibilidade e Cobertura Geográfica

IB.....Indicador de Bancarização

MA.....Indicadores Agregados

PCA.....Análise do Componente Principal

RL.....Restrições Legais

Introdução

O presente estudo tem por objetivo colocar à disposição dos governos do MERCOSUL um grupo de Indicadores de Bancarização, dentre os quais se destaca um Indicador Único Composto aplicado à região. Espera-se que os indicadores sejam calculados e utilizados de maneira conjunta pelos países da região. Para isso, assume-se que a bancarização constitui um elemento desejável no processo de desenvolvimento, pois favorece o crescimento, a redução da pobreza e, de modo geral, a melhoria das condições de vida.

Durante os últimos anos, tanto os tomadores de decisões quanto os grupos de interesse (stakeholders), os acadêmicos e o público em geral têm manifestado um crescente reconhecimento da importância da bancarização como elemento coadjuvante ao crescimento econômico e ao desenvolvimento.

O presente estudo fornece uma metodologia para a medição da profundidade, a dispersão geográfica, a disponibilidade e a utilização de serviços financeiros por parte da população e das empresas. Para isso, constrói um Indicador Único de Bancarização aplicado aos dados dos países do MERCOSUL.

O documento divide-se em cinco seções que abordam a bancarização em toda sua extensão. A primeira parte analisa os aspectos conceituais da bancarização; a segunda examina a bancarização no MERCOSUL. A terceira seção faz uma revisão crítica dos indicadores de bancarização existentes, enquanto a quarta seção constrói um Indicador Único de Bancarização-MERCOSUL que é aplicado aos dados da região. Finalmente, na última seção, é feita uma revisão geral do desenvolvimento internacional e regional de e-banking, Internet Banking e Mobile Banking.

De maneira mais específica, a primeira seção apresenta as principais definições e os elementos conceituais da bancarização, resumindo a literatura relevante, tanto regional quanto internacional. Da mesma forma, é estabelecida a importância da bancarização como fator-chave para o crescimento econômico e a redução das desigualdades e a pobreza.

Posteriormente, na segunda seção, são resumidas as principais medidas internacionais de bancarização, indicando as melhores práticas aplicáveis à região do MERCOSUL. Os casos da Espanha e do Chile são escolhidos como exemplos por, num curto prazo de tempo, terem demonstrado avanços significativos na matéria.

A terceira seção apresenta os principais indicadores de bancarização no MERCOSUL, do ponto de vista dos indicadores agregados, passando por disponibilidade, cobertura geográfica até o acesso e utilização dos serviços financeiros. Isto é feito, primeiramente, de maneira agregada para a região e, logo em seguida, por país. Da mesma forma, é fornecida uma valoração do processo de bancarização em cada um dos países do bloco regional, indicando suas particularidades e ressaltando aspectos positivos e pontos a superar. A necessidade de impulsionar um processo de análise financeira do MERCOSUL é uma das principais conclusões destas primeiras seções.

Na quarta seção do documento é indicada a importância de desenhar mecanismos úteis para avaliar o nível de bancarização nos países. Inicia-se de um resumo das principais variáveis existentes na região para, a partir delas, propor um Indicador Único de Bancarização como elemento que sintetiza e facilita a compreensão da informação existente na matéria. As dimensões incorporadas no mencionado indicador são as mesmas da análise teórica da primeira seção, ou seja: indicadores



agregados, disponibilidade, cobertura geográfica, acesso e utilização dos serviços financeiros.

Gera-se um indicador simples, rigoroso e completo, que permite sintetizar, em um só número, o comportamento da bancarização na região. Também é facilitada a análise da trajetória temporária da bancarização em cada um dos países, de acordo com as dimensões analisadas. Também é possível comparar o comportamento regional ou individual de cada um dos países com

os diferentes “benchmarks”¹ que podem ser facilmente definidos.

Na última parte é feito um rápido resumo da situação da bancarização eletrônica, via internet e através da telefonia móvel. Conclui-se que essas tecnologias têm grande potencial quanto ao objetivo de inclusão financeira e que na região ainda possuem escasso desenvolvimento.

Finalmente, apresentam-se as conclusões que resultam do presente estudo.

1 Os benchmarks podem ser países individuais, grupos de países ou valores específicos das diferentes variáveis.

Seção 1: Aspectos Conceituais da Bancarização

Atuação do Sistema Financeiro na Economia

O sistema financeiro cumpre um papel fundamental na economia, sendo o responsável pelo fornecimento e administração do sistema de pagamentos, como também do processo de designação de recursos, ao conduzir as poupanças até os agentes que investem nos fundos. O sistema financeiro designa fundos para investimento entre as companhias, atua com o fim de evitar violentas oscilações no consumo através do tempo² e de melhorar o controle dos riscos.

A literatura econômica tem documentado de maneira extensa a importância das finanças para o crescimento econômico e, ultimamente, para a redução da pobreza e da desigualdade no ingresso. Nesse sentido, a bancarização é uma maneira de medir a importância do sistema financeiro em uma determinada economia. Um dos motivos da ênfase na importância desse conceito é sua alta correlação positiva com o crescimento econômico e o bem-estar. De fato, numerosos estudos de vários países indicam uma correlação positiva de longo prazo entre a profundidade dos serviços financeiros e o desenvolvimento econômico.

Esta situação, já advertida por Schumpeter (1911), no entanto, foi ignorada por muito tempo, e as finanças têm sido consideradas mais como resultado do crescimento e de fatores reais. Por exemplo, os ensaios escritos pelos “pioneiros do desenvolvimento econômico” não descrevem o sistema financeiro com um papel importante no desenvolvimento econômico (Meier e Seers, 1984). Stern (1989), num estudo de economia do desenvolvimento, não menciona o papel do sistema financeiro no crescimento econômico, motivo pelo qual podemos concluir que para esses economistas o sistema financei-

ro teria um papel menor, irrelevante no processo de desenvolvimento econômico.

Existe outro grupo de autores que tem uma visão extrema sobre as finanças, mas, ainda assim, não lhes concede um papel central. Robinson (1952) argumenta que o sistema financeiro não gera crescimento econômico, senão que responde ao desenvolvimento do setor real. Adicionalmente, Lucas (1988) indica que, com frequência, os economistas exageram no papel do sistema financeiro no desenvolvimento econômico.

Seguindo com o processo de evolução para uma melhor compreensão da importância do sistema financeiro para o desenvolvimento, além de não considerar explicitamente o bom funcionamento dos sistemas financeiros como um fator explicativo do crescimento econômico, Barro e Sala-i-Martin (1995) consideram que, nas regressões empíricas, a variável explicativa “situação do sistema financeiro” possui um coeficiente significativo. No entanto, eles a observam mais como consequência do crescimento do que como um fator de causalidade: “[...] o desenvolvimento destes mercados é endógeno, no sentido de que constituem uma parte regular do crescimento econômico”.

Com relação à visão positiva sobre o papel dos sistemas financeiros, Schumpeter (1911) argumenta que os serviços fornecidos pelas instituições financeiras são essenciais para a inovação tecnológica e o desenvolvimento econômico, e que a revolução industrial foi produzida somente depois que foi gerada a revolução financeira. Igualmente, Goldsmith (1969), McKinnon (1973) e Shaw (1973) forneceram uma descrição conceitual e exemplos empíricos de como e quando os sistemas financeiros afetam o crescimento econômico.

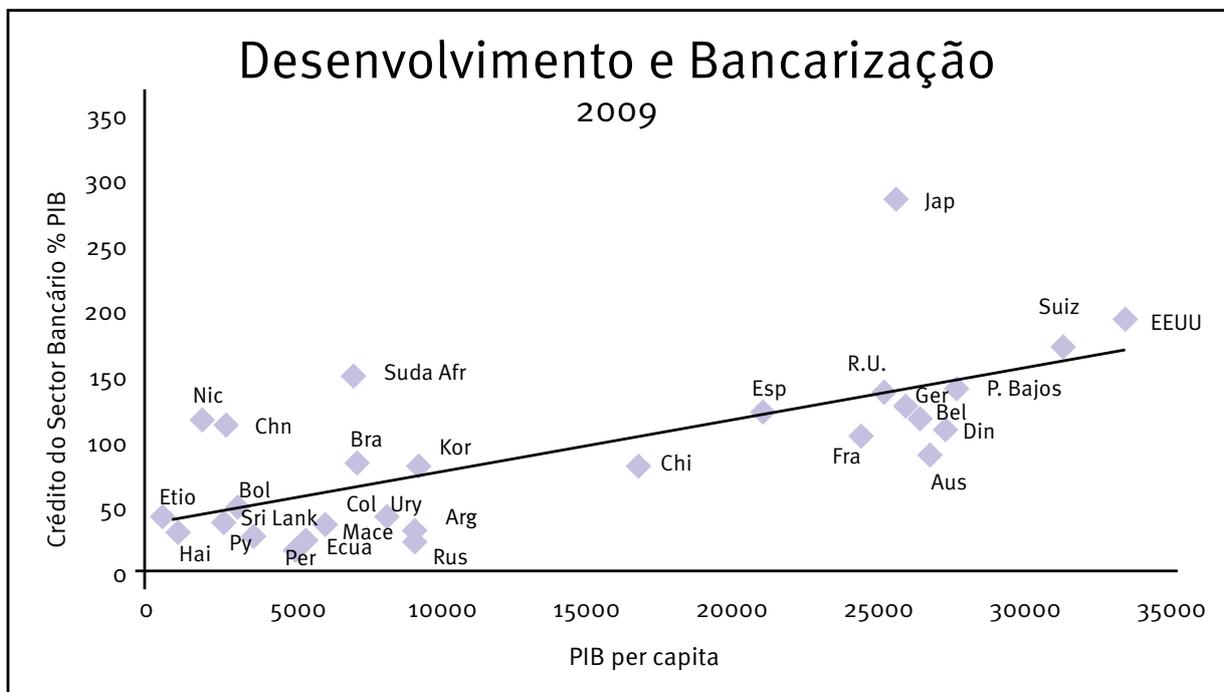
Outros trabalhos importantes, como os de King e Levine (1993a, b) e DeGregorio e Giudotti (1995),

² Estas são as diferentes funções que o sistema financeiro cumpre em uma economia, o que pode acontecer em diferentes graus, de acordo com o desenvolvimento dos sistemas financeiros e das condições existentes nas economias. O desenvolvimento de instituições adequadas tem importância especial para que cumpram cada uma destas funções.

mostram que as medidas de desenvolvimento bancário encontram-se altamente correlacionadas com o desenvolvimento econômico num amplo estudo de países, com uma base de dados de corte transversal. Levine (1997) categoricamente afirma: “Uma linha crescente de estudos pressionará ainda mais aos céticos a crer que o desenvolvimento dos mercados financeiros e suas instituições é fundamental para um crescimento econômico sustentável”. Da mesma forma, Rajan e Zingales (1998), Levine et al. (2000a, b, c) e Levine (2005) fornecem mais evidência para este ponto de vista.

O gráfico 1 contém a correlação entre sistemas financeiros (medindo bancarização como porcentagem de Crédito Doméstico sobre o Produto Interno Bruto) e o grau de desenvolvimento econômico (medido como o nível do PIB per capita). Aqui é possível observar a correlação positiva entre as variáveis, ou seja, países com maior PIB per capita também têm um sistema financeiro que fornece mais crédito. Aqui não falamos de causalidade, senão de uma correlação positiva forte entre as variáveis.

Gráfico 1



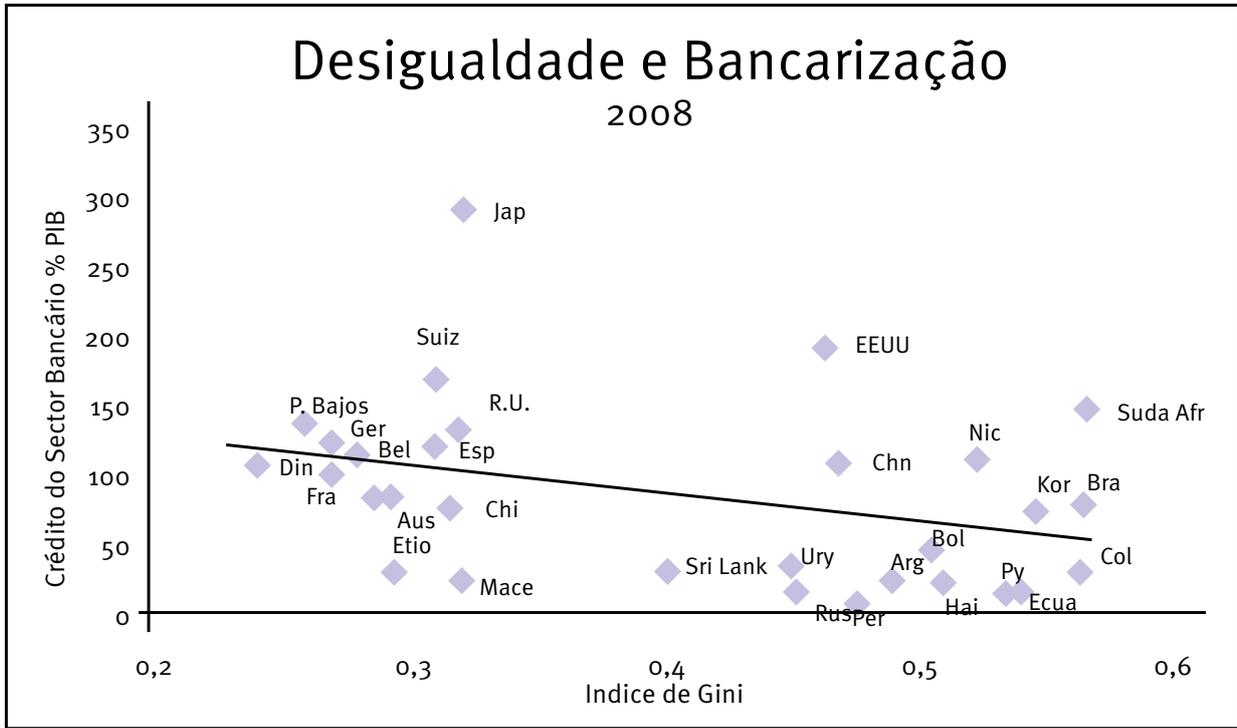
Fonte: IFS – Fundo Monetário Internacional (FMI)

Com os modelos de crescimento endógeno, foi possível estabelecer uma relação de causalidade e relacionar a intermediação financeira com o crescimento econômico através de: 1) melhoramento da eficiência e diminuição dos custos de intermediação; 2) aumento da produtividade marginal do capital, através da captação de informação e do fornecimento de diversificação (Pagano, 1993; Insfrán, 2008).

Em resumo, podemos afirmar que existe ampla evidência na literatura citada da existência de uma forte correlação entre crescimento econômico e desenvolvimento financeiro. Igualmente, alguns autores falam de causalidade, especialmente através da geração de modelos de crescimento endógeno.

O gráfico 2³ apresenta a relação entre desigualdade, medida através do Coeficiente de Gini, e o grau de bancarização, medido através dos depósitos como proporção do PIB. Pode-se observar que os níveis de bancarização estão correlacionados de maneira positiva com os níveis de igualdade ou

Gráfico 2



Fonte: Elaboração própria, com dados do IFS do FMI e do World Income Inequality Database do Banco Mundial

Em referência à relação entre pobreza e desenvolvimento financeiro, apesar de, por um lado, existir certa literatura que aponta uma correlação negativa, tudo indica que esta relação não é direta, especialmente quando analisado o acesso ao crédito. Razão disso é que os pobres não costumam ter pleno acesso aos bancos e outras instituições formais, pelo que a expansão agregada do crédito nem sempre indica vantagens para os grupos mais pobres. Por outro lado, um

corpo de literatura teórica relativamente recente dá ênfase na relação entre o desenvolvimento econômico e a desigualdade através da ação dos mercados do crédito. Indica que ao encontrar a forma de expandir o acesso ao crédito para os pobres pode-se obter o aumento na elasticidade entre o crescimento econômico e a redução da pobreza, e que isso também atua como uma forma de redistribuição de renda (Banerjee e Newman, 1993; Aghion e Bolton, 1997).

3 Foram utilizados dados de 2008 para a medida da bancarização e para o coeficiente de Gini, o último dado disponível no World Income Inequality Database do Banco Mundial (que não se refere a 2008 em todos os casos). Porém, isso não é um problema, porque as mudanças na distribuição de receitas geralmente não são muito bruscas.

Um tema central nesta literatura cogita se as mudanças no desenho das instituições podem eliminar os problemas de acesso ao crédito formal, somente para as elites, e evitar as influências políticas. Para isso foi analisado, de um lado, o funcionamento dos canais de crédito informal que têm preenchido de alguma maneira o gap deixado pelos bancos e pelo Estado no fornecimento de crédito aos pobres (Besley, 1995). Todavia, tem se estudado o impacto das mudanças institucionais na maneira como as instituições formais fornecem crédito. Por exemplo, os casos da Banca Social Masiva na Índia e do microcrédito através do Grameen Bank em Bangladesh indicam a importância do crédito como fator para reduzir a pobreza. Estas experiências encontram-se documentadas nos estudos de Burgess e Pande (2002), Pitt e Khandker (1998) e Morduch (1998).

Em síntese, de acordo com o estado atual das pesquisas econômicas, existe um grupo importante de autores que sustentam que sistemas e instituições financeiras desenvolvidas podem influir para gerar crescimento, reduzir a pobreza, e as desigualdades no mundo. Igualmente, de maneira indireta, é possível afirmar que existe uma correlação negativa significativa entre desenvolvimento financeiro e pobreza, dada a correlação negativa entre a pobreza e o nível do PIB per capita (Besley e Burgess, 2003). No entanto, esta continua sendo uma pergunta aberta e a causalidade ainda não foi estabelecida de maneira clara.

O documento titulado "A Importância do Desenvolvimento do Setor Financeiro para o Crescimento e a Redução da Pobreza" (2004), escrito pelo "Department for International Development" do governo britânico, sintetiza de boa maneira a importância do desenvolvimento financeiro e indica que sem isso o desenvolvimento poderia atrasar-se mesmo diante de condições favoráveis.

Esta importância pode ser resumida nos seguintes pontos:

a) Através da mobilização da poupança para investimentos produtivos e da atração de fluxos de capitais e remessas do exterior, o sistema financeiro tem um papel fundamental ao estimular o investimento em capital físico e humano, e, portanto, no aumento da produtividade.

b) Através da redução dos custos de transação, facilitando o investimento e fornecendo o capital necessário para investir em melhores tecnologias, aumentando assim a produtividade e melhorando o uso dos recursos.

c) Permitindo aos pobres a utilização de sua poupança ou a obtenção de empréstimos para investir em ativos para aumentar seus ingressos (incluindo investimentos em capital humano, saúde ou educação) e iniciar empresas. Igualmente, o maior acesso aos serviços financeiros gera emprego, aumenta os ingressos e reduz a pobreza.

d) Permitindo aos pobres poupar em um local seguro, obter uma conta bancária e possuir seguros. Este último item permite ter um contrapeso contra choques negativos, reduzindo sua vulnerabilidade e limitando a necessidade de outro tipo de estratégias para enfrentar situações extremas, tais como venda de ativos, que podem danificar as perspectivas de obtenção de ingressos no longo prazo.

Em síntese, os sistemas financeiros são fundamentais para o crescimento e a redução da pobreza e auxiliam a economia ao agruparem capitais e selecionarem projetos, ao transferirem os recursos aos investimentos mais produtivos, ao fazerem cumprir os contratos, reduzindo custos de transação, e ao transformarem e transferirem os riscos financeiros.⁴ Desta maneira, os mercados financeiros operam em transferências espaciais e intertemporais de ativos e do gerenciamento da informação e riscos.⁵

4 Porém, também devem ser regulados adequadamente para a obtenção de benefícios, porque também podem gerar inconvenientes importantes a todo o sistema econômico devido às crises financeiras.

5 Um ponto especial com respeito aos mercados financeiros é que os mesmos são diferentes dos mercados de bens. O fato que os deixa especiais é porque o produto é sempre entregue no futuro, e como o futuro é sempre incerto, o risco sempre existe.

Conceito de Bancarização

Entendemos por bancarização o nível de disponibilidade, acesso e utilização da população de um país ou região econômica, aos serviços oferecidos pelos bancos e/ou outras entidades que formam parte do sistema financeiro. Em sentido amplo, o conceito refere-se a todos os serviços do sistema financeiro em seu conjunto,⁶ e, em sentido mais estrito, refere-se aos serviços oferecidos pelos bancos e entidades financeiras.

A bancarização é uma concepção importante, dado que é a medida da profundidade ou penetração do sistema financeiro numa economia determinada. No entanto, sua medição adequada nem sempre é fácil, já que há ocasiões em que não existem estatísticas apropriadas para sua medição ou uma uniformidade a respeito do indicador considerado.

Tal como especificado anteriormente, se considerarmos que os sistemas financeiros desenvolvidos são desejáveis para os países, um alto nível de bancarização também será interessante. Nesse sentido, a bancarização pode constituir-se um fator que facilite o processo de crescimento, de redução da pobreza e das desigualdades.

No entanto, existem restrições nos países que dificultam um maior aprofundamento financeiro e bancário, e, em consequência, impede a “socialização” ampla dos serviços financeiros. Estas restrições, em muitos casos, referem-se a barreiras culturais, tecnológicas e de custos de transação que devem ser analisados caso a caso. Isto ocorre

porque, em muitos casos, os serviços financeiros encontram-se disponíveis, mas não são utilizados pela população. Portanto, as medidas para incrementar a bancarização não devem ser focadas somente na disponibilidade dos serviços, mas também na sua efetiva utilização por aqueles grupos de população que não acessam ou não fazem uso dos mesmos.

Por que a Bancarização é Importante?

A bancarização é importante já que constitui uma medida do grau de desenvolvimento do sistema financeiro de um país, da disponibilidade de serviços financeiros para a população e as empresas, e do nível de acesso e utilização dos serviços financeiros por parte dos agentes econômicos. Isto parte da aceitação de que os sistemas financeiros são importantes para o crescimento e desenvolvimento dos países, tal como foi demonstrado na revisão bibliográfica.

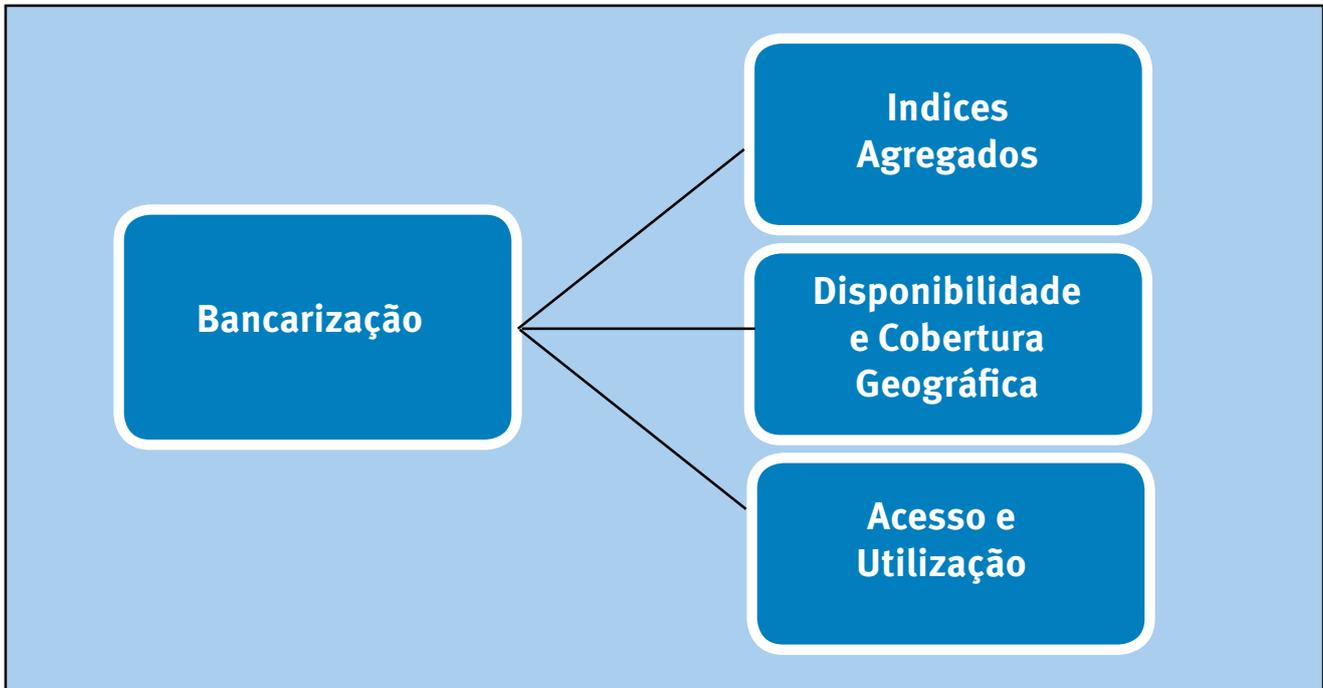
Medição da Bancarização

Existem múltiplas formas de medir a bancarização, seja através de indicadores detalhados de número de contas bancárias ou de usuários de contas bancárias, seja pelo número de sucursais bancárias ou número de pessoas com cartão de crédito ou débito, ou por meio de variáveis macroeconômicas agregadas que reflitam o desempenho dos principais ativos e passivos do sistema financeiro.

Para facilitar sua análise, examinaremos, no presente estudo, a bancarização a partir das seguintes categorias analíticas.

⁶ Que podem ser sintetizados em serviços de poupanças, financiamento, meios de pagamento e provisão de ferramentas para a condução de riscos, como ser derivados e seguros.

Gráfico 3
Categorias Analíticas do Conceito de Bancarização



Fonte: Elaborado pelo autor do presente estudo.

Estas categorias analíticas permitem uma visão mais completa da situação de bancarização de uma economia, já que alguns países podem ter medidas muito baixas para alguns indicadores, e mais altas para outros. Isto pode nos indicar as áreas do sistema financeiro que devem ser aperfeiçoadas.

Os Indicadores Agregados ou Aspectos Macroeconômicos da Bancarização⁷ referem-se à análise que parte do ponto de vista da economia em seu conjunto e usa dados macroeconômicos. Utilizam-se, por exemplo, dados como depósitos ou empréstimos agregados, que são comparados com o PIB. Através de indicadores que utilizam essa dimensão se mede a profundidade do sistema financeiro na economia

Os Aspectos da Disponibilidade e Cobertura Geográfica⁸ referem-se à existência ou disponibilidade da oferta de serviços financeiros nas diferentes zonas geográficas do país ou área considerada. Com isso, é adquirida informação sobre o grau de semelhança territorial existente, a respeito do fornecimento dos serviços financeiros. Isto é importante porque geralmente existem diferenças importantes entre as comunidades sobre o número de sucursais bancárias, caixas eletrônicos etc.⁹

Os Aspectos de Acesso e Utilização dos Serviços referem-se aos agentes econômicos que podem acessar e aqueles que os utilizam efetivamente. Aqui, são consideradas variáveis tais como contas bancárias, cartões de crédito ou débitos, serviços

7 Estas variáveis de certa maneira podem ser vistas como medidas de utilização do sistema financeiro, porém, como as analisamos com relação ao PIB e com respeito ao país em seu conjunto, preferimos considerá-las como uma medida de profundidade do sistema financeiro em um país determinado.

8 O aspecto de cobertura geográfica pode ser visto como duas dimensões de análise. Uma é a oferta de serviços bancários para o total do país, e a outra é a análise por diferentes zonas geográficas.

9 Geralmente os Caixas Eletrônicos são conhecidos por sua sigla em inglês: ATM (Automatic Teller Machine).

de pagamentos etc. Muitas vezes tem-se a tendência de assimilar o acesso financeiro à utilização dos mesmos, quando de modo geral estes conceitos não são iguais. O Acesso refere-se à ausência de barreiras (de preços ou de outro tipo) para a utilização dos serviços financeiros. De fato, pode-se

afirmar que: “Nem todo aquele que tem acesso a um serviço financeiro faz uso de referido serviço”. Acompanhando Kumar (2005), construímos o seguinte diagrama, que ilustra a situação indicada e pretende demonstrar exatamente que entendemos por acesso os serviços financeiros.

Gráfico 4
Bancarização: Acesso, Utilização e Mercado Potencial



Fonte: Elaboração própria.

Considerando o universo de agentes econômicos que poderiam ser bancarizados, temos aqueles que possuem acesso aos serviços financeiros (grupo A, no gráfico 4) por contarem com recursos, os bens, e são sujeitos do crédito etc; e aqueles que não têm acesso por diversos motivos (grupo B no gráfico 4).

Analisando aqueles que têm acesso, temos os usuários atuais (identificados com a letra C); os que se excluem, já que consideram os serviços financeiros muito caros ou pouco convenientes; e

aqueles agentes econômicos que não utilizam serviços financeiros por motivos culturais ou porque não precisam deles. Assim, vemos que os bancarizados, ou aqueles que atualmente utilizam os serviços financeiros, não são todos os que têm acesso. Examinando aqueles que não possuem acesso (grupo B no gráfico 4) aos serviços financeiros, temos agentes dos quais não se tem informação suficiente e adequada; aqueles indivíduos ou empresas que têm necessidades diferentes às dos serviços oferecidos – ou os serviços oferecidos são muito caros para eles, então, não existem produtos

apropriados para o segmento; e aqueles agentes de muito risco e, portanto, pouco rentáveis para as entidades financeiras.

Finalmente, é possível agrupar os agentes no mercado atual de agentes bancarizados e o mercado potencial (grupo D no gráfico 4). Este último em relação àqueles indivíduos que não utilizam serviços financeiros (mas têm acesso a eles) e aos que não têm acesso (que podem ser bancarizados através da criação de produtos apropriados para os diferentes segmentos e de mudanças institucionais).

Portanto, o grande desafio é que a maior quantidade possível de indivíduos do grupo D faça parte do grupo C.

Processo de Bancarização

O processo de bancarização menciona o aprofundamento do sistema financeiro e do aumento da importância crescente dos serviços financeiros na economia e na vida dos agentes econômicos. Por este motivo, é importante considerar a maneira em que a referida “importância” tem evoluído nos diferentes países, tanto desenvolvidos quanto em desenvolvimento.

Na América Latina, e particularmente no MERCOSUL, há uma crescente preocupação a respeito da falta de acesso aos serviços financeiros fornecidos pelo sistema bancário formal. Este é o caso típico dos grupos sociais de baixos ingressos, fundamentalmente rurais, das pequenas e médias empresas, e do setor informal em geral. De fato, existiram importantes iniciativas que, por um lado, procuraram diagnosticar melhor a situação atual, e, por outro, atuar de maneira paliativa nos déficits atuais e conseguir uma inclusão financeira maior.

Em nível internacional, designou-se o ano de 2005 como o Ano Internacional do Microcrédito, um

reconhecimento da importância do mesmo para a diminuição da pobreza. Através dele, tem-se insistido que as pessoas vivendo em condições de pobreza em áreas tanto rurais quanto urbanas precisam de acesso ao microcrédito e ao microfinanciamento para poder melhorar sua capacidade de aumento dos ingressos, reunir ativos e aliviar a vulnerabilidade em momentos de maior dificuldade.

Igualmente, no ano 2006, foi conferido o Prêmio Nobel da Paz para Muhammad Yunus, diretor e fundador do Grameen Bank, e impulsionador das primeiras iniciativas pioneiras em matéria microfinanceira. Como resultado, conseguiu-se maior consciência a nível internacional sobre a transcendência do microcrédito como fator diminuidor da pobreza.

Por sua parte, a Federação Latino-Americana de Bancos – FELABAN definiu, no ano de 2007, orientar suas ações no tema relativo à bancarização, às microfinanças e às remessas, e por isso tem definido a realização de um trabalho que permitisse conhecer a informação, os estudos e a literatura existente sobre a matéria. Posteriormente, a FELABAN decidiu pela realização de uma pesquisa entre as Associações Bancárias membras, para informar-se sobre a situação atual da bancarização na América Latina, procurando responder à falta de conhecimento existente. O estudo foi amplamente difundido.¹⁰

No MERCOSUL, foram tomadas importantes iniciativas. O Banco Central da República Argentina (BCRA), por exemplo, realizou estudos e pesquisas essenciais para ter um melhor conhecimento da bancarização, e impulsionado iniciativas para incrementá-la, com a abrangência tanto do ponto de vista macroeconômico quanto do microeconômico.¹¹ Estas pesquisas constituem um excelente sistema para conhecer de maneira direta as características da demanda de serviços financeiros, o

10 Os estudos estão disponíveis nas páginas a seguir: http://www.felaban.com/archivos_publicaciones/arte_bancarizacion.pdf
http://www.felaban.com/archivos_publicaciones/servicios_financieros.pdf

11 Conta básica universal, empréstimos de valor baixo com regras especiais, Sistema de Pagamentos em moeda local para o comércio com o Brasil, menor capital para agências distantes de centros urbanos, baratear pagamentos eletrônicos, pagamentos de impostos e taxas, ampliação dos prazos para empréstimos, entre outros.

que pode ser muito importante na hora de decidir medidas de políticas que impulsionem a bancarização.

O Banco Central do Brasil (BCB) encontra-se impulsionando um importante projeto de Inclusão Financeira que tem o objetivo de fornecer acesso a serviços e produtos financeiros adequados às necessidades da população, especialmente àquelas de baixa renda. Através deste projeto e de outras iniciativas, o BCB trabalha de forma integrada com todos os segmentos envolvidos com a inclusão financeira do Brasil, tanto do setor público quanto do privado, participando de maneira ativa na construção de um marco regulatório adequado. Neste sentido, várias iniciativas podem ser citadas, como os correspondentes não bancários, as contas simplificadas, o melhoramento do marco regulatório das cooperativas de crédito, o Bolsa Família, o direcionamento da carteira dos bancos para o microcrédito, as moedas sociais, entre outros.

Igualmente, o Paraguai tem impulsionado o processo de bancarização através do apoio em importantes iniciativas para a implementação efetiva da tecnologia de microfinanças no país. Da mesma forma, o setor cooperativo paraguaio tem um tamanho e transcendência única, sem precedentes a nível continental.

No Uruguai, por sua vez, fala-se insistentemente sobre a necessidade de impulsionar medidas para acelerar o processo de bancarização, tais como impulsionar o pagamento de salários através dos bancos, a redução do IVA para as transações com cartão de crédito, entre outras.

Limitantes da Bancarização

Existem certas condições, prevaletentes na América Latina e nos países do MERCOSUL, que limitam o acesso aos serviços financeiros¹², a seguir:

a) baixa densidade populacional em áreas rurais, o que aumenta o custo do fornecimento dos serviços financeiros; b) história de instabilidade macroeconômica e a alta volatilidade, reduzindo a confiança no setor financeiro; c) altos níveis de pobreza e uma pior distribuição da riqueza, o que impede grandes segmentos da população de se qualificarem como clientes do sistema financeiro formal.

Além do mencionado no parágrafo anterior, nos países do MERCOSUL há grande concentração de atividades econômicas nos principais centros urbanos e, em consequência, grande concentração das atividades das entidades financeiras formais. De fato, estudos sobre o sistema bancário, parte fundamental do sistema financeiro, revelam que a concentração bancária não é somente o reflexo do grau de desenvolvimento econômico, mas representa a concentração qualitativa das atividades dinâmicas da economia. Essa afirmação se faz particularmente verdadeira, já que essas atividades envolvem operações de indicadores e/ou de mais alta sofisticação. Nestes casos, ganham importância as exteriorizações de localização, como qualidade da infraestrutura de comunicação, oferta de mão de obra especializada, economias de escala operativa, qualidade do fórum jurídico, entre outras.

A consolidação do regime democrático na região, desde o início dos anos 90, implicou que setores tradicionalmente excluídos dos benefícios da modernização atualmente demandem acesso. Isto inclui o fornecimento de serviços financeiros, tais como contas de cheques e poupanças, cartões de crédito e débito, ATMs, entre outros. Aquilo representa um importante desafio, especialmente em um setor no qual parte importante dos serviços é fornecida pelo setor privado. Desenvolvimentos recentes na área de tecnologia da informação e comunicação podem ser elementos muito úteis

10 Os estudos estão disponíveis nas páginas a seguir: http://www.felaban.com/archivos_publicaciones/arte_bancarizacion.pdf
http://www.felaban.com/archivos_publicaciones/servicios_financieros.pdf

11 Conta básica universal, empréstimos de valor baixo com regras especiais, Sistema de Pagamentos em moeda local para o comércio com o Brasil, menor capital para agências distantes de centros urbanos, baratear pagamentos eletrônicos, pagamentos de impostos e taxas, ampliação dos prazos para empréstimos, entre outros.

12 Especialmente utilizando os canais tradicionais de distribuição dos serviços financeiros. Quer dizer, as entidades financeiras chegando ao público por meio de uma maior quantidade de sucursais e agências.

(especialmente telefones celulares, internet, satélites, televisão, ATMs etc.) para apoiar o processo de bancarização. Isto deve-se ao fato de que as tecnologias mencionadas reduzem os custos de fornecimento dos serviços financeiros, especialmente aqueles relacionados a transações e pagamentos.

Outro elemento importante a considerar é que um sistema financeiro saudável requer, por um lado, um delicado balanço entre a promoção da competência num ambiente cambial, e, por outro, regulação e supervisão que ofereça segurança aos depositantes e evite uma crise financeira. Igual consideração deve-se ter de forma a evitar pressões excessivas do governo aos bancos, no sentido de que sejam obrigados a realizar atividades que não gerem benefícios, procurando aumentar o acesso.

A respeito das microfinanças, a população-alvo inclui os microempreendedores que procuram financiar seus negócios, e o conjunto de lares/pessoas de baixos recursos que procuram o consumo de serviços financeiros para transferir recursos, permitir resguardo e acumulação, administrar emergências, adquirir ativos produtivos para o lar, melhorar suas moradias, estabilizar seu consumo e designar fundos para cumprir com suas obrigações sociais. Isto nos força a pensar não somente em termos de financiamento, mas também em serviços de transação, poupança, investimento e seguros.

Para expandir o alcance das entidades microfinanceiras, deve-se desenhar o marco regulatório buscando assegurar que as medidas tendentes à proteção dos consumidores contra perdas não terminem impondo custos excessivos às empresas que impeçam o ingresso dos novos jogadores no setor, pois este é um setor de pequena margem, apesar de seu grande volume.

Na América Latina, de modo geral, e particularmente no MERCOSUL, os mercados de capitais per-

manecem num nível de baixo desenvolvimento, e os bônus corporativos são muito pouco utilizados, sendo que os bancos representam a fonte mais importante de fornecimento de serviços financeiros ao setor produtivo. Desta maneira, os bancos adquirem um atuar protagonista na vida econômica e financeira da região, especialmente para as pequenas e médias empresas. Por isso, grande parte da análise seguinte terá como protagonistas os principais bancos.¹³

Bancarização em Cifras. Melhores Práticas Internacionais

Um importante aspecto a ser considerado na análise da bancarização é que, a nível mundial, ainda há muito que avançar, no sentido de que existe uma porcentagem muito importante da população que não tem acesso ou não utiliza os serviços financeiros das instituições formais.

Durante os últimos 25 anos, o movimento das microfinanças gerou uma expansão global dos serviços financeiros para os pobres. Na campanha da Cita Mundial do Microcrédito, um grupo líder da promoção e apoio ao setor indicou a existência de 154 milhões de clientes de microcrédito a nível mundial para o fim de 2008. Embora o número pareça ser muito alto, ainda existe uma importante demanda insatisfeita. Os especialistas concordam que a demanda insatisfeita é grande, mas o número exato é difícil de definir, com estimativas que vão de 500 milhões até 3 bilhões de pessoas (Chaia et al., 2009).

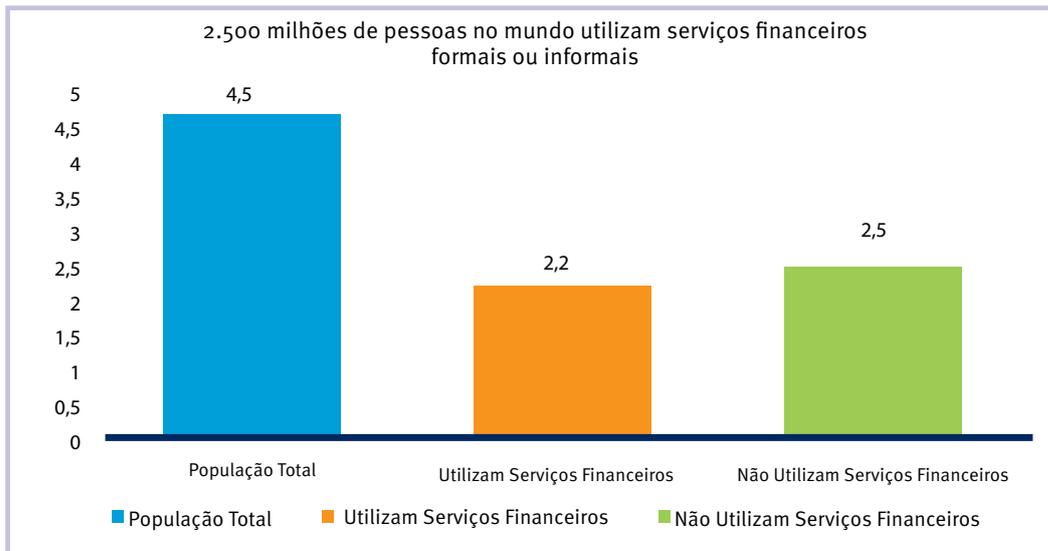
O mesmo estudo indica que aproximadamente 2,5 bilhões de adultos não utilizam serviços financeiros a nível mundial, tal como pode ser apreciado no gráfico 5, o que representa 53% da população adulta do globo (gráfico 6). Estas são cifras impressionantes, que indicam o grande trabalho e o desafio existente a nível global para a bancarização.

13 Porém, as estatísticas dos bancos centrais também incluem outras entidades que não são bancos, mas possuem uma importância relativa menor.

Analisando as cifras em termos de regiões, pode-se ver a grande disparidade existente entre os países desenvolvidos e o resto das regiões. Especificamente, vemos no gráfico 6 que 80% da população dos países membros da OECD utiliza os serviços financeiros, e no caso de alguns países essa cifra sobe para 90% (Peachey e Roe, 2006).

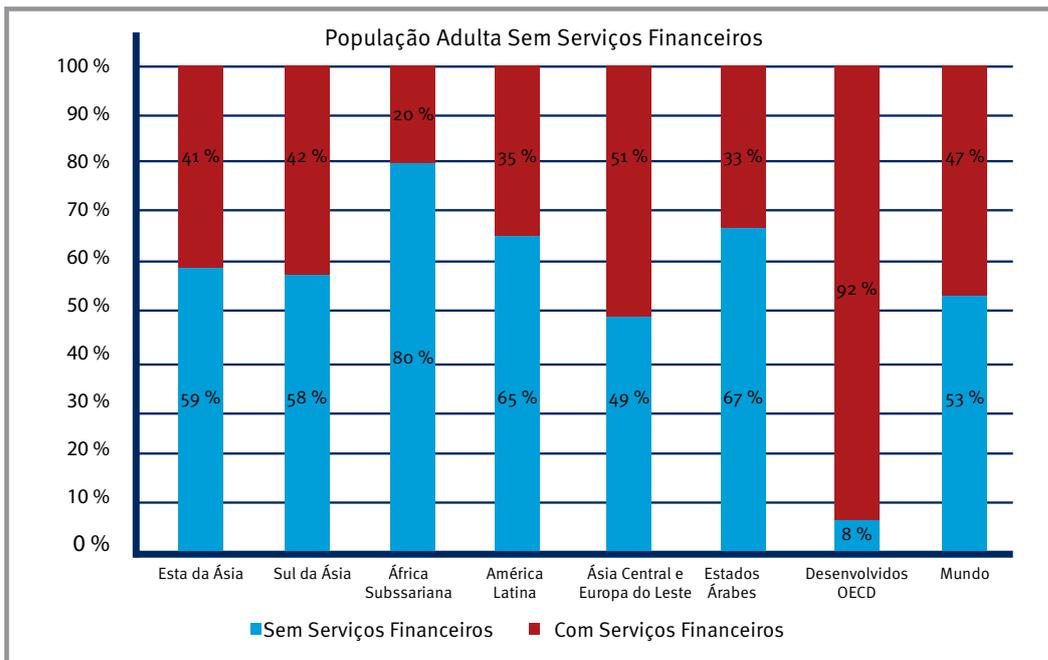
Focando nossa atenção na América Latina, observa-se que, embora não seja a pior região, a distância até os países desenvolvidos é muito grande, no qual há um grande potencial para o melhoramento e a ampliação da cobertura dos serviços financeiros.

Gráfico 5



Fonte: Honohan (2008), Índice de Desenvolvimento Mundial. Half the World is Unbanked. Chaia et al. (2009).

Gráfico 6

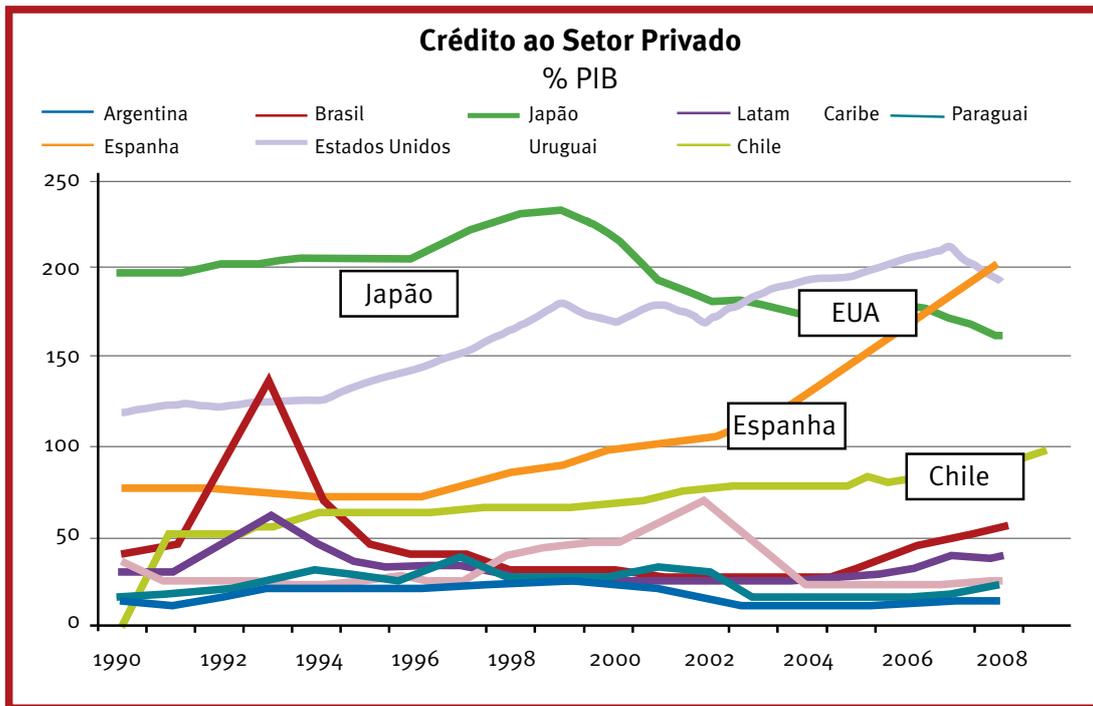


Fonte: Honohan (2008), Índice de Desenvolvimento Mundial. Half the World is Unbanked. Chaia et al. (2009).

Com o objetivo de considerar de maneira mais específica a situação dos países do MERCOSUL a respeito dos países desenvolvidos, apresentamos o seguinte gráfico de duas medidas tipicamente utilizadas para

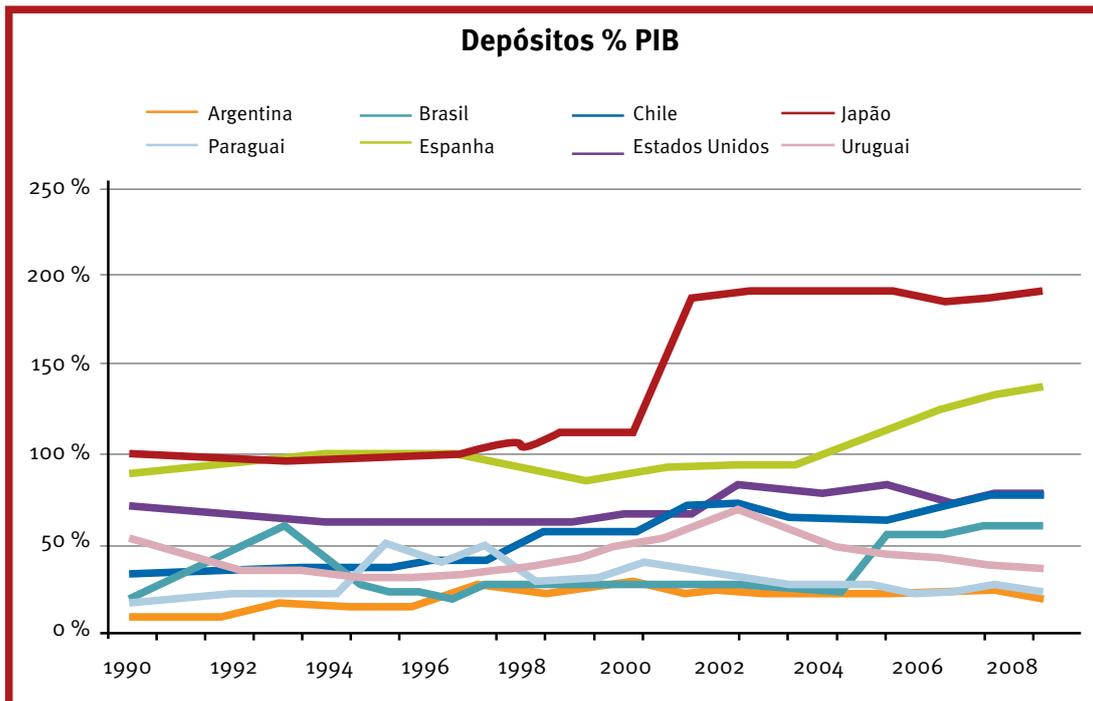
medir a profundidade de um sistema financeiro. Estas medidas são o Crédito e os Depósitos do Setor Privado em Bancos como proporção do PIB.

Gráfico 7



Fonte: IFS – FMI

Gráfico 8



Fonte: IFS – FMI

As variáveis utilizadas nos quadros anteriores constituem indicadores agregados e indicam a escassa profundidade do sistema financeiro na região. A visão que temos com o quadro é que a América Latina, em geral, e o MERCOSUL, em particular, estão abaixo dos níveis dos países desenvolvidos, e que existe uma grande margem para o crescimento e constante desenvolvimento dos sistemas financeiros regionais. Assim, para o indicador de crédito, todos os países do MERCOSUL e a média da América Latina estão abaixo dos 60%. O Brasil possui índice de 55%, enquanto Paraguai e Uruguai estão abaixo dos 30%, e Argentina com 13%. Esta última cifra é reflexo da crise gerada pela saída da Conversão em 2001-2002.

O gráfico 8 indica um processo de contínuo crescimento dos depósitos como proporção do PIB, no caso do Chile, Espanha e EUA. Portanto, analisaremos mais detalhadamente os casos da Espanha e do Chile, com a ideia de extrair lições a partir de suas experiências.

Caso da Espanha¹⁴

O caso da Espanha será analisado porque conta, atualmente, com níveis de bancarização¹⁵ similares ao dos países mais desenvolvidos e representa um claro exemplo de como conseguir aumentar esses níveis. De fato, em somente duas décadas atrás, esses indicadores estavam muito distantes dos países da antiga CEE (Comunidade Econômica Europeia) à qual acabava de se incorporar (1986).

Esta experiência positiva pode resultar muito produtiva, pois a Espanha era uma economia com um sistema financeiro no qual as entidades financeiras, especialmente os bancos, operavam com margens reguladas, rentabilidades elevadas e barreiras ao ingresso perante competidores não desejados. Em meados dos anos 80, o siste-

ma financeiro, a bolsa, o mercado da dívida pública e a política monetária, na Espanha, ainda estavam na Idade da Pedra se comparados com os outros países europeus. Assim, o sistema financeiro existente constituía um empecilho para as possibilidades de crescimento da economia e, portanto, um freio à geração de riqueza por parte do sistema produtivo.

Atualmente, no entanto, a Espanha conta com um dos sistemas financeiros, bancários e bursáteis mais eficientes, sólidos e desenvolvidos do mundo. Os bancos e caixas de poupança espanhóis encontram-se nos lugares mais importantes dos rankings de tamanho, rentabilidade e eficiência, não apenas na Europa, mas no mundo inteiro (Guillén e Tschoegl, 2007). Estas afirmações estão à prova, já que a crise financeira internacional de 2009 ainda não foi totalmente superada.

O processo de liberalização do sistema bancário iniciou-se tecnicamente durante o governo do general Franco, no início dos anos 70, com a reforma de 1974. Logo, o governo de Adolfo Suárez tentou impulsionar a liberalização bancária com o Plano de Urgência de 1977, ainda que com poucos resultados, inicialmente.

Posteriormente, em 1984, permitiu-se o ingresso dos bancos estrangeiros. Com o objetivo de fomentar a concorrência no mercado bancário, em 1985, o governo liberalizou a abertura de sucursais bancárias. Em 1987, foram suprimidos os limites superiores aos tipos de juros, liberadas as comissões e reduzidos os coeficientes de investimento obrigatórios.¹⁶ Igualmente, em 1987, produziu-se a criação de um mercado a curto prazo para a dívida pública, que nesse momento era necessária para financiar o enorme déficit orçamentário do governo. Em 1989, foi permitido às caixas de poupanças abrir sucursais fora de sua província de origem. Em 1990, o Banco da Espan-

¹⁴ Resume-se principalmente a Salcines, V. (2006).

¹⁵ Considerando magnitudes agregadas.

¹⁶ Estabelece que uma determinada porcentagem dos depósitos deva ser investida (sob a forma de empréstimos) em certos setores econômicos específicos.

ha reduziu o coeficiente de caixa obrigatório¹⁷ para 5%, que, atualmente, encontra-se em 2%. Em 1994, o governo aprovou a legislação que concedia ao Banco da Espanha sua independência.

Outras reformas supõem uma maior integração bancária na Europa. Em 1989, a Comissão Europeia aprovou uma nova diretiva bancária com a qual criava um “passaporte europeu”, o qual supôs que um banco autorizado para operar em um país membro poderia abrir sucursais nos outros sem precisar de autorização administrativa. Em 1991, o governo liberou os fluxos de capital fora das fronteiras. No início de 1993, e de acordo com as regras europeias sobre o mercado único, foram liberados totalmente os mercados e as transações de capital. Ainda que a Espanha houvesse negociado um período de transição de sete anos para seu setor bancário, começou-se a ver rapidamente que os bancos espanhóis contavam com poucas chances de sobreviver num mercado europeu unificado, a não ser que aprendessem a concorrer e aumentassem seu tamanho (Perez, 1997; Guillén, 2005).

A falta de regulação e liberalização bancárias induziu uma verdadeira revolução no que se refere à inovação bancária, com o lançamento de novos produtos e serviços, estratégias de segmentação de mercado e investimentos em tecnologia da informação. Novos produtos, como os certificados de depósito, planos de pensão, fundos de investimento, e cartões de crédito e seguros, começaram a formar parte de um renovado esforço de marketing para oferecer um completo leque de serviços aos clientes. Os bancos modernizaram também a forma de se relacionar com seus clientes por meio dos caixas eletrônicos, banca telefônica e televisão interativa. Investiram, também, em tecnologias da informação, sistemas de controle, gestão de riscos e intercâmbio eletrônico de dados (Casilda Béjar, 1997).

Além disso, deu-se um endurecimento da concorrência comercial entre os grandes bancos e entre os bancos e os caixas de poupança (Berges, 2003). O Santander foi o banco mais agressivo e tomou a iniciativa neste novo entorno de competitividade, lançando, em 1989, a “superconta”, uma conta corrente de alta remuneração que produzia 11% para saldos iguais ou superiores a 500.000 pesetas (a inflação superava 6,8% esse ano). Essa ação gerou a chamada “guerra do passivo”. Em 1990, o BBV lançou seu “libretão”, ou conta corrente com presente, um contra-ataque inovador (Guillén e Tschöegl, 2002). E, em 1991, o Santander recuperou a iniciativa ao lançar o fundo de investimento. Uns quatro meses mais tarde, o BBV respondeu com um produto similar. A guerra do ativo começou em 1993, quando o Santander lançou a super-hipoteca, um empréstimo hipotecário com uma taxa de juros nominal de 12%, enquanto os outros bancos cobravam 14% (Guillén e Tschöegl, 2007; Martín Aceña, 2007).

A integração da economia espanhola à União Europeia permitiu o ajuste do ciclo econômico espanhol ao do bloco regional. Até 1982, o ciclo espanhol era contrário ao da UE; as fases de expansão e contração espanholas coincidiam com as fases de contração e expansão da UE. Desde 1983, o ciclo espanhol começou a se ajustar ao da União, ainda que de forma muito volátil. A partir do processo de incorporação da moeda única que começou a se firmar em 1995, a economia espanhola cresceu mais rápido do que a UE em seu conjunto. A causa deste maior crescimento, de acordo com Dehesa (2003), é a realização, por parte da Espanha, de mais reformas estruturais, a redução de tipos de juros e ter sido uma importante receptora de fundos da UE.

Devido a amplas, e de certa forma inesperadas, mudanças políticas, competitivas e tecnológicas que

17 Refere-se a depósitos obrigatórios no Banco de España (Banco Central).

começaram desde meados dos anos 80, os bancos foram consolidando-se por meio de processos de fusões e aquisições (Tortella, 2001; Gonzalez Urbaneja, 1993). No entanto, ainda que pareça contraditório, o esquema de concentração bancária resultante das fusões e aquisições permitiu uma melhoria para os consumidores. Isto deveu-se à geração de um processo de forte concorrência entre os bancos, que se fusionaram para obter uma fortaleza maior e poder concorrer adequadamente com os bancos mais fortes do sistema e os grandes bancos estrangeiros que começavam a incursionar no sistema financeiro espanhol. O tipo de concorrência gerada obrigou os bancos a oferecerem mais serviços com menores preços, para o qual foram necessárias economias de escala e de produção conjunta. Isso foi possível apenas com entidades de maior tamanho, solventes, que geraram confiança nos poupadores, os quais conseguiram melhorias em seus custos e nos preços cobrados pelos serviços oferecidos. Com tudo isso, o grande ganhador foi o consumidor.

A situação de concentração bancária tem reduzido o número de membros do mercado, ou seja, de concorrentes. Portanto, seria razoável pensar que foi incrementado o poder de mercado das entidades financeiras resultantes. No entanto, um mercado bancário precisa de entidades solventes que gerem confiança nos poupadores. Justamente este foi o caso espanhol, e com esta concentração e maior confiança, foram logradas melhores condições para os consumidores. Assim, podemos afirmar que as medidas antes indicadas e o processo de concentração bancária impulsionaram a bancarização na Espanha e melhoraram as condições de prestação de serviços financeiros para os consumidores.

O seguinte quadro sintetiza os níveis de bancarização do sistema financeiro espanhol nos últimos 20 anos, considerando indicadores agregados.

Tabela 1

Bancarização na Espanha										
Indicadores Agregados										
Tamanho Relativo do Setor Financeiro										
	1990		1995		2000		2005		2008	
	Mill de Pesetas	% PIB	Mill de Pesetas	% PIB	Mill de Euros	% PIB	Mill de Euros	% PIB	Mill de Euros	% PIB
PIB a Preços Constantes	318.044	100 %	447.205	100 %	630.263	100 %	908.792	100 %	1.088.502	100 %
Ativos do Setor Financeiro	647.680	204 %	975.840	218 %	1.651.440	262 %	1.806.320	199 %	2.684.140	247 %
Empréstimos do Setor Financeiro	249.776	79 %	323.249	72 %	615.880	98 %	1.321.023	145 %	2.192.148	201 %
Depósitos do Setor Financeiro	284.305	89 %	446.506	100 %	549.645	87 %	1.030.730	113 %	1.504.450	138 %

Fonte: IFS – FMI

À maneira de valoração, podemos sustentar que a estratégia de bancarização na Espanha considerou os bancos e outras entidades que realizam operações similares (como é o caso das Caixas), com o qual tem-se conseguido um maior alcance ou capilaridade. Isto foi combinado a oportunas mudanças regulatórias e vantagens fiscais. Assim, a liberalização do sistema financeiro e um compromisso do setor privado por se adaptar aos novos tempos permitiram ao sistema financeiro espanhol aproveitar as oportunidades geradas com a integração à União Europeia, integrar-se ao circuito financeiro internacional e oferecer mais e melhores serviços aos consumidores.

Contudo, a recente crise financeira tem gerado grande pressão para os bancos espanhóis, os quais, em seu conjunto, encontram-se bem capitalizados e com previsões adequadas. No entanto, o efeito final desta crise ainda é incerto, principalmente para algumas instituições, dependendo da rapidez com a que o processo de recuperação econômica seja iniciado.

Bancarização no Chile

Os principais indicadores de bancarização em âmbito de indicadores agregados são apresentados.

Tabela 2

Bancarização no Chile Indicadores Agregados Tamanho Relativo do Setor Financeiro										
	1990		1995		2000		2005		2008	
	Mil Mill de Pesos	% PIB								
PIB a Preços Constantes	9.246	100 %	28.309	100 %	40.575	100 %	66.192	100 %	91.608	100 %
Ativos do Setor Financeiro	6.357	69 %	17.264	61 %	33.673	83 %	53.593	81 %	79.852	87 %
Empréstimos do Setor Financeiro	4.253	46 %	13.872	49 %	24.877	61 %	44.286	67 %	67.141	73 %
Depósitos do Setor Financeiro	3.050	33 %	10.211	36 %	23.708	58 %	42.504	64 %	69.236	76 %

Fonte: IFS – FMI

O grau de bancarização no Chile compara-se favoravelmente com o restante dos países da região. Os indicadores de profundidade mostram que o Chile tem avançado de forma contínua em seu processo de bancarização nos últimos dez anos, e que tal avanço é o maior na região. No entanto, ele ainda apresenta um baixo grau de

bancarização se comparado com os países desenvolvidos. Em tese, a profundidade financeira, medida pela relação colocações totais por PIB, passou de 64%, em 1997, para 80%, em 2009, e a relação de depósitos por PIB passou de 49%, em 1997, para 70%, em 2009.

Os indicadores de cobertura mostram que no Chile a cobertura dos serviços financeiros também tem aumentado de forma significativa nos últimos dez anos, e que apresentam uma situação similar à dos países com maior cobertura na região. Assim, por exemplo, o Brasil possui em total 136 milhões de cartões de crédito, cifra que representa 712 cartões para cada 1.000 habitantes. Ou seja, o número de cartões de crédito bancários passou de 2,2 milhões para 3,2 milhões entre 1997 e 2007, com uma taxa de crescimento média anual de 4%. Por sua vez, a quantidade de cartões de débito passou de 1,5 milhões para 5,6 milhões em igual período, com uma taxa de crescimento média anual de 15%. Se incluídos os cartões de crédito que entregam as grandes casas comerciais, o total de cartões de crédito no Chile é de quase 15 milhões, o que representa 882 cartões para cada 1.000 habitantes.

As Cooperativas de Poupança e Crédito, Caixas de Compensação e grandes lojas de retail (casas comerciais) tiveram uma participação ativa e importante como agentes determinantes na oferta de serviços similares aos bancários, especialmente os destinados à população de ingressos médios e baixos. Assim, a existência de diversas entidades de natureza e com regulação distinta permitiu que algumas das normas que limitam a bancarização em um tipo de entidade a estimulem em outra(s). Por exemplo, a norma que permite que as CACs e Caixas de Compensação arrecadem seus créditos descontando as remunerações dos trabalhadores por planilha permitiu desenvolver o negócio de empréstimo às classes assalariadas, que normalmente não são objeto da bancarização tradicional. Por sua parte, as casas comerciais, como estratégia para incrementar suas vendas e obter ingressos pelo financiamento, conseguiram “bancarizar” segmentos da população que ficariam excluídos do acesso ao crédito com normas bancárias mais restritivas.

Em síntese, a interação destas diversas entidades financeiras que têm objetivos, instrumentos e marcos regulatórios diferentes, tem permitido, na prática, que suas atividades se complementem e potenciem no processo de bancarização, ao oferecer serviços financeiros em condições atrativas nas quais pode acessar um segmento crescente de pessoas com ingressos médios e baixos, assim como de pequenas e médias empresas. Como exemplo, percebemos que o fato das casas comerciais avaliarem o negócio dos cartões de crédito de maneira integral, ou seja, considerando seus ingressos da rede, permitiu que o comércio de varejo conseguisse aderir a um cartão de crédito.

Além disso, esta circunstância levou os bancos a mudar seu modelo de negócios e os induziu a acelerar a bancarização com esquemas menos restritivos. Uma vez que uma pessoa ou empresa requer um serviço financeiro, como um crédito de consumo, uma linha de crédito, um cartão de crédito ou um cartão de débito, ela fica visível para o resto do sistema financeiro e tem a possibilidade de registrar uma história de comportamento financeiro que lhe permite acessar a oferta do resto do sistema.

De acordo com Zalher (2008), estes resultados positivos foram obtidos porque através dos esforços coordenados por parte do setor público e privado, foram atacadas as principais barreiras percebidas para a bancarização. Assim, avançou-se no enfrentamento relacionado com a credibilidade das instituições, o grau de cumprimento dos contratos, a estabilidade de preços, os níveis de ingresso da população, o nível de educação e o grau de informalidade da economia. Assim, o Chile não tem tido uma crise financeira desde o início dos anos 80, e tem conseguido manter o equilíbrio macroeconômico com a aplicação de uma política fiscal anticíclica. Foi implementado

e gerado um instrumento eficaz de indexação (UF) aplicável à intermediação financeira. A presença de um banco central independente desde o final dos anos 80 contribuiu na redução da inflação em níveis internacionais, e o crescimento econômico médio dos últimos anos tem sido superior aos 5% anual. O grau de cumprimento dos contratos é alto, e as entidades financeiras consideram que as garantias são executadas em prazos razoáveis. Igualmente, sucessivas legislações do sistema financeiro contribuíram para sua modernização e solvência.

Por sua parte, o setor privado tem avançado no processo de gerar uma oferta de serviços financeiros variados e com grandes aumentos na rede do sistema. De fato, em 2007, a Associação de Bancos e Instituições Financeiras do Chile lançou um plano de bancarização que deu ênfase aos grupos de menor ingresso da população, e nas micro e pequenas empresas. O plano considerou as seguintes sete medidas:

1. Incentivos nas sociedades de apoio ao giro para estimular a bancarização.

2. Impulso aos meios bancários de pagamento. Aumento da rede de POS.¹⁸

3. Ampliação da rede de ATMs.

4. Ampliação do horário de atendimento bancário.

5. Incremento em níveis de transparência e autorregulação dos atores financeiros.

6. Potencialização do microcrédito para empresas e pessoas por meio de avaliação gratuita.

7. Flexibilização de normas sobre trechos de Taxa Máxima Convencional e de gastos com cobrança.

A visão dos bancos chilenos parece ser a de que o processo de bancarização deve-se iniciar com a incorporação de mais indivíduos e empresas ao sistema através de serviços de transação e de pagamento, para posteriormente avançar com outros tipos de serviços. Estes últimos incorporam créditos de consumo, créditos hipotecários, créditos corporativos, poupanças de diversos tipos, seguros e outros.

¹⁸ Refere-se aos terminais de pontos de vendas eletrônicos, que permitem o recebimento de pagamentos com cartões de débito e são conhecidos pela sigla em inglês POS=Point of sale.

Seção 2: A bancarização no MERCOSUL

Nesta seção do trabalho, analisaremos valores médios e alguns indicadores para os quatro países do MERCOSUL, para termos uma ideia completa dos indicadores absolutos e relativos das variáveis indicativas do nível de Bancarização da Região. Posteriormente,

faremos uma análise individual de cada país e uma valorização do processo atual de bancarização.

Os valores médios simples de variáveis selecionadas¹⁹ fornecem uma ideia da situação atual da bancarização nos países do MERCOSUL. Principalmente, é possível ver que há pouca diferença a respeito de indicadores da média de países da América Latina.²⁰

Tabela 3

Bancarização		
	América Latina	MERCOSUL
População Bancarizada/População Total *	33,1%	33,8%
Empréstimos/PIB (Produto Interno Bruto)	31,1%	27,0%
Depósitos/PIB (Produto Interno Bruto)	40,2%	36,0%
Bancarização por Contas e Cartão de Débito	33,1%***	33,8%***
Bancarização por Cartões de Crédito **	21,4%***	25,8%***
Quantidade de escritórios a cada 100.000 adultos	9,8	8,0
Quantidade de escritórios a cada 1.000 km ²	2,8	1,42
Quantidade de ATMs a cada 100.000 habitantes	7,1	12,6
Quantidade de ATMs a cada 1.000 km ²	2,0	2,5
* Considerando a população com acesso a algum serviço financeiro.		
** Considerando a população com TCs ativas.		
*** Considerando a população total.		

Fonte: Bancos Centrais, Associações de Bancos e outros organismos oficiais dos países. Os dados da América Latina foram extraídos do Estudo de Bancarização na América Latina - 2009, da consultora Banca e Risco.

¹⁹ Para cada variável se soma o valor de cada país e se divide por quatro.

²⁰ Os países considerados para a média da América Latina são: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela

Indicadores Agregados

Com esse grupo de indicadores, podemos conhecer a profundidade dos sistemas financeiros no MERCOSUL.

Tabela 4

Bancarização no MERCOSUL. Ano de 2009.				
Resumo dos Principais Indicadores				
Ano de 2009	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
População Bancarizada/População Total *	39 %	44 %	18 %	42 %
Ativos Sistema Financeiro/PIB	33 %	110,2 %	46 %	70 %
Empréstimos/PIB (Produto Interno Bruto)	13 %	43 %	29 %	23 %
Depósitos/PIB (Produto Interno Bruto)	23 %	35 %	36 %	50 %
Bancarização por Contas e Cartão de Débito	39 %	44 %	12 %	40 %
Bancarização por Cartões de Crédito **	29 %	32 %	12 %	30 %
Quantidade de Entidades Bancárias	66	158	15	13
Quantidade de sucursais bancárias	4.076	20.100	277	325
Quantidade de escritórios a cada 100.000 adultos	13,33	15,66	10,65	13,91
Quantidade de escritórios a cada 1.000 km ²	1,8	2,4	0,6	2,02
Quantidade de ATMs a cada 100.000 adultos	33,04	110,19	14,33	30,57
Quantidade de ATMs a cada 1.000 km ²	3,54	18,7	0,7	4,45
* Considerando a população com acesso a algum serviço financeiro.				
** Considerando a população total e pessoas com Cartões de Crédito ou Débito ativos				

Fonte: Bancos Centrais, Associações de Bancos e outros organismos oficiais dos quatro países.

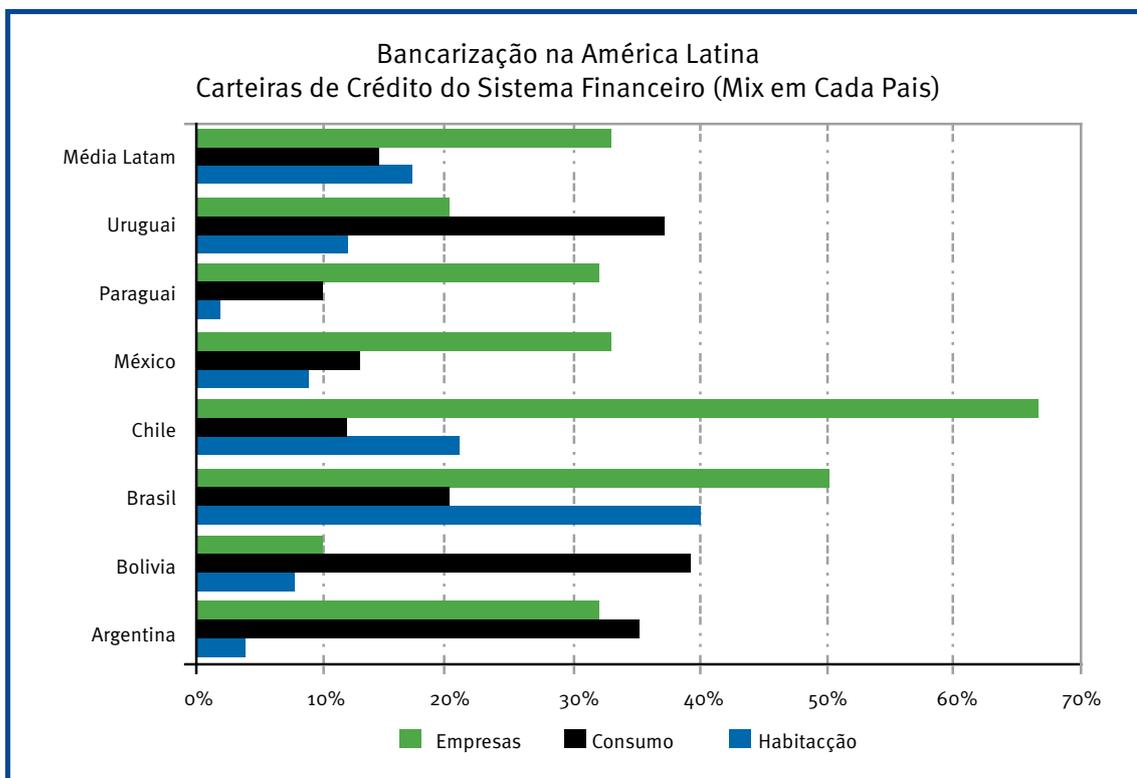
Com os indicadores agregados, é analisado o tamanho relativo dos sistemas financeiros, que normalmente denomina-se nível ou grau de profundidade financeiro. Observamos uma grande diferença entre os países, especialmente quando analisados os indicadores relacionados ao PIB. Aqui, fundamentalmente, considera-se a função da poupança e de empréstimos, que não manteve-se em níveis altos devido às crises financeiras recorrentes na região. O último criou uma grande desconfiança nos bancos, e consideramos que somente com o passar do tempo e as ações de incentivo à bancarização, será possível recuperar a confiança nas entidades bancárias.

No quadro anterior, quando considerados os indicadores de ATMs e os de cartões de débito, há

ênfase na função de forma de pagamento do sistema financeiro. Observa-se na Tabela 5 que, no caso do Brasil, a posição é relativamente boa se comparada com outros países, no entanto, os demais países do MERCOSUL ainda têm muito o que avançar em tal área.

Outro indicador que permite caracterizar os sistemas bancários refere-se ao mix de suas carteiras de créditos, em empréstimos para a moradia, corporativos ou consumo. Isto ajuda na compreensão operativa dos bancos na região e no tipo de análise e operações que realizam. Em geral, com uma ênfase maior em empréstimos corporativos, os bancos apoiam de melhor forma o crescimento das economias, já que empresas sem restrição creditícia podem gerar melhor produção e emprego.

Gráfico 9



Fonte: Bnaca e Risco (2009).

Disponibilidade e Cobertura Geográfica

A bancarização, de acordo com a Disponibilidade e Cobertura Geográfica dos serviços financeiros, apresenta condições similares de escassa cobertura. Assim, por exemplo, analisando o número de agências e sucursais bancárias para cada 100.000 adultos, o valor é extremamente baixo na região, especialmente no caso do Paraguai. Neste país, há casos de cidades relativamente importantes que não contam com nenhuma sucursal ou agência bancária. Neste caso, as cooperativas constituem opções importantes e que geralmente estão presentes na maioria dos locais. De fato, existem 651 cooperativas no Paraguai, de acordo com cifras do INCOOP, para o qual a situação de cobertura geográfica não é tão dramática.

Ao comparar a situação no que diz respeito ao número de sucursais bancárias dos países do MERCOSUL, não apenas com a região, mas também com países desenvolvidos, podemos ver nos seguintes gráficos que a brecha é ainda maior. De fato, o valor médio para o MERCOSUL é de 13,38 sucursais para cada 100.000 adultos, e o valor médio de países desenvolvidos em 2009 foi de 24 (CGAP, 2009). Portanto, a região tem muito para crescer, em termos gerais.

Outra maneira de analisar a bancarização, do ponto de vista da Cobertura Geográfica, é calculando o número de agências e sucursais dos bancos para cada 1.000 km² de superfície de cada país.²²⁻²³ Também neste indicador, os países do MERCOSUL estão muito abaixo dos desenvolvidos.

21 Para esta seção foram utilizadas as informações obtidas de um banco de dados chamado Financial Access 2009, preparado pelo Grupo Consultivo de Ajuda à População Pobre (CGAP) por meio de uma pesquisa com reguladores financeiros de 139 países. Os dados incluem indicadores de acesso a poupanças, crédito, serviços de pagamentos em bancos e em outras entidades reguladas.

22 As medidas como esta, que consideram cobertura por km quadrado, são medidas baseadas na média, que oferecem informações gerais. Seria desejável possuir informações mais específicas por departamento/estado/província, porém, não conseguimos tais informações para quatro países.

23 De certa maneira, as medidas por km quadrado dependem da densidade demográfica, dado que, geralmente, quanto maior a densidade demográfica, maior é a quantidade de agências e serviços bancários em geral, com todo o demais constante.

Tabela 5

País Ano de 2009	Sucursais por 100.000 adultos					Sucursais por 1.000 km ²				
	Bancos	Cooper	Inst. Microfin.	Ent. Est. Espec.	Total	Bancos	Cooper	Inst. Microfin.	Ent. Est. Espec.	Total
Argentina	13,32	0,01	----	----	13,33	1,43	0,00	----	----	1,43
Brasil	12,19	1,94	0,03	1,49	15,66	2,00	0,32	0,00	0,25	2,57
Canadá	23,72	12,42	----	0,56	36,71	0,71	0,37	----	0,02	1,11
Chile	14,95	1,39	----	2,70	19,04	2,54	0,24	----	0,46	3,23
Dinamarca	46,66	1,93	----	----	48,59	48,93	2,03	----	----	50,95
França	23,01	23,77	0,11	----	46,99	21,09	21,78	0,10	----	42,97
Alemanha	16,33	19,38	----	20,64	56,36	33,16	39,35	----	41,90	114,41
Japão	12,52	7,94	----	----	20,46	37,77	23,98	----	----	61,75
Coreia	12,59	6,01	----	3,75	22,35	50,99	24,34	----	15,20	90,53
México	13,97	0,26	0,54	0,86	15,64	5,33	0,10	0,20	0,33	5,96
Holanda	26,15	----	----	----	26,15	103,42	----	----	----	103,42
Paraguai	7,22	----			10,65	0,69	----	0,33	----	1,02
Espanha	40,47	76,94	----	---	117,41	31,13	59,18	---	---	90,32
Estados Unidos	35,43	---	3,43	---	35,43	9,28	---	---	---	9,28
Uruguai	13,87	0,04	----	----	13,91	2,02	0,01	---	---	2,02
Média Países Desenvolvidos					24					
Média Países em Desenvolvimento					8					

Fonte: Financial Access Database 2009. CGAP.

Seguindo o mesmo esquema anterior, é possível observar que para a medição de alcance através dos ATMs e POSs, a região do MERCOSUL também se encontra abaixo das cifras para países desenvolvidos.

Tabela 6

País Ano de 2009	ATMs		POSs	
	ATMs por 100.000 adultos	ATMs por 1.000 km ²	POSs por 100.000 adultos	POSs por 1.000 km ²
Argentina	33,04	3,54	---	---
Brasil	110,19	18,11	1.471,05	241,71
Canadá	202,78	6,11	2.201,64	66,34
Chile	55,56	9,42	450,13	76,34
Dinamarca	70,42	73,84	2.022,78	2.121,14
França	102,55	93,96	2.152,78	1.972,37
Alemanha	79,74	161,88	799,49	1.622,95
México	40,15	15,30	---	---
Holanda	63,78	252,24	2.285,55	9.039,67
Paraguai	14,33	1,51	245,03	25,81
Espanha	157,10	120,85	3.523,04	2.710,08
Suíça	93,70	148,25	2.003,94	3170,73
Reino Unido	127,07	264,19	2.176,87	4525,95
Estados Unidos	169,23	44,33	2.156,46	564,89
Uruguai	30,57	4,45	275,09	40
Média Países Desenvolvidos	78	---	2.088	---
Média Países em Desenvolvimento	23	---	170	---

Fonte: Financial Access Database 2009.

Aspectos de Acesso e Utilização de Serviços Financeiros no MERCOSUL

Iremos medir o nível de acesso e utilização dos serviços financeiros por parte dos sujeitos econômicos (tanto indivíduos quanto empresas, na medida do possível). A fim de realizar esta medição, utilizaremos, em primeiro lugar, informações a respeito da utilização de serviços financeiros que podem ser obtidas nos bancos centrais dos países.

Tal como já indicamos na seção anterior, quando falamos do acesso aos serviços financeiros, sua medição completa requer informação não apenas sobre aqueles indivíduos que utilizam os serviços (os que de fato têm acesso), mas também a respeito de quem não utilizam os mesmos. Entre os não usuários, estão aqueles que não fazem uso, ainda podendo (ou seja, têm acesso), e os que não fazem uso porque não podem, mas gostariam (não têm acesso)²⁴. Em geral, a informação dos que não utilizam os serviços pode ser conhecida somente através de pesquisas. Estas

pesquisas devem ser feitas tanto com indivíduos quanto com empresas.

A informação obtida a respeito dos que têm acesso e não usam serviços financeiros, e dos que não têm acesso, pode ser muito útil para gerar produtos e condições adequadas para a efetiva utilização dos serviços financeiros e um incremento da bancarização no MERCOSUL. Analisaremos alguns aspectos da utilização dos serviços financeiros, e alguma informação existente sobre aqueles que não fazem uso em alguns países.

Algumas medidas do nível de utilização dos serviços financeiros são o número de contas bancárias existentes, e o número de cartões de crédito e débito por habitante ou pessoa adulta. Estas podem ser medidas importantes quando são observadas em um contexto de evolução ao longo do tempo. Sem dúvida, são medidas imperfeitas, já que os indivíduos e empresas podem ter mais do que uma conta bancária e do que um cartão de crédito. No entanto, é a melhor informação disponível.

Tabela 7

Bancarização no MERCOSUL	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
População (em milhões)	40,1	191,5	6,3	3,5
População Economicamente Ativa (em milhões)	18,1	107	2,8	2,0
População Adulta (de 15 anos em diante) (em milhões)	26,0	122,5	4,1	2,4
Contas Totais (em milhões)	28,2	250,2	1,1	1,4
Nº de Cartões de Crédito (em milhões)	19,9	136,2	0,8	1,8
Nº de Cartões de Débito (em milhões)	18,8	232,6	0,7	0,9

Fonte: Bancos Centrais e Institutos de Estatísticas e Censos dos países.

²⁴ Ver Gráfico 4 e seus comentários.

Uma primeira impressão que se tem ao observar o quadro anterior é que existe uma importante utilização média de contas bancárias na Argentina e no Brasil. No caso do Brasil, o número de contas duplica o número de indivíduos que contam com mais de 15 anos. No entanto, não temos uma distinção entre contas de pessoas e de empresas, sendo uma medida imperfeita de utilização. Todavia, o caso do Paraguai²⁵ e do

Uruguai é diferente, já que o número de contas é inferior ao da população relevante.

O seguinte quadro preparado a partir da Base de Dados de Acesso aos Serviços Financeiros 2009 do CGAP nos fornece uma melhor aproximação à utilização dos serviços financeiros na região, e permite realizar comparações com outros países, industrializados ou não.

Tabela 8

País	Número de Contas Bancárias por 1.000 adultos	Valor como % do PIB	Valor Médio da Conta % do Ingresso per capita
Argentina	875,41	20,70	32%
Brasil	2.042,00	35,73	27%
Chile	1.979,85	54,17	-----
Colômbia	1.175,47	37,92	45%
El Salvador	746,25	4,97	10%
México	1.102,08	13,98	26%
Holanda	1.772,09	247,15	-----
Paraguai	80,11	45,60	204%
Peru	1.012,43	37,93	-----
Espanha	2.473,86	123	62%
Estados Unidos	2.471,71	49,02	26%
Uruguai	508,20	55,05	141%

Fonte: Financial Access Database 2009 e Bancos Centrais.

Esses indicadores fornecem uma ideia do nível de utilização dos serviços financeiros de poupança ou contas bancárias, e então são observadas as diferenças; por exemplo, o Brasil encontra-se no

patamar dos países industrializados. A Argentina, por sua vez, está um pouco baixo, e muito mais abaixo encontram-se Uruguai e Paraguai.²⁶

²⁵ Uma figura mais expressiva do número de contas e portanto da utilização de serviços financeiros no Paraguai é obtida ao se considerar as cooperativas, tanto de Poupança e Crédito, como de Produção. Segundo dados do INCOOP (Instituto Nacional de Cooperativismo), em 2009 existiam 651 cooperativas com um total de mais de 1.150.000 pessoas afiliadas.

²⁶ No caso paraguaio, as cooperativas quase duplicaram o número de contas existentes. Assim, em junho de 2009 havia aproximadamente 750.000 contas de poupança nas cooperativas.

Conjuntura Econômica Regional

Após as graves crises econômicas e financeiras sofridas por Argentina, Uruguai e Paraguai, e as turbulências financeiras experimentadas pelo Brasil durante 1999-2002, as economias do MERCOSUL começaram a se recuperar em meados de 2003. A recuperação tem sido muito impressionante na Argentina, com taxas de crescimento de até 9,2% em 2005, combinadas à restauração da estabilidade monetária e de preços, e uma volta gradativa de depositantes ao sistema bancário. Melhoras similares tem tido efeito em todos os países do MERCOSUL. No Brasil, a prudência da política econômica aplicada pelo governo Lula da Silva tem conseguido recuperar a confiança dos mercados financeiros e prevenir os impactos negativos. O real brasileiro tem se valorizado com sua baixa posição em ou-

tubro de 2002; os diferenciais de rendimento das obrigações internacionais brasileiras foram reduzidos de maneira perceptível, e o país recuperou o acesso aos mercados de capitais internacionais. Este processo de crescimento seguiu até 2008, quando se começou a sentir na região o efeito da crise financeira internacional, e, em 2009, houve um crescimento negativo no Brasil e no Paraguai. Ver a tabela seguinte.

Os três fatores-chave que contribuíram para a recuperação da atividade econômica na região, desde o começo de 2000, foram: i) a melhora na competitividade obtida por meio das depreciações monetárias experimentadas durante a crise; ii) o aumento subsequente em termos de comércio; e iii) o aumento dos preços internacionais dos principais produtos básicos de exportação.

Tabela 9

MERCOSUL – Crescimento do PIB em %										
Ano	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
MERCOSUL	-3,8	4,0	5,9	5,5	5,3	7,2	6,6	-0,1	7,8	4,7
Argentina	-10,9	8,8	9	9,2	8,5	8,7	6,8	0,9	9,2	6
Brasil	2,7	1,1	5,7	3,2	4	6,1	5,1	-0,2	7,5	4,5
Paraguai	0,0	3,8	4,1	2,9	4,3	6,8	5,8	-3,8	15,3	5,6
Uruguai	-7,1	2,3	4,6	6,8	4,3	7,5	8,5	2,9	8,5	5
América do Sul	-0,39	2,72	6,71	5,26	5,73	6,41	5,69	0,45	6,5	4,8

Fonte: Cálculos da equipe técnica do FMI.

Os países do MERCOSUL também se beneficiaram do melhor ambiente econômico regional e global. Ainda que permaneça, por enquanto, em grande parte fora dos mercados de capital internacionais devido à sua situação de inadimplência da dívida, a Argentina também foi beneficiada por uma melhora geral da confiança dos investidores mundiais nos novos mercados, o que supôs uma recuperação significativa da carteira de afluências de capital. Com os acordos de junho de 2010, aproximadamente 92% da dívida saiu do default.

Este ambiente externo positivo e o ciclo de crescimento expansivo se mantiveram até o final de 2007 e início de 2008, quando a crise financeira internacional iniciada nos EUA com os subprimes estourou e se estendeu para o resto do mundo.

O fator desestabilizador mais importante na crise foi a queda no valor dos ativos imobiliários nos EUA. Os bancos se enfrentaram com situações de desvalorização dos ativos de respaldo e crescentes problemas de inadimplência. Em meados de 2007, a falta de capitalização verificada em diversos veículos de investimento pertencentes a instituições financeiras internacionais impediu que os mesmos mantivessem o acesso aos mercados financeiros de curto prazo e interbancários, fato com o qual entraram em crise. Desde então, foram gerados três episódios de pânico bursátil em agosto de 2007, e em março e setembro-outubro de 2008, desencadeados pela manifesta debi-

lidade e insolvência das entidades financeiras-chave. Estes eventos tiveram, posteriormente, seus efeitos sobre a atividade econômica global e sobre o emprego, principalmente nos países desenvolvidos.

A resposta das autoridades monetárias mundiais consistiu em fortes injeções de liquidez em numerosos países, na redução das taxas da Reserva Federal e em um estímulo fiscal de 1,1% do PIB nos EUA. Igualmente, a Reserva Federal organizou a venda de entidades e, em alguns casos, chegou-se ao controle governamental de empresas financeiras e não financeiras. Assim, formaram-se nos EUA e em outros países esquemas de resgate importantes, com fortes medidas fiscais e monetárias.

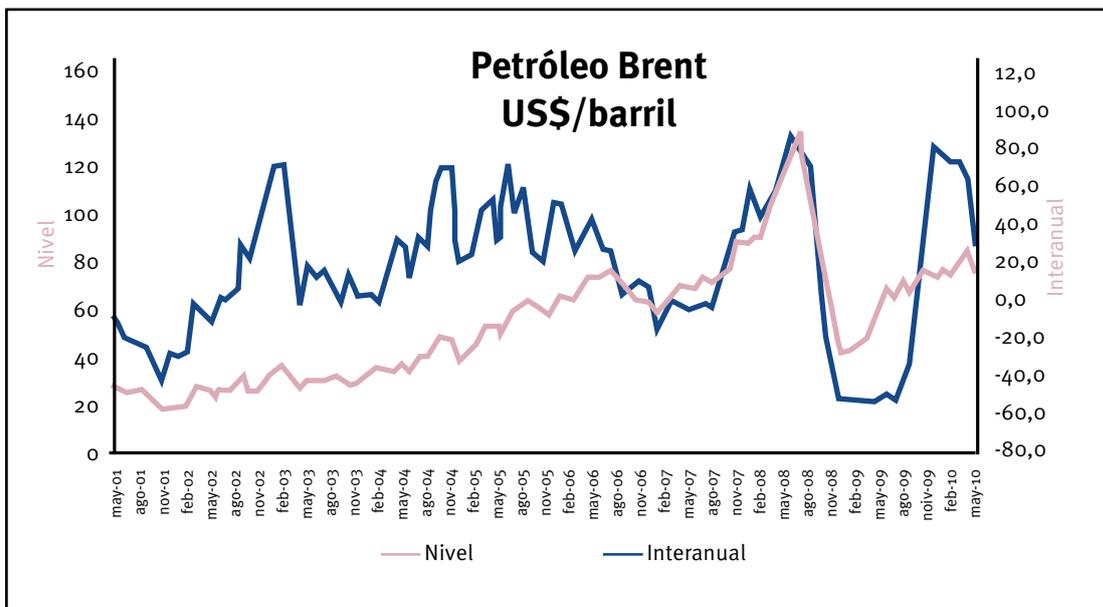
Esta crise foi transmitida nos países do MERCOSUL, fundamentalmente através do forte aumento do preço das matérias-primas-chave, entre julho de 2007 e julho de 2008, tais como petróleo, cereais e sementes para óleos. Assim, por exemplo, o petróleo, o milho e a soja aumentaram 80% no mencionado período. O anterior pode-se verificar nos seguintes gráficos. O pânico bursátil de agosto de 2007 e condições monetárias mais leves incentivaram a realocação do portfólio para ativos mais seguros: bônus do tesouro dos EUA e produtos básicos. Igualmente, a depreciação do dólar e o crescimento da economia mundial contribuíram com o aumento dos preços das matérias-primas.

Gráfico 10



Fonte: Relatório Econômico – BCP.

Gráfico 11



Fonte: Relatório Econômico – BCP.

A tendência de alguns fatores foi alterada em julho de 2008, e os mercados dos produtos básicos começaram a debilitar-se. Igualmente, começaram a aparecer sinais de debilidade no Japão e na Zona do Euro. Da mesma forma, para o último trimestre, foram reduzidos os preços das principais exportações e do petróleo. Os indicadores de atividade nos EUA sofreram uma deterioração maior, e ao final de setembro e outubro, os mercados de valores caíram. Os fluxos de capitais somente se dirigiram aos bônus do Tesouro dos EUA e em ativos de maior liquidez. Como consequência, foi gerada no MERCOSUL uma saída de capitais, especialmente no Brasil, com uma apreciação do dólar. Isto foi somado como fator de pressão para a balança de pagamentos, dada a queda do preço dos principais produtos de exportação. Assim, diante desta incerteza, os bancos da região aplicaram certo raciocínio do crédito, tanto na forma de quantidades quanto em um aumento das taxas ativas.

Em meados de 2009, eram visíveis alguns indícios de estabilidade da economia mundial, posterior à grave deterioração do ano anterior. Igualmente, os volumes e preços do comércio internacional começaram a se estabilizar e crescer levemente. Assim, os preços dos produtos energéticos e óleos registraram recuperações com relação aos baixos níveis do final de 2008. Da mesma forma, a partir do segundo trimestre de 2009, o dólar iniciou uma trajetória de forte depreciação relacionada com as condições extremamente leves do mercado monetário dos EUA, e a incerteza sobre o futuro crescimento da economia americana.

O ano de 2010 será um período de recuperação em matéria de crescimento para o MERCOSUL, tal como pode ser visto na Tabela 8, embora existam alguns fatores de risco nas economias desenvolvidas que gerem certa incerteza.

Análise Individual de cada País

Nas seções anteriores, buscamos caracterizar a situação de bancarização nos países do MERCOSUL e realizar algumas comparações internacionais no âmbito do mesmo bloco. Nesta seção, iremos contextualizar o ambiente macroeconômico e analisar a situação de cada um dos países, considerando principalmente a evolução recente de seus principais indicadores e as medidas tomadas para estimular a bancarização. Este último objetiva propor um esquema que dê apoio ao processo de bancarização da região, no entendimento de que com

maior acesso do sistema financeiro, será possível potencializar e maximizar as possibilidades de crescimento das economias.

Argentina

A seguinte tabela apresenta as principais variáveis do sistema financeiro argentino, fornecendo ao leitor uma perspectiva de indicadores do mesmo e, ao mesmo tempo, de sua evolução nos últimos 20 anos. O seguinte quadro analisa exclusivamente os bancos privados e públicos.

Tabela 10

Características do Sistema Bancário MERCOSUL					
Milhões de US\$					
Argentina					
	1990	1995	2000	2005	2009
I. Depósitos e Empréstimos					
Depósitos	10.936	45.232	86.570	45.047	71.522
Empréstimos ao Setor Privado	10.753	51.505	67.909	20.482	39.793
II. Ativos e Passivos					
Ativo	36.077	75.727	115.301	62.300	99.853
Passivo	18.030	59.576	106.666	56.698	87.725
Capital	10.654	16.151	8.634	5.602	9.862
III. Participação em Bancos Estrangeiros					
Em Depósitos	s/d	19	48	28	27
Em Empréstimos	s/d	18	49	35	29
Nº de Instituições	31	30	39	23	21
Total de Sucursais	s/d	382	1.861	858	893
Total de Funcionários	s/d	13.053	39.668	20.120	21.733
IV. Participação do Setor Público					
Em Depósitos	68	39	33	45	43
Em Empréstimos	65	42	28	31	37
Nº de Instituições	36	31	15	13	12
Total de Sucursais	s/d	1.470	1372	1.561	1.436
Total de Funcionários	75.710	53.483	39986	38.442	38.094

	1990	1995	2000	2005	2009
V. Número Total de Bancos e Funcionários					
Nº de Instituições	170	127	89	71	66
Total de Funcionários	133.586	109.814	100.583	85.205	94.113
Total de Sucursais	s/d	3.988	4.201	3.779	4.007
VI. Solvência, Eficiência e Tamanho do Sistema					
Capital/Ativos	30%	15%	11%	17%	10%
Ativos/Funcionários	0,3	0,7	1,1	0,7	1,1
Ativos/Nº de Bancos	212	596	1.296	877	1.513
Depósitos/Bancos	64	356	973	634	1.084
Depósitos/Sucursais	s/d	11,34	20,61	11,92	17,85
Depósitos/Funcionários	0,1	0,4	0,9	0,5	0,8
População/Nº de Bancos	191	274	413	544	608
Empréstimos Vencidos/Total de Empréstimos	s/d	s/d	16	5,2	4,30
Custos Administrativos/Total de Ativos	s/d	s/d	6,2%	5%	6,7%
VII. Dados Macroeconômicos					
PIB (milhões de US\$)	141.337	258.032	284.204	182.171	307.052
Tipo de câmbio (Unidades de MN/US\$)	0,56 *	1,00	1,00	3,03	3,80
Base Monetária (Fim do Período) Def. de IFS do FMI (Em milhões de Pesos)	3.617	13.050	15.054	54.711	122.350
Mo (Fim do Período) Def. de IFS do FMI (Em Milh de Pesos)	2.259	11.161	12.571	43.764	86.073
Inflação Anual	1.344%	1,61%	-0,7%	12,3%	7,7%
Média de Taxas Ativas Bancos (Efetiva em ME)	s/d	13,9	9,7	11,09	8,00
Média de Taxas Passivas Bancos (Efetiva em ME)	s/d	8,95	7,03	0,43	1,50
População (milhares)	32.530	34.779	36.784	38.592	40.134

Fonte: INDEC, BCRA, FMI, BM, BID.

* Neste ano, a moeda de curso legal na Argentina era o Austral (A). A conversão ao Peso Argentino (\$) foi A 10.000= \$ 1

Uma característica importante do processo de bancarização na América Latina refere-se aos baixos níveis de bancarização e, de maneira especial, à grande volatilidade das economias e dos sistemas financeiros.²⁷ Grande parte do sucesso de um sistema financeiro depende da credibilidade, e estase constrói através do tempo. No âmbito de países, violentas flutuações nas políticas ou regras do jogo geram uma incerteza que logo é percebida no comportamento agregado dos agentes econômicos. Um bom exemplo desta situação é a Argentina, que com a crise bancária e financeira de 2001-2002 gerou forte processo de falta de intermediação, assim, o crédito e os depósitos do setor privado passaram de aproximadamente 25% do PIB, em 1999, para 9,6% do PIB em créditos, e para 17% em depósitos em 2004. Atualmente, os créditos ficam em torno de 13% do PIB; e os depósitos, em 17% do PIB. Isto configura um espectro altamente volátil e que requer medidas importantes para sua estabilização e posterior crescimento.

Na Argentina, a crise de 2011-2002 gerou um sistema bancário mais concentrado nas atividades de transação (função de forma de pagamen-

tos do sistema financeiro), de mais curto prazo. A atividade de intermediação da poupança para o investimento foi substancialmente reduzida, como demonstram os números citados. Particularmente, após a crise, o crédito caiu fortemente, principalmente o de longo prazo, e as empresas passaram a se financiar em maior medida do que antes, com recursos próprios. O crédito concentrou-se no consumo (pessoais e cartão de crédito) e em empréstimos de curto prazo para empresas (adiantamentos de conta corrente e desconto de documentos). Como contraponto disso, configurou-se um sistema financeiro com altos níveis de liquidez nos bancos (combinação da baixa demanda de crédito e atitude de precaução dos bancos). Isto pode ser visto na diferença entre as relações de depósitos e crédito para PIB. No que diz respeito à poupança, a existência de medidas restritivas para o retiro de depósitos no passado, mesmo quando não existiam mais, geraram desconfiança em alguns depositantes, que procuraram ativos alternativos para investir suas economias (por exemplo, imóveis). A seguinte tabela ilustra de a situação anteriormente descrita.

27 A maioria das economias latino-americanas teve pelo menos uma crise financeira nas últimas décadas.

Tabela 11

Ano	Entidades Bancárias	Sucursais e outras dependências	Caixas automáticos	Contas: Caixas de poupança (em milhares)	Contas: Prazo fixo (em milhares)	Contas correntes (em milhares)	Depósitos Privados (% PIB)	Empréstimos Privados (% PIB)
1993	167	4.257	880	4.876	1.177	1.744	11,7	16,7
1994	168	4.245	1.000	5.932	1.318	1.862	14,3	18,8
1995	127	4.018	1.680	6.059	1.305	1.704	13,9	19,6
1996	121	4.024	1.632	6.713	1.522	1.881	15,9	19,2
1997	113	4.120	2.556	8.742	1.643	2.287	18,1	20,2
1998	102	4.337	3.701	12.084	1.849	2.909	21,5	22,8
1999	92	4.325	4.229	13.197	1.928	3.222	24,8	25,0
2000	89	4.239	5.156	13.790	2.080	3.262	25,9	24,2
2001	84	4.200	5.795	17.764	1.593	3.261	25,8	22,8
2002	78	3.888	5.577	11.329	1.256	2.638	20,8	16,6
2003	75	3.817	5.813	12.571	938	2.033	19,2	11,4
2004	73	3.769	6.097	14.093	903	2.286	17,7	9,6
2005	71	3.779	6.526	16.612	916	2.601	18,0	10,4
2006	72	3.824	7.362	18.246	1.331	2.725	18,9	11,5
2007	67	3.860	8.377	20.040	1.401	3.056	19,1	13,2
2008	67	4.009	9.808	21.251	1.355	3.350	16,1	12,5
2009	66	4.035	11.144	23.522	1.381	3.332	17,4	12,7

Fonte: BCRA

Já vimos em outras seções que todos os países da região possuem baixíssimos níveis de bancarização em relação aos países desenvolvidos. Como já foi comentado, chama especialmente a atenção na Argentina, no que se refere a crédito e depósitos bancários, sua posição entre os mais baixos em comparação ao nível internacional e inclusive regional. Outro elemento importante é a quantidade de pessoas que acessam serviços bancários. Nesse sentido, na Argentina, apenas 25% da população adulta dispõe de alguma conta bancária, enquanto nos EUA ou Espanha essa proporção alcança respectivamente 91% e 93% (Banca e Risco, 2009).

Este baixo grau de bancarização representa um aparente benefício diante da crise internacional: quando o uso dos bancos é baixo, e a isso soma-se o fechamento do país aos fluxos de capitais internacionais de curto prazo, as consequências são menores.²⁸ No entanto, como foi referido anteriormente, a literatura financeira indica a existência de uma alta correlação entre crédito bancário e o ingresso per capita, e os países com sistemas bancários pequenos que têm níveis mais baixos de desenvolvimento.

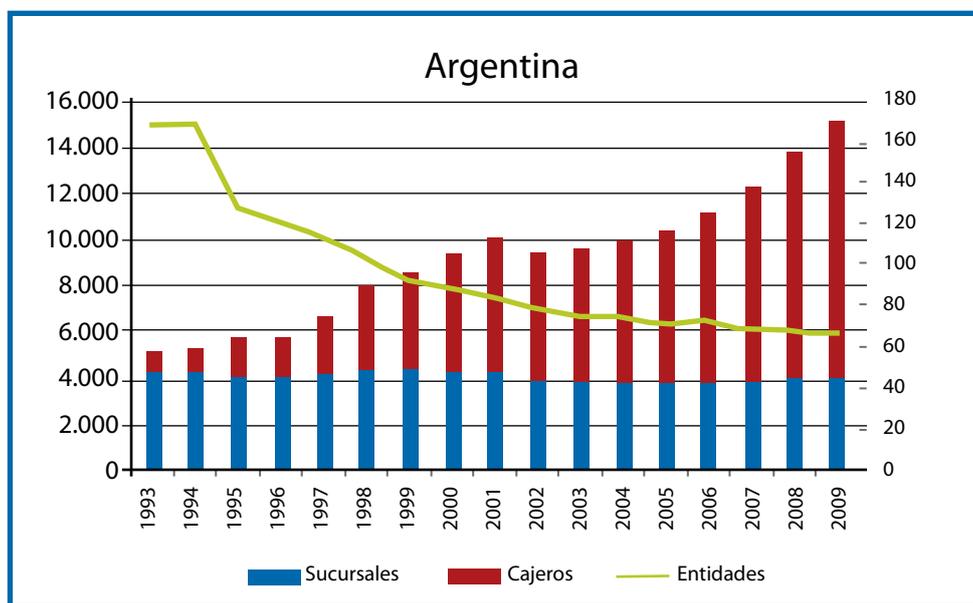
Após a crise financeira, ainda que o ritmo de crescimento seja lento, é possível observar um

28 Considerando que os mecanismos de transmissão de crises externas até as economias locais são mais lentos. Assim, por exemplo, os incrementos das taxas de juros internacionais têm efeito menor sobre as taxas locais, sobre o tipo de câmbio e em geral sobre os setores reais da economia. Como estes últimos não recebem grande quantidade de empréstimos dos bancos, um "credit crunch bancário" não tem efeito importante sobre os volumes de produção do setor real (que possuem uma baixa dependência do sistema bancário).

gradativo processo de bancarização que tem acompanhado o crescimento econômico. De fato, o crescimento médio real da economia argentina foi de 7,37% anual no período 2003-2009. No mesmo período, os depósitos cresceram 214%; os empréstimos, 279%; e os ativos totais do sistema financeiro, 125% no mesmo período.

A respeito da bancarização, a partir da perspectiva da disponibilidade e cobertura geográfica, desde 1996, o número de sucursais bancárias tem diminuído – e de alguma maneira elas vêm sendo substituídas por caixas eletrônicos – e tem ocorrido um processo de concentração, fusão e/ou absorção de entidades.

Gráfico 12



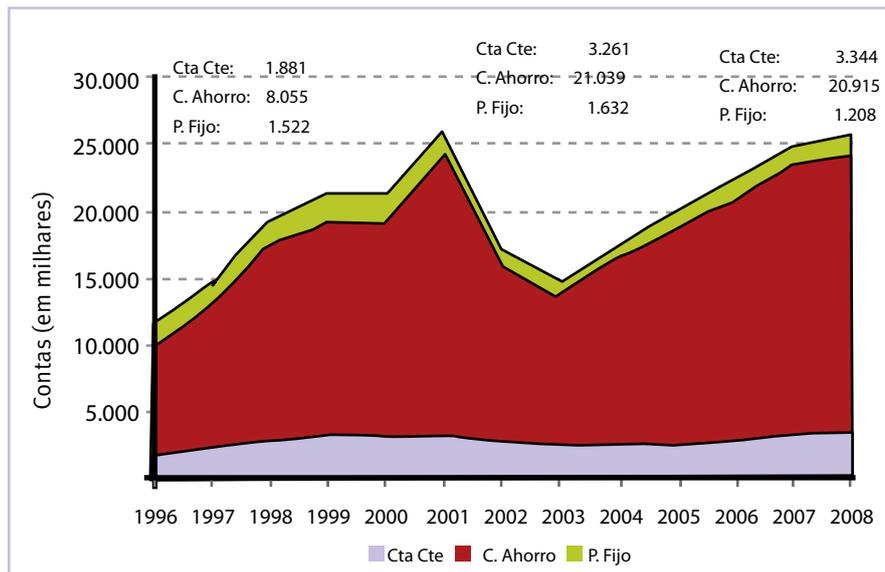
Fonte: BCRA

Em adição, nos últimos anos foi observada uma forte expansão do uso do cartão de débito (que recebe devolução de parte do IVA), e criaram-se contas de salário para bancarizar os funcionários, existindo atualmente por volta de 7 milhões de contas, e foi gerado um maior uso dos meios bancários para a distribuição dos planos sociais como motores da bancarização. Esses fatores contribuem para incrementar a bancarização a respeito da função de pagamento do sistema financeiro.

No entanto, existe um fator limitante para o processo de bancarização – o imposto aos débitos bancários, instrumentalizado em 2001 com o objetivo de equilibrar as contas públicas.

Por sua vez, o número de contas de depósitos alcançou, em 2008, os níveis pré-crise, 2001-2002. Agora se espera que estes indicadores continuem crescendo sistematicamente e, de fato, já para 2009 e 2010, tenham superado os níveis prévios à crise.

Gráfico 13



Fonte: BCRA

Diante da situação comentada anteriormente, a Argentina implementou uma série de medidas para incentivar a bancarização, que são as seguintes:²⁹

a) Após a saída da Convertibilidade, e para combater a crise financeira, o Banco Central exigiu aos bancos uma série de medidas prudentes, tais como limitações ao despojo de moedas³⁰ e limites em sua exposição ao Setor Público (financiamento não superior a 35% de suas pastas).

b) Reduzir a dolarização do sistema, para limitar o risco cambial. Criar uma curva de rendimento em moeda local, facilitar o desenvolvimento de um mercado de futuros e estabelecer um sistema de formas de pagamento em moedas locais para o comércio com o Brasil.

c) Foram estabelecidas medidas especiais para aumentar o número e o uso de contas de poupança nos bancos. Nesse sentido, estimulou-se o uso dos cartões de débito por meio

do menor pagamento de IVA para as compras feitas dessa forma; foi criada a Conta Básica Universal, logo substituída pela Conta Gratuita Universal³¹; foi regulamentado o pagamento de salários através de contas bancárias (em outubro de 2010 passaram a operar sem custo para o titular e o empregador) etc.

d) Designação Universal por Filho: é um programa do governo nacional que começou sua vigência a partir do dia 1 de novembro de 2009 e oferece um pagamento mensal destinado aos filhos das pessoas desempregadas, que trabalham no mercado informal, ou que ganham menos do que um salário mínimo, vital e móvel, com um mecanismo que estimula a assistência às aulas e os controles de saúde das crianças (alcança quase 3.600.000 crianças). Para a primeira cobrança da prestação, o titular recebe um cartão magnético para retirar o dinheiro e qualquer caixa eletrônico da rede sob a designação de Conta Gratuita Universal.

29 Algumas das medidas foram implementadas antes da crise de 2001, mas foram e são importantes para incrementar a bancarização.

30 Basicamente limitando as aplicações em moeda estrangeira.

31 Criada em outubro de 2010, não tem custos de emissão nem de manutenção, e mantém as características da Conta Básica Universal (criada em setembro de 2008), ou seja, de ser uma conta em pesos, destinada unicamente a pessoas físicas, para operar em caixas eletrônicos, que permite utilizar um cartão de débito com o benefício de devolução de 5% do IVA e sem possibilidade de acordo de déficit.

e) Para incrementar a cobertura geográfica das entidades, foram reduzidas as barreiras ao ingresso com medidas tais como um capital inicial menor para zonas menos populosas e distantes, facilidade para autorizar novas sucursais, sucursais móveis, entre outras.

f) Facilidade para gerar pagamentos através do sistema bancário: menores custos para pagamentos eletrônicos (em outubro de 2010, limitou-se o custo das transferências de até \$ 10.000 diários que sejam realizados através do home banking, ou de caixas eletrônicos, e limitaram as comissões para transferências maiores que esse valor), possibilidade de pagamentos de impostos e taxas através do sistema bancário etc.

g) Esquemas para incrementar o crédito, fundamentalmente de longo prazo: incentivar o aumento das fontes de acumulação dos bancos, admitir o depósito como garantia preferida para os empréstimos imobiliários, gerar capacidade de empréstimo para a importação de bens de capital através de argendólares, permitir o não cumprimento de certas regulações se aumentado o financiamento de médio e longo prazo, entre outras.

Estudos recentes indicam que existe uma relação direta entre a bancarização na Argentina e a quantidade da população, a situação socioeconômica local, a superfície da província, o nível de atividade econômica e o ambiente de negócios da localidade considerada. Esses determinantes diferem dependendo se a entidade for pública, privada nacional ou estrangeira, refletindo o diferente perfil de negócios dos

distintos grupos de entidades. Assim, a banca pública é a que demonstra maior presença em locais de menor tamanho relativo, as entidades estrangeiras operam nos centros urbanos, enquanto a banca privada nacional mostra uma maior dependência no ambiente de negócios provincial (Anastasi et al., 2006). As medidas anteriores foram tomadas levando em conta a informação surgida nestes estudos.

Um aspecto que se destaca entre as medidas tomadas pelo BCRA é a Pesquisa de Acesso aos Serviços Financeiros, feita no final de 2006 e em 2009. Esta pesquisa é ampla e composta por três partes fundamentais: a) pesquisa em pessoas; b) pesquisa em empresas; e c) pesquisa em entidades financeiras. Deu-se especial ênfase naqueles locais que não contam com acesso aos serviços financeiros. Esta pesquisa é fundamental, já que permite conhecer de maneira direta, a partir da opinião dos próprios protagonistas, suas necessidades e restrições para o uso dos serviços financeiros.

Como forma de valorização da experiência argentina, podemos afirmar que nos últimos anos vem sendo recuperada a confiança no sistema financeiro argentino, que, de maneira gradativa, incrementou a bancarização de forma genérica, assim como o BCRA realizou numerosas ações para incrementar a bancarização, tendo resultados animadores. Menção especial merece a Pesquisa de acesso e utilização de Serviços Financeiros, devido ao fato de permitir gerar produtos e ações a partir do conhecimento real das necessidades e aspirações dos usuários dos serviços financeiros.

Brasil

A seguinte tabela apresenta as principais variáveis do sistema financeiro brasileiro, para

fornecer ao leitor uma perspectiva de indicadores do mesmo e, ao mesmo tempo, de sua evolução nos últimos 20 anos.

Tabela 12

Características do Sistema Bancário MERCOSUL					
Milhões de US\$					
Brasil					
	1990	1995	2000	2005	2009
I. Depósitos e Empréstimos					
Depósitos	56.753	106.496	105.158	484.175	585.538
Empréstimos ao Setor Privado	77.245	145.148	122.100	254.986	713.380
II. Ativos e Passivos					
Ativo	246.576	545.949	524.595	801.944	1.733.590
Passivo	223.471	218.052	187.685	653.310	1.591.272
Capital	1.935	49.750	53.665	131.536	142.318
III. Participação em Bancos Estrangeiros					
Em Depósitos	s/d	s/d	s/d	66.104	23.422
Em Empréstimos	13.777	14.734	28.293	58.966	135.063
Nº de Instituições	46	54	71	57	53
Total de Sucursais	s/d	315	3.460	3.228	s/d
Total de Funcionários	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d
IV. Participação do Setor Público					
Em Depósitos	s/d	55.378	s/d	119.809	196.448
Em Empréstimos	71.466	68.384	50.733	90.057	280.109
Nº de Instituições	16	16	16	14	12
Total de Sucursais	s/d	9.134	6.284	8.005	s/d
Total de Funcionários	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d

	1990	1995	2000	2005	2009
V. Número Total de Bancos e Funcionários					
Nº de Instituições	132	166	191	161	161
Total de Funcionários	s/d	668.801	517.375	523.224	569.528
Total de Sucursais	s/d	18.023	16.637	18.078	20.081
VI. Solvência, Eficiência e Tamanho do Sistema					
Capital/Ativos	10%	9%	10%	16%	8%
Ativos/Funcionários		0,9	1	1,99	3,04
Ativos/Nº de Bancos	s/d	3.289	2.747	4.981	10.768
Depósitos/Bancos	s/d	642	551	3.007	3.637
Depósitos/Sucursais	s/d	6	6	27,5	29,2
Depósitos/Funcionários	s/d	0,2	0,3	1	1
População/Nº de Bancos	1.096	939	878	1.160	1.189
Empréstimos Vencidos/Total de Empréstimos	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d
Custos Administrativos/Total de Ativos	----	----	----	----	----
VII. Dados Macroeconômicos					
PIB (milhões) de US\$)	0,48	702.383	601.776	933.582	1.654.218
Tipo de câmbio (Unidades de MN/US\$)	24,84	1	1,83	2	2
Base Monetária (Média Anual) Def. de IFS do FMI.	s/d	30.971	40.630	62.947	130.577
Mo Monetária (Média Anual) Def. de IFS do FMI.	s/d	23.567	26.058	44.021	87.407
Inflação Anual	16,2	22%	6,0%	5,7%	4,3%
Média de Taxas Ativas Bancos (Efetiva em ME)	s/d	154,6	42,8	39,6	30,6
Média de Taxas Passivas Bancos (Efetiva em ME)	9394,2	52,3	17,2	17,6	
População (milhares)	144.720	155.820	167.720	186.830	191.481

Fonte: IGBE, BCB, FEBRABAN, FMI, BM, BID

O caso do Brasil é muito interessante, já que seus diferentes indicadores têm crescido na última década de maneira constante, no entanto, ainda há muito que melhorar para alcançar os

níveis dos países desenvolvidos. A seguir, um resumo dos principais indicadores de utilização dos serviços financeiros.

Tabela 13
Resumo dos Principais Indicadores

Bancarização no Brasil	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
População (em milhões)	171,3	173,8	176,3	178,7	181,1	183,4	185,6	187,6	189,6	191,5
População Economicamente Ativa (em milhões)	83,3	85,2	88,2	90,2	92,6	95,9	97,3	98,6	99,9	107,0
População a partir dos 10 anos (milhões)	104,5	105,2	108,1	109,7	111,9	115,2	115,6	116,3	128,7	122,5
Contas Totais (em milhões)	117,8	131,5	144,7	161,1	176,2	193,2	206,7	224,0	250,2	250,2
Nº de Cartões de Crédito (em milhões)	29	38	42	45,0	53,0	68,0	82,0	104,0	124,0	136,2
Nº de Cartões de Débito (em milhões)					138	171	187	201	217	232,6

Fonte: BCB – Febraban.

As autoridades brasileiras implementaram uma série de medidas, já faz alguns anos, para expandir o alcance dos serviços financeiros; inicialmente, as medidas eram fundamentalmente do lado da disponibilidade geográfica de ditos serviços e, posteriormente, mais dirigidas para que ditos serviços sejam utilizados.

Entre as primeiras experiências de sucesso encontra-se o modelo de “Correspondentes não Bancários (CNB)”, os quais permitiram uma cobertura quase completa de seu amplo território com opções de serviços financeiros. Igualmente, aplicaram-se outras medidas, como as de fomento ao Microcrédito (Microfinanças)³², as contas, as contas simplificadas, as Cooperativas de Poupança e Crédito, e as Moedas Sociais. Adi-

cionalmente, outro programa com forte impacto sobre a bancarização e sobre o acesso em ao menos algum serviço financeiro formal foi o Programa Bolsa Família que, embora não pareça ser um programa financeiro, pela maneira em que foi implementado, tem um alto impacto sobre a bancarização ao permitir o acesso ao sistema financeiro de numerosas famílias pobres, especialmente habilitando para os beneficiários de uma poupança.

Correspondentes Não Bancários

O esquema de correspondentes não bancários existe no Brasil desde 1973, mas desde em 1999 teve um forte impacto, já que expandiu o leque de serviços financeiros fornecidos pelos corres-

32 Aqui existem duas ações concretas, a seguir: a) O Programa Nacional de Microcrédito Orientado; e, b) O direcionamento de 2% da carteira dos Bancos para o Microcrédito.

pondentes não bancários (CNB), e eles começaram a crescer de maneira significativa (Prieto Ariza, 2006).

O Brasil conta com algumas características que tem feito do modelo CNB uma experiência de sucesso (Feltrim et al., 2009). A primeira é o avanço tecnológico do setor bancário nos últimos anos, que permitiu a implementação de canais de distribuição originais.

A segunda é o impulso que o governo brasileiro deu à construção de um sistema financeiro de inclusão, por meio de um conjunto de medidas e políticas tendentes a proporcionar um ambiente regulatório e macroeconômico adequado. Da mesma forma, as características demográficas e dimensões continentais do país geraram desafios importantes para a inclusão financeira por meio dos bancos. De fato, conta com 1.400 prefeituras com menos de 5.000 habitantes, há uma ampla dispersão geográfica, e as sucursais bancárias tradicionais estão concentradas em 55% na região mais rica do país, localizada no Sudeste. A baixa densidade populacional de muitas prefeituras faz com que a prestação de serviços financeiros por meio de escritórios tradicionais seja mais custosa. O esquema do CNB permite cobrir este tipo de populações que manejam um valor médio de transações muito baixo.

O Correspondente Não Bancário pode ser um supermercado, uma farmácia, uma lotérica ou qualquer outro negócio que dispõe de um volume de atenção de clientes habituais. Os dispositivos tecnológicos com que conta são: Terminais POSs, computadores de uso específico e demais instrumentos com os quais pode-se fazer leitura de cartões, validação de dados de identificação, captura e transmissão de informação e expedição de recibos.

O modelo apresenta vantagens para o banco que podem expandir sua cobertura geográfica e rede a um baixo custo, aumentando seus clientes e mantendo a mesma base tecnológica. O Correspondente recebe um pagamento pelos serviços prestados, tem aumento de seu fluxo de pessoas, geração de fidelidade, capacitação de seus funcionários etc.

A população local também se beneficia com o modelo ao receber a atenção em seu próprio município, redução dos custos de transação, maior flexibilidade de horário, maior conforto e melhores condições para obter outros serviços financeiros, conseguindo maior inclusão social. De igual forma, existe um benefício para a sociedade em seu conjunto com o desenvolvimento da economia local, maior oferta de serviços para todas as camadas sociais, incentivos para a poupança nacional, fomento para os novos empreendedores, possibilidades adicionais de crédito etc.

Os resultados em cobertura têm sido muito importantes, com o qual, para finais de 2002, foram eliminadas prefeituras sem serviços financeiros, de acordo com Soares e Melo Sobrinho (2008). Para o dia 3 de maio de 2010, existem cadastrados no Brasil 151.872 correspondentes e, com eles, tem-se uma ampla rede do sistema financeiro brasileiro.

As redes correspondentes têm crescido com força, no entanto, não há informações suficientes a respeito de quem são seus principais usuários. De acordo com Kumar (2005), numa pesquisa do Banco Mundial, 50% dos clientes da CAIXA ganha menos que R\$ 200,00 mensais, e aproximadamente 60% dos clientes do Banco Postal estão nessa faixa.

Esses correspondentes, de acordo com informações da FEBRABAN (2008), realizam funda-

mentalmente serviços de pagamentos e transferências, principalmente para programas como o Bolsa Família. Faltaria incorporar, entre as atividades habituais destes correspondentes, também o fornecimento dos microsserviços financeiros que hoje estão autorizados, mas não são oferecidos. De fato, somente 35% dos correspondentes oferecem serviços de abertura e movimentação de contas bancárias; o resto oferece, fundamentalmente, serviços de pagamentos e transferências para os programas como o Bolsa Família ou outros.

O último fator representa um grande desafio que deve ser abordado com muita criatividade e um esquema que foque no cliente. Aqui, as tecnologias da informação e uma melhor capacitação para as pessoas que operam estes correspondentes são peças-chave.

Microfinanças

Nem sempre é fácil definir as microfinanças, e muitas vezes o termo é usado como sinônimo de microcrédito, e como microcrédito entende-se todo crédito pequeno, independentemente de seu destino. Isto ocorre porque quase sempre que se oferece um crédito para um pequeno empresário, é muito difícil distinguir entre um crédito de consumo e outro para sua empresa. Em geral, para o caso do microempresário, não há uma separação entre o capital e o trabalho.

No entanto, neste estudo iremos utilizar a palavra microfinanças, que implicará a prestação de serviços financeiros adequados e sustentáveis para a população de baixa renda, normalmente excluída dos sistemas financeiros tradicionais. Uma entidade de microcrédito é definida como aquela que tem como principal atividade a de fornecer serviços para aquelas pessoas de baixa renda e com metodologias apropriadas para o setor.

O início das operações de microfinanças no Brasil remonta ao início da década de 70. Em sua primeira fase e durante duas décadas, sua faceta predominante foi a conexão com as ONGs³³, as que foram financiadas com recursos e aportes internacionais, fundos rotativos, cuja preocupação central foi o financiamento dos tomadores de créditos, e não o retorno do crédito. Ou seja, não tratava-se de organizações especializadas em microfinanças, caracterizadas pela autossustentação, mas de instituições que desenvolveram uma metodologia para atender comunidades mais pobres, permitindo que o crédito pudesse chegar naqueles que não possuíam acesso aos sistemas mais formais e tradicionais de crédito no Brasil.

Em meados da década de 90, são incorporadas na agenda política as principais ações que permitem expandir e massificar o microcrédito no Brasil. As perspectivas nesse período vão além do oferecimento de crédito aos pobres ou do desenvolvimento de uma metodologia de proximidade (agentes de crédito que monitoram o processo de concessão de crédito indo diretamente ao cliente); o que se busca agora é articular programas/instituições vinculados a uma noção de geração de ingressos para a população.

Em 1996, criou-se a Área de Desenvolvimento Social no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que, em coordenação com o Conselho da Comunidade Solidária, lançou o Programa de Crédito Produtivo Popular (PCPP), cujo objetivo era divulgar, de forma consistente e consequente, o conceito de microcrédito, e promover a formação de uma ampla rede institucional capaz de propiciar crédito aos microempreendedores formais e informais.

Para conhecer o espectro da demanda de microcrédito no Brasil, acompanhamos Kumar (2005),

33 No geral suas atividades se limitavam ao Microcrédito.

indicando que: “98% das 4,1 milhões de micro e pequenas empresas geraram 45% do emprego formal e mais de 60% do trabalho urbano. Direta ou indiretamente fornecem a fonte primária de ingresso para quase 60 milhões de pessoas, e geram quase 20% do PIB”. Este é o grupo que pode e deve ser servido pelas entidades microfinanceiras; no entanto, até o presente a porção destinada ao microcrédito continua sendo muito pequena.

Para tentar paliar este déficit, o governo brasileiro implementou o Programa Microcrédito Produtivo Orientado, fornecendo recursos para pessoas físicas ou jurídicas que empreendam atividades produtivas de pequeno porte, utilizando uma metodologia de relacionamento direto com os empreendedores no local onde é executada e dirigida a pessoas cuja atividade produtiva não supere os R\$ 120.000,00. Utilizam-se recursos públicos e podem participar bancos públicos e privados.

Igualmente, segue vigente o programa de direcionamento de 2% dos depósitos à vista ao Microcrédito. Os bancos que captam tais fundos devem destiná-los ao Microcrédito de maneira direta ou indireta (através dos outros intermediários dedicados ao oferecimento de empréstimos ao setor). Atualmente, metade destes fundos não é utilizada, e são depositados como depósitos compulsivos sem remuneração no Banco Central. Como forma de valorização dos programas, pode-se dizer que os mesmos estão direcionados para conseguir seus objetivos de maneira geral. O melhor de tudo é que estão criando um importante capital social através das redes e associações existentes. Isto pode ter, no longo prazo, um profundo impacto e, sobretudo, obter resultados de inclusão duradouros. É preciso ter cautela para não obrigar as instituições financeiras não especializadas a realizar algo que não sabem ou não querem fazer.

Um ponto a ser aprimorado é o incremento necessário do tamanho dos programas, que até agora ainda são pequenos, sendo o ideal satisfazer grande parte da demanda existente. Às vezes, resulta paradoxal que, com um sistema bancário com excesso de liquidez, existam numerosos agentes econômicos que sentem a falta de financiamento uma das principais restrições para seu crescimento.

Já se tem a oferta e está em franco processo de crescimento, mas é preciso avançar e cobrir toda a demanda. É necessário insistir em educação, e que unicamente o crédito não soluciona o problema de exclusão. Quando são detectadas necessidades específicas, o crédito deve ser completado com programas de capacitação para empresários. Os bancos estarão mais propensos a emprestar ao setor caso o solicitante do crédito for capacitado e possuir um certificado para isso.

Nesse momento, os fundos não são um problema, mas sim o manejo dos mesmos. As instituições microfinanceiras devem ser autossustentáveis. Demonstrou-se que é possível ser autossustentável e também incrementar a cobertura do crédito.

As alternativas de fundos de garantia podem resolver alguns dos problemas estruturais do setor no que se refere às garantias, e podem permitir aos bancos continuar “pensando” com seus esquemas tradicionais.

Um esquema combinado de parte do subsídio temporal, e outro esquema autossustentável, podem gerar maior impacto.

a) Aqueles que não possuem as habilidades para serem empreendedores, mas querem tentar. Podem ser apoiados por programas de capacitação do setor público. Após passarem por esta fase, irão ao setor financeiro e obterão os recursos.

b) Aqueles que têm alguma experiência e formação, mas precisam apenas dos fundos e de algum tipo de garantia.

c) O Estado pode gerar as garantias ou criar as Sociedades de Garantias Recíprocas.

Moedas Sociais

Utilizada em numerosos estados do Brasil, elas são formas de pagamento com certas funções monetárias e de pagamento. Em geral, elas têm circulação restrita e não possuem caráter obrigatório. O objetivo das mesmas é movimentar os recursos internos das comunidades, especialmente em ambientes nos quais não existe uma economia monetária muito desenvolvida, e em alguns casos, têm quase um esquema de troca. Substituem o papel-moeda estatal, e sua continuidade e aceitação como moeda dependem da confiança gerada pelo emissor das mesmas. Tal fonte por ser uma entidade financeira ou uma entidade local com muita ascendência sobre a comunidade.

Embora haja exemplos de moedas similares ao longo da história, o papel e a utilidade que têm para a sociedade ainda é objeto de debate entre acadêmicos e cientistas sociais. Existem esquemas de quase troca em sociedades fechadas, tais como a das cooperativas memnonitas no Paraguai. Nelas, ainda que o dinheiro físico circule nas transações de compra e venda de bens (entre a Cooperativa e seus sócios), geralmente são registradas numa conta, denominada conta corrente, todos os movimentos de compra e venda de bens, e a cada certo tempo é feita uma compensação.

Pode ser um elemento importante de inclusão e utilização dos recursos locais, requer confiança e, se bem-utilizada, ajuda na geração de redes interpessoais e de capital social nas comunidades.

Programa Bolsa Família

Neste ponto, merece menção especial o “Bolsa Família” programa que, embora não seja diretamente um serviço financeiro fornecido por entidades financeiras, é um subsídio destinado ao apoio às famílias mais pobres do Brasil como forma de saírem da extrema pobreza.

O Programa Bolsa Família foi criado em janeiro de 2004 pelo governo federal, com a finalidade de unificar os programas de transferência de rendimentos vigentes desde julho de 2001. Essas transferências de rendimentos eram formadas pelos seguintes programas: 1) Programa Nacional de Renda Mínima denominado “Bolsa Escola”, criado em abril de 2001; 2) Programa Nacional de acesso à alimentação-PNA, denominado “Cartão Alimentação”, criado em julho de 2003; 3) Programa Nacional de Renda Mínima, vinculado à saúde e que teve a denominação de “Bolsa Alimentação”, criada em setembro de 2001; e 4) Programa de auxílio gás, criado em 2002.

O programa tem como objetivo atender às famílias abaixo da linha de pobreza e extrema pobreza, que correspondem à renda familiar mensal per capita de R\$ 100,00 e R\$ 50,00, respectivamente. O processo de inscrição das famílias pobres no cadastro único do governo federal é responsabilidade dos governos municipais.

Atualmente, o programa alcançou 11 milhões de famílias brasileiras em todos os municípios do país. A CAIXA é o Agente Operador encarregado de efetuar o pagamento das parcelas do Bolsa Família. A CAIXA deve manter disponível, como mínimo, um canal de pagamentos em cada município. O pagamento às famílias beneficiadas pode ser efetuado através dos seguintes canais de pagamento, observando-se as regras do Banco Central do Brasil.

»

- Agências ou Postos Bancários – estabelecimentos oficiais da CAIXA.

- Unidades de lotéricas – estabelecimentos comerciais para realizar prognósticos creditados e habilitados pela CAIXA;

- Correspondentes bancários – estabelecimentos comerciais prestadores de serviços bancários específicos – creditados e habilitados pela CAIXA; e

- Terminais de autoatendimento – equipamentos de automação bancária da CAIXA sob responsabilidade de uma agência bancária.

Como pode-se observar, este programa permite a bancarização das famílias mais pobres e teve um tremendo impacto, chegando à grande quantidade de famílias que provavelmente não tiveram nenhum, ou muito pouco, contato com os bancos. A

partir deste esquema inicial de serviços de pagamentos, é possível incorporar gradativamente estas pessoas com outros serviços financeiros.

Adicionalmente ao exposto nesta seção, também foram implementadas outras medidas com ótimos resultados para facilitar a utilização de serviços financeiros por parte da população brasileira, tais como as contas simplificadas e um apoio às Cooperativas de Crédito.³⁴

Em uma reflexão sobre o processo de bancarização e inclusão financeira no Brasil, observa-se ampla cobertura, forte aumento da rede e programas concretos por parte das autoridades (Projeto de BC de inclusão financeira). É importante continuar com estes programas e, além disso, realizar estudos da demanda de serviços financeiros através de pesquisas (talvez uma similar à da Argentina seria recomendável), de maneira a poder focar melhor nas diferentes medidas da política a ser implementada.

34 As Cooperativas de Crédito no Brasil, embora suas poupanças e créditos concedidos não constituam um montante muito importante em comparação com os bancos, não deixam de ser importantes já que possuem mais de 4 milhões de associados e em muitos casos constituem fatores importantes de prestação de serviços financeiros para estes indivíduos sócios das mesmas.

Paraguai

A seguinte tabela apresenta as principais variáveis do sistema financeiro argentino, de

modo a fornecer ao leitor uma perspectiva de indicadores do mesmo e, simultaneamente, de sua evolução nos últimos 20 anos.

Tabela 14

Características do Sistema Bancário MERCOSUL					
Milhões de US\$					
Paraguai					
	1990	1995	2000	2005	2009
I. Depósitos e Empréstimos					
Depósitos	659	2.545	2.391	2.310	5.296
Empréstimos ao Setor Privado	630	2.044	2.102	1.574	4.219
II. Ativos e Passivos					
Ativo	899	3.531	3.273	2.854	6.741
Passivo	782	2.780	2.574	2.087	6.668
Capital	221	428	386	259	595
III. Participação em Bancos Estrangeiros					
Em Depósitos	412	766	1.085	578	409
Em Empréstimos	77	527	905	370	278
Nº de Instituições	14	37	9	5	3
Total de Sucursais	55	s/d	33	17	4
Total de Funcionários	1.275	s/d	1.027	632	226
IV. Participação do Setor Público					
Em Depósitos	18	319	151	205	343
Em Empréstimos	12	72	39	20	43
Nº de Instituições	2	2	1	1	1
Total de Sucursais	59	s/d	49	52	49
Total de Funcionários	3.681	s/d	928	925	973

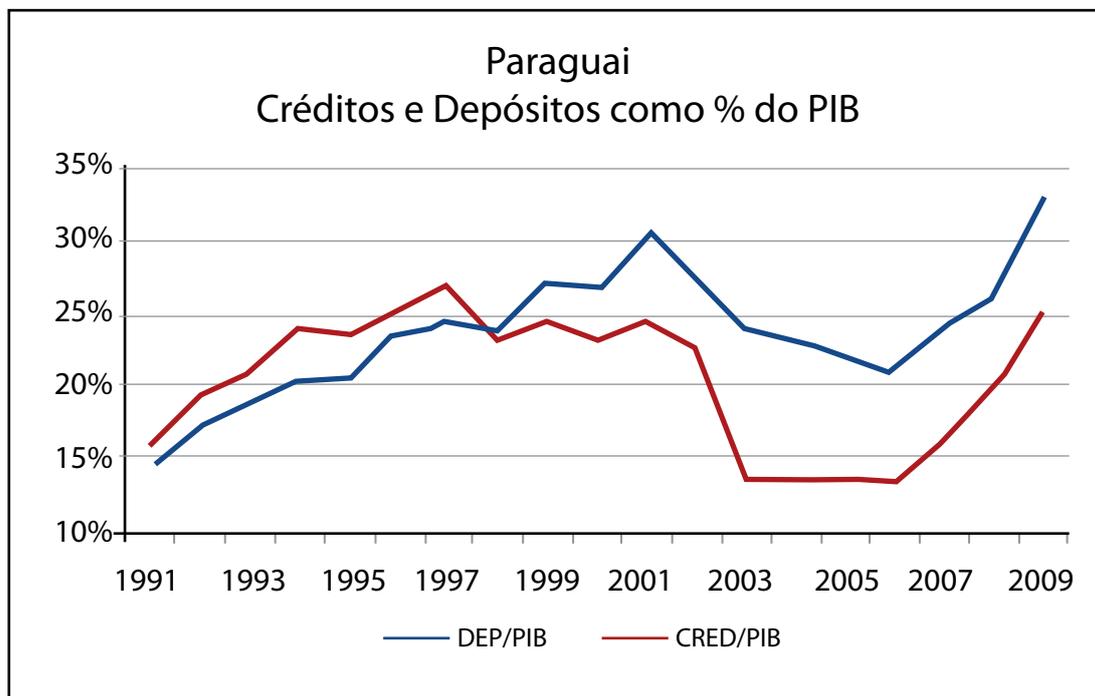
	1990	1995	2000	2005	2009
V. Número Total de Bancos e Funcionários					
Nº de Instituições	26	31	22	13	15
Total de Funcionários	3.681	s/d	3.433	2.839	5.480
Total de Sucursais	177	s/d	180	137	277
VI. Solvência, Eficiência e Tamanho do Sistema					
Capital/Ativos	25%	12%	12%	9%	9%
Ativos/Funcionários	0,24	s/d	0,95	1,01	1,23
Ativos/Nº de Bancos	35	114	149	220	449
Depósitos/Bancos	25	82	109	178	353
Depósitos/Sucursais	4	s/d	13	17	19
Depósitos/Funcionários	0,2	s/d	0,7	0,8	1,0
População/Nº de Bancos	163	155	243	454	423
Empréstimos Vencidos/Total de Empréstimos	s/d	6,8%	16,2%	6,5%	1,6%
Custos Administrativos/Total de Ativos	5,8%	5,5%	5,6%	4,8%	3,7%
VII. Dados Macroeconômicos					
PIB (milhões) de US\$)	4.961	8.063	7.086	7.473	14.625
Tipo de câmbio (Unidades de MN/US\$)	1220	1.964	3.491	6.178	4.967
Base Monetária (Média Anual) Def. de IFS do FMI.	448	841	604	686	1.709
Mo Monetária (Média Anual) Def. de IFS do FMI.	267	527	446	473	889
Inflação Anual	37,3%	13%	8,4%	9,7%	1,9%
Média de Taxas Ativas Bancos (Efetiva em ME)	14,1	14,0	11,9	9,1	11,5
Média de Taxas Passivas Bancos (Efetiva em ME)	7,0	5,2	3,0	0,2	0,6
População (milhares)	4.228	4.799	5.346	5.899	6.341

Fonte: Estatísticas Econômicas BCP

O Paraguai possui características próprias no processo de bancarização e define-se por quatro elementos ou setores fundamentais: a) um setor bancário tradicional, fundamentalmente urbano; b) um setor de microfinanças crescente e com bons resultados; c) um setor cooperativo, pujante, sólido e sem comparação no âmbito internacional; e d) um incipiente setor de financiamento de consumo através de grandes e pequenas empresas de financiamento, também conectadas com comércios específicos. Cada um dos setores tem suas propriedades específicas e reguladoras e condições diferenciadas.

O setor bancário tradicional está numa situação sólida em relação aos seus principais indicadores; há um excesso de liquidez, e ele não tem sido muito afetado pela recente crise financeira. Vem se recuperando das crises financeiras quase contínuas sofridas pelo país desde 1995 e até 2003, ano da intervenção do último banco privado por parte do BCP. Durante o período de crise financeira, o setor financeiro vem se contraindo em termos de créditos e depósitos, para iniciar uma lenta recuperação. Apenas no final de 2009, chegou-se a níveis anteriores, como pode ser apreciado no gráfico a seguir.

Gráfico 14



Fonte: Relatório Econômico Mensal. BCP.

Nos últimos anos os bancos tiveram um forte aumento do número de agências e sucursais, com conseqüente incremento da rede, passando das 264 agências e sucursais de bancos e financeiras em 2002 para 408 agências e sucursais em 2009. No entanto, os bancos seguem com seu negócio tradicional e não incorporam a população de menores recursos.

A transformação em banco de três financeiras importantes, Financiera Visión, Financiera Itapúa e Financiera Familiar, de alguma forma demonstra uma mudança, pois os clientes tradicionais dessas entidades são pessoas de menores recursos, e se começa a perceber uma situação de maior alcance dos bancos para as classes populares.

Já o setor de microfinanças tem se fortalecido no país a partir da UTEP-BCP, criada em 1993 com a categoria de departamento no BCP, cumprindo funções de banco de segundo piso ao executar e administrar recursos do Programa Global de Crédito para as microempresas do BID. Da mesma forma, a UTEP-BCP administra recursos orientados a fornecer assistência técnica. A UTEP-BCP introduziu nas entidades financeiras locais a tecnologia de acompanhamento junto ao cliente.

Atualmente, o setor de microfinanças “formal” é composto dos bancos, financeiras e ONGs não

regulamentadas pelo Banco Central do Paraguai. São essas as entidades mais ativas com a classe popular, e, de acordo com informações de MixMarket, o setor atualmente tem um portfólio para 2008 de US\$ 340,9 milhões, com mais de 300.000 prestamistas, e dívida média de US\$ 885 – adicionalmente possuem depósitos por US\$ 314 milhões.

Igualmente, no Paraguai encontra-se o movimento cooperativo paraguaio, muito forte desde já alguns anos e que se transforma no principal motor econômico do país através das cooperativas de produção. Existem 651 cooperativas, das quais 400 são de poupança e crédito, 128 de produção e 64 de outros tipos.

Ao mesmo tempo, a atividade do setor em trabalhos de intermediação financeira tem alcançado uma relevância sem comparação, pois no final de 2009 e a respeito do sistema: (i) a poupança intermediada pelo setor chega a 14%; (ii) seus créditos alcançam 25%; (iii) seus ativos supõem 23%; (iv) seus serviços permitem o acesso a serviços financeiros para mais de 1.150.000 sócios, a maioria de médio ou baixo ingressos. O sistema encontra-se bem concentrado, já que as principais cooperativas (20 maiores, tanto de produção quanto de crédito) manejam 86,9% dos ativos do setor.

Tabela 15
Paraguai 2009. Milhões de US\$

	Ativos		Créditos		Depósitos	
Bancos	8.031	74%	3.999	69%	6.409	82%
Financeiras	431	4%	346	6%	316	4%
Cooperativas	2.162	23%	1.420	25%	1.130	14%
TOTAL	10.925		5.765		7.855	

Fonte: BCP - INCOOP

As cooperativas no Paraguai se regem pela Lei de Cooperativas – Lei 438/94 – que regulamenta sua constituição, organização e funcionamento sem distinguir o tipo de atividade que realizam. O setor, em particular as Cooperativas de Poupança e Crédito (CAC) e de Produção e Multiativas, está regulado e supervisionado pelo Instituto Nacional de Cooperativas (INCOOP) – Lei 2157/03 – que lhe confere competência exclusiva para tal efeito.

Finalmente, existe outro setor forte constituído pelas grandes lojas de vendas de produtos de consumo, algumas das quais se financiam atra-

vés da emissão de bônus na Bolsa de Valores de Assunção S.A. Várias delas têm seus próprios cartões de crédito. Adicionalmente existem várias entidades que financiam o comércio ou realizam empréstimos com seus próprios recursos.

Em geral, como valorização para o Paraguai, pode-se dizer que existe um processo importante de bancarização, fundamentalmente através de agentes não bancários e não regulados pelo Banco Central, os quais, de maneira geral, incorporaram uma porção importante da população ao sistema financeiro.

Uruguai

A seguinte tabela apresenta as principais variáveis do sistema financeiro uruguaio, e for-

nece ao leitor uma perspectiva de seus indicadores e de sua evolução nos últimos 20 anos.

Tabela 16

Características do Sistema Bancário MERCOSUL					
Milhões de US\$					
Uruguai					
	1990	1995	2000	2005	2009
I. Depósitos e Empréstimos					
Depósitos	4.829	6.270	13.457	8.954	15.894
Empréstimos ao Setor Privado	2.891	5.085	11.873	4.212	7.213
II. Ativos e Passivos					
Ativo	6.752	10.080	7.882	13.139	22.050
Passivo	6.572	9.361	6.626	12.141	19.453
Capital	351	792	1.256	998	2.597
III. Participação do Setor Público					
Em Depósitos	s/d	s/d	36	49	44
Em Empréstimos	s/d	s/d	48	51	53
Nº de Instituições	s/d	2	2	2	2
Total de Sucursais	s/d	s/d	143	107	109
Total de Funcionários	s/d	7.268	6117	3.425	3.828
IV. Número Total de Bancos e Funcionários					
Nº de Instituições	s/d	25	22	16	13
Total de Funcionários	s/d	13.368	12.665	7.327	8190
Total de Sucursais	s/d	289	492	320	325

	1990	1995	2000	2005	2009
V. Solvência, Eficiência e Tamanho do Sistema					
Capital/Ativos	5%	8%	16%	8%	12%
Ativos/Funcionários	1,0	0,8	0,6	1,8	2,7
Ativos/Nº de Bancos	s/d	403	358	821	1.696
Depósitos/Bancos	s/d	251	612	560	1.223
Depósitos/Sucursais	s/d	22	27	28	49
Depósitos/Funcionários	s/d	0,86	2,20	2,61	4,15
População/Nº de Bancos	s/d	126	150	207	257
Empréstimos Vencidos/Total de Empréstimos	s/d	s/d	28,4%	23,2%	8,2%
VI. Dados Macroeconômicos					
PIB (milhões) de US\$	9.299	19.311	22.832	17.398	31.510
Tipo de câmbio (Unidades de MN/US\$)	1,17	6	12,09	24	23
Base Monetária (Média Anual) Def. de IFS do FMI.	631	1.305	1.178	1.217	1.722
Mo Monetária (Média Anual) Def. de IFS do FMI.	557	935	786	1.007	1.286
Inflação Anual	129,0	35	5,1%	4,9%	5,9%
Média de Taxas Ativas Bancos (Efetiva em ME)	97,8	38,2	40,8	27,7	24,2
Média de Taxas Passivas Bancos (Efetiva em ME)	174,5	99,1	15,4	2,7	5,2
População (milhares)	3.048	3.144	3.301	3.306	3.345

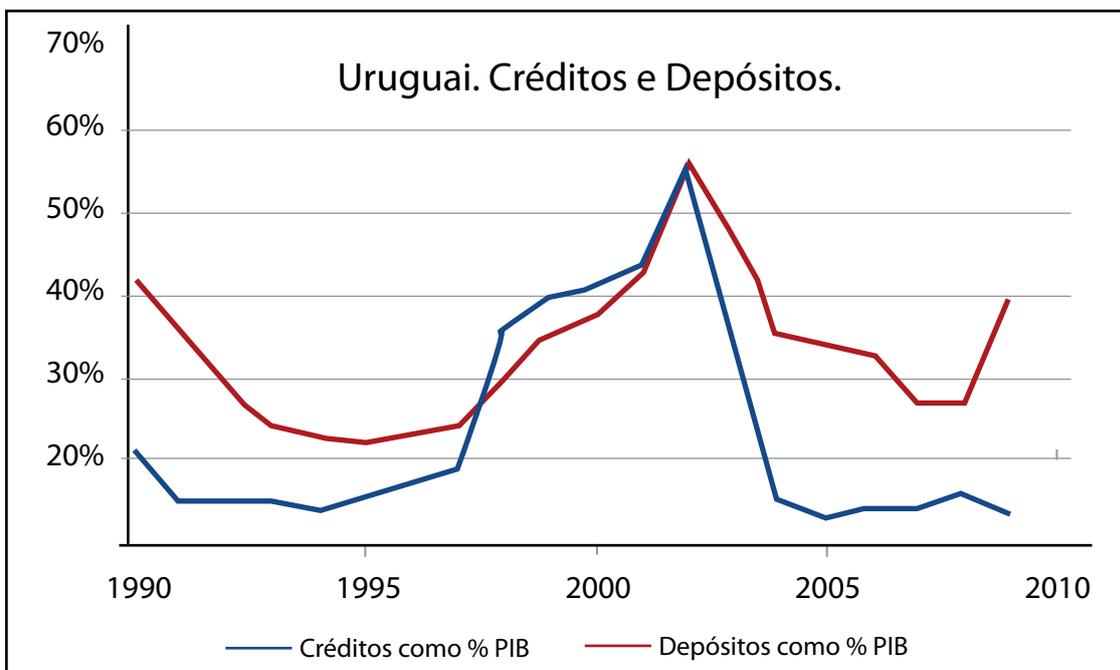
Fonte: BCU, FMI, INE.

Tradicionalmente, o Uruguai foi o centro financeiro internacional nos anos 90, e seus bancos receberam depósitos da região apoiados pela qualificação do grau de investimento que mantinham. Seu sistema financeiro era um dos mais abertos da região, e sua economia uma das mais bancarizadas, com uma proporção de créditos/PIB de 66% antes da crise financeira de 2002.

A grande dependência em relação às condições na Argentina e a perda do grau de investimento gera-

ram, durante o período 2002-2003 e posteriormente ao “corralito”, um processo de saques em massa de depósitos de não residentes, chegando a diminuir o fundo de não residentes para o conjunto dos bancos em 78%. Da mesma forma, a partir da crise foi gerada uma forte queda do crédito doméstico ao setor privado, que permaneceu estancado por vários anos e sem recuperação até hoje. O seguinte gráfico ilustra a situação.

Gráfico 15



Fonte: BCU.

A queda e persistência em níveis muito baixos do crédito doméstico refletem condições de demanda (maior aversão ao risco e baixo investimento) e fatores da oferta (regulação prudente mais estrita e maior aversão ao risco por parte dos bancos).

Para conter a queda dos indicadores bancários e outorgar confiança para obter alta nos níveis de bancarização no Uruguai, o BCU procurou mecanismos para gerar confiança e recolocar o sistema financeiro numa trilha de crescimento. Desta maneira,

ra, o marco regulatório prudencial foi aperfeiçoado em diversas etapas. Primeiro, em dezembro de 2002, foi modificada a lei dos bancos para melhorar o esquema de reestruturação ou liquidação de bancos em intervenção.

Posteriormente, após uma redução temporária no período imediato à crise, em abril de 2003 foram incrementados os requerimentos de reservas para os depósitos de não residentes em 30%. Em setembro de 2003, uma ampla central de devedores foi estabelecida para reduzir gaps de informação e arbitragem de devedores entre bancos. Também foram aperfeiçoados os procedimentos de categorização de devedores. Adicionalmente, diante da possibilidade de saques de depósitos por parte dos não residentes, os limites ao risco de concentração de depositantes foram ajustados e foi aprovado um esquema para gradativamente endurecer os limites referidos.

Mais adiante, o marco regulatório prudencial foi retirado ao incorporar elementos de perspectivas (forward-looking), além da informação histórica na classificação de créditos e riscos de mercado. Igualmente, foram realizadas outras modificações em concordância com os Princípios Fundamentais para uma Efetiva Supervisão Bancária de Basileia II.

Portanto, foi aperfeiçoado o marco regulatório prudencial para dar maior estabilidade e confiança ao sistema financeiro e, dessa forma, apoiar a bancarização no Uruguai.

Microfinanças no Uruguai

De acordo com Instituto Nacional de Estatísticas do Uruguai (INE), o setor de pequenas e microempresas³⁵ representa quase 98% das unidades econômicas produtivas do setor privado. Destas, 87% são microempresas, enquanto que as pequenas empresas representariam 10% do total de empresas uruguaias.

Este é um setor estratégico para qualquer plano ou política de desenvolvimento que seja implementado, devido ao volume de emprego e ingressos gerados no setor. Assim, por exemplo, ambos os setores, de micro e pequenas empresas, representam a ocupação de aproximadamente 50% dos trabalhadores no Uruguai, e, somadas as médias empresas, a porcentagem aumenta para 70%, acompanhada da mão de obra utilizada e gerada pelos setores referidos.

De acordo com a SIC (2006), a demanda efetiva global de financiamento por parte das MyPEs uruguaias é estimada em aproximadamente US\$ 200 milhões, distribuídos da seguinte forma:

- Em torno de 55% (mais de US\$ 105 milhões) seriam demandados por microempresas formais;
- Em torno de 33% (aproximadamente US\$ 65 milhões) seriam demandados por pequenas empresas;
- Em torno de 12% (ao redor de US\$ 24 milhões) seriam demandados pelas microempresas informais.

Já a demanda de poupança em geral é satisfeita através do sistema bancário formal, para o qual não existem tantas travas ou burocracia. Igualmente, existem mecanismos informais utilizados pelo público, especialmente no caso dos microempresários.

Em relação à oferta de serviços financeiros, também seguindo a SIC (2006), a Corporação Nacional de Desenvolvimento – CND – é uma banca de segundo estágio que opera com entidades formais e possui programas para apoiar as MIPYME, os quais ainda resultam insuficientes. Igualmente, existem entidades de primeiro

35 O número total de microempresas no Uruguai é estimado em 200.000.

estágio, tais como entidades especializadas em microfinanças, e a banca tradicional.

No Uruguai existem entidades financeiras regulamentadas, que são: os bancos comerciais, as casas financeiras, as instituições financeiras externas e as cooperativas de intermediação financeira. De todas elas, somente estas últimas desenvolveram algum tipo de metodologia específica para atender às micro e pequenas empresas. No entanto, algumas dessas empresas conseguem financiamento nas demais entidades formais, através de empréstimos pessoais de seus proprietários.

A estrutura do setor cooperativo de poupança e crédito divide-se em duas modalidades, uma que opera e outra que não opera no mercado de intermediação financeira. As cooperativas de poupança e crédito, denominadas Cooperativas de Intermediação Financeira, estão sujeitas aos controles e exigências do BCU. No entanto, as Cooperativas de Capitalização são regulamentadas pela Auditoria Interna da Nação (AIN), dependente do Ministério da Economia e Finanças (MEF), que criou para isso uma seção específica de cooperativas.

De acordo com a análise, não existe no Uruguai uma política de Estado cujo destino seja a promoção do setor cooperativo em seu conjunto, e ainda menos na área de poupança e crédito. Então, como já vimos, não existe um regime legal de fomento, senão de reconhecimento das cooperativas, e, em consequência, tampouco encontramos uma política de fomento cooperativo (Reyes e Stanislaio, 2004).

Sobre a experiência uruguaia na bancarização nos últimos anos, observamos positivamente um processo gradativo de recuperação dos indicadores macroeconômicos de profundidade financeira, no entanto, há pouco avanço em matéria de cobertura e de acesso. Em relação às microfinanças, acreditamos que dada a quantidade de micro e pequenas empresas, seria uma boa ideia gerar uma política ativa que incentive esse tipo de entidade. Em outros países, as cooperativas de poupança e crédito e as instituições especializadas na tecnologia de créditos voltadas para o setor transformaram-se em ferramentas importantes para a bancarização e a inclusão de grupos sociais não alcançados pela banca tradicional.

Seção 3: Indicadores de Bancarização Existentes

Indicadores de Bancarização do MERCOSUL

Existem numerosos indicadores que medem diversos aspectos da bancarização. A bancarização, do ponto de vista conceitual, será analisada em três dimensões: a) Indicadores agregados; b) Disponibilidade e cobertura geográfica; e c) Utilização e acesso.

Revelamos diferentes fontes de informação e compilamos diferentes indicadores nos países do MERCOSUL a partir de dados divulgados de maneira periódica e de acesso público. Constatou-se que existem certas séries ou indicadores comuns para todos os países, os quais surgiram devido a certa padronização de variáveis monetárias, bancárias e cambiais que têm surgido através da participação dos países em programas de organizações internacionais, tais como o FMI, o Banco Mundial, o BID e outros. Apresentam-se variáveis reveladas para cada um dos quatro países e que fazem parte da base de dados anexa no presente relatório.

O primeiro relatório de variáveis consideradas refere-se àqueles indicadores existentes que capturam a bancarização do ponto de vista dos indicadores agregados. Assim, vemos que todos os países possuem informações de depósitos bancários, créditos, ativos bancários e outras variáveis que se encontram padronizadas nos bancos centrais. Estas últimas são próprias das contas monetárias publicadas por todos

os bancos centrais e que podem ser facilmente obtidas das estatísticas financeiras internacionais e nos sites dos bancos centrais da região.

Uma característica que ressalta do conjunto de variáveis que se pode observar refere-se a que existe um grupo de variáveis padronizadas e outro que possui peculiaridades por país.

Esta última característica depende do nível de desenvolvimento dos diferentes mercados financeiros, dos instrumentos financeiros que prevalecem, das regulações locais e dos usos e costumes de cada país quanto ao sistema financeiro.

De maneira mais específica, essas diferenças entre os países se referem à possibilidade de uma maior ou menor integração da informação apresentada ao público que, em geral, se refere aos tipos de instrumentos, prazos, moedas, variáveis por entidade bancária ou sucursal, por área geográfica etc.

À guisa de explicação, podemos afirmar que do ponto de vista dos indicadores agregados há suficiente informação homogênea nos quatro países da região. Isso permite realizar estudos comparativos em diferentes níveis com referência à bancarização do ponto de vista dos indicadores agregados.

A seguinte tabela resume as principais variáveis que constituem informação pública referente aos indicadores agregados antes mencionados.

Tabela 17

Variáveis Relevantes dos Indicadores Agregados			
Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
Depósitos	Depósitos	Depósitos	Depósitos
Créditos	Créditos	Créditos	Créditos
Ativos	Ativos	Ativos	Ativos
Variáveis Acessórias dos Indicadores Agregados			
Produto Interno Bruto	Produto Interno Bruto	Produto Interno Bruto	Produto Interno Bruto
População Adulta	População Adulta	População Adulta	População Adulta
Superfície Territorial	Superfície Territorial	Superfície Territorial	Superfície Territorial
Tipo de Câmbio	Tipo de Câmbio	Tipo de Câmbio	Tipo de Câmbio
Outras Variáveis Relevantes			
Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
Prazo fixo por sucursal	Empréstimos do setor privado por entidade bancária – em MN	Empréstimos do setor privado por entidade bancária – em MN	Quantidade de Depositantes
Contas correntes por sucursal	Depósitos do setor privado por entidade bancária – em MN	Depósitos do setor privado por entidade bancária – em MN	
Empréstimos setor privado por sucursal – em MN			População Bancarizada por Empréstimos
Depósitos do setor privado por sucursal – em MN			
Quantidade de operações a prazo fixo Empresas			

Outras Variáveis Relevantes

Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
Quantidade de operações por empréstimos Empresas			
Quantidade de operações a prazo fixo Indivíduos			
Quantidade de operações por empréstimos Empresas			

Fonte: Bancos Centrais do MERCOSUL

Uma maior oferta das variáveis disponíveis ao público e aos acadêmicos é uma característica desejável, já que com isso a análise pode ser melhor e mais completa (ainda que às vezes mais complexa), e podem ser tomadas melhores decisões de política. Existem nos países algumas agrupações habituais, tais como depósitos e empréstimos totais VS. depósitos e empréstimos ao setor privado; os primeiros fornecem uma ideia do tamanho global (incorporando setor público e privado); os segundos se referem unicamente ao setor privado e são considerados do ponto de vista de variáveis que, em geral, respondem às forças de mercado e não podem ser totalmente influenciadas através de medidas de política econômica. De fato, constantemente se argumenta que os depósitos e empréstimos do setor público não respondem totalmente às forças macroeconômicas (mudanças na atividade econômica, nas taxas de juros, nos tipos de câmbio etc.).

Dessa maneira, dependendo do objetivo do pesquisador, pode-se realizar diferentes agrupamentos e com isso obter informações diferentes. Por exemplo, se tiver interessado no estado global do sistema financeiro em relação à economia, é melhor utilizar os depósitos totais. No entanto, se pretende realizar uma programação financeira do setor público, pode ser útil diferenciar os depósitos do setor privado e público e analisar qual o financiamento que pode ser outorgado ao setor público através do sistema bancário privado.

Outra possibilidade refere-se a análises do nível de bancarização, seja setorial ou global, em relação ao crédito fornecido pelo sistema financeiro. Assim, o tipo de análise desejado pode considerar o total da economia, estar limitado a setores específicos ou a diferentes tipos de entidades provedoras de fundos. De fato isso é o fator-chave, conside-

ando que o crédito tem uma grande relação com a atividade econômica e o grau de bancarização através dos créditos, constituindo um mecanismo de transmissão da política monetária em direção à atividade real.

Especificamente nos parágrafos anteriores foram mencionadas possíveis opções de agrupamento dos indicadores agregados que podem ser analisados novamente em referência ao PIB, à população total e à população adulta. E, novamente, cada uma das variáveis por regiões geográficas, departamentos, estados, províncias etc.

Para o caso do Indicador Único de Bancarização-MERCOSUL que se constrói posteriormente, utilizamos somente duas variáveis de bancarização como um fenômeno agregado³⁶, que nessa medida capta a função de intermediação financeira realizada pelos bancos. Para isso foram selecionados os depósitos do setor privado e empréstimos ao setor privado como proporção do PIB. Os dados dessas variáveis a partir de 1990 são apresentados na planilha anexa ao presente informe.

A respeito da disponibilidade e cobertura geográfica, nota-se que em geral os dados disponíveis referem-se ao Número de Entidades Bancárias, Sucursais e Agências, ATMs e POS em cada país. Adicionalmente, exceto para o Paraguai, existem informações por distritos ou departamentos e por tipos de fornecedores de serviços. Especificamente para o caso do Brasil, são fornecidos dados do número de Correspondentes Bancários,

Postos de Atendimento e outros. No caso da Argentina, têm-se as seguintes informações: a) Filiais, que incluem a matriz, as sucursais, as delegações, as agências e as agências móveis; b) Caixas, que incluem os caixas automáticos, como Banelco e Red Link, e os terminais de autosserviço dos bancos; c) Outras dependências (com serviços bancários mais limitados), que incluem os “locais destinados a determinadas atividades” (oferecem serviços financeiros muito limitados, principalmente cobrança de impostos e pagamento de aposentadorias), “dependências em empresas de clientes” (sucursais que estão dentro de empresas, com clientela limitada ao pessoal da empresa na qual se encontram) e “postos de promoção” (não realizam nenhuma atividade financeira, somente atividades de promoção dos serviços das entidades). As principais variáveis relevantes são as seguintes.

36 É possível usar outras variáveis, mas consideramos que as selecionadas cobrem de maneira razoável o espectro das variáveis de bancarização disponíveis.

Tabela 18

Variáveis de Disponibilidade e Cobertura Geográfica			
Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
Sucursais	Sucursais	Sucursais	Sucursais
Caixas Automáticos (ATMs)	Caixas Automáticos (ATMs)	Caixas Automáticos (ATMs)	Caixas Automáticos (ATMs)
	Pontos de Venda (POSs)	Pontos de Venda (POSs)	Pontos de Venda (POSs)
Variáveis Acessórias de Disponibilidade e Cobertura Geográfica			
Nº de Habitantes Adultos	Nº de Habitantes Adultos	Nº de Habitantes Adultos	Nº de Habitantes Adultos
Total km2 do País	Total km2 do País	Total km2 do País	Total km2 do País
Outras Variáveis Relevantes			
Nº de Bancos	Nº de Bancos	Nº de Bancos	Nº de Bancos
Sucursais por Província	Agências		Sucursais por Distrito
ATMs por Província	Postos Tradicionais	Nº de Financeiras	
	Postos Eletrônicos		
	Correspondentes não Bancários		
	Total de Postos de Atendimento		

Fonte: Bancos Centrais do MERCOSUL, Institutos de Estatísticas

Os mesmos comentários realizados em relação aos indicadores agregados são aplicáveis nesta seção, no sentido de que a construção final do indicador considerado depende dos objetivos do pesquisador. Assim, como exemplo, podem ser criadas variáveis tais como Sucursais por km², ATMs por km², POS por km², Sucursais para cada 100.000 habitantes, ATMs para cada 100.000 habitantes, POS para cada 100.000 habitantes etc. Tudo isso pode ser realizado tomando como unidade de medição o país e termos uma ideia de cobertura geográfica média ou global³⁷ de serviços financeiros com as variáveis por km²; por sua vez, a ideia de disponibilidade média de serviços para as pessoas é captada com os indicadores por habitante. Ambos os grupos de medidas podem ser mais específicos se a unidade considerada (e existem dados) é o Estado, Província, Departamento ou Município.

Uma visão da **bancarização do ponto de vista do acesso e utilização** dos serviços bancários nos quatro países pode ser obtida analisando o número de contas de poupança, de cartões de crédito e débito, entre outros. Tal como se pode identificar no gráfico 4, os indicadores que utilizamos

são de uso e não de acesso. Esses indicadores são “proxies” dos de acesso, já que não temos dados de acesso aos serviços financeiros propriamente ditos. Já indicamos que a informação precisa de acesso somente pode ser obtida através de pesquisas. No anexo 6 forneceremos um modelo de pesquisa para os lares, o qual, se fosse utilizado, forneceria dados sobre o acesso das famílias aos serviços financeiros.

Adicionalmente, nos quatro países existe informação mais detalhada das contas bancárias, seja de poupança ou conta corrente, e mais dados sobre os cartões de crédito e débito. Em geral, com exceção das informações das variáveis indicadas no parágrafo anterior, as variáveis adicionais de cada país, se bem que elas complementam as anteriores, não são comparáveis umas com as outras. Isso tanto no que se refere à cobertura, aos aspectos relevantes e ao período de tempo coberto, entre outros. A seguir, apresentamos um quadro com as variáveis coletadas.

37 Esta medida global é a que utilizamos como parte do Indicador Único de Bancarização-MERCOSUL, calculado posteriormente.

Variáveis Relevantes de Acesso e Utilização dos Serviços Financeiros

Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
Nº de Contas Bancárias	Nº de Contas Bancárias	Nº de Contas Bancárias	Nº de Contas Bancárias
Nº de Cartões de Crédito	Nº de Cartões de Crédito	Nº de Cartões de Crédito	Nº de Cartões de Crédito
Nº de Cartões de Débito	Nº de Cartões de Débito	Nº de Cartões de Débito	Nº de Cartões de Débito
Outras Variáveis Relevantes			
Quantidade de Poupanças	Conta Corrente Simplificada	Nº de Contas Correntes	Contas do Setor Privado: Vista
Quantidade de Prazos Fixos	Conta Poupança Simplificada	Outras Contas	Contas do Setor Privado: Prazo
Quantidade de Contas Correntes	Conta Corrente		Pessoas com Contas
Titulares de Caixa de Poupança	Cientes com Conta de Poupança		Nº de Contas Depósito
Titulares de Contas Correntes			Pessoas com TC
Titulares de Operações de Prazo Fixo			Contas por Habitante
Contas Pagto Remunerac. com Créd. Banc.	Emissão de Cartões de Crédito	Cartões de Crédito BANCARD	Média de Cart. de Créd. por Habitante
Caixas de Poupança por Sucursal	Cartões de Crédito sobre População Adulta	Cartões de Crédito BEPSA	Volume de Transações com TC
Quantidade Cartões de Crédito (Titulares)	Gasto Médio por Cartão de Crédito	Cartões de Crédito Locais	
Cartões de Crédito Sistema Não Regulamentado pelo BCRA	Nº de Transações por Cartão de Crédito	Cartões de Crédito Regionais	
	Transações por Cartões de Crédito	Cartões de Crédito Internacionais	
		Cartões de Crédito Em Milh. de Gs.	

Outras Variáveis Relevantes (Cont)

Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
Débitos Diretos em Conta	Emissão de Cartões de Débito	Cartões de Débito BANCARD	
Montante de Débitos Diretos em Conta	Cartões de Débito sobre População Adulta	Cartões de Débito BEPSA	
	Nº de Transações por Cartão de Débito	Cartões de Débito Locais	
	Transações por Cartões de Débito	Cartões de Débito Internacionais	
Transferências Varejistas	Nº de Cartões de Lojas e Varejistas	Cartões de Débito Em Milh. de Gs.	
Montante de Transferências Varejistas	Emissão de Cartões de Lojas e Varejistas	Evolução de Locais de Cobrança	
	Cartões de Lojas e Varejistas/ População Adulta	Evolução de Faturadores Ativos	
	Nº de Transações em Cartões de Lojas e Varejistas	Evolução de Faturadores Ativos Em Milhões de Transações.	
	Transações por Cartão de Lojas e Varejistas	Evolução de Cobranças Totais em Milh. de Gs.	
Localidades sem Infraestrutura Bancária			População com Acesso a Serviços Financeiros
População sem Cobertura de Serviços Bancários	Contas Internet Banking		População com Acesso a Empréstimos
	Pessoas Físicas		
	Pessoas Jurídicas		
	Transações Bancárias Automáticas de Origem Externa		



Outras Variáveis Relevantes (Cont)

Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
	Transações Bancárias Automáticas de Origem Interna		
	Transações Bancárias por Autoatendimento		
	Transações Bancárias por Internet Banking		
	Transações Bancárias por Internet Banking Pessoas Jurídicas		
	Transações Bancárias Internet Banking Pessoas Físicas		
	Transações Bancárias por POS – Cartões de Débito nos Comércio		
	Transações Bancárias em Caixas de Agências		
Quantidade de Operações de Empréstimos	Transações Bancárias: Cheques Compensados		
Quantidade de Operações de Prazo Fixo	Transações Bancárias: Call Center		
Quantidade de Cheques Liberados por Conta de Correntistas	Transações Bancárias: Correspondentes Não Bancários		
Montante pago por cheques liberados	Total Transações Bancárias		

Fonte: Bancos Centrais do MERCOSUL

Essas informações permitem um conhecimento melhor da utilização dos serviços financeiros. Assim é possível conhecer a importância da função das formas de pagamento através do uso dos cartões de crédito e débito, cheques, montantes pagos e a quantidade de titulares de conta corrente. Igualmente, é possível uma melhor caracterização da poupança e a predisposição para manter depósitos por prazo maior através do número de prazos fixos existentes e a contrapartida dos depósitos, que são os empréstimos. Todas essas variáveis podem se transformar (de acordo com os objetivos do estudo) em indicadores por habitantes, por adultos, e com o incremento por regiões, estados ou departamentos.

Uma linha de análise que pode ser seguida com os diferentes indicadores se refere em seu agrupamento de acordo com as diferentes funções do sistema financeiro e do dinheiro, ou seja: intermediação financeira (poupança e crédito); forma de pagamento; reserva de valor etc. Dessa maneira, a partir dos Indicadores Agregados e de acesso e utilização, é possível fazer a seguinte classificação:

- Intermediação Financeira: Refere-se à função de captar o excedente dos poupadores (unidades de gasto com superávit) e canalizar para os devedores públicos ou privados (unidades de gasto com déficit). Pode ser considerada por zonas geográficas ou proporção do PIB etc.

- o Poupança: depósitos a prazo fixo (montante, quantidade de operações ou contas).

- o Crédito: empréstimos (montante e quantidade de operações); cartão de crédito.

- Formas de pagamento: Variáveis relacionadas com cartões de débito (quantidade de titulares e plásticos), depósitos em conta corrente e poupanças (montante e número de operações), transferências, cheques (eventualmente podem ser considerados também os cartões de crédito).

Um elemento importante em relação aos indicadores de bancarização no MERCOSUL, facilitando sua comparação e homogeneidade, é a participação ou não no Projeto de Acesso às Finanças ("Access to Finance Project"³⁸) do FMI, que busca reunir anualmente dados geográficos e demográficos sobre o acesso aos serviços financeiros básicos por parte dos consumidores. O objetivo principal do projeto é o desenvolvimento de dados comparáveis, de alta qualidade, em vários países, e disponibilizá-los aos que definem as políticas e aos pesquisadores.

Fazem parte desse projeto Argentina, Brasil e Uruguai, mas o Paraguai não participa. Os dados obtidos para cobrir o alcance geográfico e demográfico dos serviços financeiros nos países pesquisados são aproximados através das seguintes variáveis: número de sucursais dos bancos, disponibilidade de ATMs e quatro instrumentos financeiros-chave (depósitos, empréstimos, emissão de instrumentos de dívida e seguros).

Variáveis Homogêneas e Comparáveis

A seguir, apresentamos o conjunto de variáveis que são homogêneas e que eventualmente podem ser utilizadas para construir um Indicador Único de Bancarização para a região.

38 É possível acessar as informações do Projeto e o banco de dados no endereço <http://fas.imf.org/>

Tabela 20

Variáveis Relevantes dos Indicadores Agregados

Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
Depósitos	Depósitos	Depósitos	Depósitos
Créditos	Créditos	Créditos	Créditos
Ativos	Ativos	Ativos	Ativos
Depósitos/PIB (%)	Depósitos/PIB (%)	Depósitos/PIB (%)	Depósitos/PIB (%)
Créditos/PIB (%)	Créditos/PIB (%)	Créditos/PIB (%)	Créditos/PIB (%)
Ativos/PIB (%)	Ativos/PIB (%)	Ativos/PIB (%)	Ativos/PIB (%)
Depósitos ME/PIB (%)	Depósitos ME/PIB (%)	Depósitos ME/PIB (%)	Depósitos ME/PIB (%)
Créditos ME/PIB (%)	Créditos ME/PIB (%)	Créditos ME/PIB (%)	Créditos ME/PIB (%)
Ativos ME/PIB (%)	Ativos ME/PIB (%)	Ativos ME/PIB (%)	Ativos ME/PIB (%)
Depósitos MN/PIB (%)	Depósitos MN/PIB (%)	Depósitos MN/PIB (%)	Depósitos MN/PIB (%)
Créditos MN/PIB (%)	Créditos MN/PIB (%)	Créditos MN/PIB (%)	Créditos MN/PIB (%)
Ativos MN/PIB (%)	Ativos MN/PIB (%)	Ativos MN/PIB (%)	Ativos MN/PIB (%)

Fonte: Bancos Centrais e elaboração própria.

Tabela 21

Variáveis de Disponibilidade e Cobertura Geográfica

Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
Sucursais	Sucursais	Sucursais	Sucursais
Caixas Automáticos (ATMs)	Caixas Automáticos (ATMs)	Caixas Automáticos (ATMs)	Caixas Automáticos (ATMs)
Pontos de Venda (POSS)			
Sucursais/km ²	Sucursais/km ²	Sucursais/km ²	Sucursais/km ²
Caixas Automáticos (ATMs)/km ²			
Pontos de Venda (POSS)/km ²			
Sucursais/100.000 hab.	Sucursais/100.000 hab.	Sucursais/100.000 hab.	Sucursais/100.000 hab.
Caixas Automáticos (ATMs)/100.000 hab.			
Pontos de Venda (POSS)/100.000 hab.			
Sucursais/100.000 Adultos	Sucursais/100.000 Adultos	Sucursais/100.000 Adultos	Sucursais/100.000 Adultos
Caixas Automáticos (ATMs)/100.000 Adultos			
Pontos de Venda (POSS)/100.000 Adultos			

Fonte: Bancos Centrais e elaboração própria.

Tabela 22

Variáveis Relevantes de Acesso e Utilização dos Serviços Financeiros

Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
Nº de Contas Bancárias			
Nº de Cartões de Crédito			
Nº de Cartões de Débito			
Nº de Contas Bancárias/100.000 Adultos			
Nº de Cartões de Crédito/100.000 Adultos			
Nº de Cartões de Débito/100.000 Adultos			

Fonte: Bancos Centrais e elaboração própria.

Seção 4: Indicador Único de Bancarização-MERCOSUL

Proposta Metodológica para um Indicador Único de Bancarização

Como anteriormente indicamos, no trabalho é importante obter níveis de bancarização maiores aos existentes na região. Para isso é muito importante incorporar cada vez mais indivíduos e empresas como usuários dos serviços financeiros, ou seja, facilitar os processos de poupança, financiamento, investimento, capitalização, transferência de risco (seguros), pagamentos, transferências de fundos (em nível geográfico ou intertemporal) etc. Todas essas atividades, de alguma maneira, são realizadas por pessoas e empresas, seja com esquemas financeiros formais ou informais. A literatura e o consenso que prevalece atualmente é que, através de esquemas formais e especializados, tudo isso pode ser feito de maneira mais eficiente e com um custo menor. Ainda mais, pode-se expandir a fronteira de possibilidades de produção das economias e gerar maior bem-estar agregado. Este “fator da produção” se denomina bancarização.

Nesse sentido, uma boa medição do nível de bancarização permite conhecer a situação real de cada economia, e se podem estabelecer políticas apropriadas para facilitar em maior medida o uso dos serviços financeiros por pessoas e empresas.

Nas seções seguintes se propõe um indicador único do nível de bancarização na região, que será construído a partir da informação homogênea existente, e fundamentalmente com poucas variáveis simples geradas pelos bancos centrais sobre o sistema bancário de cada país. Os bancos são as principais entidades do sistema financeiro regional, pelo qual não incluiremos dados dos

mercados de capitais³⁹, empresas de seguros⁴⁰ e entidades não bancárias não regulamentadas pelos bancos centrais⁴¹.

Medida Única de Bancarização

Consideramos que um indicador global de bancarização pode ser construído como uma medida agregada a partir de informações parciais. Essa medida fornece um panorama geral da situação dos países e facilita a compreensão da bancarização em suas diferentes dimensões e em seus aspectos macro-conceituais.

A principal vantagem de ter uma medida única é a facilidade de sua interpretação e de não ser necessário procurar vários números ou indicadores para ter uma ideia do estado da bancarização em um país. No entanto, não se tem a riqueza das medidas parciais que informam sobre as características específicas do fenômeno da bancarização, ainda que o indicador possa ser composto por indicadores parciais que tentam captar algumas das diferentes dimensões do fenômeno.

De acordo a análise teórica conceitual, o indicador a construir deve considerar aspectos analíticos referentes às diferentes dimensões a serem medidas na bancarização, ou seja, deve-se ter indicadores agregados, um indicador de disponibilidade e cobertura geográfica, e um indicador de utilização e acesso. Com tudo isso se tem algo como uma média ponderada da bancarização em determinado país.

Conjunto de Indicadores Consistentes com a Definição Estabelecida.

Indicador de Bancarização “Composto”

O indicador proposto está considerado como “composto” por permitir concentrar em um número só o

39 Ainda incipientes na região em seu conjunto.

40 Possuem um tamanho ainda relativamente pequeno.

41 Apenas no caso do Paraguai, foram consideradas as cooperativas que possuem um tamanho de aproximadamente 25% dos bancos, tanto em depósitos como em empréstimos.

valor de uma série de características diferentes ou dimensões de um mesmo fenômeno, neste caso, a bancarização. O motivo principal da construção desse tipo de indicador é que pode ser interpretado pelo público em geral com mais facilidade e ser útil para a tomada de decisões em política econômica.

Um indicador desse tipo pode ser um importante elemento para comprar as condições de bancarização nos diferentes países do MERCOSUL e com outros países fora do bloco regional. Consideramos que uma medida única capaz de sintetizar os diferentes aspectos de um fenômeno com numerosas arestas pode facilitar a sua compreensão e contribuir para um reconhecimento em relação à sua transcendência como elemento que pode apoiar o crescimento e o desenvolvimento econômico.

Adicionalmente, um único indicador de bancarização que resuma o “nível de bancarização” de um país ou região pode ser mais fácil de interpretar para o público que achar uma tendência comum entre, por exemplo, a quantidade de poupanças e a divisão de créditos/PIB, o número de sucursais bancárias, entre outros. No entanto, podem transmitir mensagens equivocadas para os desenvolvedores de política quando não interpretado corretamente ou construído de maneira inadequada.⁴²

O indicador composto de bancarização pode ser utilizado para estabelecer comparações sobre o desempenho de cada uma das unidades de análise a partir das quais são calculadas. Costuma-se dizer que o uso de indicadores compostos facilita a interpretação dos cenários que devem considerar os tomadores de decisões⁴³ e que são uma ferramenta muito útil para avaliar o desempenho dos países por meio dos exercícios de comparação (benchmark). De fato, no presente documento construímos um país tipo “benchmark”, a partir da qual comparamos a situação dos países do MERCOSUL.

Dá-se especial atenção para explicar os aspectos metodológicos, para evitar que em sua construção sejam incorporados dados inconsistentes ou que se chegue a conclusões equivocadas ou muito simples. A visão global que se obtém a partir destes indicadores pode induzir a pensar que os fenômenos capturados são simples e pouco relevantes, quando na verdade o objetivo é que o índice seja considerado como ponto de partida para gerar maior discussão em relação aos fatores envolvidos por ele.

Pretende-se assinalar, ao longo do presente trabalho, tanto as vantagens quanto as desvantagens e limitações do uso, tanto no âmbito geral referido nos indicadores compostos quanto no caso particular do indicador composto de bancarização que será construído.

Vantagens e Desvantagens de um Único Indicador de Bancarização⁴⁴

Como enunciamos no indicador de bancarização, é uma medida quantitativa derivada a partir de fatos ou fenômenos medidos nos sistemas financeiros dos países objeto do estudo e que permite indicar a posição relativa do grau de bancarização em cada país.

Vantagens

- Se o indicador é avaliado ao longo do tempo e em intervalos regulares, é possível observar a direção da mudança na bancarização por país e sua evolução temporária. Por exemplo, para os desenvolvedores de política, ajuda na identificação das tendências e chama a atenção sobre determinados aspectos da bancarização.⁴⁵
- Pode apresentar fenômenos complexos ou multidimensionais de maneira resumida, tal como o caso da bancarização.

42 Para minimizar este risco é proposta uma metodologia simples e que possa ser entendida com facilidade.

43 Especialmente os Bancos Centrais e Entidades de Supervisão.

44 Seguimos Nardo, M. (2005) nesta seção

45 Isso quando são analisadas as magnitudes individuais do fenômeno de bancarização, como as magnitudes agregadas, os indicadores de disponibilidade e cobertura geográfica e os indicadores de utilização.

- Pode facilitar a interpretação do grau de bancarização de um país em seu conjunto, já que não se requer identificação de várias tendências de maneira simultânea.
- Facilita a tarefa de gerar um ranking de países ou regiões.
- Reduz o tamanho de um set de indicadores ou inclui mais informação com um tamanho limitado de referido set.
- Permite gerar modelos ou “benchmarks” para medir os fenômenos.
- Facilita a comunicação com o público em geral.

Desvantagens

- Pode enviar sinais de política inadequados quando não construído de maneira adequada ou não bem interpretado.
- Pode induzir a visões muito simples em relação à bancarização, que é um fenômeno de várias dimensões.
- Pode ser utilizado de maneira equivocada para favorecer uma política desejada.
- A seleção de indicadores e seus ponderadores podem ser questionados.
- Sérios problemas em certas dimensões podem não ser observados ao ter unicamente uma visão global, o que pode aumentar a dificuldade para identificar as ações de solução adequadas.
- Pode induzir políticas não apropriadas quando dimensões de “performance” difíceis de medir são ignoradas.

Finalmente, menciona-se que os indicadores compostos são como os modelos matemáticos ou de computação. Como estes, sua construção obedece mais à experiência e à capacidade do moderador que a verdades universais ou regras universalmente aceitas para sua codificação. Como para os modelos, a justificção para um indicador composto, como o da bancarização, geralmente depende de sua aptidão para cumprir com os objetivos mais procurados e da aceitação dos “peers” (Rosen, 1991).

Em geral, existem duas posições contrapostas em relação à maneira como devem ser analisados os fenômenos que podem ser quantificados ou capturados através dos indicadores. A primeira posição considera que existe um valor agregado na combinação de indicadores para produzir uma referência ou um “benchmark”. Os defensores de referida posição sustentam que um sumário estatístico pode, de fato, capturar a realidade, é significativo e permite expressar dita referência para capturar o interesse da imprensa e, portanto, a atenção dos desenvolvedores de política. A segunda posição, a daqueles que não acham interessante acrescentar os indicadores, sustenta que quando há um set de indicadores apropriados que capturam os principais aspectos do fenômeno que se pretende analisar não se deve avançar na construção de um índice composto. A principal objeção se refere à natureza arbitrária do processo de ponderação das variáveis combinadas e à perda de informação durante o referido processo (Sharpe, 2004).

É pouco provável que este debate seja resolvido para um ou outro lado, pois os estatísticos “puristas” têm a tendência de preferir dados “puros” não combinados porque sentem que grande parte do trabalho de acumulação de dados é perdida ou não pode ser aproveitada plenamente com “um só número” de significado duvidoso. Já

as pessoas práticas procuram processos em um número só, e com isso capturar o essencial do fenômeno e realizar comparações entre países, regiões ou diferentes períodos de tempo.

Métodos Alternativos para o Cálculo de um Indicador de Bancarização.

O processo de concentração em numerosas variáveis ou dimensões através de um processo de agregação determinado não se encontra isento de críticas, e o principal elemento de discussão se refere a como acrescentar os fatores e a ponderação outorgada em cada uma das variáveis.

Durante o estudo foram analisados vários métodos alternativos e finalmente ficaram dois candidatos para a construção do Indicador de Bancarização. Os candidatos foram: a Análise do Componente Principal e uma adaptação da Metodologia de Doing Business. A seleção recaiu sobre a metodologia mais simples e que permitisse uma interpretação adequada e simples de cada uma das variáveis agregadas.

Componente Principal

A Análise do Componente Principal (PCA, por sua sigla em inglês), chamada também de análise da função ortogonal, é utilizada para observar uma série de variáveis e conseguir um número de variáveis artificiais, ou componentes principais, que representam a maior parte da variante de referidas variáveis.

Trata-se de uma técnica estatística de síntese de informação, cujo objetivo é a redução da dimensão, ou seja, diante de um banco com muitas variáveis, serão reduzidas para um número menor, perdendo a menor quantidade de informação possível. Os componentes principais ou fatores serão uma combinação linear das variáveis

originais e que serão incorporadas de forma independente entre elas. A principal vantagem é obter descrições em síntese. O PCA estabelece e resolve um problema estatístico bem definido e, em geral, fornece uma solução única com propriedades matemáticas desejáveis.

A interpretação dos fatores não vem a priori, mas é deduzida da relação dos fatores com variáveis iniciais. No entanto, na vida real, a referida interpretação tem gerado muito debate científico.

A importância desse procedimento é que **constitui uma técnica que permite determinar se, do ponto de vista matemático, existem condições na base de dados que permitam extrair uma combinação linear de maneira ótima e com pouca perda de informação.** Ou seja, se pudermos gerar um indicador composto único ou não, e qual proporção das variáveis é capturada através do indicador único.

Aplicando a técnica da PCA à base de dados de bancarização, e considerando as 11 variáveis selecionadas para o estudo, é possível concluir que é ótimo gerar um indicador composto único. Referido indicador pode ser considerado como um índice de bancarização.

No anexo 9 são apresentados os resultados da aplicação do PCA, e se observa que 87,12% da variante é capturada através do indicador gerado. Em outras palavras, a perda gerada pelo processo de consolidação da informação em apenas uma variável é muita pequena.

A Metodologia de “Doing Business Adaptada” ao Indicador de Bancarização

Os indicadores de Doing Business são construídos a partir da criação de cenários padronizados de acordo com pressupostos específicos. Estes ce-

nários padronizados são utilizados como “benchmarks” para medir cada um dos indicadores considerados e contrastá-los com as condições reais de cada uma das economias analisadas no estudo. Djankov et al. (2005).

O método de agregação das variáveis para gerar o indicador utiliza a média simples. Para o caso do Indicador de Bancarização-MERCOSUL, o cenário padronizado escolhido se constrói artificialmente a partir da seleção de parâmetros “ótimos”⁴⁶ gerados como a média dos 10 valores mais altos de cada variável em nível mundial. Posteriormente, cada parâmetro ótimo é comparado com o valor específico das variáveis nas economias do MERCOSUL.

Seleção da Metodologia a Ser Utilizada

Para selecionar qual das duas metodologias utilizar, adotou-se o procedimento que considerasse todos os fatores relevantes do fenômeno estudado, e que pudesse incorporar facilmente outras variáveis que permitam uma melhor interpretação de cada um dos fatores ou mecanismos de ponderação.

Para o estudo da bancarização definimos no relatório anterior como dimensões para análise as seguintes: a) indicadores agregados; b) disponibilidade e cobertura geográfica; e c) utilização e acesso. Ao analisar estas dimensões, não resulta evidente qual delas é mais importante (e quanto) que a outra para caracterizar a bancarização, portanto, parece melhor dar uma ponderação ou importância similar para cada uma das referidas dimensões.

Ambos os procedimentos cumprem com os critérios que podem considerar todos os fatores relevantes e incorporar de maneira simples variáveis adicionais. No entanto, selecionamos

a metodologia do “Doing Business Adaptada” porque a interpretação de cada um dos fatores e sua ponderação é mais fácil e simples. Isto não é certo para o modelo de PCA, já que as ponderações geradas não têm nenhuma interpretação teórica (somente constituem valores que permitem maximizar a variabilidade capturada). Mais especificamente, para o caso da metodologia do Doing Business Aplicada ao fenômeno de bancarização, é possível interpretar cada ponderação utilizada de maneira clara e simples (na verdade, é definida arbitrariamente com antecedência). Adicionalmente, a construção do Índice com a Metodologia do Doing Business Adaptada não requer programas informáticos especiais para seu cálculo⁴⁷; uma planilha eletrônica é suficiente.

O Processo de construção do Indicador de Bancarização-MERCOSUL com a metodologia “Doing Business”

Seguimos Nardo et al. (2005) ao longo do processo de construção do Indicador de Bancarização-MERCOSUL, e este processo será descrito de maneira breve na presente seção do estudo.

É de muita importância iniciar o processo de construção do indicador de bancarização com um **marco conceitual adequado**. Este marco conceitual permitirá definir as dimensões a serem consideradas no referido processo. Especificamente serão considerados os aspectos macroeconômicos ou medidas globais de bancarização como elementos que dão uma ideia geral do tamanho do sistema financeiro nos países. Igualmente, medidas de disponibilidade e cobertura geográfica para medir a rede do sistema financeiro através da existência ou não de sucursais, ATMs, POSs ou outros esquemas utilizados pelas entidades bancárias a nível das comunidades. Também se incluem indicadores de utili-

46 Os valores denominados “Ótimos” considerados por meio do benchmarking não se referem a cifras resultantes de um processo de otimização no sentido matemático do termo. Os mesmos representam somente os níveis dos países com índices mais altos para cada variável. Ou seja, se assume que um nível maior destes indicadores é “sempre” desejável.

47 Porém, o PCA requer um programa econométrico como E-Views ou STATA.

zação e acesso que permitem medir a média de utilização dos serviços financeiros dos habitantes de um país ou região.

Uma vez definido o marco conceitual que nos fornece as dimensões para estudar o fenômeno de bancarização, procede-se à seleção dos indicadores parciais que serão utilizados na medição de cada uma das dimensões consideradas e que foram relevantes na seção de indicadores de bancarização do MERCOSUL. Este processo denomina-se seleção de indicadores.

Depois da seleção dos indicadores, procede-se à análise do comportamento dos mesmos e verifica-se sua pertinência para estimativa do comportamento de cada uma das dimensões selecionadas para seu estudo. Este foi o primeiro processo de validação da utilidade dos indicadores selecionados. Esta etapa pode ser denominada de análise de comportamento multivariável e imputação de dados perdidos.

Os indicadores e variáveis selecionados para a construção do indicador de bancarização estão medidos em distintas escalas, pelo qual se faz necessário um **processo de normalização** para que possam ser agregados de maneira comparável. Isso acontece, por exemplo, no caso do total de crédito do sistema bancário, como porcentagens do PIB, que é um indicador de índices agregados medidos em valor percentual; por sua vez, no caso do número de sucursais bancárias para cada 1.000 km² de superfície, como indicador da disponibilidade e cobertura geográfica medida como número absoluto. Todos estes são normalizados através de um índice, com o qual se obtém os indicadores possíveis de serem combinados.

Posteriormente, após homologar cada uma das variáveis, procede-se à sua agregação em índi-

ces parciais, com ponderações iguais para variáveis em um só indicador global⁴⁸, definindo um esquema de ponderação igual para cada uma das dimensões analisadas para o fenômeno da bancarização.

A partir do conhecimento do fenômeno de bancarização, e diante da consideração de que cada uma das dimensões tem igual importância para explicar o referido fenômeno, se procede a ponderar de igual maneira a dimensão dos indicadores agregados, disponibilidade, cobertura geográfica, acesso e utilização.

Após todos estes passos, procede-se à construção do índice composto de bancarização e sua apresentação em gráficos e tabelas nas seguintes seções do presente trabalho.

Indicador de Bancarização-MERCOSUL

O mesmo foi concebido como um elemento para agregar, em um só número ou valor, a concentração em um momento determinado da bancarização no MERCOSUL. Do ponto de vista teórico, é ótimo criar um “indicador único” já que durante o processo de agregação perde-se pouca informação e ganha-se no manejo da base de dados. Esta conclusão é obtida ao aplicar-se a técnica do componente principal à base de dados selecionada. No entanto, pelo conhecimento do fenômeno, decidimos modificar a ponderação estabelecida por este método e “perder” certa eficiência estatística para ganhar capacidade de interpretação das ponderações como fatores que explicam de igual maneira o fenômeno de bancarização estudado.

Ou seja, procuramos capturar o grau de bancarização regional com este número, portanto, o indicador contempla as três dimensões analíticas indicadas no primeiro relatório, tal como

48 Isso pode ser realizado de maneira otimizada sob o ponto de vista matemático, aplicando o método de Componentes principais ao banco de dados. No caso específico do Indicador de Bancarização, o resultado obtido é que o primeiro componente captura 87,2% da variação das onze séries incorporadas no mesmo. Com isso podemos concluir que agregar em apenas uma variável é estratégia eficiente sob o ponto de vista da captura de informações, dado que são poucas as informações perdidas.

se pode observar no gráfico a seguir: os indicadores agregados, a disponibilidade e cobertura geográfica e o nível de acesso e utilização da população de um país ou região econômica aos serviços oferecidos pelos bancos e/ou outras entidades que são parte do sistema financeiro.

Dimensão Adicional: Restrições à Obtenção do Crédito

A bancarização é um fenômeno complexo e é abordado através de três dimensões, no entanto, existem fatores que limitam ou restringem o nível de bancarização nos países. Estas restrições impedem a “socialização” ampla dos serviços financeiros ao dificultar um maior aprofundamento financeiro e bancarização. Estes condicionamentos, em muitos casos, referem-se a aspectos legais, culturais, tecnológicos e de custos de transação que devem ser analisados caso a caso.

Para capturar estas restrições, geramos um indicador estendido e utilizamos o índice de “Getting Credit” do relatório do “Doing Business” do Banco Mundial, para cada um dos países do MERCOSUL. Este índice é só um “proxy” das restrições aos sistemas financeiros, pois unicamente captura aspectos colaterais e regras de informação dos países em referência ao crédito; outras restrições não são consideradas.

Apesar de agregar maior informação, em geral pode ser que esta variável não seja totalmente independente das demais variáveis ou dimensões consideradas no Indicador, com o qual, para uma análise de regressão, poderia gerar múltiplas linhas. Isto pois uma redução das restrições pode gerar maior incremento do crédito e, em consequência, maior utilização e acesso ao sistema financeiro. Diante desta circunstância, deveria ser considerado o fenômeno e uti-

lizar esquemas que diminuam o inconveniente (seja através de variáveis proxies ou outros métodos).

Precisões em relação aos conceitos de utilização e acesso

Parte-se do fato de que estes termos não são sinônimos, mas sim conceitos complementares. Assim, o acesso é uma condição necessária, mas não suficiente da utilização. Tal como definimos anteriormente, o acesso se refere à possibilidade de utilizar os serviços financeiros que têm aqueles indivíduos ou pessoas que qualificam de acordo com os padrões das entidades fornecedoras de serviços financeiros. Por sua vez, a utilização se refere ao uso específico de um produto financeiro, ou seja, o acesso (ver gráfico 4).

Pode-se afirmar que o acesso depende das características socioeconômicas, do histórico de crédito, comportamento das pessoas físicas ou jurídicas, dos usos e costumes de um sistema financeiro específico e de aspectos regulatórios⁴⁹.

A maneira “correta” de medir acesso é através de pesquisas, com as quais podem-se obter informações adequadas do ponto de vista da demanda e utilização dos serviços financeiros por parte dos usuários. Especialmente para diferenciar aqueles indivíduos com acesso e que decidem não utilizar os serviços por motivos culturais, religiosos, ou simplesmente porque percebem que não precisam deles⁵⁰. Igualmente, se podem detectar diferenças regionais no acesso aos serviços e outras importantes características identificáveis através das mesmas.

Infelizmente, não existe em nenhum dos países do MERCOSUL uma pesquisa realizada perio-

49 Além disso, também depende da estrutura financeira utilizada para prestar o serviço financeiro. Por exemplo, clientes que não possuem acesso a certos serviços financeiros devido a um passado de comportamento pouco responsável, podem conseguir este acesso usando esquemas de “credit enhancement” ou garantias adicionais. Os veículos como trust, securitização ou outros esquemas podem ser instrumentos válidos.

50 As informações obtidas a respeito daqueles que têm acesso e não utilizam os serviços financeiros, e sobre os que não têm acesso, podem ser muito úteis para gerar produtos e condições adequadas para uma utilização eficiente dos serviços financeiros e para um incremento da bancarização no MERCOSUL.

dicamente cujos resultados sejam públicos e que contenha informação sobre a utilização ou acesso das pessoas ou empresas ao sistema financeiro⁵¹. No entanto, são feitas Pesquisas em Lares, geralmente em intervalos regulares. Assim, na Argentina e no Paraguai, denominam-se Pesquisa Permanente de Lares, no Uruguai é feita a Pesquisa Contínua de Lares, e no Brasil existe a Pesquisa Nacional por Amostra de Endereços – PNAD. Consideramos que seria possível incorporar um set mínimo de perguntas em relação à utilização e acesso aos serviços financeiros nestas pesquisas, e assim obter a informação de acesso de maneira regular. No anexo 6 se apresenta um modelo de perguntas que poderiam formar parte das pesquisas de lares dos países da região.

Seleção de Variáveis no Indicador de Bancarização-MERCOSUL

Na construção do indicador de bancarização se selecionam aquelas variáveis que representam de maneira adequada os aspectos considerados chaves para explicar o fenômeno estudado. Dado que sua fortaleza (ou debilidade) depende da qualidade das variáveis selecionadas, a partir do conjunto de indicadores existentes são selecionadas variáveis consideradas mais relevantes para descrever a bancarização.

Dito isso, e tendo definido os aspectos mensuráveis através das variáveis componentes do indicador, se consideram os seguintes aspectos adicionais na seleção das variáveis, e tais aspectos significam que elas devem ser calculadas regularmente por uma autoridade confiável, de acordo com padrões internacionais e que estejam disponíveis para o público em geral.⁵²

Portanto, para as três dimensões mencionadas se selecionam as seguintes variáveis para

a confecção do indicador⁵³. Para a primeira dimensão (Indicadores Agregados) consideramos: os **depósitos bancários + depósitos em entidades financeiras não bancárias e os créditos bancários + créditos de entidades financeiras não bancárias**; em ambos os casos como proporção do PIB. Nestes indicadores há dados do setor privado e cumprem de maneira razoável os requerimentos antes indicados, ou seja, são calculados pelos Bancos Centrais e os Institutos de Estatística de cada país, com uma frequência anual, existindo uma longa série e de disponibilidade pública. É importante considerar que existem certas diferenças entre os países nas entidades que são supervisionadas pelos bancos centrais; neste sentido, somente consideramos os bancos e as entidades financeiras que realizam intermediação. No caso do Paraguai, foram incorporados os depósitos e empréstimos das cooperativas devido a sua importância dentro do processo de intermediação, apesar de serem supervisionadas pelo INCOOP.⁵⁴

Em relação à disponibilidade e cobertura geográfica temos estabelecido como unidade de medida geográfica o país em seu conjunto. Consideramos que isso não inclui a unidade de análise ideal, já que no interior do país existem grandes diferenças, com grandes concentrações nas principais cidades e muito pouca, ou nenhuma, presença nas cidades menores. As variáveis consideradas são a **quantidade de sucursais das entidades financeiras, o número de ATMs e o número de POSs**. Em todos os casos são consideradas estas variáveis para cada 1000 km² de extensão territorial, e para cada 100.000 adultos maiores (os quais fazem uso dos serviços financeiros). Como no caso anterior, as variáveis cumprem os requisitos desejáveis e são publicadas pelas entidades que merecem confiança, sejam elas os Bancos Cen-

51 Um exemplo deste tipo de pesquisa é a Pesquisa de Acesso a Serviços Financeiros, realizada no final de 2006 e em 2009 pelo Banco Central da Argentina. Esta pesquisa é ampla e inclui três partes fundamentais: a) pesquisa com pessoas; b) pesquisa com empresas; e c) pesquisa com entidades financeiras. Há ênfase especial nas localidades que não contam com acesso a serviços financeiros. Com este instrumento, é possível conhecer, de maneira direta, a partir da opinião dos próprios protagonistas, suas necessidades e restrições com relação ao uso dos serviços financeiros. Porém, consideramos pouco provável a realização de pesquisas deste tipo de maneira regular em todos os quatro países. Por isso a proposta é de uma solução intermediária, factível e pouco custosa.

52 Para obter replicabilidade.

53 Existem outras variáveis, mas consideramos que com as selecionadas é possível captar de maneira suficiente o fenômeno estudado.

54 Instituto Nacional de Cooperativismo (INCOOP), que supervisiona e regula as cooperativas no Paraguai.

trais, os Institutos de Estatística, Censos, as Associações de Bancos e outros. Estas variáveis medem aproximações de disponibilidade e cobertura geográfica porque podem diferenciar concentrações de serviços financeiros em algumas cidades e a escassez ou inexistência em outras. Recorreu-se a esta proxy pelo fato de não se dispor de dados detalhados dos países por departamentos, estados, municípios ou cidades. No entanto, apesar das grandes diferenças no tamanho dos países, a densidade populacional não difere em grande medida da região.

O último grupo de indicadores se refere à utilização e acesso ao sistema financeiro, e, nesta dimensão, são utilizados indicadores que me-

dem os fenômenos de maneira indireta e global pois não foi possível obter medições satisfatórias que permitam diferenciar adequadamente entre acesso e utilização (por exemplo, através de pesquisas). Por isso decidimos usar variáveis proxies. Os indicadores utilizados são o número total de poupanças a prazo e à vista⁵⁵ (mede a poupança), o número total de cartões de crédito e de cartões de débito e em todos os casos o fator de norma são as pessoas adultas. Ou seja, o número de contas ou cartões para cada 100.000 pessoas de mais de 15 anos.

A seguir, se apresenta uma lista do conjunto de indicadores a serem utilizados no Indicador de Bancarização-MERCOSUL.⁵⁶

Tabela 23

Indicador de Bancarização-MERCOSUL	
Indicadores Agregados	
	• Créditos/PIB
	• Depósitos/PIB
Disponibilidade e Cobertura Geográfica	
	• Sucursais/1000 km ²
	• Sucursais/100.000 Adultos
	• ATMs/1000 km ²
	• ATMs/100.000 Adultos
	• POSs/1000 km ²
	• POSs/100.000 Adultos
Utilização e Acesso	
	• Contas/100.000 Adultos
	• Cartões de Crédito/100.000 Adultos
	• Cartões de Débito/100.000 Adultos

55 Inclui Conta Corrente.

56 É utilizada a menor quantidade possível de variáveis que permita capturar o fenômeno, aplicando o princípio de parcimônia.

Ponderação das Variáveis no Indicador

A clara definição da ponderação para cada um dos componentes em um indicador composto é um dos processos mais difíceis e não existe consenso entre os especialistas sobre a maneira “correta”. No caso específico do Indicador de Bancarização-MERCOSUL, adotamos um esquema de ponderações iguais para cada uma das dimensões analisadas (magnitudes agregadas⁵⁷, disponibilidade e cobertura geográfica e utilização e acesso). Esta decisão pode parecer arbitrária, mas se considera que é um mecanismo razoável de ponderação, já que cada uma destas dimensões representa a priori aspectos do fenômeno de bancarização igualmente importantes, do ponto de vista teórico, e não contamos com maior informação para determinar se uma dimensão é mais relevante que outra.

O método do componente principal proporciona ponderações diferentes às utilizadas no presente trabalho. Isso ocorre pois são capturadas somente as correlações lineares entre as variáveis, e procura-se uma combinação ótima que permita sintetizar em uma só variável (o primeiro componente) a informação existente de várias séries. Ao capturar as correlações lineares e as variantes das séries, determina-se o vetor de ponderação específico otimizando o processo estatisticamente. No entanto, não existe nenhuma justificativa do ponto de vista do fenômeno estudado que justifique a ponderação proposta. A utilidade do método do componente principal se refere ao fato de indicar empiricamente que é possível, com uma só variante, reduzir as dimensões do fenômeno estudado e não perder muita informação.

Finalmente, é importante indicar que se toma a decisão de outorgar uma mesma ponderação para cada uma das dimensões analisadas (mag-

nitudes agregadas, disponibilidade e cobertura geográfica e utilização e acesso), considerando o conhecimento que se possui do fenômeno. Portanto, se julga de igual importância, para a explicação do fenômeno de bancarização, cada uma das dimensões mencionadas.

Construção de um Benchmark⁵⁸ para o Indicador de Bancarização-MERCOSUL

O Benchmark ou Benchmarking pode ser definido como um processo sistemático e contínuo para avaliar comparativamente as variáveis de interesse (em nosso caso a bancarização em países ou regiões). Com este procedimento se busca tomar como base de comparação valores que evidenciem as melhores práticas em termos de bancarização para uma variável determinada, e medir contra as mesmas a situação em um momento determinado do país. Adicionalmente, pretende-se induzir comportamentos competitivos e contínuo melhoramento dos países medidos diante deste benchmark.

Em outras palavras, permite determinar o quão bem (ou mal) se desempenha um país ou região numa determinada variável que se quer medir a respeito de um parâmetro predeterminado. Esta comparação pode ser em relação à mesma variável de interesse no passado, com o que se tem uma ideia da evolução ao longo do tempo. Por outro lado, se comparada a variável em relação aos outros países ou regiões, pode-se ter uma ideia de sua posição relativa num contexto mais amplo e podem-se determinar as melhores práticas a nível nacional e internacional.

Para o presente estudo se constrói um **PAÍS IDEAL**, ótimo e hipotético gerado através de valores considerados “ótimos” para cada uma das variáveis incorporadas no indicador. É importante ressaltar

57 Embora os indicadores de magnitudes agregadas também possam ser vistos como indicadores de utilização, nós os consideramos em uma categoria separada, devido à sua referência ao PIB e à visão de país em seu conjunto utilizado. Por outro lado, nos indicadores de utilização e acesso nossa análise foi focada nas pessoas adultas.

58 O termo em inglês “benchmark” é originado das palavras “bench” (banco, mesa) e “mark” (marca, sinal). No sentido original do inglês, a palavra composta poderia ser traduzida como medida de qualidade. O uso do termo teria começado na Inglaterra do século XIX, quando os agrimensores faziam um corte ou marca em uma pedra ou muro para medir a altura ou o nível de uma extensão de terra. O corte servia para fixar um suporte chamado “bench”, sobre o qual se apoiava o instrumento de medição. Por conseguinte, todas as medições posteriores eram feitas com base na posição e altura de tal marca.

que não falamos de “ótimo” no sentido de um processo de otimização, senão como um valor desejável, melhores práticas, “State of the Art” ou maior nível de desenvolvimento num momento do tempo. Utilizamos para seu cálculo a base de dados de CGAP (Consultative Group to Assist the Poor) para o ano 2009, CGAP (2009).

Os valores “ótimos” para cada uma das variáveis são calculados da seguinte maneira: a) São organizados os países de maior para menor, de acordo com o valor da variável selecionada; b) Se selecionam os primeiros 10 países⁵⁹; c) Se calcula a média simples do valor da variável para os países selecionados; e, d) O valor calculado se considera o ponto 100 para o índice estimativo. Posteriormente, é repetido o procedimento para cada uma das variáveis que compõem o índice.

O “benchmark” é um país ideal resultante de uma média dos 10 melhores países para cada variável. Portanto, não existe um grupo específico de 10 países, senão que se utilizam 33 países. Igualmente, é necessário indicar que

podem ser estabelecidos numerosos “benchmarks” ou critérios para usar como elementos de comparação com as variáveis dos diferentes países do MERCOSUL.⁶⁰

Um aspecto empírico importante se refere a que deve ser calculado um valor para cada ano do “benchmark”. No entanto, para o exercício realizado calcula-se o Indicador de Bancarização-MERCOSUL e comparado com um “benchmark” calculado com dados de 2009, porque não existem dados para outros anos. Portanto, os anos iniciais do indicador são submetidos a um teste muito exigente. A seguir, apresenta-se a lista dos 33 países que aparecem pelo menos uma vez no “benchmark” gerado com dados do ano 2009.

Adicionalmente se constrói um “benchmark” diferente a partir dos países do G-20 e se estima o indicador. A posição ordinal de cada um dos países do MERCOSUL não se modifica, mas sim todos aparecem um pouco melhor em termos do valor numérico. Os resultados se apresentam no anexo 8.

59 Também são eliminados os outliers.

60 É importante ressaltar que o critério utilizado de país ideal a partir da média dos dez valores mais altos para cada variável é muito exigente.

Tabela 24

Países Componentes do Benchmark e Nº de Variáveis		
Posição	País	Número de Variáveis
1	Espanha	8
2	Reino Unido	7
3	Bélgica	6
4	Países Baixos	6
5	Portugal	6
6	Alemanha	5
7	Itália	5
8	Taiwan	5
9	China Hong Kong	4
10	Austrália	3
11	Áustria	3
12	Brasil	3
13	Canadá	3
14	França	3
15	Japão	3
16	Turquia	3
17	Estados Unidos	3
18	Grécia	2
19	Irlanda	2
20	Nova Zelândia	2
21	Porto Rico	2
22	Sri Lanka	2
23	Suécia	2
24	Suíça	2
25	Coreia do Sul	2
26	Bulgária	1
27	Dinamarca	1
28	Indonésia	1
29	Israel	1
30	México	1
31	Noruega	1
32	Panamá	1
33	Singapura	1

Fonte: Cálculos do autor do presente trabalho.

Construção do Índice de Bancarização-MERCOSUL

Uma vez construído o benchmark, são realizados os seguintes pesos:

a) Completar a Base de Dados: Para cada uma das variáveis que compõem o indicador e para todos os anos do objetivo do projeto. Deve-se ter especial cuidado em que os dados sejam corretamente reunidos e que não existam observações perdidas.

b) Transformação em Índices: Cada uma das variáveis que compõem o indicador são transformadas em índices de base 100, utilizando uma regra de três simples. O valor equivalente a 100 é o benchmark da variável analisada para o país ideal.

c) São Gerados os Três Índices Parciais: Com os valores transformados das variáveis se

procede ao cálculo da média simples dos mesmos para cada uma das dimensões analisadas, ou seja: indicadores agregados, disponibilidade e cobertura geográfica, acesso e utilização.

d) Calcula-se o Índice de Bancarização: Tomando a média simples dos três índices parciais.

e) Este procedimento se repete para cada um dos anos da amostra considerada e para cada país.

f) Calcula-se o Índice de Bancarização-MERCOSUL: Tomando a média simples⁶¹ dos índices de bancarização dos quatro países.

No seguinte quadro é apresentado o Índice de Bancarização-MERCOSUL para o ano de 2009, calculado de acordo com o procedimento indicado anteriormente.

61 É considerada uma média simples e não ponderada, porque a intenção é ver o valor médio na região. Uma média ponderada, por exemplo pelo tamanho do PIB, vai gerar um indicador dominado pelo Brasil e mesmo se houver variações importantes no Uruguai ou Paraguai elas não refletiriam no indicador ponderado.

Tabela 25

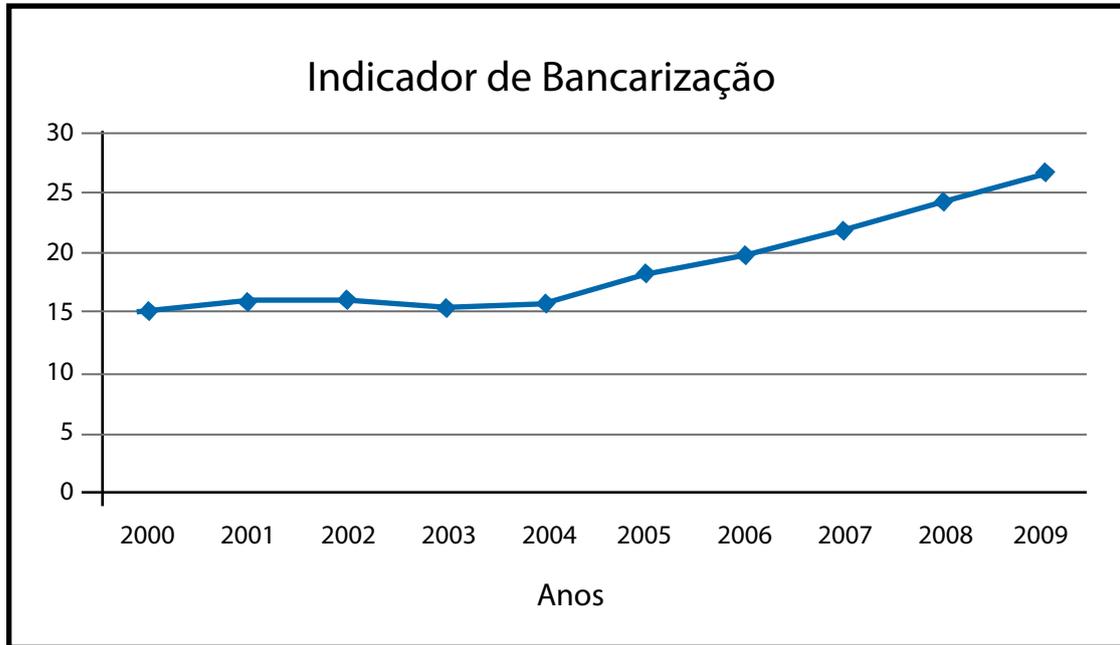
Índice Bancarização-MERCOSUL 2009				
Dimensões	Valor			
Indicadores Agregados	18,29			
Disponibilidade e Cobertura Geográfica	26,08			
Utilização e Acesso	36,14			
Índice Bancarização-MERCOSUL	26,84			
	Por países			
	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
Indicadores Agregados	9,77	21,01	22,63	19,74
Disponibilidade e Cobertura Geográfica	13,27	58,09	9,43	23,54
Utilização e Acesso	36,15	69,02	11,83	27,55
Índice Bancarização-MERCOSUL	19,73	49,37	14,63	23,61

Fonte: Cálculos realizados pelo autor, de acordo com a metodologia do presente relatório.

O valor de 26,84 do presente indicador mostra que a região se encontra muito por baixo do mundo ideal que representam os países que formam o benchmark. Indica que ainda há mui-

to que melhorar. A seguir se apresenta a evolução temporária de sítio índice e é necessário destacar o crescimento consistente do mesmo desde 2004.

Gráfico 16



Fonte: Cálculos realizados pelo autor, de acordo com a metodologia do presente documento.

Desde a perspectiva dos países há uma melhor posição relativa do Brasil, muito por cima do resto dos países do MERCOSUL, no ano de 2009. Por outro lado, analisando desde uma perspectiva de série de tempo, observa-se nos seguintes gráficos o forte crescimento do indicador no Brasil liderado pelos componentes de cobertura e utilização, os quais, a partir do ano de 2003, tiveram um forte incremento. Isso ocorreu como consequência direta de um esforço deliberado das autoridades brasileiras para gerar a inclusão financeira, através de programas em nível de governo, tais como: Bolsa Família (que incorpora aproximadamente 16 milhões de pobres ao sistema financeiro) e os correspondentes não bancários, que tem sido uma das ferramentas mais eficazes de bancarização, e, através dos mesmos, 5.561 municípios brasileiros contam com atendimento bancário. Levorato (2009).

Utilização do Índice de Bancarização-MERCOSUL

Análise em Diferentes Dimensões

Após calcular os valores do Índice de Bancarização-MERCOSUL, podem-se realizar diferentes análises do fenômeno, tanto para o MERCOSUL em seu conjunto, quanto para cada um dos países de maneira individual. Igualmente, é possível analisar o fenômeno ao longo do tempo ou em um momento específico, ou seja, fazer uma análise de séries de tempo ou de corte transversal, assim como de dados de painel. Adicionalmente, pode ser feita uma análise do ponto de vista de cada uma das dimensões analisadas, tanto para o bloco regional, quanto para cada um dos países. Como exemplo são apresentados os seguintes gráficos.

Gráfico 17

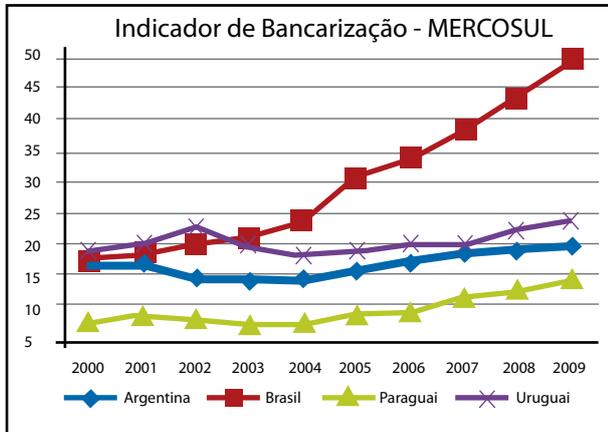


Gráfico 18

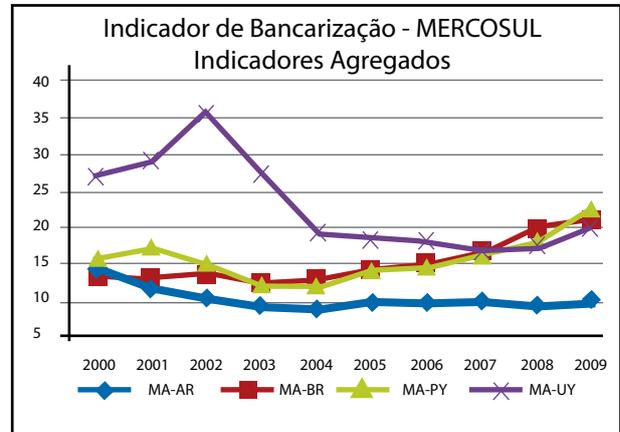


Gráfico 19

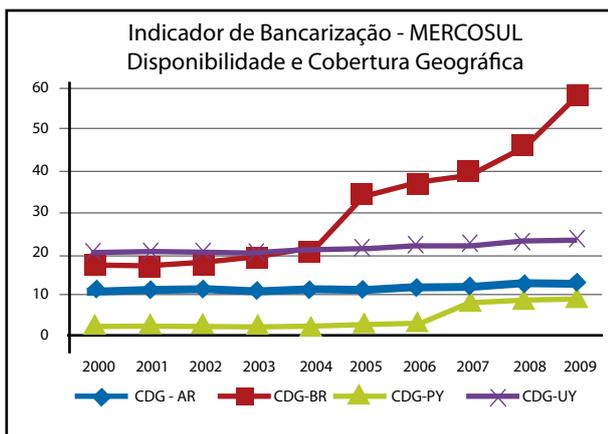
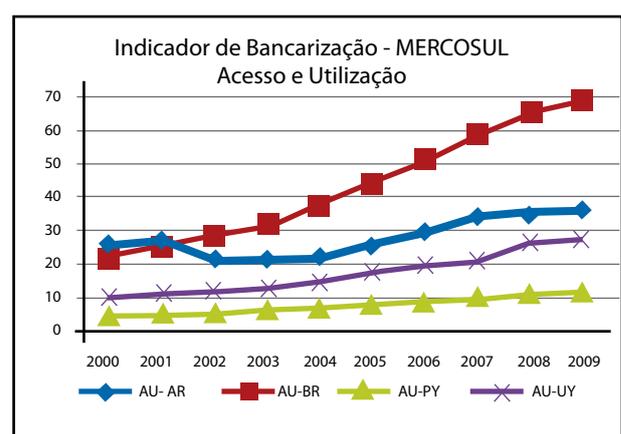


Gráfico 20



Fonte: Cálculos realizados pelo autor, de acordo com a metodologia do presente documento.

Outras Perspectivas de Análise que Poderiam Ser Implementadas

Estes indicadores também podem ser analisados a partir das funções do sistema financeiro. Ou seja, desde a perspectiva da intermediação financeira (poupança e crédito), dos meios de pagamento ou manejo dos riscos (utilização de seguros e derivados financeiros para cobrir os riscos inerentes à atividade das entidades intermediárias, das empresas e das pessoas).

Por exemplo, poderia ser considerado o índice parcial de indicadores agregados como um indicador do comportamento da intermediação financeira numa economia e durante um período de tempo. Isto pode ser observado no gráfico precedente titulado de indicadores de Bancarização-MERCOSUL. Componente: indicadores agregados.

O modelo possibilita realizar simulações de diferentes cenários, por exemplo, para o caso do

Brasil, foi solicitada a medição do impacto do programa Bolsa Família sobre o índice de bancarização. Pode-se observar que o indicador de bancarização tem redução e passa de 49 para 43. O suposto utilizado é que cada família que recebe as transferências possui uma poupança, portanto, para a simulação se subtrai do total de poupanças o número de famílias que recebem o Bolsa Família. Os resultados se apresentam no anexo 11.

Também, poderiam ser construídos índices ou indicadores mais específicos do comportamento das formas de pagamento numa economia. Para isso seriam necessárias informações adicionais que nem sempre são públicas e que não estão em todos os países.

Por exemplo, seriam necessárias informações sobre o volume dos pagamentos feitos com cartão de débito, crédito, pagamentos através de e-banking, telefones móveis, pagamentos de serviços etc., para complementar os dados agregados monetários existentes.

No caso dos países-alvo do presente estudo, existem numerosos dados nos diferentes países, mas falta padronização na informação e dados similares aos existentes no “Diagnóstico do Sistema de Pagamentos de Varejo do Brasil”, preparado para 2009, pelo Departamento de Operações Bancárias e do Sistema de Pagamentos, Divisão de Sistemas de Pagamentos do Banco Central do Brasil, que permitiriam preparar um indicador para analisar com maior aprofundamento a bancarização do ponto de vista do sistema de pagamentos. Em geral, a maior parte da informação disponível é fundamentalmente sobre as compensações de cheques, número de transações e outras poucas informações.

Em referência aos riscos das entidades financeiras, de maneira geral um gerenciamento adequado dos mesmos pode permitir uma maior capacidade para bancarizar os setores não alcançados pelo sistema financeiro. Os intermediários financeiros transformam, diversificam e manejam diversos riscos de uma maneira que não poderiam fazê-lo os poupadores individuais. Entre eles estão os riscos de transformar as unidades dos depósitos, sua denominação e sua liquidez no processo de conversão em créditos. Adicionalmente, o intermediário, ao se diversificar, pode lidar de melhor forma com o risco creditício, assumindo mais riscos do que assumiria um poupador individual.

Do ponto de vista da bancarização, pode ser interessante medir a maneira pela qual os intermediários enfrentam os riscos no cumprimento de suas funções. Especialmente, poderia se ter em conta o acesso e utilização de seguros e derivados financeiros em mercados organizados ou sintéticos. Tudo isso poderia ser feito gerando índices que capturem o comportamento das entidades em matéria de utilização dos produtos e do gerenciamento de riscos (seja através de elementos quantitativos ou análise qualitativa da gestão de riscos), que podem ter um impacto positivo em nível da bancarização.

Inconvenientes ou Limitações do Indicador de Bancarização-MERCOSUL

A primeira limitação ou particularidade do indicador é que ele constitui um indicador de medidas globais cuja unidade se refere ao país em seu conjunto, quando podem acontecer casos em que seja necessária uma maior separação a nível de estados ou departamentos. Esse tipo

de restrição implica que certa informação é perdida na agregação, e diferenças regionais, ou entre cidades, não podem ser capturadas. Isto se aplica fundamentalmente à dimensão de disponibilidade e cobertura geográfica.

Na dimensão de acesso e utilização, o indicador é incapaz de distinguir entre ambos os conceitos que são utilizados como sinônimos; de fato somente é medida a utilização.

Outra limitação importante refere-se às diferenças entre o universo de entidades cobertas em algumas variáveis, como, por exemplo, no caso da Argentina, os cartões de crédito não bancários (não estão nas estatísticas do BCRA, que inclui somente os emitidos pelos bancos), que são importantes. As cooperativas e mutuais relacionadas que outorgam crédito são relevantes também (por seu número, pelo número de associados que têm, e pelo montante do crédito outorgado, ainda que exista uma limitação na disponibilidade da informação). No caso do Paraguai, incorporam-se as cooperativas para os créditos e depósitos por sua importância quantitativa, e não como nos demais países. No Uruguai e no Brasil, não são incorporadas as cooperativas.

Em relação ao benchmark⁶², ele constitui uma base “variável” e a interpretação é de uma posição relativa a respeito do mesmo. Assim, o benchmark não se mantém constante, já que os países que compõem a referida medida mudam sua posição a cada ano, ou seja, temos uma comparação contra os campeões de cada ano. O melhoramento do índice indica maior crescimento de um país em relação ao crescimento dos países benchmark, e não necessariamente

um incremento objetivo. Para minimizar a probabilidade de que isso ocorra, calcula-se uma média dos dez melhores países em cada categoria, com a qual se procura capturar as melhores práticas.

Reflexão em Relação ao Indicador de Bancarização

O Indicador de Bancarização-MERCOSUL, apesar das limitações enunciadas, permite apresentar de maneira breve os avanços em matéria de bancarização dos países objeto do estudo, e captura situações geradas nas economias regionais, tais como crise e avanços importantes em certas áreas.

Tem a vantagem da simplicidade, sem perder o rigor teórico e de conceito. Igualmente, permite analisar a bancarização desde as perspectivas conceituais indicadas no primeiro relatório: indicadores agregados, disponibilidade e cobertura geográfica, acesso e utilização. Igualmente, permite a análise para a região em seu conjunto e para cada um dos países, numa perspectiva de séries de tempo, corte transversal ou de dados de painel.

Outro elemento importante é que permite a comparação da situação regional ou dos países individuais, diante de um benchmark que representa as melhores práticas em matéria de bancarização para cada uma das variáveis integrantes do benchmark.

Finalmente, este indicador deveria ser considerado como uma primeira aproximação à medição da bancarização regional, e como um trabalho em processo, não como um produto final, já que podem ser realizadas numerosas melhorias ao mesmo.

62 Este comentário se refere ao Benchmark em sentido geral, calculado anualmente uma vez que o indicador será utilizado ao longo do tempo. Porém, para este exercício o Benchmark é calculado apenas para 2009 e não muda porque não existem outros dados adicionais.

Seção 5: E-Banking, Internet e Mobile Banking

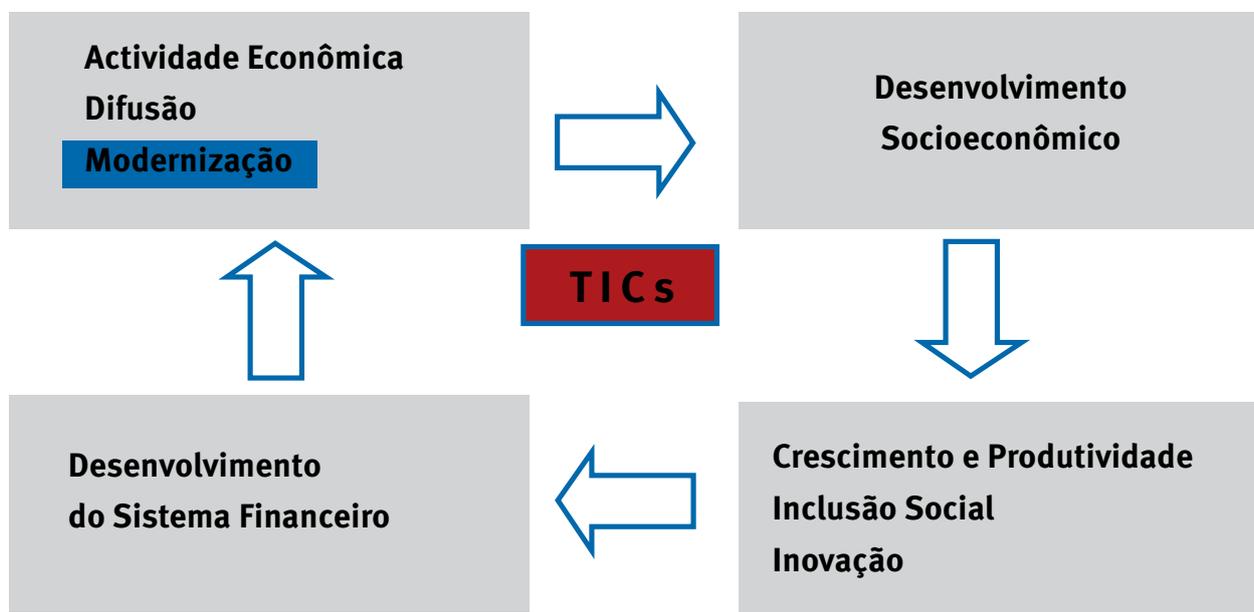
Introdução

O objetivo de inclusão financeira pode ser alcançado, mas depende criticamente do adequado aproveitamento e implementação de inovações tecnológicas nos setores público e privado, e que a grande maioria da população se adapte ao uso cotidiano das mesmas.

A rápida evolução das tecnologias da informação e comunicações, conhecida como a “Revolução das TICs”, teve um profundo impacto nas economias e nas finanças. Nas seções anteriores foi indicada a importância do sistema financeiro para o crescimento econômico e para a redução das desigualdades. A partir disso é

possível afirmar que as TICs têm um impacto positivo no crescimento e no desenvolvimento econômico. Esta afirmação surge do impacto das TICs como fatores que apoiam a bancarização, e em consequência o crescimento econômico.⁶³ De fato, estas tecnologias adotadas de maneira adequada permitem gerar um círculo virtuoso além do setor econômico e financeiro, apoiando o processo de bancarização, com o qual se consegue um maior crescimento e desenvolvimento econômicos. Isso possibilita uma maior inclusão social e inovação, o que permite continuar com este processo de inovação tecnológica. Por último, novamente é gerado um maior desenvolvimento do sistema financeiro, o qual permite uma maior atividade econômica, crescimento e desenvolvimento econômicos.

Gráfico 21
EL VIRTUOSO CÍRCULO DA BANCARIZAÇÃO – TIC- BEM-ESTAR⁶⁴



Fonte: Ontiveros et al. (2009)

63 Além disso, as TICs impactam de maneira favorável na produtividade da economia e, por conseguinte, em outros setores.

64 Fernandez de Lis (2009).

Tal e como afirma Ontiveros et al. (2004): “Ao longo destes cinquenta anos, não houve um consenso tão amplo e uma evidência empírica como a que hoje temos sobre a contribuição mais do que positiva das TIC, de sua dotação e difusão ao crescimento econômico e da produtividade dos países desenvolvidos. As dúvidas dos céticos estão mais na linha sobre a continuidade desse ritmo de crescimento, do que sobre o próprio fato em si”.

Especificamente, no caso do setor financeiro, o mesmo se tem destacado pela incorporação prematura das tecnologias informáticas e das comunicações. Estas facilidades permitiram aumentar sua oferta de serviços, diferenciar a mesma por segmentos e clientes, expandir seus pontos de atendimento e, ao mesmo tempo, ganhar em eficiência.⁶⁵

As mudanças nos serviços financeiros a partir das TICs não se limitam ao melhoramento da eficiência dos negócios tradicionais e à criação de novas oportunidades, mas sim a um fornecimento de serviços financeiros mais diversificados e convenientes. Tradicionalmente, o fornecimento dos serviços financeiros tem sido altamente dependente da rede de sucursais dos bancos, mas atualmente, com a tecnologia existente através de Internet e das redes de ATMs e POSs, bancos através de telefones celulares e esquemas de correspondentes não bancários⁶⁶, a importância das sucursais tem diminuído.

Um exemplo do fornecimento de serviços financeiros por canais não tradicionais refere-se à oferta dos ditos serviços utilizando telefones móveis que oferecem oportunidades significativas para melhorar a eficiência dos mesmos, permitindo maior acesso e diminuindo os custos de transação. A aceitação rápida do públi-

co por estes serviços em países como Filipinas, Brasil, Índia e Quênia demonstrou que a tecnologia está madura e pode oferecer benefícios reais às pessoas sem acesso aos produtos ou serviços financeiros. O Grupo Consultivo para Assistir os Pobres (CGAP) reconheceu este desenvolvimento e tem efetuado um trabalho seminal em relação ao impacto dessa tecnologia no acesso às finanças para os pobres, gerando um esquema de diagnóstico padronizado para a banca sem sucursais.⁶⁷

Desta maneira, os novos canais para a oferta de serviços permitiram uma diminuição do custo das transações financeiras. Por exemplo, o Internet Banking diminuiu fortemente os custos de processamento dos bancos. De acordo com pesquisas feitas nos EUA, em numerosos casos o processamento de operações via Internet é estimado em menos de 1% do custo de uma operação via janela de sucursais tradicionais (Dandapani, 2004). Por sua vez as transações via tecnologia de celulares têm custos médios inferiores a 19% em relação aos da banca tradicional, e, para as transações pequenas, 38% inferiores (McKay e Pickens, 2010). Da mesma forma, a aparição de novos canais de fornecimento de serviços financeiros como ATMs e POSs, Internet e banca móvel, entre outros, permitiram converter redes antigamente utilizadas para atividades não financeiras em canais de provisão de serviços financeiros. Isto gerou oportunidades para que entidades não financeiras fornecessem certos tipos especializados de serviços financeiros, tais como pagamentos, compensações etc.

Adicionalmente, as TICs têm incentivado um processo de reorganização em nível de grandes entidades bancárias, e, em certa medida, em uma onda de fusões e aquisições, com o objetivo principal de gerar “megabancos”⁶⁸ que

65 Existem evidências de uma correlação positiva entre o montante de investimento realizado em tecnologias da informação e comunicações (TICs) pelas entidades financeiras e a eficiência obtida em seus processos e negócios. Estas últimas foram fonte de importantes vantagens competitivas (Montalva, 2006).

66 Especialmente para permitir eficiência nos processos realizados fora dos bancos propriamente ditos.

67 Como anexo, apresentamos a planilha modelo utilizada pelo CGAP como exemplo, por considerá-la muito ilustrativa.

68 As TICs não foram os únicos fatores que permitiram estes desenvolvimentos, também houve a desregulamentação e inovações financeiras.

consolidem entidades com diferentes nichos, e obtendo maior competitividade através de um complemento mútuo.

Algumas definições prévias

E-Banking: é um termo genérico bastante amplo que agrupa todas as maneiras de interatividade com um banco de forma eletrônica e on-line. Isto pode ser através de Internet, telefonia fixa ou móvel, e sem intervenção humana pelo lado do fornecedor de serviços financeiros. Isso pode permitir o acesso às poupanças 24 horas por dia, inclusive aos finais de semana e feriados, consultar extratos, transferência de fundos, recepção e pagamentos de serviços etc.

E-Money: se refere ao intercâmbio de dinheiro somente na forma eletrônica. Tipicamente isto requer a utilização de uma rede de computadores e de sistema de valores digitalmente armazenados.

E-Payments: é o dinheiro que se transfere ou se intercambia de uma conta para outra, operando com uma só instituição ou através de múltiplas instituições. Isto pode ser para o pagamento de alguns serviços, fornecedores ou simplesmente para realizar depósitos em outras contas.

Internet Banking: compreende todas as operações em linha ou não que são realizadas pelos clientes ou usuários das entidades financeiras através de seu site.

Mobile Banking ou M-Banking: refere-se ao fornecimento de serviços financeiros através da tecnologia móvel, ou um assistente pessoal digital (PDA)⁶⁹. Também conhecido como SMS Banking. Tipicamente são feitas operações com poupanças, pagamentos, créditos, transferências etc.

Mobile Payments ou M-Payments: é um novo e rápido método de pagamento, amplamente utilizado em países desenvolvidos. O consumidor envia uma solicitação de pagamento via SMS ou algum código de pagamento que se aplique ao seu telefone móvel.

Informação Geral: existência de informações sobre as atividades das instituições financeiras, assim como dos produtos e serviços que oferecem, e que se encontram disponíveis nos canais de comunicação eletrônica considerados (por exemplo: site).

Informação em Linha: possibilidade de que dispõem clientes e usuários de uma entidade financeira para realizar consultas, solicitações ou preencher formulários em tempo real por meio do uso dos canais de comunicação eletrônica considerados (por exemplo: consulta de extrato de conta).

Mensagem Eletrônica: facilidade que oferece uma entidade financeira aos seus clientes e usuários para remitir e receber mensagens eletrônicas diversas por meio da utilização dos canais de comunicação eletrônica considerados (por exemplo: envio e recepção de mensagens).

Serviço em Linha: oportunidade de clientes e usuários para receber serviços em tempo real ou solicitar serviços por meio da utilização dos canais de comunicação eletrônica considerados (por exemplo: solicitação de talão de cheque).

Operação em Linha: transações operativas em tempo real realizadas por clientes ou usuários de uma entidade financeira por meio da utilização dos canais de comunicação eletrônica considerados (por exemplo: giro ou transferência de dinheiro).

69 PDA (do inglês Personal Digital Assistant (assistente digital pessoal)) é um computador portátil criado originalmente como agenda eletrônica (calendário, lista de contatos, bloco de notas e lembretes) com um sistema de reconhecimento de escrita. Atualmente, um PDA típico possui pelo menos uma tela tátil para inserir informações, um cartão de memória para armazenamento e pelo menos um sistema de conexão sem fio, que pode ser infravermelho, Bluetooth ou Wi-Fi. Os requisitos de software de um PDA geralmente incluem um calendário, um diretório de contatos e algum programa para anotações. Alguns também incluem suporte para navegação na Internet e para acesso ao e-mail.

Modelos de Banca

A Banca sem Sucursais

Este termo localiza a banca em um conceito distinto ao que tradicionalmente é utilizado, eliminando as fronteiras de espaço, serviço e tempo.⁷⁰ O termo banca padroniza “todo o espectro financeiro onde os clientes mantêm uma relação bancária, sem que isso signifique uma participação direta de um funcionário bancário ou um local físico bancário tradicional”.

Por um lado, o fornecimento dos serviços financeiros através dos avanços tecnológicos recentes toma rumos expansivos, e, por outro, chega a lugares que anteriormente proporcionavam baixa rentabilidade à banca tradicional.

Se bem que em numerosos países existam bancos sem sucursais “puras”, e outros com um esquema tradicional de sucursais e agências com escassa ou nula participação de operações “on-line”, em geral o modelo prevalecente é um banco com sucursais que por sua vez permite aos clientes realizar um número cada vez maior de operações “on-line”.

As tendências disponíveis para a banca sem sucursais ou eletrônicas incluem (mas não se limitam a) geralmente as seguintes:

- **Assistentes Pessoais Digitais:** para manter os registros de maneira automática.
- **ATMs e POSs:** utilizados em conjunção com cartões de crédito e/ou débito, com as bandas magnéticas ou os chips incorporados.
- **Cartões com Bandas Magnéticas:** cartões de baixo custo com bandas magnéticas para guardar informação.

- **Smart Cards:** cartões mais caros e que operam com um chip inserido nos mesmos para guardar informação “off-line”.

- **Banca Através de Internet:** local onde são feitas transações bancárias através de um site do banco.

- **Banca Através do Celular ou Banca Móvel:** são feitas transações bancárias através de telefones celulares, através de um menu ou mensagens de texto.

Em geral, a banca sem sucursais se refere a um modelo bancário que se fundamenta no uso de tecnologia e os canais de varejo não bancários (como no caso dos correspondentes não bancários no Brasil) para diminuir os custos operativos dos bancos, assim como os custos de transação para os clientes. Além disso, fornecem uma maior flexibilidade para os clientes ao facilitar operações durante as 24 horas do dia.

Modelos de Fornecimento de Serviços Financeiros

Modelo de Banco “Puro”: no qual o banco (ou outra entidade formal captadora de depósitos) possui a licença para operar. Cada cliente deve possuir uma conta com o banco para poder interagir com o mesmo. O serviço fornece acesso remoto via Internet ou telefone celular aos serviços normais do banco, tais como solicitações de balanços, transferência entre contas e pagamentos. O acesso é feito através dos sites de cada banco ou através de menus especiais nos telefones celulares, nestes casos a associação entre o banco e o fornecedor de Internet, ou de telefonia celular, é o fornecedor de serviços. Estes “partners” de serviços não têm nenhuma participação ou responsabilidade na transação financeira subjacente, e tudo ocorre através da conta do cliente no banco,

70 Definição utilizada pelo Grupo Consultor de Assistência aos Pobres (CGAP) do Banco Mundial.

assumindo a entidade financeira plena responsabilidade.

Estes serviços são convenientes para os clientes dos bancos e para o banco em si, já que permitem que certas transações rotineiras sejam feitas sem visitas a uma sucursal bancária, reduzindo os custos de provisão dos serviços e permitindo às sucursais servir melhor mais clientes devido à redução do tráfego de pessoas. Todo depósito ou saque de dinheiro requer a participação da sucursal ou de ATMs. Este acesso pode ser expandido através de agentes que permitam aberturas de contas e depósitos ou saques de dinheiro, que posteriormente são operativos pelo banco na conta do cliente. Aqui o banco assume plena responsabilidade das ações dos agentes.

Modelo de Banco Unicamente por Internet: com este modelo são feitas todas as operações de uma banca tradicional, mas unicamente através de sites de Internet. O motivo principal da existência deste tipo de banco é a eficiência dos custos. No entanto, a experiência dos EUA (já que não existe experiência no MERCOSUL de bancos que operem somente pela Internet) indica que, se por um lado têm custos operativos menores, por outro as margens entre ingressos e custos financeiros não são tão altas pois, geralmente, para captar depósitos, devem pagar taxas maiores e nem sempre podem realizar operações de empréstimos de montantes muito importantes, com o qual se reduz o “spread” que podem obter de suas operações. Adicionalmente, podem existir aspectos legais ou culturais que expliquem os problemas da banca puramente na Internet. Por exemplo: a necessidade da existência de um lugar físico para que exista suficiente confiança para depositar, ou a maior facilidade de saques de depósitos em caso de crise, via transferências eletrônicas.

Modelo de Operador Móvel (MNO): neste caso uma companhia de telefones celulares fornece o serviço de pagamentos aproveitando sua rede de telefonia e mensagens. Isto permite que os clientes possam remitir e receber fundos aproveitando a rede de agentes autorizados que possui a empresa operadora da rede móvel. As transações de pagamentos individuais ocorrem totalmente dentro da MNO, e não requerem a participação de um banco, nem se o cliente possuir uma conta bancária. Os fundos em trânsito pagos pelo remetente, e ainda não retirados pelo receptor, podem, inicialmente, permanecer em uma conta bancária dentro do sistema financeiro formal. Dado que o MNO somente executa instruções de pagamento do remetente, não é realizada (nem se requer) a avaliação creditícia nem o manejo de riscos dos bancos, portanto, estes serviços não constituem serviços bancários e não requerem o nível de regulamentação dos depósitos utilizados para captar operações creditícias.

Dados os custos relativamente altos de uma conta bancária (requisitos de saldo médio mínimo, cargos por serviços, requisitos de enquadramento obrigatórios, tempo de acesso às sucursais bancárias etc.) frente ao fácil e quase universal acesso aos telefones celulares, o modelo de MNO é um sistema eficiente para substituir sistemas informais de transações utilizando “cash”, e convertê-los em esquemas formais, e, com isso, expandir o acesso aos serviços financeiros.

Modelos Híbridos: constituem uma estrutura que fornece serviços financeiros através da combinação de um banco tradicional, outro pelo Internet, e um MNO. Geralmente são organizados a partir dos seguintes esquemas:

a) Modelo MNO/Banco Tradicional/Internet: uma companhia de telefonia celular que maneja um sistema de pagamentos internos através de sua rede de agentes, e que adicionalmente se encontra ligada com um banco, com o qual é fornecido, através da mesma rede, acesso às poupanças, empréstimos e seguros. Estes serviços são oferecidos através de uma associação entre uma instituição financeira regulamentada (seja um banco tradicional ou de Internet) e uma companhia fornecedora de serviços de comunicação celular. Esquemas que sugerem um modelo aditivo ao existente. Em países que têm uma base extensa de clientes varejistas, tais como **Quênia** (Coop Bank), **Nigéria** (GloMobile), **África do Sul** (os quatro bancos principais) e **Zimbábue** (Kingdom Bank e Econet), os bancos avançaram com serviços de banca móvel sobre os existentes, como um canal adicional (De Nigris, 2008).

A maioria dos bancos no MERCOSUL tem algum grau de opções para realizar transações online. Como exemplo podemos citar a experiência da Caixa Econômica Federal do **Brasil**, um banco de propriedade do estado que atende contas de aposentadoria e também os agentes lotéricos. A experiência resulta interessante porque é um modelo de banca sem sucursais, operando através de agentes que operam terminais de ponto de venda. Os clientes podem realizar transações por telefone celular (De Nigris, 2008).

b) Um fornecedor do Governo/Banco/MNO: um sistema interbancário de “clearing” dirigido por um ente governamental, que inclui o acesso dos consumidores ao mesmo, utilizando os cartões inteligentes (smart cards) ou chips de celulares inteligentes, que atuam como depósito de valor temporário e estão sincronizados com uma conta bancária formal.

Neste esquema a companhia celular fornece as comunicações e o governo atua operando o sistema de pagamentos e compensações entre os bancos e entre as contas dos usuários.

E-Banking e Fornecimento de Serviços Financeiros Híbridos

Os bancos tradicionalmente oferecem serviços aos seus clientes, tais como o aceite de depósitos de poupanças e contas correntes, entrega de empréstimos, serviço de pagamentos, comércio internacional etc. Estes serviços podem ser fornecidos através dos canais tradicionais utilizando as sucursais físicas ou através do denominado e-banking, no qual se utiliza a Internet para fornecer os serviços antes indicados.

O e-banking pode ser fornecido em duas formas. Primeiro, um banco existente com sucursais físicas pode, adicionalmente, estabelecer um site de Internet e oferecer serviços de e-banking, de maneira adicional ao canal tradicional. Isto complementa a presença física do banco e geralmente é oferecido sem custo adicional para os clientes. Os clientes se sentem atraídos pela conveniência do serviço através de Internet ou telefonia celular, e, por sua vez, os bancos podem operar de maneira mais eficiente e com menores custos quando os clientes realizam transações por conta própria.

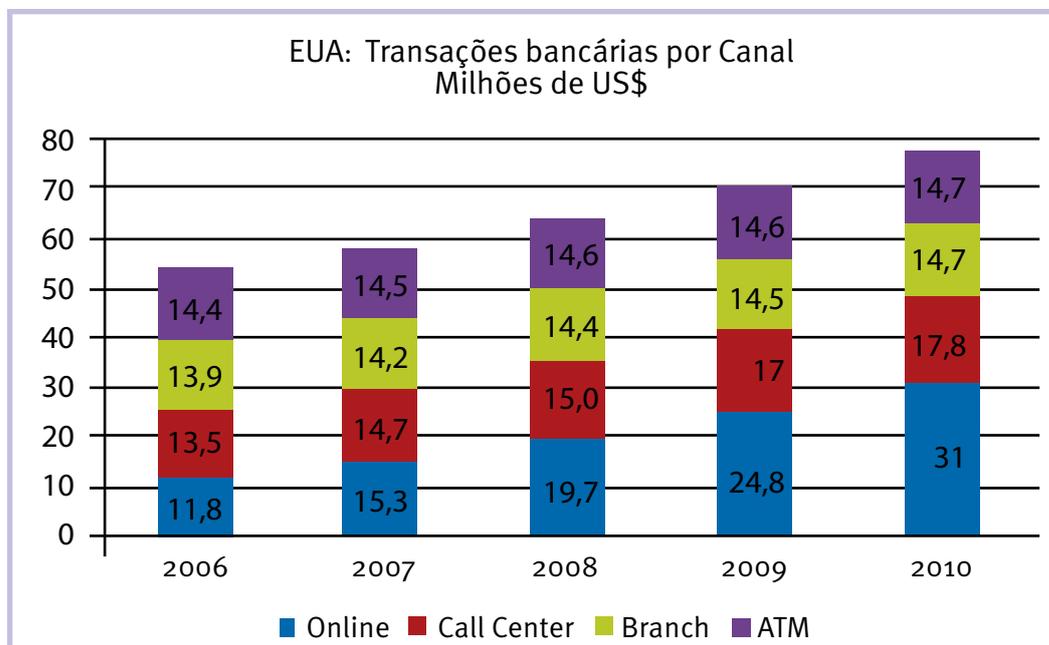
Adicionalmente à banca que possui tanto presença física quanto na Internet, existem bancos denominados E-Banks, que existem unicamente na Internet e que permitem aos seus clientes ou usuários trabalharem com um banco “virtual”. Estes E-Banks podem ter menores custos operativos sem as sucursais físicas, e podem, potencialmente, oferecer taxas superiores pelos depósitos recebidos e reduzir os custos cobrados pelos bancos com um grande número de

sucursais. O grande desafio dos E-Banks é o fornecimento de serviços de qualidade aos consumidores, sem a existência de sucursais físicas. Estudos em relação às determinantes do crescimento da banca sem sucursais do ponto de vista da demanda indicam que os principais fatores são: percepção por parte dos consumidores sobre a utilidade do serviço, facilidade de utilização e consciência e percepção dos riscos existentes, Rahmath Safeena; Abdullah and Hema Date (2010).

A experiência com os bancos virtuais, em geral, tem sido positiva, e sua evolução foi a seguinte: Nos EUA, em 1990, não existiam bancos na Internet; em 1995 havia somente uma entidade financeira que fornecia serviços financeiros via

Internet; no final do ano de 1990, centenas de bancos virtuais foram criados, mas somente um pequeno grupo sobreviveu até o final de 2003. A partir daí a tendência foi a de que os bancos tradicionais incorporassem como alternativa a possibilidade de realizar transações via Internet. O montante das transações (ver quadro seguinte) e o número de pessoas que realizam transações bancárias via Internet ou telefones móveis são cada vez maiores. De acordo com uma pesquisa sobre o uso da tecnologia no setor bancário de Gallup (2008), nos EUA, Canadá, Inglaterra, França, Alemanha e Japão, determinou-se que 70% dos clientes realizam operações on-line, com exceção da Alemanha e Japão, onde ainda a cifra é de 35% e 30%, respectivamente.

Gráfico 22



Fonte: Tower Group (2010).

Como resumo desta seção, podemos afirmar que existe uma clara tendência do contínuo crescimento das transações eletrônicas, seja via Internet, telefones móveis, ATMs, POSs, transferências eletrônicas etc. Assim, um relatório do Banco da Reserva Federal, publicado em dezembro de 2010, indica que 80% dos pagamentos realizados no sistema financeiro norte-americano não utilizam dinheiro à vista. Igualmente, o número de pessoas que realizam operações bancárias via Internet cresceu de 40 milhões em 2006, para 58 milhões em 2009,⁷¹ o que representa metade das pessoas com acesso à Internet. Recentes projeções da Online Banking Report 2011-2020 estimam que

o crescimento da banca via Internet chegou ao seu teto e que, para 2020, a banca móvel superará a banca via Internet.

Perspectiva Mundial

O desenvolvimento das inovações em tecnologias da informação e comunicação, especialmente Internet e telefonia móvel, ampliou a fronteira de possibilidades para o fornecimento dos serviços financeiros. Isso foi iniciado nos países desenvolvidos e cada vez com maior força nos países em vias de desenvolvimento. A seguinte tabela mostra uma visão global do uso da Internet e sua evolução nos últimos 10 anos.

Tabela 26

USO DE INTERNET E POPULAÇÃO MUNDIAL					
Regiões	População (2010 Est.)	Acesso à Internet Dez. 31, 2000	Acesso à Internet Junho 2010	Penetração (% População)	Crescimento 2000-2010
África	1,013,779,050	4,514,400	110,931,700	10.9 %	2,357.3 %
Ásia	3,834,792,852	114,304,000	825,094,396	21.5 %	621.8 %
Europa	813,319,511	105,096,093	475,069,448	58.4 %	352.0 %
Oriente Médio	212,336,924	3,284,800	63,240,946	29.8 %	1,825.3 %
América do Norte	344,124,450	108,096,800	266,224,500	77.4 %	146.3 %
América Latina-Caribe	592,556,972	18,068,919	204,689,836	34.5 %	1,032.8 %
Oceania/Austrália	34,700,201	7,620,480	21,263,990	61.3 %	179.0 %
TOTAL MUNDO	6,845,609,960	360,985,492	1,966,514,816	28.7 %	444.8 %

Fonte: Internet World Stats. <http://www.internetworldstats.com/stats.htm>

71 Porém, seu ritmo de crescimento em 2009 diminuiu e em geral este fato é justificado dizendo que os bancos estavam mais ocupados em minimizar os riscos da crise financeira do que em incrementar os serviços prestados.

Uma grande força que impulsiona a banca via Internet é o baixo custo para o fornecimento dos serviços. Tal como indicamos anteriormente, a Internet é o canal de distribuição retail de menor custo para os serviços financeiros. Assim, uma transação pela Internet, tipicamente, nos EUA custa ao banco US\$0,01; US\$0,27 o custo de uma operação através de um ATM; uma operação pelo telefone custa US\$0,54; e US\$1,07 o custo para uma transação em um caixa físico numa sucursal bancária (Dandapani, 2004). Como segundo elemento, do ponto de vista dos custos, encontra-se a banca móvel, que tem custos entre 19% e 38% menores que a banca tradicional.

Entre todas as tecnologias existentes na atualidade, a telefonia celular oferece maiores possibilidades para apoiar o processo de bancarização e acesso dos pobres aos serviços financeiros. Atualmente, existe quase um acesso universal à telefonia móvel no mundo em vias de desenvolvimento. Assim, estes esquemas

de comunicação facilitam a penetração dos serviços financeiros naqueles locais onde o acesso às instituições bancárias formais ainda é muito baixo ou nulo. Desta maneira, é possível que o sistema financeiro, através de plataformas eletrônicas ou correspondentes não bancários, como, por exemplo, as companhias de telefonia móvel, obtenha um maior desenvolvimento dos serviços financeiros.

A banca por telefonia móvel, assim como o Internet Banking, são canais de comunicação para executar transações financeiras em tempo real. O primeiro apresenta uma vantagem comparativa perante o segundo, pois os clientes se familiarizaram com o modo de uso. No entanto, o crescimento dos telefones celulares tem sido surpreendente, as subscrições aos telefones celulares superam os usuários de Internet, e 80% da população mundial possui um aparelho celular (assumindo que cada pessoa tenha uma linha). Os seguintes quadros ilustram o expressado.

Gráfico 23

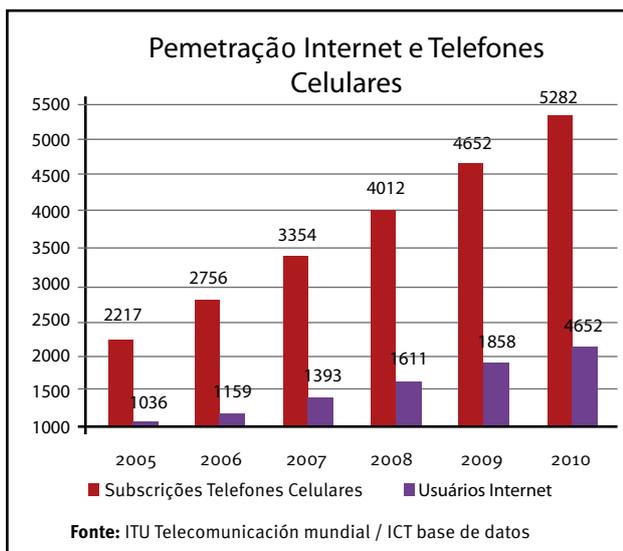


Gráfico 24

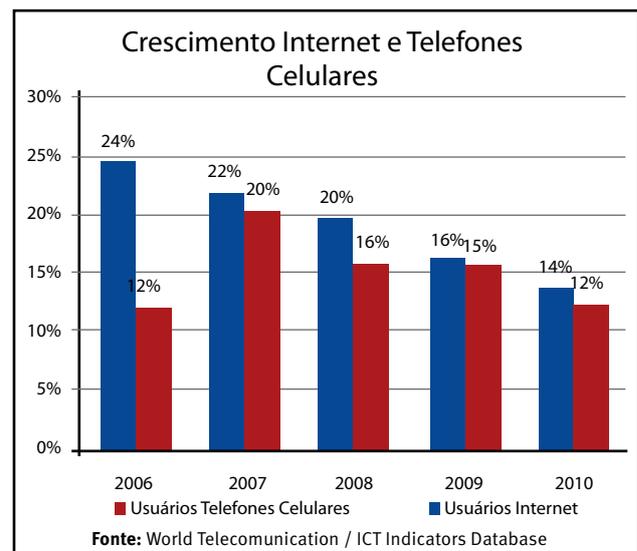


Gráfico 25

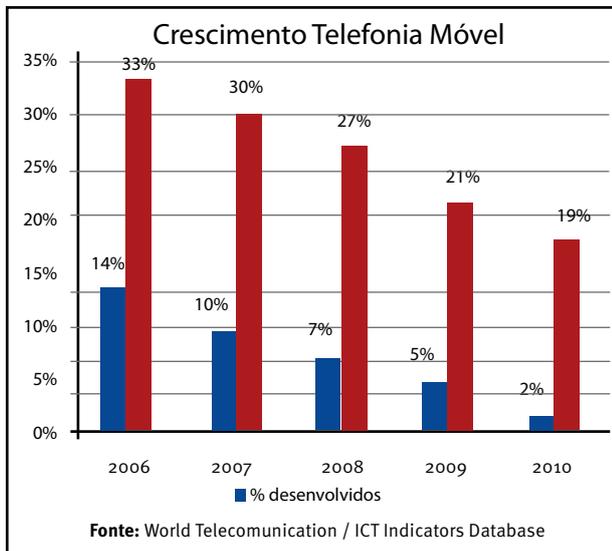
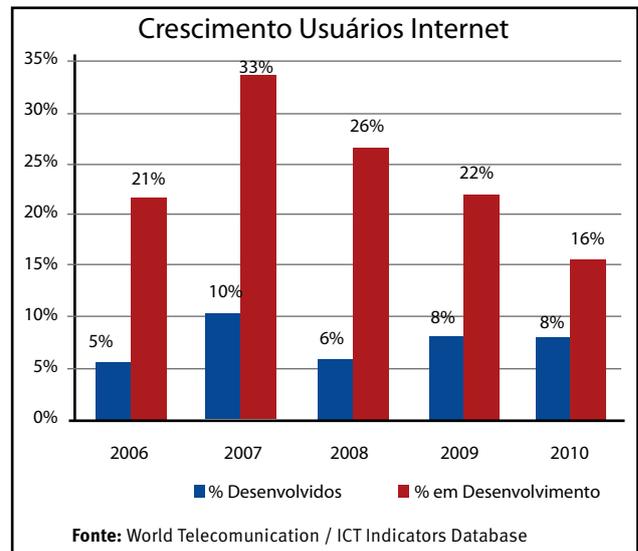


Gráfico 26



Adicionalmente, podemos demonstrar como exemplo desta tendência o comércio gerado através dos telefones móveis desde 2007 até 2010, assim como a perspectiva para 2011. Igualmente apresentamos as cifras de E-Commerce para América Latina, que indicam um constante cres-

cimento. Apesar de os dados de ambos os gráficos não serem comparáveis, fornecem uma ideia da tendência mundial deste canal de comércio liderado pela tecnologia, que se torna cada vez mais importante.

Gráfico 27

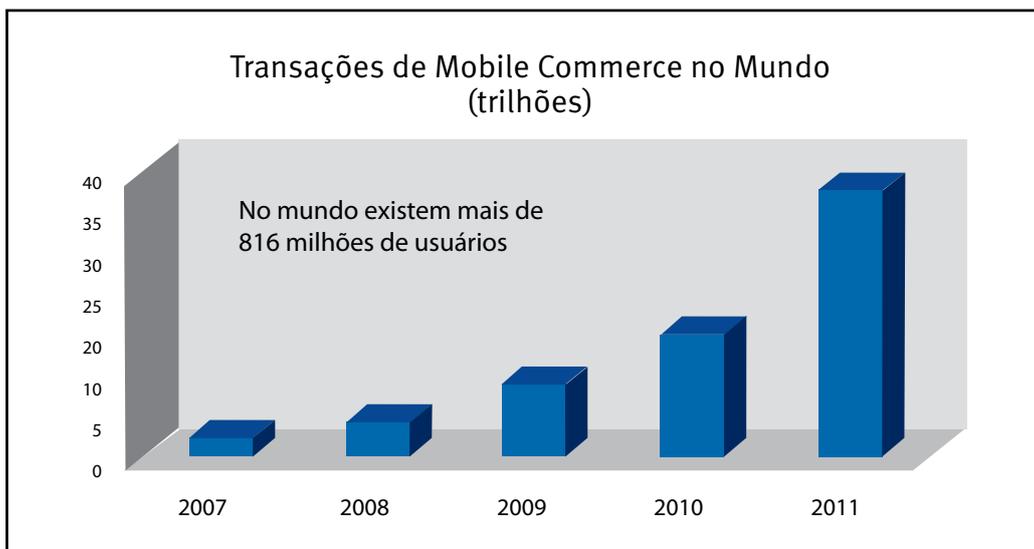


Tabela 27

E-Commerce: Gasto Total em LATAM		
Ano	MM US\$	Crescimento
2003	1.866,40	n/d
2004	3.042,10	63,0%
2005	4.885,00	60,6%
2006	7.542,50	54,4%
2007	10.572,50	40,2%
2008	15.645,00	48,0%
2009	21.774,90	39,2%
2010	27.597,90	26,7%
2011p	34.497,30	25,0%

Fonte: América Economía Intelligence

Experiências de Sucesso da Expansão dos Serviços Financeiros

Existem experiências de sucesso a nível internacional que têm conseguido impulsionar de

maneira importante o processo de fornecimento de serviços financeiros às comunidades rurais, e, em geral, àquelas pessoas que não têm acesso aos serviços financeiros fornecidos pelos bancos tradicionais.

Tabela 28

EXEMPLOS DE SUCESSO EM NÍVEL INTERNACIONAL

	SMART MONEY	GCASH	MTN BANKING	WIZZIT	M-PESA
PAÍS	Filipinas	África do Sul			Quênia
Ano de início	2003	2004	2005	2006	2007
Modelo	Transformacional				
Armazenamento de valor	Moedeiro móvel	Moedeiro móvel	Conta bancária	Conta bancária	Moedeiro móvel
Principais serviços	Tempo-ar, fatura de pagamentos, envio de dinheiro, recepção de remessas	Tempo-ar, fatura de pagamentos, envio de dinheiro, recepção de remessas	Tempo-ar, compra em comércios, fatura de pagamentos, envio de dinheiro	Tempo-ar, fatura de pagamentos, envio de dinheiro	Tempo-ar, envio de dinheiro
Impulsionador	Smart (op.) e Banco de Ouro	GXI (filial de op. Global Telecom)	MTN (op.) e Standard Bank	Bank of Athens	Safaricom (op.)
Distribuição e abertura de contas	Abertura em lojas Smart, ingresso em 12.000+ comércios associados, ATMs ou oficinas bancárias	Abertura, ingresso e saque de dinheiro em 4.900 agências creditadas	Abertura on-line ou em locais MTN e Padrão Bank. Sem formulário KYC, funcionalidade restringida, ingressos em comércios e EasyPay.	Abertura com agentes WIZZkids ou em 400 lojas Dunn. Ingressos em Postbank, Absa ou Bank of Athens, saque em CNB	Abertura, ingressos e saques em efetivo em 850 agências e centros da Safaricom.
Adoção	4 MM de usuários e 900K ativos em 2006	1,5 MM usuários (março 2008)		Confidencial (acima das expectativas)	Quase 7 milhões de clientes (mais que contas bancárias)
Supervisão	Bancária	Supervisão ad hoc do Banco Central	Bancária	Bancária	Supervisão não bancária do Banco Central

Sistema de Regulação no Esquema Banca sem sucursais⁷²

A banca sem sucursais propõe uma nova discussão na qual os atores principais possuem uma natureza de caráter completamente diferente. O setor financeiro é altamente regulamentado, em contrapartida, é o setor tecnológico que, devido a sua natureza dinâmica, promove dificuldades no momento de estabelecer a regulação de caráter tipicamente estático.

Cabe ressaltar que o expressado no parágrafo anterior propõe desafios no que se refere a obter um equilíbrio entre ambos os setores, pois qualquer excesso de regulação ou não regulação poderia incidir negativamente em um setor ou em outro. Portanto, a regulação deve manter seus fundamentos de velar pela segurança e estabilidade do sistema financeiro em seu conjunto, mas considerando as peculiaridades do novo ambiente tecnológico e de negócios.

Analisando desde a perspectiva dos desenvolvedores de política, surge a pergunta: o que se tem de fazer para manter um sistema financeiro eficiente e estável⁷³ diante do rápido avanço tecnológico na comunicação e informação? Tornou-se impossível para as autoridades antecipar as mudanças e a direção que seguirão os mercados financeiros para implementar detalhadas regulações ex ante. Diante destas mudanças tão compreensivas e rápidas, que incorporam incerteza adicional, é fundamental enfatizar o papel do gerenciamento adequado dos riscos e a disciplina de mercado, de maneira que a estabilidade do sistema financeiro se mantenha e sem que por isso seja danificada sua eficiência.

Adicionalmente, a recente crise financeira gera outro fator que incrementa a incerteza em relação à regulação da banca sem sucursais: é a recen-

te crise financeira “subprime”, que tem gerado grande debate e ainda não existe pleno acordo de como proceder do ponto de vista regulatório.

Do expressado no parágrafo anterior, surge a seguinte pergunta: qual é o papel para a regulação/supervisão, no caso da banca sem sucursais? Intentaremos fornecer alguns aspectos centrais que podem orientar o processo de regulação, à luz dos avanços das TICs e dos recentes eventos dos mercados financeiros internacionais.

Como não é possível excluir a incerteza referente ao impacto do avanço das TICs e das novas tendências da denominada nova “Arquitetura Financeira Internacional” nos sistemas financeiros, as instituições financeiras devem melhorar suas habilidades para o manejo dos riscos inerentes a essas tecnologias, especialmente os riscos operativos, de fraudes, entre outros. Igualmente devem incrementar sua base de capital para enfrentar a forte concorrência existente e os riscos adicionais assumidos.

A visão tradicional do manejo dos riscos se tem centralizado fundamentalmente no risco de crédito; hoje em dia devem ser construídos modelos avançados de manejo de riscos que cubram os riscos operacionais e os riscos de taxa de juros nas poupanças. Um tema central do manejo dos riscos constitui a manutenção de uma base de capital de acordo com o nível de riscos assumidos pelas entidades financeiras.

O Comitê de Basileia expressou uma série de princípios de manejo de riscos para operações de e-banking⁷⁴ e reconheceu que, em geral, cada banco tem um perfil de risco diferente dada a escala e tipo de operações de e-banking que realiza, pelo qual requer um esquema como medida de mitigação de riscos. Os princípios de manejo de riscos para e-banking consideram três importan-

72 Refere-se aos bancos que realizam operações via meios eletrônicos, Internet ou telefonia celular.

73 Ou seja, sem inclinação a crises e instabilidades sistêmicas.

74 Em julho de 2003.

tes áreas, a seguir: controle do diretório e gerentes, esquemas de controle e segurança e manejo do risco legal e de reputação. Estes princípios se mantêm vigentes até hoje, especialmente por sua natureza de conselhos genéricos, que a princípio não deveriam ser modificados continuamente.

Outro elemento importante no processo de regulação dos modernos sistemas financeiros refere-se à vigência da disciplina de mercado. Assim, um aspecto-chave deste processo refere-se a que as instituições financeiras devem continuamente ajustar seus procedimentos e acionar práticas que procurem rentabilidade e saudáveis procedimentos de gerenciamento, já que cada movimento deve ser monitorado pelo mercado. Desde este ponto de vista, importantes são os procedimentos de transparência e publicação da situação financeira das entidades, de acordo com os padrões contábeis internacionalmente aceitos.

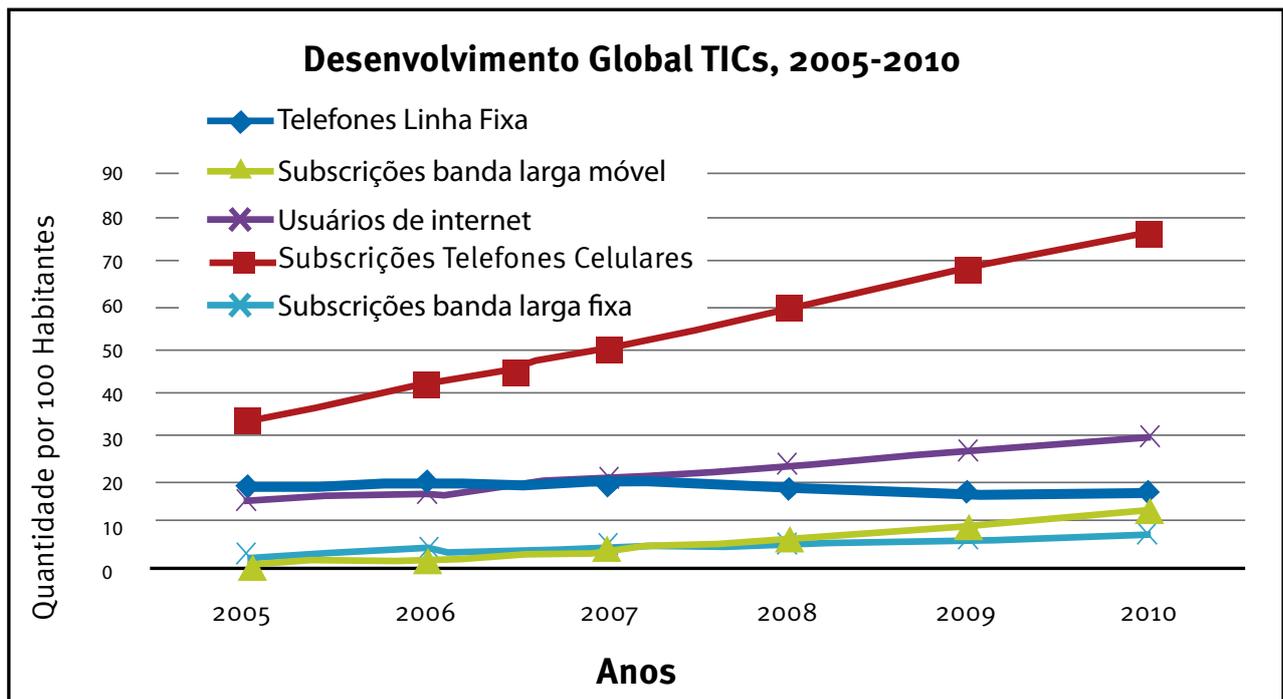
Há consenso de que existiu uma falha de supervisão e regulação durante a recente crise financeira, portanto, existe a necessidade de um

novo rumo neste âmbito. Os erros têm sido manifestados nos processos de identificação, medição e gestão dos riscos assumidos pelas entidades bancárias e financeiras, na prevenção de problemas de liquidez, com a manutenção de volume adequado de capital e na acumulação de riscos sistêmicos. Diante desta circunstância, surgem vozes para um novo modelo de manejo do setor financeiro, no qual sejam oferecidos os adequados incentivos em relação ao manejo do risco, prevenindo futuras crises por meio de um sistema financeiro mais estável, com especial cuidado das empresas “grandes demais” –too big to fail- (Bernanke 2008a).

Perspectiva Regional

O mundo, e em particular a América Latina, encontra-se em pleno processo de expansão das TICs, caracterizado pelo crescimento do número de usuários de Internet e, principalmente, pela explosão da telefonia móvel celular. Isto pode ser observado no gráfico a seguir:

Gráfico 28

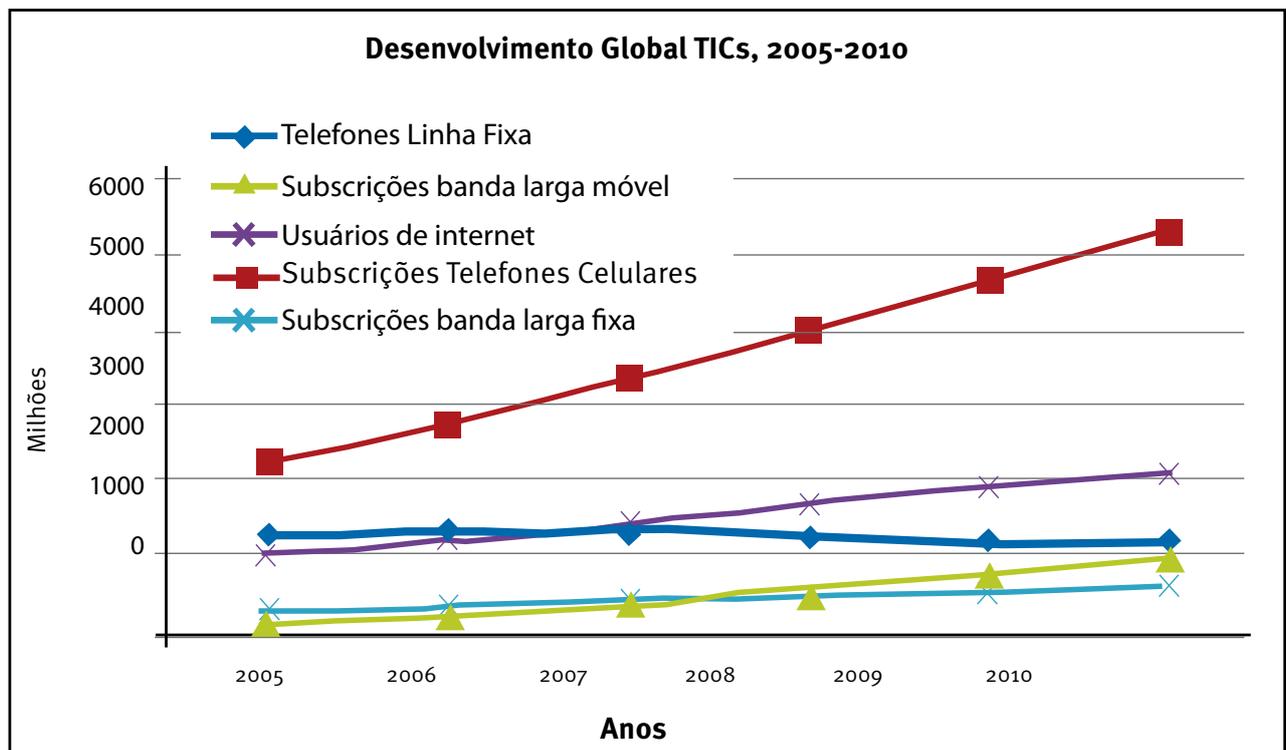


Fonte: União Internacional de Telecomunicações/ICT base de dados.

A telefonia celular tem sido a tecnologia mais rapidamente adotada em toda a história da humanidade. De fato, hoje é a mais popular e amplamente difundida tecnologia pessoal; esti-

ma-se que existam em todo o planeta 5.282 milhões de clientes. Este rápido crescimento pode ser observado no seguinte gráfico.

Gráfico 29



Fonte: União Internacional de Telecomunicações/ICT base de dados.

Este fenômeno mundial se observa com mais força na América Latina, onde o crescimento da telefonia móvel celular é superior em crescimento e penetração ao observado em outras regiões emergentes, como Ásia e África (Ontiveros Baeza, E. et al., 2009). O total de clientes em 2008 superava os 300 milhões de usuários de tecnologia GSM, e 69,2 milhões em CDMA, com perspectivas de alcançar 530 milhões de usuários totais em 2012⁷⁵, o que vai situar a penetração média na região acima das 80 linhas para cada 100 habitantes.

Entre os fatores que podem explicar o forte crescimento da tecnologia móvel por sobre a telefonia fixa, estão: a amplitude do espectro geográfico da

região latino-americana e suas condições geográficas e demográficas, que fazem com que os custos de desenvolvimento de redes fixas em todo o território sejam altos. Este fator explica em grande medida o auge das tecnologias sem fio, tanto para os serviços de voz quanto para os serviços de dados (através das redes celulares de terceira geração e redes WiMax).

A Bancarização e a Tecnologia Móvel na América Latina

A tecnologia móvel é utilizada de maneira crescente pelo sistema financeiro na região, dado seu grande alcance e difusão entre todos os

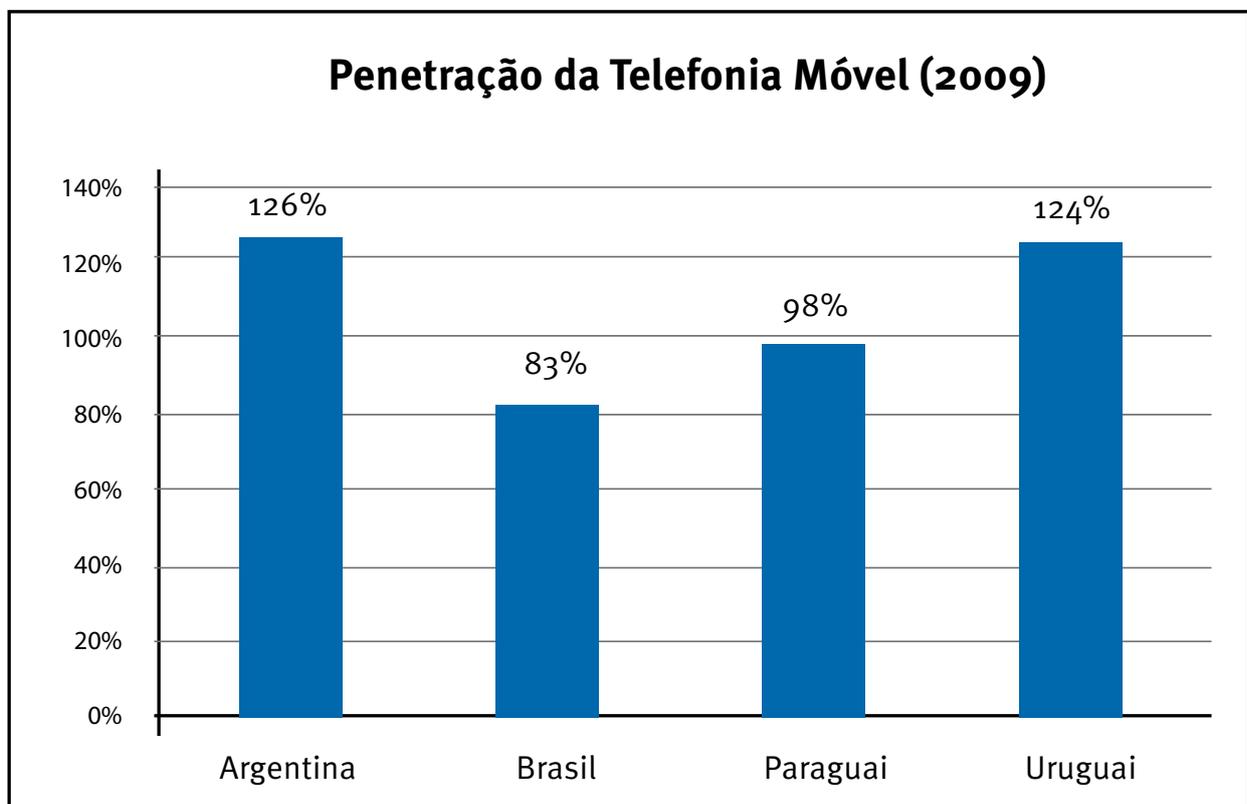
75 Previsões da Pyramid Research para a Telefonica (dezembro de 2007)

segmentos da população, e pode ser um instrumento muito importante para a inclusão financeira e para incrementar a população servida pelo sistema financeiro. Igualmente oferece a possibilidade de ser um canal adicional para oferecer um melhor serviço aos seus clientes atuais.

O expressado no parágrafo anterior permite analisar os dois esquemas ou modelos de uti-

lização da tecnologia de telefones celulares por parte dos bancos para o fornecimento de serviços financeiros. O primeiro enfoque, denominado de transformacional, tenta aproveitar a grande penetração e alcance do telefone móvel para oferecer produtos financeiros à população não atendida. A potencialidade deste enfoque surge do alto nível de penetração da telefonia móvel no MERCOSUL, tal como pode ser observado no gráfico a seguir:

Gráfico 30



Fonte: Direção de estatística de cada país.

Por sua vez, o segundo enfoque, denominado aditivo, incorpora o telefone móvel como um canal adicional à oferta de distribuição das entidades financeiras (escritórios, caixas eletrônicos, banca on-line etc.) para oferecer maior

conveniência aos clientes da banca tradicional, mas não para atrair novos usuários da base da pirâmide. Apresentamos alguns exemplos de empresas em diferentes partes do mundo que operam com ambos os esquemas.

Tabela 29

Exemplo de Serviços Financeiros Móveis			
Modelos Aditivos		Modelos Transformacionais	
Nome do Sistema	País	Nome do Sistema	País
Link Celular	Argentina	Crandy	EUA, França
Pichincha Celular	Equador	Obopay	EUA
Banco do Brasil	Brasil	Pay Pal Mobile	EUA
Nipper	México	MTN Banking	África do Sul
Mobipay	Espanha	Wizzit	África do Sul
		M-Pesa	Quênia
		Gcash	Filipinas
		Smart Money	Filipinas
		Orange Money	Costa do Marfim
		Oi Paggo	Brasil
		Tigo Cash y Giros Tigo	Paraguai
		Mobile Money	Jamaica

Fonte: Gráfico 5.2. Ontiveros Baeza et al. (2009).

Um resumo dos serviços financeiros móveis transformacionais, considerando o uso que os bancos dão à telefonia celular, se apresenta na seguinte tabela.

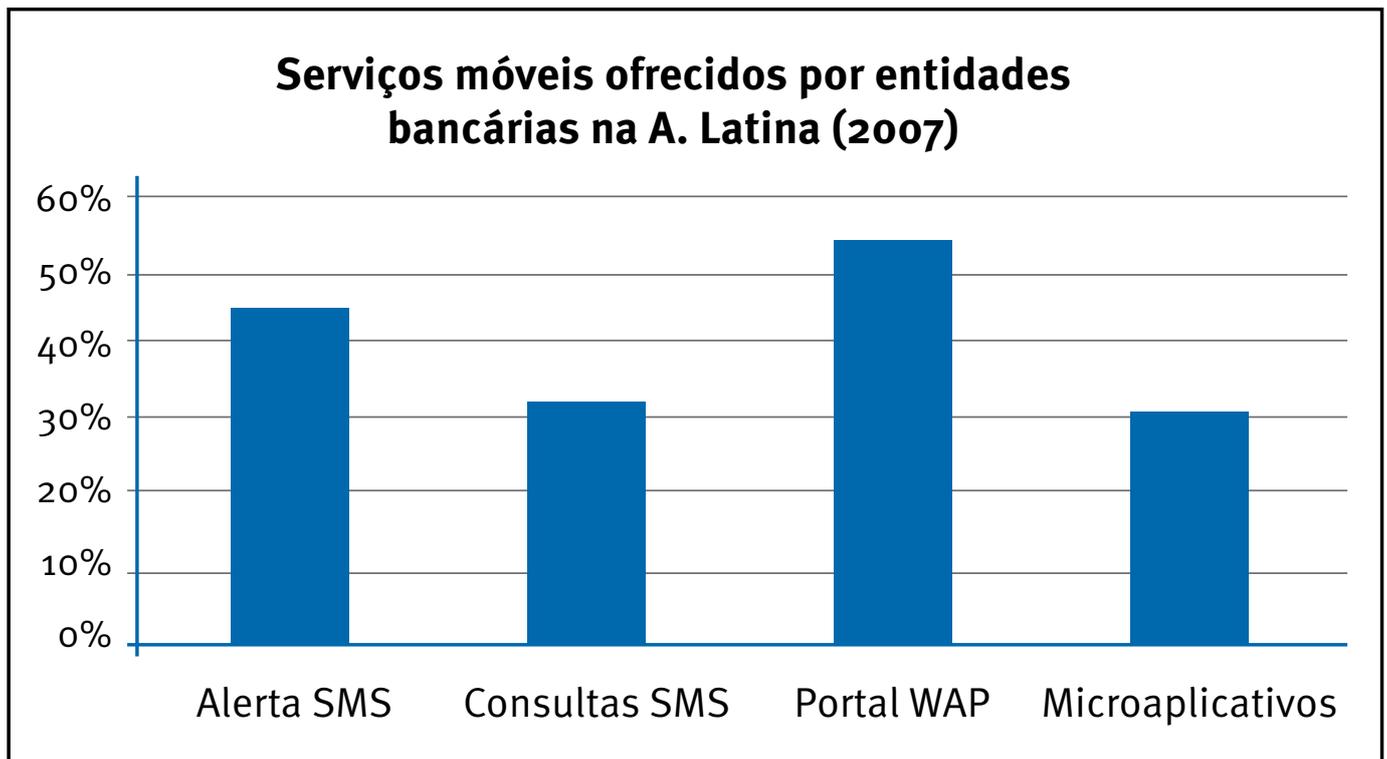
Tabela 30

Classificação dos Serviços Financeiros Móveis Transformacionais por Tipo de Vendedor				
	Dirigido por Entidad Financiera	Joint Venture		Dirigido por Operador
Qual é o tipo de armazenamento de valor que oferece?	Cuenta Bancaria	Cuenta Bancaria	Monedero Móvil	Monedero Móvil
Qual é a marca dominante?	Entidad Bancaria	Marca nueva, en ocasiones, la del operador		Operador
Onde o efetivo pode ser sacado?	Red de distribución financiera	Canales de distribución financiera y/o comercial		Red de distribución del operador + agentes
Quem transporta a instrução de pagamento?	Cualquier operador u Operador Móvil propio	Puede ser un único operador o varios		El operador oferente
Exemplos internacionais	Wizzit (Sudáfrica)	MTN Banking (Sudáfrica)	Smart Money (Filipinas)	Gcash (Filipinas), M-PESA (Kenya)
Exemplos latino-americanos			Celexpress (Colombia)	Oi Paggo (Brasil), Giros Tigo (Paraguay)

Fonte: Telefonía Móvil e Serviços Financeiros na América Latina (2009).

Os principais bancos da América Latina (tanto domésticos quanto internacionais) já oferecem serviços de banca móvel, e os serviços oferecidos (no final de 2007) mais importantes são indicados no seguinte gráfico:

Gráfico 31



Fonte: Latínia

No entanto, a oferta de serviços financeiros utilizando os telefones celulares (seja através de uma conta bancária sobre algum tipo de reserva de valor) é ainda limitada no MERCOSUL. Apesar disso, existem experiências concretas como a de **Tigo Cash** (Paraguai), que é um moedeiro móvel, um armazém de dinheiro eletrônico ligado ao celular, e oferece funcionalidades de pagamentos e envios de dinheiro sem

a necessidade de possuir uma conta bancária ou cartão de crédito. Além disso, no Brasil tem surgido o **Oi Paggo**, um modelo baseado num moedeiro móvel que funciona concedendo crédito aos usuários. É um cartão de crédito que funciona através do telefone celular e permite comprar bens em lojas associadas, assim como na Internet.

Diagnóstico de Fornecimento de Serviços Financeiros através da Internet e Telefonia Móvel

Foi realizada uma revisão dos sites dos cinco bancos principais por tamanho de ativos no MERCOSUL. Estes bancos têm como mínimo 53% dos ativos totais do sistema bancário em

cada um dos países, pelo qual considera-se uma amostra significativa. A tabela 31 é utilizada para a seleção dos bancos, e na tabela 32 se apresentam os resultados do relevamento aos bancos da região. Esta última tabela recolhe os serviços oferecidos pelos bancos via internet.

Tabela 31

Participação nos Ativos Totais do Sistema Financeiro. Os 5 Maiores Bancos no MERCOSUL							
Argentina		Brasil		Paraguai		Uruguai	
Banco	%	Banco	%	Banco	%	Banco	%
Banco Nación Argentina	27%	Banco do Brasil	18%	Regional	16%	BROU	40%
Banco Provincia Bs.As.	8%	Itaú-Interbanco	16%	BBVA	16%	Itaú-Interbanco	8%
Santander Río	7%	Bradesco	13%	Continental	15%	BBVA	4%
Banco Macro	6%	Caixa Econ. Federal	9%	Itaú-Interbanco	14%	HSBC	3%
BBVA	6%	Santander	9%	Sudameris	6%	Santander	17%
Total 5 Maiores	53%	Total 5 Maiores	64%	Total 5 Maiores	66%	Total 5 Maiores	73%
Total Sistema	100%	Total Sistema	100%	Total Sistema	100%	Total Sistema	100%

Fonte: Boletines Estadísticos de los Bancos Centrales de cada país, con datos a Diciembre de 2010.

Tabela 31

Argentina					
Serviços/Banco	Nación Argentina	Provincia Bs. As.	Santander Río	Macro	BBVA
Consultas	X	X	X	X	X
Transferências Entre Contas Associadas	X				X
Transferências Para Outras Contas	X	X			X
Pagamento de Cartões de Crédito	X	X	X	X	X
Impostos e Serviços	X	X	X	X	X
Tempo de telefonia Celular	X	X	X	X	X
Prazo Fixo Digital		X			X
Pedidos ao Banco		X			
Empréstimos Pessoais		X			X
Modificação de Dados Pessoais		X			
Serviço de Mensagens		X			X
Cotizações					X
Pagamento de Ônibus					X
Brasil					
Serviços/Banco	Banco Do Brasil	Itau	Bradesco	CAIXA	Santander
Consultas de Extratos e Saldos de Conta	X	X	X	X	X
Realizar Diversos Pagamentos	X	X	X	X	X
Transferências	X	X	X	X	X
Investimentos	X		X	X	X
Empréstimos e Financiamentos	X		X	X	X
Capitalização			X		X
Cartão de Crédito	X	X	X	X	X
Débito Automático	X	X	X	X	X
Home Broker			X		
Crédito Imobiliário					X
Consórcio					X
Previsões			X		X

Paraguai					
Serviços/Banco	BBVA	Itau	Sudameris	Regional	Continental
Consulta do Estado de Contas	X	X	X	X	X
Informe sobre Transações Recentes	X	X	X	X	X
Envio e Recepção de Mensagens	X	X	X	X	X
Giro ou Transferência de Dinheiro Doméstico	X	X	X	X	X
Recarga de Telefone Móvel	X	X	X	X	X
Pagamento de Produtos e Serviços da Entidade	X	X	X	X	X
Pagamento de Produtos e Serviços de Terceiros	X	X	X	X	X
Depósito de Dinheiro à Vista	X	X	X	X	X
Saque de Dinheiro à vista	X	X	X	X	X
Administração de PIN	X	X	X	X	X
Pagamentos Nominais	X	X	X	X	X
Solicitação de Cheque	X	X	X	X	X

Uruguai					
Serviços/Banco	BROU	Itau	BBVA	HSBC	Santander
Informações de Estados de Contas e Transferências	X	X	X	X	X
Prazo Fixo: Consulta de Conta, Consulta de Contrato, Controle de Vencimentos, Detalhe de Movimentos	X	X	X		
Cartões de Crédito: Consulta de Saldos, Vencimentos e Pagamentos de Cartões Próprios e de Terceiros	X	X	X		
Cartões de Débito: Bloqueio de seu Cartão Redbrou, se você sofrer perda ou roubo da mesma	X	X	X		
Pagamento de Serviços: Antel, Anteldata, Ancel, Ute	X	X	X		
Recarga de Celulares On-line de Ancel, Claro e Movistar	X				
Cotizações: Consulta. Cotizações do Dia e Cotizações Históricas por Data e entre Datas	X				
Investimentos: Detalhes, Vencimento, Moeda, Valor Nominal/Quantidade de Ações, Afeto em Garantia e Taxa				X	X
Empréstimos: Detalhes, Vencimento, Moeda, Valor Nominal, Afeto em Garantia e Taxa				X	X
Superpagamentos: Ordens de Pagamento, Fornecedores Pendentes à Cobrança, Já Pagos, Solicitação de Adiantamento				X	X
Pagamento de Salários para Nominas				X	X
Valores à Cobrança: Valores, Deferir Valores, Adiantamento de Cheques				X	X

Como pode ser observado, de maneira geral para a região, os principais bancos já utilizam Internet e a telefonia móvel, mas como um modelo aditivo, fundamentalmente como método de fidelização de seus clientes e fornecimento de opções adicionais aos clientes que já têm acesso aos serviços financeiros. É claro que ainda estes sistemas não constituem ferramentas que permitam alcançar os setores não bancarizados, e que existe um grande potencial para isso. Especialmente, analisando os exemplos de sucesso na África (especialmente M-Pesa) e outros lugares, nos quais com modelos transformacionais conseguiu-se bancarizar a população que estava fora do alcance dos bancos tradicionais ou dos bancos com modelos aditivos.

Análise por países

O contínuo crescimento no acesso à Internet e aos telefones móveis constitui uma importante característica do MERCOSUL (ainda que não exclusiva) que permite esperar um forte desenvolvimento nos próximos anos da banca via Internet e da banca através de telefones celulares. Como pode ser visto no seguinte quadro, o crescimento da penetração de Internet no MERCOSUL no período 2000-2010 foi de 1126,6%, superior ao do resto da América Latina, que foi de 1024,9%, e muito superior ao mundo em seu conjunto, que foi de 444,8%.

Tabela 33

USO DE INTERNET E TELEFONIA CELULAR NO MERCOSUL E RESTO LATAM						
LATAM REGIÕES	População (Est. 2010)	Acesso Internet, Junho 2010	Número de Telefones Celulares	% Penetração Internet	Penetração Telefones Celulares %	Crescimento Acesso Internet (2000-2010)
Argentina	41.343.201	26.614.813	50.557.402	64%	122%	964,60%
Brasil	201.103.330	75.943.600	158.274.470	38%	79%	1418,90%
Paraguai	6.375.830	1.000.000	6.193.223	16%	97%	4900,00%
Uruguai	3.510.386	1.855.000	4.150.000	53%	118%	401,40%
MERCOSUL	252.332.747	105.413.413	219.175.095	42%	87%	1126,60%
Restante LATAM	322.083.621	94.730.877		29%		
TOTAL	574.416.368	200.144.290		34,8 %		1024,90%

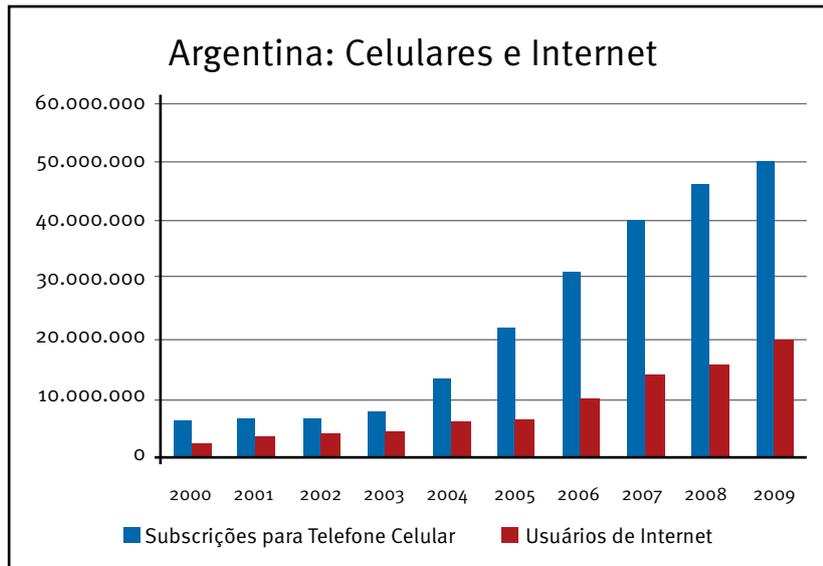
Fonte: Internet World Stats. <http://www.internetworldstats.com/stats.htm>

Argentina

Dados das Subscrições a Telefones Celulares e Usuários de Internet a partir do ano de 2000 indi-

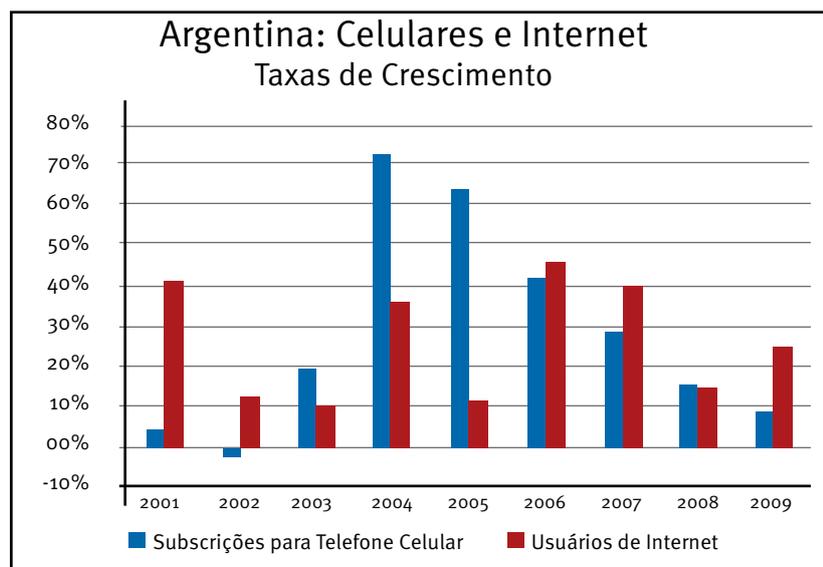
cam uma expansão destas tecnologias na década e dão uma ideia do potencial existente para obter uma grande inclusão financeira na Argentina.

Gráfico 32



Fonte: Base de dados do Banco Mundial (Databank). INDEC.

Gráfico 33



Fonte: Base de dados do Banco Mundial (Databank). INDEC.

Uma pesquisa recente⁷⁶ (período janeiro-março 2010) destaca as seguintes conclusões:

- Internet continua a crescer desde 2004, com um índice menor que 2008, que se mantém constante em 2009. Em março de 2010 chega em 26 milhões de usuários, alcançando 64% da população total.

- Os usuários começam a não depender de uma conexão fixa; ingressam nos dispositivos móveis. É possível que o próximo passo seja o acesso desde o celular, mas esta conexão ainda enfrenta barreiras de informação e custo percebido.

- Os usuários continuam apresentando uma capacidade aquisitiva e intelectual maior que o argentino médio.

- Entre os usuários de 2009, são ampla maioria níveis altos e médios, os que têm automóvel (92%) e participam do sistema financeiro (72%) (ainda que seja com um cartão de débito).

- Os que ainda faltam ao encontro digital são as pessoas de nível baixo, que poderiam acessar se aumentassem as vagas de emprego com possibilidade de conexão à Internet.

- Internet já está incorporada à vida de quem se conecta à rede. Este processo se faz cada vez mais rápido.

- Expansão da detenção de funções de informação e comunicação: acrescentam-se tarefas da vida cotidiana e entretenimento, tudo se associa e as novas atividades se somam às anteriores. O novo desafio é conseguir um espaço no tempo *on-line* cada vez mais ocupado do usuário.

- “Como você não está em nenhuma rede social?” 7 de cada 10 pessoas participam com maior ou menor frequência deixando alguns dados ou sua vida em alguma rede social (pessoal e/ou profissional).

- E-Commerce: 16 milhões de pessoas estão olhando a loja virtual e 8 milhões são os que estão comprando *on-line*. Quem compra pela Internet está muito conforme, mas efetuá-lo de maneira habitual segue, ainda, necessitando de um tempo de amadurecimento no caminho do aprendizado na vinculação pela Internet. Se mantém a pergunta entre conveniência e medo, ainda que aqueles que passem da loja para a compra *on-line* se mostrem dispostos a repetir esta experiência.

A telefonia celular teve crescimento exponencial na Argentina nos últimos anos, no entanto, sua utilização está dominada por operações tradicionais de comunicação (ver a seguinte tabela).

Tabela 34

Utilização de Telefonia Móvel em Operações Não Tradicionais (2009)	
Realizou alguma destas operações através do celular?	
Compra de Ingressos	3%
Consulta de Saldos das Contas no Banco	12%
Pagamento de Impostos e Serviços	2%
Transferências Bancárias	2%
Não realizou nenhuma dessas operações	84%

Fonte: Estudo Permanente de Celulares – D’Alessio IROL

76 Pesquisa realizada pela consultoria D’Alessio IROL, no marco da pesquisa On going e grupo Clarín

A Oferta de Canais Operativos Não Tradicionais⁷⁷

A utilização da tecnologia para oferecer serviços financeiros demonstra relativo e escasso desenvolvimento através dos distintos canais possíveis; ATMs, POSs, acesso a contas e administração de poupanças e investimentos através de portais institucionais (Internet), cartões de crédito e débito. A administração de pagamentos e operações eletrônicas é fornecida pelas duas únicas instituições para este tipo de serviço: BANELCO e RED LINK. Através da rede BANELCO operam os principais bancos privados, enquanto que RED LINK reúne bancos públicos, bancos privados e algumas companhias financeiras. Entre todas estas opções, ATMs, POSs e cartões são mais utilizadas que a banca via internet e telefonia móvel.

Através da Internet, a RED LINK oferece os seguintes serviços de (i) administração de contas, (ii) transferências, (iii) pagamentos, (iv) compras e recargas, (v) pedidos ao banco, (vi) serviços de mensagens, (vii) apresentações de declarações juramentadas e (viii) pagamentos à AFIP (administração federal de ingressos públicos).

Por sua vez, tanto RED LINK quanto BANELCO desenvolveram sistemas específicos que permitem que os consumidores operem serviços financeiros através da telefonia celular. A RED LINK permite fazer consultas através do celular sobre (i) saldos de contas, (ii) últimas movimentações de contas (10 movimentações) e (iii) vencimentos pendentes registrados através da INTERNET.

Por sua vez, BANELCO permite realizar não só consultas, mas também pagamentos e transferências. Inclusive alguns bancos (Santander Rio e BBVA Francês, por exemplo) permitem fazer estas operações diretamente através de seus próprios sistemas por meio do envio de tecnologia SMS.

No entanto, a utilização dos meios eletrônicos de pagamento, consulta e investimento não está totalmente generalizada no sistema financeiro argentino. Em alguns casos os avanços são significativos e estão à vanguarda com operações disponíveis similares às de países desenvolvidos, enquanto que outros canais de comunicação seguem estando atrasados.

De fato, não existe nenhuma iniciativa importante dos bancos utilizando a banca através de celulares ou sem sucursais que focalize em novos clientes ou áreas geográficas. Estas tecnologias (Mobile e Internet Banking) são utilizadas como um canal extra para melhorar os serviços aos clientes existentes. Já alguns bancos estão aguardando uma agência de regulação para expandir suas redes de distribuição de serviços. Assim, o Banco Província de Buenos Aires tem 1300 pontos de distribuição de serviços retail terceirizados num esquema experimental devido à carência de uma legislação por parte do Banco Central da República Argentina. Este canal fornece unicamente serviços de pagamentos à vista, mas encontra-se tecnicamente preparado para fornecer serviços baseados em poupanças, se é que a regulação o permitisse, CGAP (2010).

A Indústria de Telefonia Móvel na Argentina⁷⁸

Os telefones móveis têm uma grande difusão na Argentina. Existem mais de 5 milhões de linhas ativas, num país com uma população adulta estimada em 26 milhões de pessoas. Aproximadamente 80% das linhas são pré-pagas e existe uma rede de distribuição e comercialização dos serviços da indústria de mais de 100 agentes. Existe uma grande concorrência entre as operadoras, especialmente no segmento mais alto.

As operadoras das redes móveis (MNOs) não veem uma proposta de valor no esquema da

77 Definidos como canais operativos "sem a participação de agências físicas e caixas humanos".

78 Extraído da página 7 do "Diagnostic Report on the Legal and Regulatory Environment for Branchless Banking in Argentina", de junho de 2009. Um relatório do CGAP produzido por Ernesto Aguirre, Denise Dias e Klaus Prochaska.

banca transformacional através da telefonia celular, apesar da grande prevalência dos aparelhos celulares e sua extensa rede de agentes.

De fato, as principais operadoras do setor reportaram certa preocupação sobre um esquema de depósito de valor nos celulares que poderia canibalizar o negócio de voz dos operadores, já que os clientes de telefonia pré-paga gastariam menos em serviços de comunicação e mais em compras e transferências de dinheiro. Igualmente, as MNOs acreditam que um esquema unicamente de pagamentos não seria rentável dadas as altas comissões pagas aos distribuidores de tempo de ar pelas vendas de referido tempo (8-13% por transação), CGAP (2010).

Perspectivas e Potencial dos Serviços na Argentina

As entidades financeiras argentinas demonstram um ato padrão no desenvolvimento de tecnologia e mecanismos modernos de utilização de canais operativos não tradicionais. Praticamente a totalidade das entidades permite realizar operações típicas de cada um dos canais identificados como não tradicionais.

A possibilidade de utilização de telefones celulares é mais heterogênea dependendo dos próprios desenvolvimentos tecnológicos das entidades. No entanto, apesar de a oferta dos investimentos em tecnologia de implementação de canais eletrônicos para operações ser notável, desde a demanda existem elementos de importância significativa que poderiam ser um freio para uma maior utilização.

Uma maior bancarização por meio da utilização de canais não tradicionais confronta com uma realidade iniludível. O 34% da população não é suscetível de contratar serviços bancários (me-

nor de 19 anos). Aliás, o alto nível de informalidade da economia e condições socioeconômicas, que afetam o nível de ingressos de uma porção relativamente significativa da população, e, em consequência, o acesso à tecnologia (Internet e formas de pagamento eletrônico) em regiões específicas seriam limitantes naturais para uma maior bancarização por meio da utilização de canais operativos não tradicionais.⁷⁹

Portanto, o grande impulso para a bancarização dos segmentos da população não cobertos somente pode ser realizado através de esquemas transformacionais, combinando todas as opções existentes (Internet, correspondentes, banca móvel etc.) e dando grande ênfase à banca através de telefones celulares.

79 Geralmente os Bancos utilizam a Internet com modelos aditivos e não atraem mais clientes com ela, mas sim melhoram seus serviços existentes.

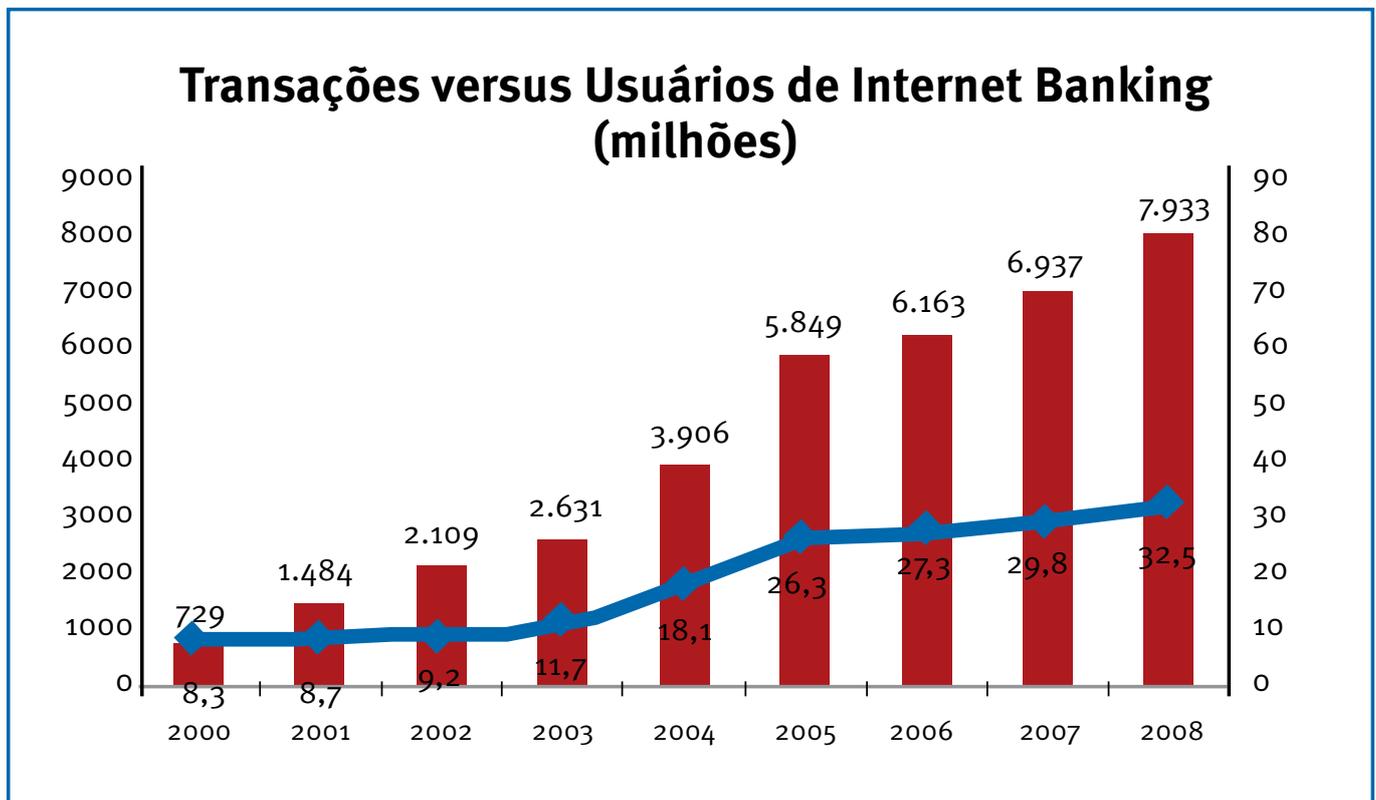
Brasil

No final de 2009, o Brasil chegou a 35,1 milhões de contas com a banca pela Internet. Isto corresponde a 43% do total de contas ativas no país. Em 2005, a porcentagem de penetração de contas de Internet foi 37% das contas ativas (26,3 milhões de contas com acesso à Internet, contra 70,5 milhões de contas ativas). Em 2000, a porcentagem de penetração foi de 17% (8,3

milhões de contas com acesso à Internet, 48,2 milhões de contas ativas).

Em 2009, 19,6% de todas as transações bancárias foram feitas através de Internet (9,3 bilhões contra um total de 47,5 bilhões). Em 2005, esta porcentagem foi de 16,7% (5,8 bilhões contra 35,1 bilhões). No ano 2000, somente 3,7% (90,7 bilhões contra 19,8 bilhões).

Gráfico 34



Fonte: FEBRABAN

A Oferta de Canais Operativos

As principais entidades bancárias do Brasil (Banco do Brasil, Itaú-Unibanco, Bradesco e

Santander), que hoje dominam 80% do mercado minorista no Brasil, todos têm ofertas similares e completas. Em cada um destes bancos é possível fazer, através da internet, o que segue:

Tabela 35

Operações pela Internet	
1	Consulta de Estado de Contas
2	Informe sobre Estado de Empréstimos
3	Informe sobre Estado de Cartões
4	Informe sobre Estado de Seguros
5	Informe sobre Estado de Cheques
6	Informes sobre Transações Recentes
7	Informe sobre Datas de Vencimento
8	Informe sobre Plano de Aposentadoria
9	Portal com Informação sobre Produtos e Serviços
10	Informes Financeiros da Entidade
11	Informação Institucional, de Eventos Culturais e Outros
12	Transmissão de documentos
13	Envio e Recepção de Mensagens
14	Serviços de Assessoria
15	Giro ou Transferência de Dinheiro Doméstico
16	Recarga de Telefone Móvel
17	Manejo de Micropagamentos
18	Processamento de Compras em Comércio
19	Processamento de Pagamento de Dívidas
20	Pagamento de Produtos e Serviços da Entidade
21	Pagamento de Produtos e Serviços de Terceiros
22	Administração de PIN
23	Compra-Venda de Seguros
24	Compra-Venda de Bens e Serviços
25	Opções de Investimento
26	Pagamentos de Nomina
27	Solicitação de Ordem de Não Pagamento
28	Solicitação de Cheques
29	Solicitação de Bloqueio de Cartões

O sistema da banca móvel no Brasil de hoje é incipiente: em 2009, 1,3 milhão de contas correntes possuem acesso ao “Mobile Banking”, representando 1% do total das contas.

Perspectivas e Potencial dos Serviços no Brasil

No Brasil operam várias entidades com esquemas de correspondentes não bancários para atender à população sem acesso aos serviços financeiros formais; parece que a maior parte das iniciativas que utilizam a telefonia celular para fornecer serviços financeiros estão dirigidas aos atuais clientes das entidades bancárias. Os quatro principais bancos (Banco do Brasil, Itaú-Unibanco, Bradesco e Santander) têm projetos de desenvolvimento em função da popularização da banca móvel. Para esta audiência limitada, as características são similares ao disposto na banca pela Internet. No entanto, os grandes bancos não têm metas agressivas de penetração no curto prazo utilizando estas tecnologias.

Por enquanto, a estratégia de penetração através da telefonia celular se concentra no segmento da população com ingressos altos. Portanto, não se pode considerar como um instrumento de bancarização e inclusão financeira. As aplicações de uso direto da banca via celulares são dirigidas principalmente para os “telefones inteligentes”, como iPhone e Blackberry, que não estão ao alcance das grandes massas.

A estratégia dos bancos para o segmento da população de baixa renda se concentra principalmente no uso de correspondentes bancários (lotérica, correios etc.) e o uso de cartões de crédito. Assim, um dos poucos serviços financeiros móveis com certa vocação de inclusão financeira é Oi Paggo, um sistema de pagamentos com o celular lançado pelo operador Oi nos estados do Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais. Com este serviço é propor-

cionada uma forma de pagamento de crédito com uma fatura independente do telefone celular, sem necessidade de que o cliente disponha de uma conta bancária nem que o comerciante tenha instalado um TPV específico (POS). No entanto, por se tratar de uma forma de pagamento de crédito, o processo de registro está sujeito a uma análise de crédito (a partir de um comprovante de renda) e uma identificação por meio do RG (registro geral) e CPF (cadastro de pessoa física).

Um aspecto destacável e que pode facilitar o desenvolvimento do dinheiro eletrônico seria a implementação de uma regulação específica a respeito. No entanto, há três fatores que podem influir negativamente sobre seu potencial: o grande crescimento experimentado pelos cartões de pagamento, a necessidade de contar também com a autorização do regulador das telecomunicações (ANATEL) e a alta carga impositiva à qual estão submetidos os serviços de telecomunicações.

No Brasil a telefonia móvel pode ser uma ferramenta muito poderosa para estender o acesso aos serviços financeiros, e seu complemento com os esquemas de banca sem sucursais (através de correspondentes não bancários) é muito positivo. Elementos como a cobertura nas áreas nas quais habita a população não bancarizada, a familiarização dos potenciais usuários com os serviços móveis distintos da telefonia ou a fragmentação do mercado por estados introduzem elementos de incerteza que, no entanto, poderiam ser superados.

Paraguai

Oferta de E-Banking

Para a presente análise foram recopiladas informações sobre as 15 entidades bancárias que compõem o sistema bancário do Paraguai.

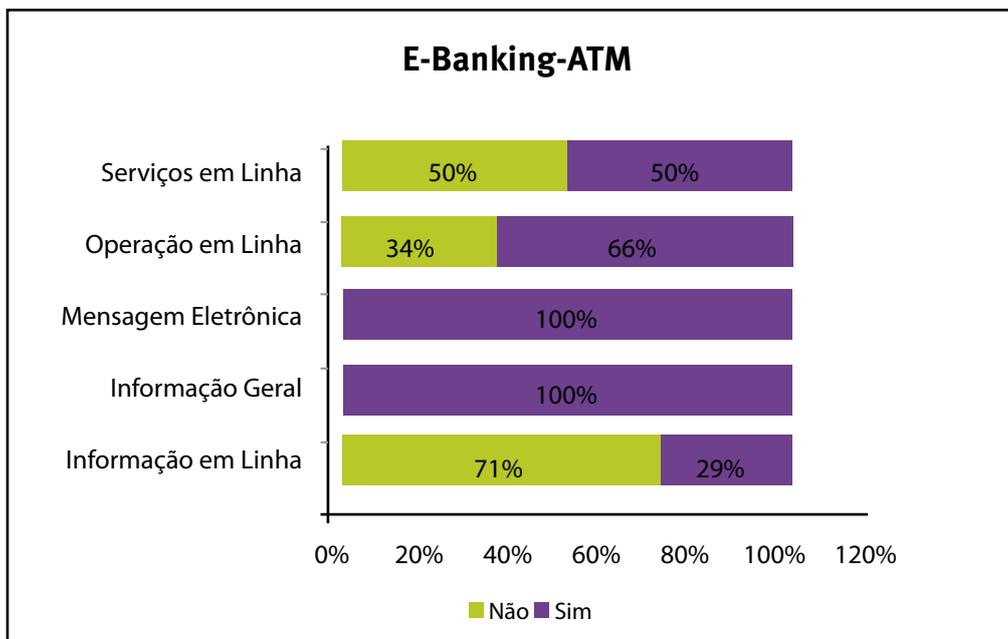
E-Banking via ATM

Os resultados gerais da investigação sobre os ATMs indicaram que os serviços relativos às in-

formações em linha são oferecidos em 28,57%, os de informação geral em 100%, de mensagens eletrônicas em 100%, de operações em linha em 66,11%, e de serviços em linha em 50%. Por outro lado, considerando o total das consultas feitas, foi obtido 58,91% de respostas afirmativas e 41,09% de respostas negativas.

Os resultados por tipo de serviço podem ser observados no seguinte gráfico, e a análise sobre o mesmo é apresentada a seguir:

Gráfico 35



Além disso, é possível utilizar os ATMs para realizar as seguintes operações:

1. Carga de saldo para celulares das marcas Tigo, Personal, Claro e Vox.
2. Transferências de dinheiro entre diferentes contas bancárias utilizadas e autorizadas para o cliente.

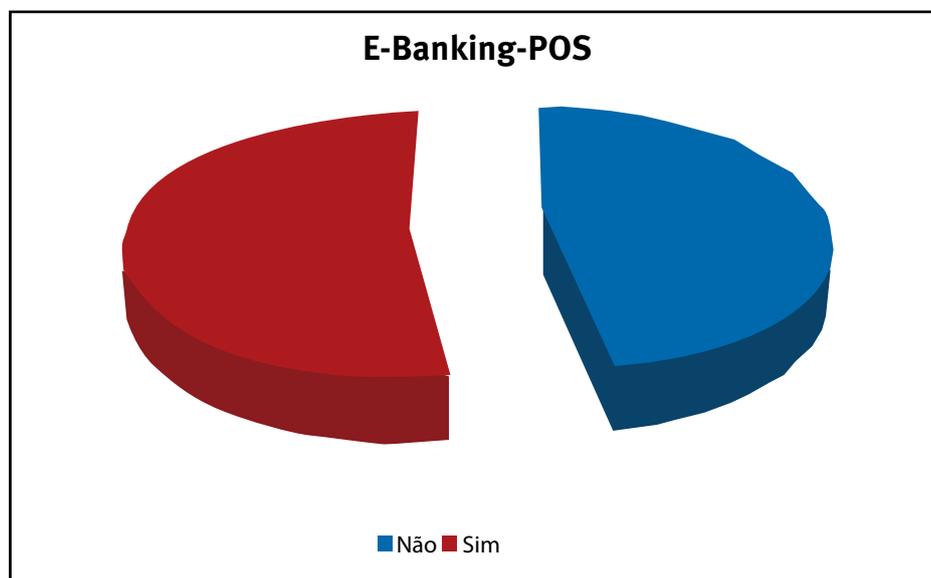
3. Pagamento de cartões de crédito por meio de débito na conta do cliente.
4. Pagamento de faturas de empresas celulares.
5. Pagamento de dívidas com as cooperativas.
6. Pagamento de parcelas de solidariedade e de aporte social das cooperativas.

E-Banking via POS

A pesquisa realizada sobre os POSs contemplam consultas aplicáveis ao serviço de operação em linha, giro ou transferência de dinheiro doméstico, giro ou transferência de dinheiro internacional, manejo de micropagamentos, processamento de compras em comércios, pagamento de produtos e serviços da entidade,

pagamento de produtos e serviços de terceiros, depósito de dinheiro à vista, saque de dinheiro à vista, administração de PIN e compra-venda de bens e serviços. Do total de respostas obtidas, 79 foram positivas e 71 negativas, o que indica que somente 52,67% dos serviços possíveis do ponto de vista tecnológico são aproveitáveis.

Gráfico 36



Além disso, destaca-se o seguinte:

1. Utilização dos POSs como agentes das marcas Tigo e Personal para seus produtos Tigo Cash e Bilheteira Pessoal. No caso do Tigo Cash, o cliente da Tigo vai até um POS para depositar à vista numa conta eletrônica com a empresa celular, com ou sem a intervenção de uma entidade bancária. No caso da Bilheteira Pessoal, a operação de carga à vista se realiza por meio de débito no cartão de crédito ou débito que possui o cliente do Banco Continental ou na Financeira Atlas.

2. Utilização dos POSs como agentes para o serviço de Giros, no marco de serviços de Banca Móvel. Nesta operação não intervém nenhum banco.

3. Recarga de saldo de celulares, que é feita num POS sem intervenção de nenhum banco.

4. Utilização habitual dos POSs para o pagamento de faturas de serviços públicos, pagamento de cartões de crédito, entre outros.

5. A rede Dinelco oferece a possibilidade de realizar giros ou transferências para a Argentina, as quais podem ser efetivadas nos POSs do referido país. No futuro estima-se que o referido giro poderia ser retirado de qualquer ATM pertencente à referida rede no país de destino.

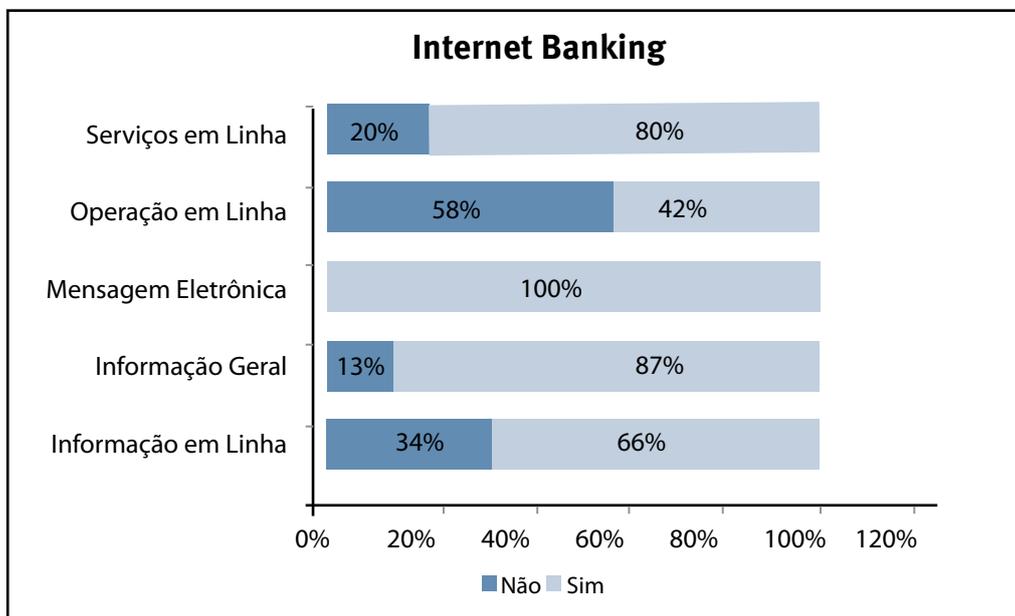
Oferta de Internet Banking

Para este informe os serviços de Internet Banking compreendem todas as informações e operações que são fornecidas ou realizadas, seja em tempo real ou não através do site das entidades bancárias.

O resultado geral da pesquisa sobre os sites das entidades bancárias indicou que as res-

postas positivas às consultas sobre informação on-line foram 66%, de informação geral, 87%, de mensagens eletrônicas, 100%, de operações on-line, 42%, e de serviços on-line, 80%. Por outro lado, considerando o total das consultas feitas, foi obtido 62% de respostas afirmativas e 38% de respostas negativas. No entanto, se as respostas tivessem sido ponderadas pelo tamanho dos depósitos dos bancos, as respostas afirmativas aumentariam 68% e as negativas diminuiriam 32%, o que indica um desempenho de regular para bom como média para os serviços considerados. Em relação a isso, da análise dos dados recopilados sobre as 15 entidades bancárias existentes no Paraguai, se obteve o seguinte:

Gráfico 37

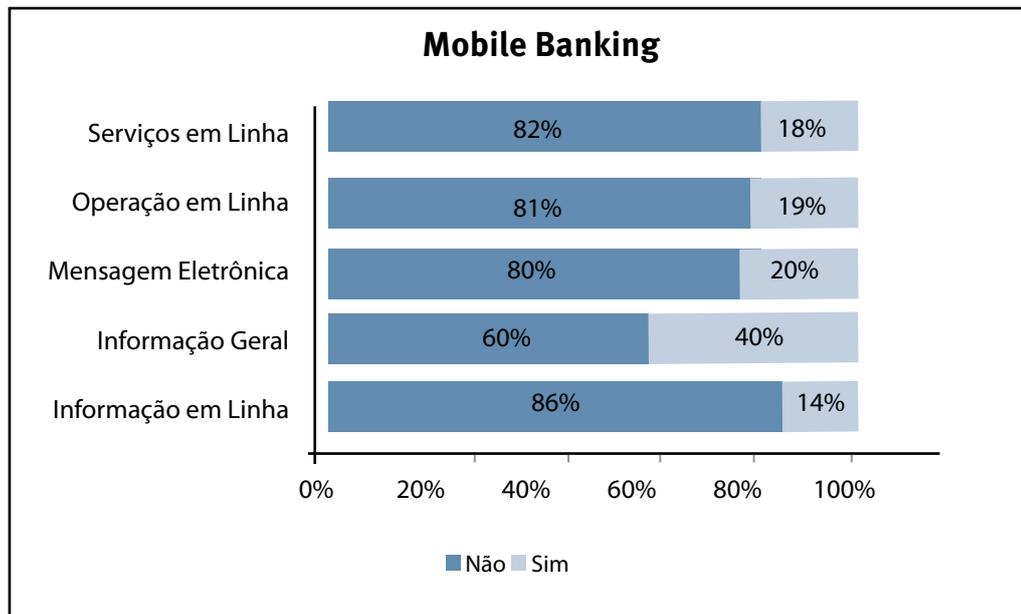


Oferta de Mobile Banking

Mobile Banking inclui as transações automáticas via telefônica, seja por meio de uma linha fixa ou celular, que são realizadas pelos clientes e usuá-

rios de uma entidade financeira, ou seja, sem a intervenção do pessoal de referida instituição. Em relação a isso, da análise dos dados recopilados sobre as 15 entidades bancárias existentes no Paraguai, se obteve o seguinte:

Gráfico 38
Mobile Banking no Paraguai



O resultado geral da pesquisa sobre os serviços telefônicos fornecidos pelas entidades bancárias indicou que as respostas positivas às consultas sobre informação on-line foram de 14%, de informação geral, 40%, de mensagens eletrônicas, 20%, de operações on-line, 19%, e de serviços on-line, 18%. Por outro lado, considerando o total das consultas realizadas, se obteve 19% de respostas afirmativas e 81% de respostas negativas, o qual indica um desempenho muito baixo do emprego dos serviços de Mobile Banking. Em relação aos resultados ponderados pelo tamanho dos depósitos dos bancos, as respostas afirmativas aumentariam 27%, e as negativas diminuiriam 73%, o que

continua indicando incipiente nível no qual estão os serviços de banca móvel.

Quanto às empresas não financeiras que intervmem nos serviços de Mobile Banking, estão em primeiro lugar as operadoras telefônicas Telecel S.A., para sua marca Tigo, e Núcleo S.A., para sua marca Personal. A primeira delas opera com as marcas Tigo Cash, Giros Tigo e Banca Móvel, e Núcleo S.A. com Bilheteira Pessoal (em português). Tigo Cash e Giros Tigo trabalham com Visión Banco S.A. e com Financiera El Comercio S.A., além de oferecer serviços sem necessidade da intervenção de uma entidade financeira. O serviço denominado banca móvel de Tigo

opera com os bancos Itaú, Regional, Continental e BBVA da rede Bancard S.A. A Billetera Personal funciona por meio do Banco Continental S.A. e Financiera Atlas S.A. Nos casos em que intervêm entidades financeiras, opera através dos cartões de crédito, principalmente.

Sob a marca Tigo Cash e Giros Tigo são oferecidos os serviços de transferência, pagamento de serviços, banca móvel, minicargas, minha conta, e serviços internos. O serviço de transferência permite girar dinheiro eletrônico de um cliente de Tigo para outro, assumindo que previamente tenha depositado ou carregado a bilheteira eletrônica através de um POS autorizado de Tigo, ou por meio da intervenção de uma entidade financeira. O pagamento de serviços básicos permite cancelar faturas de serviços públicos, telefonia, cartões, seguros médicos, cooperativas, colégios, entre outros.

O serviço de Banca Móvel de Tigo, além de estar no menu de serviços de Tigo Cash, também pode operar através das entidades afiliadas à Bancard S.A. Nesse sentido, os serviços que se encontram em processo de oferecimento são: consultas de saldo, poupanças, saldo de conta corrente, parcelas de empréstimos e linha disponível de cartão de crédito. Também poderiam ser feitas transações como: pagamento de parcelas de empréstimo, pagamento de cartão de crédito, depósito em conta, saque de conta para Bilheteira Tigo Cash, entre outros.

O serviço de Billetera Personal, de forma similar para Tigo, oferece a possibilidade de realizar transferências, compras, pagamento de serviços, consulta de saldo, últimas transações, depósitos e saque de dinheiro. Ditos serviços também operam através dos POSs autorizados de Personal, do Banco Continental S.A. e de Financieras Atlas S.A.

Por outro lado, o CITIBANK e o Sudameris Bank também oferecem serviços de banca telefônica automática por meio da ligação direta ao número telefônico determinado. Por meio dos mesmos pode-se realizar tanto consultas como operações em linha sem intervenção de ninguém do banco, de maneira similar ao feito por outros bancos com intervenção de uma operadora telefônica.

Análise da Demanda

Demanda de E-Banking

No presente estudo, a oferta de E-Banking foi orientada àquela proporcionada pelo total dos intermediários financeiros através dos ATMs e dos POSs, e, portanto, a demanda dos mesmos se refere principalmente aos proprietários de cartões de débito e de crédito. No entanto, a demanda dos POSs incrementou-se graças aos usuários das seguintes companhias telefônicas.

Quanto aos **cartões de crédito**, conforme os dados fornecidos pela Câmara Paraguaia de Formas de Pagamento (CPMP), até junho de 2009 existiam 771.515 unidades, até dezembro, 833.521, e até junho de 2010 havia 998.755 *plásticos*, os quais representam um aumento de 62.006 e 227.240 cartões, respectivamente. Ditos incrementos refletem o bom momento econômico que vive o setor e o país em geral.

A quantidade de cartões mencionados pode ser considerada como um proxy do número de usuários, ainda que seja bem sabido que existem pessoas com mais do que um cartão de crédito em seu poder. No entanto, se dividirmos 998.755 plásticos entre aproximadamente 6 milhões de habitantes, teríamos um resultado como máximo de 14,27% da população paraguaia.

Sobre os **cartões de débito**, de acordo com a CPMP, até junho de 2009 existiam 738.007 unidades, até dezembro, 818.271, e para junho de 2010 havia 893.079 *plásticos*, os quais representam um aumento de 80.264 e 155.072 cartões, respectivamente.

Internet Banking

A demanda de Internet Banking está conformada pelos usuários de Internet que ao mesmo tempo possuem uma conta corrente ou poupança em uma entidade intermediária, ou bem possuem pelo menos um cartão de crédito ou de débito. Nesse sentido, os principais usuários de ditos canais operativos também são os usuários dos cartões de crédito e débito mencionados no ponto anterior.

Sobre o número de usuários de Internet, segundo dados publicados no site ExitExportador.com, em dezembro de 2000 havia apenas 20.000 usuários, enquanto que em dezembro de 2009 existiam 1.000.000 de usuários. A população total do país nesse ano foi estimada em 6,375,830, com o qual referida quantidade de usuários fornece uma porcentagem de penetração aproximada de 15,68% da população do Paraguai. Em referida publicação também se indica a existência de 298,900 usuários de Facebook para agosto de 2010, o que representa 4,69% da população aproximadamente.

Mobile Banking

A demanda de Mobile Banking está conformada pelos usuários das companhias telefônicas, especialmente por aqueles que ao mesmo tempo possuem uma conta corrente ou poupança em uma entidade intermediária, ou bem possuem pelo menos um cartão de crédito ou de débito, ainda que não necessariamente. Nesse senti-

do, os usuários deste canal operativo são os usuários das marcas Tigo, principalmente, seguido de Personal.

Sobre a taxa de penetração dos celulares no Paraguai, estima-se que na atualidade estaria superando a taxa de 100%, ou seja, existiria um maior número de linhas telefônicas do que população, a que estaria em 6.375.830 de habitantes em 2010. Conforme dados jornalísticos do jornal La Nación, Rafael Cabral, gerente geral de Mobile Cash Paraguai, para 2011, Tigo espera triplicar o número de suas remessas domésticas. Menciona que, com as remessas domésticas, conhecidas no mercado sob o nome de Giros Tigo, a apenas três meses de seu lançamento somam 25.000 as transações feitas mensalmente. Por outro lado, todo o contrário acontece com o uso da bilheteria eletrônica, que a 2 anos de seu lançamento tem ainda pouca aceitação por parte das pessoas devido à falta de uma cultura nas operações eletrônicas com o telefone. Entre remitentes e receptores, estima-se que o número de usuários desta ferramenta ascenda a 50.000. A perspectiva futura que possui é ter uma cobertura em 220 distritos do país, dos 150 existentes hoje. Afirma que, ainda que o nível de penetração represente só 1,5% dos clientes de Tigo, as possibilidades de crescimento são amplas.

Perspectiva Futura

Perspectiva Sobre a Oferta

- E-Banking: A taxa de crescimento de ATMs tem sido de 32% em 2007, 38% em 2008, 30% em 2009 e 4% no primeiro semestre de 2010, pelo qual se espera que o crescimento anual esteja pelo menos em 20%.

- E-Banking: A taxa de crescimento de POSs foi de 24% em 2007, 40% em 2008, 16% em 2009, e 16% no primeiro semestre de 2010,

portanto, se estima que o nível de crescimento anual estará por volta dos 20%.

- **Internet Banking:** Dado que a maioria das entidades bancárias já possui um site, espera-se que, na medida em que diminuam os custos de acesso e se incrementem a velocidade e o nível de penetração da Internet, também as entidades bancárias iriam aumentando os serviços que são oferecidos por este canal.

- **Mobile Banking:** É provavelmente o canal de maior crescimento, dado que possui um grande potencial pelo alto nível de penetração dos celulares em todo o país.

Perspectiva sobre a demanda

- **E-Banking:** A taxa de crescimento esperada para os cartões de crédito estaria ao redor de 20%. Isso tomando em consideração que os mesmos cresceram 8% de junho a dezembro de 2009, e 20% de dezembro de 2009 para junho de 2010, num cenário de crescimento econômico.

- **Demanda de E-Banking:** A taxa de crescimento estimada para os cartões de débito seria de 155 por ano. As demandas cresceram 11% de junho a dezembro de 2009, e 9% de dezembro de 2009 para junho de 2010, num cenário de crescimento econômico.

- **Internet Banking:** O nível de penetração da Internet poderia crescer na taxa de 10% a 15% anual, atendendo à liberação da Internet de março de 2009. A quantidade de usuários de Internet era de aproximadamente 20.000 no ano 2000 (UIT), 200.000 em 2006 (UNCTAD), 600.000 em 2008 (UIT), 890.000 (UIT) em 2009 e 1.000.000 (UIT) em 2009. Os mesmos representariam um nível de penetração de Internet de 10% em 2008, 14% em 2009 e 16% para junho de 2010, tomando como base a população total da EPH de cada ano.

- **Mobile Banking:** O nível de penetração esperado para 2011 é de 100%, no entanto, isso não implica que toda a população tenha um celular, mas sim que 1 pessoa possa ter vários chips ou SIM cards. Segundo a UIT, para dezembro de 2008 a quantidade de linhas celulares no Paraguai foi de 5.790.800, e, segundo a CONATEL, no primeiro trimestre de 2009 ascendia para 6 milhões. Referidas cifras estariam indicando um nível de penetração de 94% e 97%, respectivamente, tomando como base a população total da EPH de cada ano, ainda que a porcentagem para 2009 deveria ser maior já que a população de 2009 vigora até dezembro desse ano. A densidade de penetração nas áreas urbanas seria muito superior a 100%.

Uruguai

A Oferta em Canais Operativos

A grande maioria dos bancos outorga atualmente serviços de e-banking, pelo menos com os serviços básicos de consulta de estados de contas e transferências entre contas do próprio banco. Este serviço se instalou no Uruguai no ano 2000, em parte da banca privada, sendo muito mais

recente sua extensão para praticamente a totalidade do sistema. Em contraste, os sistemas de Mobile Banking não são utilizados pelos bancos da praça, com a única exceção do Banco Bilbao Vizcaya Argentina (BBVA).

A seguinte tabela inclui todos os bancos da praça indicando quais contam com serviços e-banking e os serviços que podem ser realizados através de referido instrumento.

Tabela 36
Serviços E-banking e Mobile banking no Sistema Bancário Uruguaio

Bancos	Serviço E-Banking	Mobile Banking
Banco de la República (BROU)	sim	não
Banco Hipotecario del Uruguay	não	não
Banco Bandes Uruguay	sim	não
Credit Uruguay Banco	sim	não
Nuevo Banco COMERCIAL (nbc)	sim	não
Discount Bank	sim	não
Banco Santander	sim	não
Banco Bilbao Vizcaya Argentina-Uruguay (BBVA)	sim	sim
HSBC	sim	não
Banco Surinvest	sim	não
Citibank	sim	não
Lloyds TSB Bnak	sim	não
Banco de la Nación Argentina	não	não

Fonte: Páginas web dos respectivos bancos.

A seguinte tabela mostra a quantidade de clientes do BROU (Banco de caráter público e que representa menos da metade do mercado) com serviço e-banking, a quantidade de clientes por depósitos e a quantidade de clientes com

créditos. Os clientes com serviço e-banking representam quase 10% do total dos clientes por depósitos, o que indica que o serviço está pouco estendido.

Tabela 37
E-banking Dados BROU

Ano	Clientes E-banking	Clientes de Depósitos	Clientes de Créditos	Proporção sobre Clientes por Depósitos
Dez-07	43.031	621.058	367.852	7%
Dez-08	60.740	710.767	388.986	9%
Dez-09	79.433	781.589	398.924	10%
Set-10	79.433	821.480	404.685	10%

Fonte: BROU

Uma aproximação adicional para a quantificação da utilização do serviço de e-banking pode ser feita a partir da Pesquisa Contínua de Lares (ECH). Desde o ano 2008 foi incluído no formulário da pesquisa uma pergunta referente à utilização da Internet e os motivos para os qual é usada. Entre estes motivos se inclui: “banca eletrônica e outros serviços financeiros”.

Do processamento da ECH deduzimos que por enquanto a utilização do serviço é reduzida. Em 2008, 23,8 de cada mil pessoas adultas declararam utilizar Internet para realizar transações financeiras. Esta cifra aumentou em 2009, ainda que se mantendo num nível muito baixo, 29,7 de cada mil pessoas adultas.

Tabela 38
Utilização de Internet em Serviços Financeiros

	2008	2009
Pessoas adultas que utilizam a internet para operações financeiras (a cada 1.000 pessoas adultas)	23,8	29,7

Fonte: ECH 2008 e 2009, INE.

Perspectivas e Potencial dos Serviços no Uruguai

Os diversos sistemas da banca eletrônica no Uruguai têm um grande potencial de desenvolvimento, pelo menos porque o acesso à Internet supera amplamente a quantidade de pessoas que utilizam Internet para realizar transações financeiras. Do total de pessoas que declaram utilizar Internet, somente 5,6% o faz para realizar transações financeiras. Por sua vez, o acesso à Internet vem experimentando um importante crescimento nos últimos anos.

Este alto potencial observou-se no crescimento dos serviços experimentado nos últimos anos. Os serviços de e-banking foram implementados no Uruguai no ano 2000, em alguns bancos privados. Desde então o serviço se estendeu de forma importante, chegando atualmente a quase a totalidade do sistema bancário. Por sua vez, o forte crescimento do acesso à Internet e a maior confiança que o sistema e-banking tem gerado após anos de funcionamento determinam que existam perspectivas de forte expansão do sistema, o que foi captado pelo sistema bancário que ampliou sistematicamente a quantidade de operações aplicáveis através da banca eletrônica.

A telefonia móvel pode ser um grande elemento para conseguir o acesso a serviços financeiros, praticamente universais, já que o número de telefones celulares existentes supera o número de pessoas, com o qual se tem um instrumento poderoso para alcançar a grande maioria da população. Na seguinte seção se expressam alguns elementos a serem considerados para se obter uma maior bancarização na região, utilizando instrumentos de fornecimento de serviços não tradicionais.

Estatísticas que Podem Ser Úteis

O fenômeno de banca sem sucursais ou banca móvel é relativamente novo e apresenta numerosos desafios, entre eles, a compilação e medição

da informação relevante. Nesse sentido, pode ser útil diferenciar em todos os países as transações e operações financeiras já realizadas atualmente via Internet e via telefonia celular. Conhecendo adequadamente o que se tem, é possível melhorar e impulsionar desenvolvimentos futuros.

Desta maneira, em relação às transações financeiras realizadas pelos usuários atuais das entidades financeiras é preciso diferenciar os diferentes canais para a realização das mesmas e devem ser considerados tanto a quantidade de transações quanto seu montante. Por exemplo, há que diferenciar as transações realizadas via Internet, Home e Office Banking, ATMs, POSs, telefones celulares, PDAs, correspondentes não bancários etc. De igual maneira, esses dados devem ser comparados com os de canais tradicionais (sucursais e agências) e analisar a evolução de cada canal.

Igualmente, é importante relevar dados das transferências, pagamentos, moedeiros eletrônicos e esquemas de armazenamento de valor que estejam atualmente vigentes nos países da região. Especialmente, é preciso conhecer o número de transações, seu tamanho médio e sua moda. Após esta informação é possível proceder para ter um melhor marco regulatório de eventuais associações entre entidades financeiras e operadores de telefonia celular. Tudo isso com o objetivo de que as normas criadas e implementadas evitem ser uma excessiva carga que não incentive a inovação e o crescimento, mas que também evite que as entidades assumam riscos muito altos que eventualmente possam ter consequências sistêmicas.

O que Fazer para Fornecer Serviços Financeiros para os Não Bancarizados?

Consideramos que, dentre todas as opções analisadas, não existem grandes impedimentos para que as mesmas sejam implementadas e

possam permitir um avanço muito importante no fornecimento dos serviços financeiros.

As tecnologias de Internet e de telefones móveis continuarão a se expandir, com as quais as possibilidades são cada vez maiores. Portanto, não existem, do ponto de vista tecnológico, limitações para obter acesso quase universal aos serviços financeiros.

No entanto, existem limitações sociais, culturais e de qualidade de vida que determinam “a cultura financeira” da população. Tudo isso pode ser combatido com esquemas de educação financeira e melhoramento das condições gerais de vida da população. Nesse sentido, para médio e longo prazo, os programas de educação financeira devem ser incorporados nos currículos educativos da educação inicial e média dos países do MERCOSUL.⁸⁰ Igualmente, os programas de educação contínua atualmente apoiados e implementados pelos Bancos Centrais devem ser aprofundados e mantidos no tempo.

Assim, as limitações ou deficiências institucionais e regulatórias dos sistemas financeiros dificultam uma maior expansão das entidades financeiras, por exemplo, problemas de governabilidade e de rendição de contas nas entidades financeiras provocam desconfiança por parte da população e dos poupadores. De igual forma, os problemas de qualidade do marco regulatório, considerando a defesa do consumidor em relação aos direitos dos devedores, leis de falências e hipotecas que afetam o ambiente para um desenvolvimento em harmonia do processo de poupança e investimento.

Considerando todos os elementos anteriores, concluímos que as limitações são para a banca tradicional, e, em certa medida, para a expansão dos serviços financeiros via Internet. No

entanto, consideramos que, do ponto de vista do fornecimento de serviços financeiros através da telefonia móvel, não existem limitações que sejam realmente restritivas e muito difíceis de superar no curto prazo, pelo qual estão dadas as condições para que a expansão dos serviços financeiros aos hoje não bancarizados ocorra de maneira imediata.

Em primeiro lugar, existem fatores que podem facilitar a ocorrência desse fato: existem redes operativas de celulares em todos os países do MERCOSUL e com ampla cobertura (somente zonas rurais muito distantes não possuem cobertura), e as pessoas já estão habituadas com o uso dos telefones celulares (quase a totalidade dos adultos está familiarizada com os aparelhos celulares).⁸¹ A penetração da telefonia celular na região tem uma média de 91% para 2009 e com tendência ao aumento, portanto, esse elemento não constitui nenhum impedimento.

A tecnologia para os serviços financeiros móveis existe e tem sido comprovada de maneira ampla em diversas regiões do mundo. Igualmente, de acordo com a experiência com algumas operadoras do MERCOSUL, pode-se afirmar que não existem impedimentos regulatórios muito importantes.

Do ponto de vista da regulação existem alguns aspectos que devem ser considerados para facilitar o processo de expansão, por exemplo: a regulação de correspondentes não bancários deve ser adotada por todos os países, de maneira similar à desenvolvida no Brasil; a regulação à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo (AML/CTF),⁸² em geral, acha-se vigente para os bancos, considerando que para a modalidade de pré-pago e para transações em geral pequenas (tal como se espera que sejam,

80 Igualmente, os programas de Alfabetização e Educação de Adultos devem ser continuados, para obter um maior índice de alfabetização na região. Isso terá efeitos positivos sobre diversos aspectos da realidade socioeconômica da região.

81 De fato, o telefone celular é considerado o avanço tecnológico de mais rápida aceitação e expansão em toda a história. Basta considerar que em 1990 era algo desconhecido e hoje praticamente 80% da população mundial possui um telefone celular.

82 Abreviações em inglês - AML/CTF (AML= anti-money laundering CTF= combating the financing of terrorism).

em grande parte), as normas podem ser adotadas e assim não gerar uma carga excessiva para as operadoras.

Em relação ao dinheiro eletrônico, deveriam ser analisadas as normativas existentes em outros países e adotá-las na região. Outro aspecto importante se refere à segurança das transações, devendo exigir condições similares às da banca on-line, de maneira a evitar riscos excessivos, especialmente dado o volume e a importância sistêmica que pode chegar a ter este canal de distribuição de serviços financeiros.

Outros elementos a considerar são fatores impositivos, ou seja, os impostos sobre as transações financeiras poderiam ser reduzidos ou eliminados para gerar um maior incentivo para que operadores e público em geral participem do processo de bancarização. Um fator importante é o de incentivar as contas de baixo custo em todos os países, que tenham o menor ônus possível para o novo usuário no início do relacionamento com seu banco.

É possível trabalhar com normativas que facilitem aos bancos o processo de associação com operadores de telefonia celular e evitem que as associações apliquem uma forte carga regulatória adicional para as operadoras. Deve-se ter em conta a necessidade de uma coordenação interinstitucional entre os reguladores bancários e os reguladores das operadoras de celulares, para respeitar o âmbito natural de cada entidade.

Deve-se revisar a normativa de defesa do consumidor de serviços financeiros à luz da particularidade do fornecimento dos serviços financeiros móveis, para evitar abusos aos consumidores e uma excessiva carga para os operadores de celulares e bancos. Ou seja, há que buscar um

equilíbrio entre estes dois elementos. Especial cuidado se deve ter para evitar o controle e fixação de preços, evitar monopólios e incentivar a concorrência, como forma de controlar os preços.

As normas e o manejo de riscos devem ser analisados, dando especial ênfase aos riscos operativos e tecnológicos que geram os processos de forte incremento das transações financeiras.

As remessas do exterior são recursos que ainda não têm sido plenamente aproveitados pois não existe um marco regulatório adequado que incentive a concorrência e permita conseguir custos reduzidos e uma maior permanência dos fundos dentro do sistema financeiro. Ainda há muita coisa que fazer: como definir quais tipos de transferências recebem as famílias, fazer uma diferenciação dos tipos (gastos da casa, presentes para a mãe, benefícios sociais ou aposentadorias, seguros, gasto corrente, pagamento de dívidas) para criar produtos adequados para esses nichos.

Finalmente, consideramos que todos os pontos indicados são possíveis de serem abordados com altas chances de sucesso, no curto e médio prazo, dado que a tecnologia existe e se acha madura, seus custos são razoáveis e somente deve ser implementada com otimismo e pragmatismo. Um elemento importante consiste no aproveitamento das experiências de sucesso de outras regiões e adaptá-las à região.

Reflexões de E-Banking, Internet e Mobile Banking

Os serviços financeiros podem ser oferecidos de maneira mais econômica e estendida utilizando-se os avanços das TICs. Na América Latina e no MERCOSUL, os intermediários financeiros adotam de maneira crescente estas tecnologias

para fornecer melhores serviços aos seus clientes. No entanto, não estão com pleno potencial, já que há escassa penetração da Internet em certas regiões, falta de regulação específica para este tipo de serviço e falta de conhecimento dos usuários.

Os principais bancos da região fornecem como opção aos seus clientes a possibilidade de realizar certos tipos de operações via uma página web através da Internet. No entanto, as transações realizadas desta maneira não constituem ainda um volume muito significativo em relação ao volume de negócios das entidades financeiras.

Já a regulação não permite intermediários financeiros que operem unicamente via Internet, tal como ocorre em outras regiões.

A banca móvel apresenta um potencial maior dado que existe uma ampla cobertura da rede de telefonia celular em todo o MERCOSUL. Existem experiências de sucesso de serviços financeiros fornecidos através das operadoras

de telefonia celular, e estima-se que incrementarão os serviços fornecidos, tanto em tipos de serviços quanto no número de usuários que os utilizam.

Consideramos que o próximo grande desenvolvimento em matéria de banca sem sucursais será através da banca móvel, na medida em que maior quantidade de intermediários financeiros e empresas não financeiras participem do negócio de fornecimento de serviços financeiros. Em todos os países do MERCOSUL existem serviços de caixa eletrônico, serviços de pagamento, transferências e opções de crédito e depósitos, ainda que não muito difundidos.

As operadoras de celulares, seja de maneira independente ou associadas aos bancos, poderiam ser grandes fornecedoras de serviços financeiros e facilitar o processo de bancarização e inclusão financeira. Para isso existe a tecnologia apropriada e somente faltaria uma regulação que facilite o processo e incentive uma administração prudente dos riscos inerentes às transações efetuadas.

Conclusões do Estudo:

A bancarização e a inclusão financeira nos últimos anos se converteram em objetivos importantes a nível regional. Igualmente, iniciativas significativas foram implementadas e lograram progressos importantes em cada um dos países.

A medição adequada da evolução do processo de bancarização é chave na busca da inclusão financeira. No presente documento foram compilados em categorias analíticas e analisados os diferentes indicadores de bancarização existentes na região, e são propostos esquemas que podem permitir um melhoramento da qualidade da informação básica reunida.

Depois de analisado o conjunto de indicadores, é proposto um indicador único, denominado Indicador de Bancarização-MERCOSUL, como fórmula de medição geral do fenômeno analisado. Esse indicador é um valor numérico que resume o grau de avanço do processo de bancarização em cada um dos países do MERCOSUL num determinado tempo.

A medição global constitui a principal fortaleza e aporte do indicador proposto. Em geral, apesar das limitações próprias de todo mecanismo sintetizador, tem a vantagem da simplicidade sem perder seu peso teórico e conceitual. Assim, facilita uma visão geral da bancarização em todos os países-alvo do estudo e captura situações geradas nas economias regionais, tais como crise e avanços importantes em certas áreas.

Adicionalmente, permite que os pesquisadores ou analistas realizem comparações da bancarização regional com relação a outros países ou regiões (benchmarking), já que formula um padrão que serve de parâmetro de comparação.

Consideramos que o Indicador de Bancarização-MERCOSUL possa ser um elemento importante para resumir e interpretar de maneira simples e

ser um instrumento valioso para facilitar a tomada de decisões em matéria de política econômica e financeira.

Outro elemento importante que surge do presente trabalho se refere à importância crescente das TICs nos setores financeiros e ao grande potencial que as mesmas outorgam para expandir os serviços financeiros através do fornecimento de serviços financeiros via Internet e via telefonia celular.

Os principais bancos da região fornecem como opção aos seus clientes a possibilidade de realizar certos tipos de operações via uma página web através da Internet. No entanto, as transações realizadas desta maneira não constituem ainda um volume muito significativo em relação ao volume de negócios das entidades financeiras.

A telefonia celular tem uma grande penetração universal em toda a região do MERCOSUL, e consideramos que a grande expansão dos serviços financeiros para as grandes massas hoje não atendidas pelo sistema financeiro será feita através da telefonia celular.

Atualmente na região, operadores de telefonia móvel e alguns bancos fornecem os serviços de caixa eletrônico, serviços de pagamentos, transferências e opções para obter crédito e realizar depósitos. No entanto, ainda não foi possível uma grande penetração, especialmente em regiões rurais e pouco populosas.

Finalmente, consideramos que os canais não tradicionais de fornecimento de serviços financeiros, especialmente de telefonia celular, serão os grandes impulsionadores do processo de bancarização e inclusão financeira no MERCOSUL. Para isso se tem a experiência de outras regiões e a tecnologia adequada. Portanto, fica em mãos dos países da região fornecer uma regulação adequada que facilite a expansão dos serviços e incentive uma gestão prudencial dos riscos inerentes às transações realizadas.

Referências

Aghion, Philippe y Patrick Bolton (1997), “A Trickle-Down Theory of Growth and Development with Debt Overhang” *Review of Economic Studies*. 64:2, pp. 151–72.

Aguirre Ernesto, Dias, Denise y Prochaska, Klaus (2009), “Diagnostic Report on the Legal and Regulatory environment for branchless banking in Argentina”.

Banerjee, Abhijit y Andrew Newman (1993), “Occupational Choice and the Process of Development.” *Journal of Political Economy*. 101:2, pp.274–98.

Barro, Robert J. and Sala-i-Martin, Xavier (1995), “Economic Growth”. MacGraw-Hill.

Banca y Riesgo (2009), *Bancarización en América Latina 2009. Estudio de Mercado*. [http://: www.bancayriesgo.com](http://www.bancayriesgo.com)

Berges, Angel (2003), “Bancos y cajas: Estrategias divergentes.” Pp. 321-343 en 1987-2003: Integración económica y financiera de España, editado por AFI. Madrid: Analistas Financieros Internacionales (AFI).

Bernanke, Ben (2008a), “Risk Management in Financial Institutions”. [Artigo na Internet], <http://www.federalreserve.gov/newsevents/speech/bernanke20080515a.htm>, junio

Besley, Timothy (1995), “Saving, Credit and Insurance,” en *Handbook of Development Economics*, Volume IIIa. Jere Behrman and T. N. Srinivasan, eds. Amsterdam: North Holland, pp. 2123–207.

Besley, Timothy y Robin Burgess (2003), “Halving Global Poverty”. *Journal of Economic Perspectives—Volume 17, Number 3—Summer* — Pp. 3–22

Burgess, Robin and Rohini Pande (2002), “Do Rural Banks Matter? Evidence from the Indian Social Banking Experiment” Mimeo, LSE and Columbia University.

Casilda Béjar, Ramón (1997), “La banca española: Análisis y evolución”. Madrid: Pirámide.

Chaia, A., Dalal, A., Goland, T., Gonzalez. M.J., Morduch, J., Schiff, R. (2009), “Half the World is Unbanked. Financial Access Initiative”. Framing Note. October.

Claessens, Stijn, (2005), “Access to Financial Services: A Review of the Issues and Public Policy Objectives”. World Bank Policy Research Working Paper 3589, May.

Consultative Group to Assist the Poorest [CGAP] (2009), “Financial Access 2009: Measuring Access to Financial Services around the World.” September.

Dandapani, Krishnan. (2004). Vol. 47, No. 5. “Success and Failure in Web-based Financial Services: COMMUNICATIONS OF THE ACM”.

De Nigris, Alberto (2008) *La bancarización en Argentina*. Unidad de Estudios del Desarrollo División de Desarrollo Económico. CEPAL. Santiago de Chile, Agosto. Nro. 204.

D’Alessio IROL. (2010). “Internet en Argentina”.

D’Alessio IROL. (2009). “Celulares: Evolución del Homo Comunicandis al Homo Infoludicus.

DeGregorio, José y Giudotti, Pablo E. (1995), “Financial Development and Economic Growth”. *World Development* 23, Issue 3, 433-448.

Dehesa, Guillermo (2003), “Balance de la Economía Española en los últimos veinticinco años” en *Información Comercial Española*. Nro. 811. Pp. 53-79.

Department for International Development, (2004), "The Importance of Financial Sector Development for Growth and Poverty Reduction". Financial Sector Team. Policy Division Working Paper. Issued by the Policy Division, Department for International Development. UK. August.

Djankov, Simeon et al. (2005), "Doing Business Indicators: Why Aggregate, and How to Do It." World Bank, Washington, DC.

Feltrim, Luis Edson, Ferreira Ventura, Elvira Cruvimel y von Borowski Dodi, Alessandra (2009), "Perspectivas e Desafíos para Inclusão Financeira no Brasil: visao de diferentes atores. Projeto Inclusão Financeira. Banco Central do Brasil. Noviembre.

Fernández de Lis, Santiago. (2009). "M-Banking: evolución y potencial de desarrollo en América Latina".

Gallup Consulting (2008) Using Technology to Engage Retail Banking Customers Why banks must carefully manage their digital touchpoints to create a seamless customer experience. Sponsored by Adobe Systems Incorporated. March.

Goldsmith, Raymond W. (1969), "Financial Structure and Development". New Haven, Conn. Yale University Press.

González Urbaneja, Fernando (1993), "Banca y poder". Madrid: Espasa Hoy.

Guillén, Mauro F. (2005), "The Rise of Spanish Multinationals: European Business in the Global Economy". Cambridge: Cambridge University Press. Trad. al castellano, Marcial Pons, 2006.

Guillén, M. y A. E. Tschoegl (2000), "The Internationalization of Retail Banking: The Case of the Spanish Banks in Latin America". *Transnational Corporations* 9 (3):63-97.

_____. (2002), "Banking on Gambling: Banks and Lottery-Linked Deposit Accounts" *Journal of Financial Services Research* 21(3):219-231.

Guillén, Mauro F. y Adrian E. Tschoegl (2007), "La Internacionalización de la Banca Española". *Universia Business Review-Actualidad Económica. Especial 150 Aniversario Banco Santander*.

Grupo Consultor de Asistencia a los Pobres [CGAP]. (2008). "Servicios bancarios en teléfonos móviles: ¿Por qué, cómo, para quién?".

Grupo Consultor de Asistencia a los Pobres [CGAP]. (2010). Update on Regulation of Branchless Banking in Argentina. January.

Honohan, Patrick (2008), "Cross-country variation in household access to financial services" *Journal of Banking and Finance* 32, May: 2493-2500.

Insfrán Pelozo, José A. (2008), "Loans, risks, and growth. The role of government and public banking in Paraguay" *The Quarterly Review of Economics and Finance*. 48 (2008). 307-319.

King, Robert y Levine, Ross (1993a), "Finance and Growth: Schumpeter might be right". *Quarterly Journal of Economics*. August. 717-737.

King, Robert y Levine, Ross (1993b), "Finance, entrepreneurship and growth. Theory and evidence". *Journal Monetary Economics* 32, 513-542.

Kumar, Anjali (2005). "Measuring Financial Access through Users' Surveys Core Concepts, Questions and Indicators". Paper prepared for the Joint World Bank/DFID/Finmark Trust Technical Workshop "Defining Indicators of Financial Access" Washington DC and London, June 14th.

Levine, Ross (1997), "Financial Development and Economic Growth: Views and Agenda". *Journal of Economic Literature*. Volume XXXV. June, 688-726.

Levine, Ross, (2000a). "Financial Intermediation and Growth: Causality and Causes." (with Thorsten Beck and Norman Loayza) *Journal of Monetary Economics*, August, 46, pp. 31-77. Also reprinted in *Banking, Financial Integration and International Crises*, eds. Hernandez, Leonardo and Schmidt-Hebbel, Klaus. Central Bank of Chile, 2001.

Levine, Ross, (2000b). "Finance and the Sources of Growth." (with Thorsten Beck and Norman Loayza) *Journal of Financial Economics*, October, 58(1-2), 261-300.

Levine, Ross, (2000c). "A New Database on Financial Development and Structure." (with Thorsten Beck and Asli Demirguc-Kunt) *World Bank Economic Review*, September, 14(3), pp.597-605.

Levine, Ross, (2005). "Finance and Growth: Theory and Evidence." in Philippe Aghion and Steven Durlauf, eds. *Handbook of Economic Growth*. The Netherlands: Elsevier Science. 2005.

Levorato, Wilson R. (2009), *Microfinancas e o Sistema Bancário Brasileiro em Perspectivas e Desafios para Inclusao Financeira no Brasil: visao de diferentes atores*. Projeto Inclusao Financeira. Coordinadores: Feltrim, L. E. et al, Noviembre, Banco Central do Brasil. Brasilia.

Lucas, Robert (1988), "On the Mechanics of Economic Development". *Journal of Monetary Economics* 22, 3-42.

Martín Aceña, Pablo (2007), "Banco Santander: 150 años de historia, 1857-2007". Madrid: Banco Santander.

McKinnon, Ronald I. (1973), "Money and Capital in Economic Development". Washington, D.C. Brookings Institution.

Meier, Gerald M., y Dudley Seers (1984), "Pioneers in Development". New York: Oxford University Press.

Morduch, Jonathan (1998), "Does Microfinance Really Help the Poor: Evidence from Flagship Programmes in Bangladesh." Mimeo, Department of Economics, Harvard University.

Montalva, Martín (2006). *Evaluación estratégica de Inversiones en Tecnologías de Información y Comunicaciones (TICs)*. EAWP : Documentos de trabajo en análisis económico = Economical Analysis Working Papers, ISSN 1579-1475, Vol. 5, N^o. 13, 2006. <http://www.una-galiciamoderna.com/eawp/eawp.asp?qsa=ES&qsb=1&qsc=142&qsd=188>

Nardo, Michela et al. (2005), "Handbook on Constructing Composite Indicators: Methodology and User Guide", OECD Statistics Working Papers, No. 2005/03. doi: 10.1787/533411815016

Ontiveros Baeza, Emilio; Enríquez, Álvaro Martín; Fernández de Lis, Santiago; Rodríguez Téubal, Ignacio y López Sabater, Verónica. (2009). "Telefonía móvil y desarrollo financiero en América Latina".

Ontiveros Baeza, E., Manzano Romero, D. y Rodríguez Téubal, I. (2004) «Tecnologías de la información y de las comunicaciones (TIC), crecimiento económico y actividad empresarial: especial referencia a España». *Círculo de Empresarios*, Junio.

Pagano, Marco (1993), "Financial Markets and Growth. An Overview". *European Economic Review* 37, 613-622.

Peachey, Stephen y Alan Roe (2006), "Access to Finance – What Does it Mean and How do Savings Banks Foster Access". A study for the World Savings Banks Institute (WSBI). Oxford Policy Management, in *Perspectives*, Nro. 49, World Bank Savings Institute y European Savings Banks Group. January.

Pérez, Sofía (1997), "Banking on Privilege: The Politics of Spanish Financial Reform". Ithaca, NY: Cornell University Press.

Pitt, Mark and Shahidur Khandkar (1998), "The Impact of Group-Based Credit Programs on Poor Households in Bangladesh: Does the Gender of Participants Matter?" *Journal of Political Economy*. 106:5, pp. 958–96.

Prior, Frances; Santoma, Javier. (2008). "Banca Móvil como catalizadora de la Banca-rización de los Pobres. Modelos de Negocios y Desafío para los pobres".

Rajan, R. and L. Zingales, (1995), 'What do we know about capital structure? Some evidence from international data', *Journal of Finance*.

Rahmath Safeena; Abdullah and Hema Date (2010), Customer Perspectives on E-business Value: Case Study on Internet Banking. *Journal of Internet Banking and Commerce*, April 2010, vol. 15, no.1. (<http://www.arraydev.com/commerce/jibc/>)

Reyes, S. y A. Stanislao. (2004), "El sistema tributario uruguayo y las cooperativas" en Cracogna, D. (Coordinador) "Las cooperativas y los impuestos en el MERCOSUR", Reunión Especializada de Cooperativas del MERCOSUR, Serie Jurídica. Ediciones INTERCOOP, Argentina.

Robinson, Joan (1952), "The Generalization of the General Theory" in *The rate of Interest and other Essays*. London. Macmillan Press.

Rosen, Robert (1991), *Life Itself: A Comprehensive Inquiry into Nature, Origin, and Fabrication of Life*. Columbia University Press, 1991.

Sharpe, A. (2004), *Literature Review of Frameworks for Macro-indicators*, Centre for the Study of Living Standards, Ottawa, CAN.

Salcines, V. (2006), "El Sistema Financiero Español de la Época Democrática: Sus Ejes de Desarrollo". *Análisis Económico*, Segundo Cuatrimestre, Año/Vol. XXI, Nro. 047. Universidad Autónoma Metropolitana – Azcapotzalco. Distrito Federal, Mexico. Pp. 69-93.

Schumpeter, Joseph A. (1911), "The Theory of Economic Development". Cambridge, MA: Harvard University Press.

Shaw, Edward S. (1973), "Financial Deepening in Economic Development". Oxford, U.K.: Oxford University Press.

SIC Desarrollo, (2006), "Relevamiento y Definición de la Oferta de Servicios Financieros Necesaria para un mejor desarrollo de las Microfinanzas en el Uruguay". Informe Final de Consultoría. Agosto.

Soares, Marden M. y Melo Sobrinho, Abelardo Duarte de (2008), "Microfinanças: O papel do Banco Central e a importancia do cooperativismo do Crédito". 2da. Edição, revista e ampliada. Banco Central do Brasil. Brasilia: BCB.

Spring Wireless. (2009). *Pagos Móviles en América Latina: Una realidad hoy, un futuro inevitable*.

Stern, Nicholas (1989), "The economics of Development: A Survey". *The Economic Journal* 99, 597-685.

Stone, R. (2005), "Financial Access Indicators Stocktake". Department for International Development, London.

Tortella, G. (2001), "Bank Mergers and Consolidation in Spanish History." Pp. 18-49 en *A Century of Banking Consolidation in Europe*, editado por Manfred Pohl, Teresa Tortella and Herman van der Wee. Aldershot, Reino Unido: Ashgate-European Association of Banking History.

Tower Group (2010). "Delivery Channel Volumes in the United States, 2006-2010: From 'In Line' to Online."

Unión Internacional de Telecomunicaciones. (2009). "Perfiles Estadísticos de la Sociedad de la Información. Región de América".

World Bank (2008), "Finance for All? Policies and Pitfalls in Expanding Access." World Bank Policy Research Report. Washington DC: World Bank.

Zahler, Roberto (2008), "Bancarización privada en Chile". Unidad de Estudios del Desarrollo. División de Desarrollo Económico. CEPAL. Santiago de Chile, Mayo. Serie Financiamiento del Desarrollo. Nro. 200.

Sites Consultados

Banco ITAÚ. (em todos os países do MERCOSUL)

Juniper Research e Aite Group. <http://www.aitegroup.com/>

ITU Telecomunicación mundial. <http://www.itu.int/ITU-D/ict/index.html>

BRADESCO.

Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN). <http://www.febraban.org.br/>

Banco de la República Oriental de Uruguay (BROU). Publicaciones y series estadísticas.

Banco Central de la República Argentina (BCRA). Publicaciones y series estadísticas.

Ministerio de Economía de Argentina (MECON). Publicaciones y series estadísticas.

Comisión Nacional de Comunicaciones de Argentina (CNC). Publicaciones.

Comisión Nacional de Telecomunicaciones, www.conatel.gov.py

Dirección General de Encuestas y Censos: <http://www.dgeec.gov.py/>

Encuesta Permanente de Hogares [EPH]. (2010).

Instituto Nacional de Estadísticas y Censos (INDEC). Publicaciones y series estadísticas.

Encuesta Continua de Hogares. Instituto Nacional de Estadísticas [INE]. (2009).

Unión Nacional de Telecomunicaciones, www.itu.int/en/pages/default.aspx

Unión Nacional de Telecomunicaciones: www.itu.int/dms_pub/itu-d/opb/ind/D-IND-RPM.AM-2009-E09-PDF-S.pdf

CEPAL: <http://www.eclac.org/socinfo/noticias/noticias/o/39560/presentacion-cimoli-diatelecom.pdf>

World Statistics: <http://www.Internet-worldstats.com/stats15.htm>

BuddeComm <https://www.budde.com.au/Research/Paraguay-Telecoms-Mobile-and-Broadband.html>

ANEXO 1

“Limitações Existentes para a continuidade do Cálculo dos Indicadores de Bancarização”

Identificação das limitações existentes para a construção das séries de tempo dos indicadores da bancarização e as recomendações para superá-las.

No relatório anterior se identificaram o conjunto de indicadores bancários disponíveis em cada um dos países do MERCOSUL, e se estabeleceu uma espécie de paralelismo entre os mesmos através das tabelas construídas.

Apresentou-se uma lista de variáveis publicadas nos países e foram agrupadas de acordo com as categorias analíticas consideradas com o passar do estudo para a análise do fenômeno de bancarização. Estas categorias são: a) indicadores agregados; b) disponibilidade e cobertura geográfica; e c) utilização e acesso.

Em geral não se encontraram limitações significativas para o cálculo dos principais indicadores de bancarização e as séries de tempo em geral existem por um período de tempo longo o suficiente para realizar estudos e análise adequados. Nos quatro países do MERCOSUL os indicadores agrupados nas categorias antes mencionadas têm numerosas séries temporárias, e são publicadas com regularidade pelos bancos centrais, as associações de bancos ou de fornecedores de serviços financeiros, os organismos reguladores das entidades financeiras ou pelos institutos de estatísticas nacionais etc.

Do ponto de vista dos indicadores agregados, podemos afirmar que existem as condições adequadas para obter a informação de maneira

consistente e periódica. Assim, tem-se nos diferentes países dados agregados de créditos, depósitos e ativos do sistema financeiro, e por diferentes tipos de intermediários. Quando se requerem dados em nível de departamentos, estados ou municípios, nem sempre se tem os mesmos. Fica como matéria pendente a maior abertura da informação, de maneira a poder ter uma visão mais específica em nível de unidades de medida menores que as do país em seu conjunto.

Em relação aos indicadores de disponibilidade e cobertura geográfica se podem fazer os mesmos comentários anteriores, dado que sempre a unidade de medida segue sendo o país, e, portanto, sempre se obtêm valores de disponibilidade e cobertura geográfica médios. Igualmente, pode-se afirmar que não existem limitações em relação à disponibilidade pública em tempo e forma das variáveis consideradas.

De igual maneira, quanto aos indicadores de acesso e utilização, pode-se afirmar que os dados relevantes e os utilizados no indicador de Bancarização-MERCOSUL existem nos quatro países, pelo menos para os últimos 5 a 10 anos (em alguns casos por um período maior). Os dados utilizados, como o número de contas bancárias, o total de cartões de crédito, cartões de débito, entre outros, são suficientes para construir o Indicador de Bancarização-MERCOSUL e fazer numerosas análises. Entretanto, para fazer análises mais detalhadas e realizar uma clara distinção entre acesso e utilização, os dados não são suficientes.

Para se ter uma clara medição e distinção entre acesso e utilização dos serviços financeiros seriam necessárias pesquisas periódicas em nível de usuários dos serviços financeiros, tanto em nível de pessoas, como de empresas. Es-

tas pesquisas não são feitas em todos os países. De fato, só a Argentina possui uma pesquisa realizada com pessoas, empresas e entidades fornecedoras de serviços financeiros. A recomendação seria ter em breve uma pesquisa que permita obter dados de acesso e utilização e que seja possível, no curto prazo, diferenciar adequadamente os conceitos de acesso e utilização dos serviços financeiros.

Análise da existência de suficientes recursos orçamentários nas distintas entidades encarregadas de continuar, no futuro, a geração das séries de tempo dos indicadores de bancarização.

Para todas as séries de tempo consideradas e reportadas no presente estudo, e em cada um dos quatro países do MERCOSUL, não existem inconvenientes em relação aos recursos necessários para continuar pondo à disposição do público as mencionadas estatísticas.

Agora bem, para as séries já reportadas é possível ter uma maior desagregação da informação em nível de departamentos, estados ou municípios, considerando que pode haver certo aumento dos custos de coleta e classificação da informação, mas de maneira nenhuma se acredita que seja um custo extremamente alto. De fato, consideramos que, se existir vontade para isso, não deveriam existir inconvenientes nem insuficiências de recursos.

Em relação aos indicadores de acesso, que somente podem ser medidos de maneira sistemática através de pesquisa aos usuários dos serviços financeiros, consideramos que existe uma solução ótima do ponto de vista da medição, mas com um alto custo, além de outra solução que poderia ser considerada o “second best” e de baixo custo. A solução ótima, mas de alto custo, constitui-se em uma pesquisa periódica (anual ou bianual)

para os usuários dos serviços financeiros, ou seja, para pessoas físicas e empresas, pelo lado da demanda, e para as entidades fornecedoras dos serviços financeiros, pelo lado da oferta. A pesquisa deve ser realizada em nível de cada um dos países do MERCOSUL e com uma amostra representativa o suficiente das diferentes regiões em cada país, para ter resultados confiáveis. Uma pesquisa das características mencionadas anteriormente somente é feita atualmente na Argentina, mas não de maneira periódica, e os resultados não são divulgados de maneira pública.

Por outra parte, no estudo tínhamos sugerido uma solução de tipo “second best”, que pode prover informação a respeito do acesso das pessoas aos serviços financeiros. Esta é uma pesquisa relativamente curta e de baixo custo, dado que se pode aproveitar outra que se realiza periodicamente. Aqui a proposta é adicionar um módulo de acesso aos serviços financeiros na Pesquisa Permanente de Lares, que é feita em cada um dos países do MERCOSUL. O módulo proposto incorpora uma série de perguntas mínimas para obter informação sobre o acesso das pessoas e diferentes grupos sociais aos serviços financeiros. Este procedimento pretende aproveitar o nível de representatividade da Pesquisa Permanente de Lares para obter respostas de todos os grupos sociais de cada país.

A vantagem do primeiro procedimento é a quantidade de informação obtida, mas sua desvantagem é o alto custo. Por isso, pode ser que seja difícil obter a implementação desta pesquisa. Entretanto, se for feito este tipo de pesquisa pelo menos uma vez a cada 5 anos, e combinada com o módulo incorporado nas Pesquisas Permanentes de Lares, pode-se obter um nível de informação muito importante e que pode ajudar a tomar decisões de política econômica adequadas.

Estudo do grau de poder da metodologia sugere-

rida, de modo a assegurar a continuidade da geração das séries de tempo obtidas com o estudo, em cada um dos países.

Sugeriu-se um procedimento para analisar e sintetizar o processo de bancarização em nível do MERCOSUL. Este procedimento consiste na geração de um indicador composto único a partir de séries de tempo que resuma diferentes aspectos do fenômeno de bancarização que se estuda.

O mecanismo sugerido tem um fundamento teórico e um procedimento de cálculo muito similares à metodologia aplicada para o cálculo do indicador denominado “Doing Business”, do Banco Mundial.

Realizaram-se provas matemáticas em relação à pertinência ou não de se gerar um só indicador a partir de combinações lineares de séries estatísticas. Os resultados da aplicação da análise de componente principal indicam que 87,12% da variação das 11 variáveis utilizadas é capturada através do indicador único gerado. Em outras palavras, a perda gerada pelo processo de consolidação da informação em uma variável só é muito pequena.

Isto permitiu que fosse gerado um procedimento para calcular o Indicador de Bancarização-MERCOSUL. Este índice tem a característica que só um valor sintetiza a informação contida em três dimensões de análise e onze variáveis.

Logo depois das visitas aos bancos centrais de cada um dos países, e tendo divulgado a metodologia para o indicador de bancarização entre acadêmicos e “practitioners”, se pode afirmar que a mesma teve uma grande aceitação. Consideramos que isto se deveu fundamentalmente à facilidade para sua interpretação e à capacidade do indicador de capturar aspectos fundamentais do fenômeno de bancarização.

Em cada um dos países foi analisado com atenção o procedimento, e todos contribuíram com valiosas sugestões que foram utilizadas para enriquecer o produto entregue como o Indicador de Bancarização-MERCOSUL.

As principais recomendações se referiram à possibilidade de realizar modificações com respeito ao benchmark originalmente proposto (média dos 10 valores mais altos a nível mundial), e a resposta foi que se apresentou um novo cálculo do indicador com um benchmark adicional, que constitui a média dos valores das variáveis para os países do G-20.

Outra modificação recomendada foi uma estimativa de um índice de bancarização ponderado pelo tamanho das economias do MERCOSUL. Feito isso, se ponderaram os valores do indicador resultante para cada país pelo tamanho relativo de seu PIB com respeito ao PIB total do MERCOSUL.

Este indicador tem um grande potencial como um elemento capaz de sintetizar, de maneira eficiente, o grau de bancarização de cada país. Igualmente, permite a realização de simulações do efeito de certas políticas que incentivem a bancarização em nível dos países. No entanto, deve ser visto como um trabalho em processo e que pode ser aperfeiçoado.

Finalmente, consideramos que existiu um nível de aceitação importante do indicador proposto, e esperamos que o mesmo seja adotado como uma MEDIDA INICIAL do grau de bancarização das economias do MERCOSUL. Existem as condições necessárias, e o procedimento entregue foi o suficientemente explícito para que continue no futuro calculando o indicador.

ANEXO 2

Requisitos de informação para o cálculo do Indicador de Bancarização-MERCOSUL proposto para cada um dos países e para o bloco regional

Variáveis:

Indicadores Agregados

- *Crédito como porcentagem do produto interno bruto*

Crédito: inclui todos os créditos do setor privado que compõem o sistema financeiro (bancos e financeiras regulados pelos bancos centrais) de cada país. No caso do Paraguai, se incluem os depósitos existentes do sistema cooperativo.

Depósitos como porcentagem do produto interno bruto

Depósitos: inclui todos os depósitos do setor privado que compõem o sistema financeiro (bancos e financeiras regulados pelos bancos centrais) de cada país. No caso do Paraguai, se incluem os depósitos existentes do sistema cooperativo.

- Produto interno bruto: Valor dos bens e serviços finais produzidos por uma economia durante um período de tempo em valores correntes, geralmente um ano.

Disponibilidade e Cobertura Geográfica

- ATM por 1.000 km²
- POS por 1.000 km²
- Sucursais Bancárias por 1.000 km²
- ATMs por 100.000 adultos
- POSs por 100.000 adultos
- Sucursais Bancárias por 100.000 adultos

ATM: Automatic Teller Machine, ou caixa automático, envolve todas as operações realizáveis sem presença de um pessoal de banca.

No caso da Argentina, o dado inclui os caixas automáticos como Banelco e Rede Link, e os terminais de autosserviço dos bancos.

POSs: Points of sale, ou pontos de venda, são definidos como um lugar ou local em que se atende a clientes presencialmente, seja para vender produtos ou para fornecimento de algum serviço, e o pagamento se realiza através de um cartão de débito ou crédito.

Sucursais Bancárias: refere-se à quantidade total de escritórios que atuam de intermediários entre a casa matriz e o cliente em todo o país.

No caso da Argentina, “Sucursais Bancárias” correspondem ao conceito de filiais, o qual inclui a casa matriz, as sucursais, as delegações, as agências e as agências móveis.

No caso do Brasil, se terão em conta os correspondentes não bancários. Para o caso do Paraguai, a quantidade de cooperativas existentes devido a sua transcendência e importância.

Cabe destacar que, no caso do Paraguai, as variáveis catalogadas a 1.000 km² (extensão territorial) possuem uma alta sensibilidade devido à grande dispersão das cidades e à concentração das mesmas na região oriental. Na região ocidental, ou Chaco, que representa 60% do território total, há uma população de 2,7% em relação à população total do país.

Utilização e Acesso

- Número de Contas Bancárias por 100.000 adultos
- Número de Cartões de Crédito por 100.000 adultos
- Número de Cartões de Débito por 100.000 adultos

Contas Bancárias: refere-se a todas aquelas contas correntes e poupanças, à vista e a prazo, mantidas pelos usuários nos bancos dentro de um país.

Tarjetas de Crédito: refere-se à quantidade total de plásticos outorgados pelos bancos, dentro de um país.

Tarjetas de Débito: refere-se à quantidade total de plásticos outorgados pelos bancos, dentro de um país.

Cabe ressaltar que existe certa limitação nisto, pois estes indicadores excluem a população não bancarizada.

Getting Credit - Restrições Legais

- Índice de Direitos Legais
- Índice de Profundidade da Informação

Financeira

- Cobertura do Registro Público
- Cobertura de Agências Privadas

Índice de direitos legais: o índice analisa a medição em que as leis sobre falência e garantias facilitam o empréstimo. O índice vai de 0 a 10, sendo que as maiores pontuações indicam a expansão no acesso ao crédito. A força legal inclui 8 e 2 aspectos sobre a garantia legal e leis de quebra, respectivamente.

Índice de profundidade de informação financeira: mede o alcance, acesso e qualidade

da informação disponível sobre registros de crédito, sejam públicos ou privados. O índice contém 6 características do registro de crédito público, privado ou ambos. O índice vai de 0 a 6, sendo que os valores mais altos indicam a maior disponibilidade de informação sobre créditos, com o objetivo de facilitar as decisões de empréstimos.

Cobertura do registro público: os relatórios públicos do registro creditício contêm informação sobre o número de indivíduos e assinaturas que o integram; reembolsos, dívidas e créditos pendentes dos últimos 5 anos. Esta base de dados é processada pelos bancos centrais ou a superintendência de bancos. O número é indicado como porcentagem da população adulta. Se não existe informação pública, o valor é 0.

Cobertura de agências privadas: definem-se como empresas privadas ou organizações sem fins lucrativos aquelas que possuem uma base de dados de solvência de mutuários (pessoas ou empresas), no sistema financeiro, e que facilitam o intercâmbio de informação creditícia entre bancos e instituições financeiras. Aquelas agências que não facilitam a informação diretamente estão excluídas. Se não existir, o valor utilizado é 0.

Fontes de relevamento da informação requerida para construir o Indicador de Bancarização-MERCOSUL, em cada um dos países.

Indicadores Agregados

Argentina

- Banco Central da República Argentina (BCRA)

Brasil

- Banco Central do Brasil (BCB)

Paraguai

- Banco Central do Paraguai (BCP)
- Instituto Nacional de Cooperativismo Paraguai (INCOOP) (BCRA)

Uruguai

- Banco Central do Uruguai (BCU)

Disponibilidade e Cobertura Geográfica

Argentina

- Banco Central da República Argentina (BCRA)
- Instituto Nacional de Estatística da República Argentina (INDEC)
- BANELCO e RED LINK

Brasil

- Banco Central do Brasil (BCB)
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Paraguai

- Banco Central do Paraguai (BCP)
- Instituto Nacional de Cooperativismo Paraguai (INCOOP)
- Direção Geral de Pesquisa (Encuesta), Estadística e Censo (DGEEC)

- Bancard Paraguai
- Dinelco Paraguai

Uruguai

- Banco Central do Uruguai (BCU)
- Instituto Nacional de Estatística República Oriental do Uruguai (INE)

Utilização e Acesso

Argentina

- Banco Central da República Argentina

Brasil

- Banco Central do Brasil (BCB)

Paraguai

- Banco Central do Paraguai (BCP)
- Bancard Paraguai
- Dinelco Paraguai

Uruguai

- Banco Central do Uruguai (BCU)

Getting Credit - Restrições Legais

- “Doing Business” do Banco Mundial

ANEXO 3

Procedimentos para a coleta da informação requerida.

Para construir a base de dados é importante assumir certas premissas:

Número de Adultos por País: devido aos distintos parâmetros de idade mantidos pelas distintas instituições estatísticas, assume-se o conceito de maiores de 15 anos ou mais.

Igualmente, esta definição coincide com a utilizada na Base de Dados do Relatório de Acesso Financeiro 2009 (Financial Access Report 2009), uma publicação do CGAP (Consultative Group to Assist the Poor), o qual faz parte do Grupo do Banco Mundial.

País Ideal ou Benchmark: a construção do mesmo parte da base dos dados do CGAP. Ele contém dados sobre cada uma das variáveis utilizadas na construção do Indicador de Bancarização-MERCOSUL. Selecionam-se os 10 países que possuem o maior valor da variável considerada, e se realiza a operação de média simples, a qual servirá como base para a construção do índice para cada ano.

Transformação dos Dados das Variáveis à Base 100: a partir do cálculo do índice do país ideal, ponderam-se as variáveis de cada indicador e se obtém um número que será o representativo do país.

Doing Business: os parâmetros que compõem o “Getting Credit” foram incorporados ao indicador como proxy das limitações da obtenção do crédito. A partir dos dados dos mesmos, foram convertidos em índices para incluí-los como componentes do indicador.

ANEXO 4

Desenho de tabelas para divulgação ao público dos indicadores propostos, para cada um dos países.

MERCOSUL

Indicadores Agregados

Disponibilidade e cobertura geográfica

Utilização e acesso

Índice de Bancarização -MERCOSUL

Indicadores Agregados

Disponibilidade e cobertura geográfica

Utilização e acesso

*Índice de Bancarização -MERCOSUL***ARGENTINA BRASIL PARAGUAI URUGUAI**

	ARGENTINA	BRASIL	PARAGUAI	URUGUAI

ANEXO 5

METADADOS					
Unidades	País	Fonte	Descrição	Disponibilidade	
				Desde	Até
Milhões de US\$	Argentina	Banco Central da República Argentina (BCRA)	Produto Interno Bruto	1990	2009
Milhões de US\$	Argentina	Banco Central da República Argentina (BCRA)	Depósitos	1990	2009
Milhões de US\$	Argentina	Banco Central da República Argentina (BCRA)	Créditos	1990	2009
Unidades	Argentina	Banco Central da República Argentina (BCRA)	Caixas Eletrônicos (ATMs)	1990	2009
Unidades	Argentina	Banco Central da República Argentina (BCRA)	Sucursais	1990	2009
Unidades	Argentina	POSNET – LAPOS	Pontos de Venda (POSs)	2007	2009
Unidades	Argentina	Banco Central da República Argentina (BCRA)	Número de Contas Bancárias	1990	2009
Unidades	Argentina	Banco Central da República Argentina (BCRA)	Quantidade de Cartões de Crédito	2001	2009
Unidades	Argentina	Banco Central da República Argentina (BCRA)	Quantidade de Cartões de Débito	2002	2009

METADADOS (Cont.)

Unidades	País	Fonte	Descrição	Disponibilidade	
				Desde	Até
Unidades	Argentina	Instituto Nacional de Estadísticas e Censo da República Argentina (INDEC)	População Adulta	1990	2009
Unidades MN/1US\$	Argentina	Banco Central da República Argentina (BCRA)	Tipo de CâmbioCréditos	1990	2009
Milhões de US\$	Brasil	Banco Central do Brasil (BCB)	Produto Interno Bruto	1990	2009
Milhões de US\$	Brasil	Banco Central do Brasil (BCB)	Depósitos	1990	2009
Milhões de US\$	Brasil	Banco Central do Brasil (BCB)	Créditos	1990	2009
Unidades	Brasil	FEBRABAN	Caixas Eletrônicos (ATMs)	2004	2009
Unidades	Brasil	FEBRABAN	Sucursais	1990	2009
Unidades	Brasil	FEBRABAN	Pontos de Venda (POSs)	2001	2009
Unidades	Brasil	FEBRABAN	Número de Contas Bancárias	2002	2009
Unidades	Brasil	Banco Central do Brasil (BCB)	Quantidade de Cartões de Crédito	2000	2009
Unidades	Brasil	Banco Central do Brasil (BCB)	Quantidade de Cartões de Débito	2001	2009

METADADOS (Cont.)

Unidades	País	Fonte	Descrição	Disponibilidade	
				Desde	Até
Unidades	Brasil	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	População Adulta	1990	2009
Unidades MN/1US\$	Brasil	Banco Central do Brasil (BCB)	Tipo de Câmbio	1990	2009
Milhões de US\$	Paraguai	Banco Central do Paraguai (BCP)	Produto Interno Bruto	1990	2009
Milhões de US\$	Paraguai	Banco Central do Paraguai (BCP)	Depósitos	1990	2009
Milhões de US\$	Paraguai	Banco Central do Paraguai (BCP)	Créditos	1990	2009
Unidades	Paraguai	BANCARD DINELCO	Caixas Eletrônicos (ATMs)	2005	2009
Unidades	Paraguai	Banco Central do Paraguai (BCP)	Sucursais	2001	2009
Unidades	Paraguai	BANCARD DINELCO	Pontos de Venda (POSs)	2005	2009
Unidades	Paraguai	Banco Central do Paraguai (BCP)	Número de Contas Bancárias	2008	2009
Unidades	Paraguai	BANCARD DINELCO	Quantidade de Cartões de Crédito	2003	2009

METADADOS (Cont.)

Unidades	País	Fonte	Descrição	Disponibilidade	
				Desde	Até
Unidades	Paraguai	BANCARD DINELCO	Quantidade de Cartões de Débito	2003	2009
Unidades	Paraguai	Direção Geral de Pesquisa, Estatística e Censo (DGEEC)	População Adulta	1990	2009
Unidades MN/1 US\$	Paraguai	Banco Central do Paraguai (BCP)	Tipo de Câmbio	1990	2009
Milhões de US\$	Uruguai	Banco Central do Uruguai (BCU)	Produto Interno Bruto	1990	2009
Milhões de US\$	Uruguai	Banco Central do Uruguai (BCU)	Depósitos	1990	2009
Milhões de US\$	Uruguai	Banco Central do Uruguai (BCU)	Créditos	1990	2009
Unidades	Uruguai	Banco Central do Uruguai (BCU)	Caixas Eletrônicos (ATMs)	2003	2009
Unidades	Uruguai	Banco Central do Uruguai (BCU)	Sucursais	2000	2009
Unidades	Uruguai	Banco Central do Uruguai (BCU)	Pontos de Venda (POSS)	2007	2009
Unidades	Uruguai	Banco Central do Uruguai (BCU)	Número de Contas Bancárias	2004	2009

METADADOS (Cont.)

Unidades	País	Fonte	Descrição	Disponibilidade	
				Desde	Até
Unidades	Uruguai	Banco Central do Uruguai (BCU)	Quantidade de Cartões de Crédito	2005	2009
Unidades	Uruguai	Banco Central do Uruguai (BCU)	Quantidade de Cartões de Débito	2000	2009
Unidades	Uruguai	Instituto Nacional de Estatística (INE)	População Adulta	1990	2009
Unidades MN/1 US\$	Uruguai	Banco Central do Uruguai (BCU)	Tipo de Câmbio	1990	2009

ANEXO 6

Proposta de Módulo de Perguntas de Utilização e Acesso Financeiro para Pesquisa de Lares

1. Quais das seguintes características parecem importantes para você e/ou ao seu cônjuge à hora de utilizar os serviços de uma entidade financeira?

- Rapidez no atendimento e resposta
- Cordialidade/amabilidade no tratamento
- Que seja cuidadoso para que não transcenda informação sobre você
- Renomada trajetória
- Fácil operatória
- Cercania de sucursais ou caixas
- Que mantenha seus dados em segredo diante o fisco
- Transparência na operatória e nos resumos
- Outras (especificar)
- Não sabe
- Prefere não responder

2. Atualmente, você utiliza alguns dos serviços considerados no ponto anterior?

- Sim
- Não

3. No caso de responder sim à pergunta anterior. Quais produtos ou serviços utilizam os membros da casa?

- Caixa de poupança
- Conta corrente
- Cartão de crédito
- Cobrança de salário por meio de depósito numa conta bancária
- Cobrança de aposentadoria por meio de depósito numa conta bancária
- Cartão de saque/débito
- Prazo fixo
- Poupança em moeda estrangeira
- Crédito/empréstimo pessoal

- Empréstimo com garantia de bem (ex.: auto)
- Empréstimo com garantia hipotecária
- Compras parceladas com cartão de crédito
- Financiamento do saldo do cartão de crédito
- Adiantamento efetivo por caixa com cartão de crédito
- Fundo mútuo
- Microcrédito para produção
- Seguros
- Compra de ações
- Homebanking ou algum esquema através da Internet
- Transações financeiras através do celular
- Outro
- Não sabe

4. Em caso de responder não à pergunta anterior. Por que motivo não opera com entidades financeiras?

- Não confio nos bancos
- Não gosto dos bancos por sua frialdade/não são amáveis
- Os bancos são complicados, pedem muitos documentos
- Nunca me ofereceram nada
- Não tenho nenhum perto de casa ou trabalho
- Atendem mal
- Ninguém se faz responsável em caso de erro
- Ninguém se faz responsável se ficarem com meu dinheiro ou vão embora
- Tive dinheiro no banco na época da crise financeira
- Prefiro manejar meu dinheiro em privado
- É muito caro operar com um banco
- Cobram impostos para operar

- Não tenho ingressos fixos
 - Não tenho trabalho
 - Não tenho cédula de identidade
- policial
- Não tenho dinheiro para poupar/investir
 - Outros

5. Como paga habitualmente a compra de produtos? E como paga habitualmente os serviços (luz, água, telefone etc.)?

- Cartão de crédito
- Cartões de compra de lojas/comércios/shoppings etc.
- Cartões de débito
- Créditos/empréstimos
- À vista (no caso de pagamento de serviços por janela)
- Cheque
- Débito automático de serviços (débito direto)

- Débito por telefone
- Débito por caixa
- Débito por homebanking
- Outros (especificar)

6. De qual tipo de entidade recebe os serviços indicados no ponto anterior? Marque todas aquelas entidades que utiliza.

- Bancos
- Caixa de crédito
- Companhia financeira
- Cooperativa
- Mutual
- Sociedades administradoras de cartões de crédito
- Administradora de fundos mútuos
- Casas de crédito
- Casas de bolsa
- Outros
- Nenhum

7. Se você, durante os últimos três meses, recebeu/enviou fundos do/ao interior/exterior pelo menos uma vez. Qual foi o meio utilizado

para isso?

- Banco
- Companhia financeira
- Caixa de crédito
- Cooperativa mutual
- Empresa de envio/recibo de dinheiro ao interior/exterior
- Outros

8. Com qual frequência você ou seu cônjuge vão ao banco?

- Menos de uma vez por mês
- Aproximadamente uma vez por mês
- Aproximadamente duas vezes por mês
- Aproximadamente três vezes por mês
- Aproximadamente uma vez por semana
- Aproximadamente duas vezes por semana

- Mais de duas vezes por semana
- Não sabe
- Prefere não responder

9. Tentou durante o ano um empréstimo ou cartão de crédito num banco?

10. Se hoje tivesse que pedir dinheiro emprestado, onde ou com quem preferiria pedi-lo?

11. Qual é a distância entre sua moradia e uma sucursal bancária ou caixa?

- Menos de um km
- Mais de um km e menos de 10 km
- Mais de 10 km

ANEXO 7

Indicador da Bancarização-MERCOSUL Estendido

Uma possível extensão do indicador estimado pode ser a possibilidade de incorporar ao mesmo uma medida de restrições ao crédito a partir do indicador do “Getting Credit”, do índice do Doing Business do Banco Mundial. Isto poderia ser um “proxy” de restrições ao sistema financeiro. Embora este indicador adicional não constitua uma medição da bancarização propriamente dita, senão um fator que pode impedir, mas bem poderia ser considerado como um elemento que adiciona potencialidade ao indicador calculado.

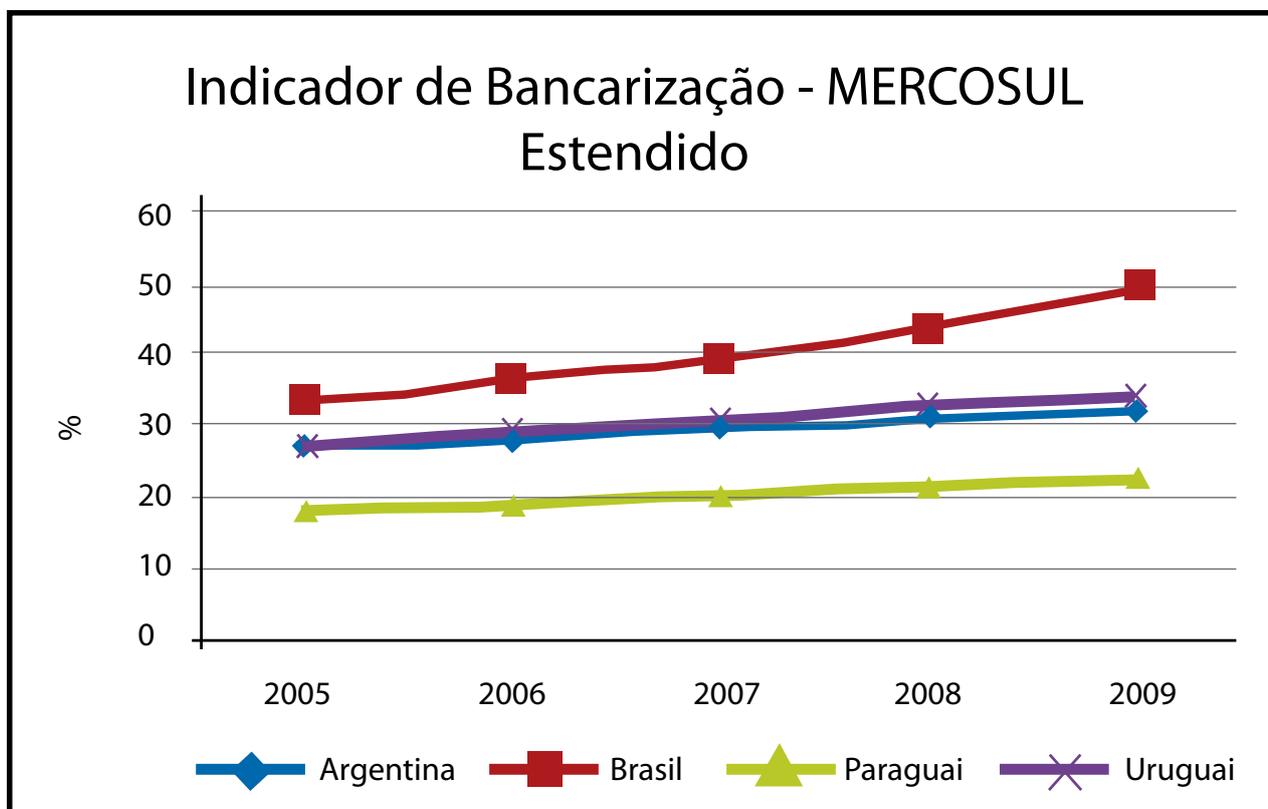
No Indicador de Bancarização-MERCOSUL Estendido, a utilização da variável Getting Credit-restrições legais não captura todas as restrições que possam existir num sistema financeiro, a não ser somente aquelas que afetam a concessão de crédito, que constitui uma das funções do sistema financeiro. Portanto, deve-se lembrar que esta variável é uma proxy de uma variável mais ampla. Por exemplo, podem existir restrições à abertura de novas entidades, sucursais, à competência etc.

As variáveis adicionadas ao indicador se apresentam no seguinte quadro e uma explicação das mesmas aparece no Anexo 1.

Variáveis Adicionais para um Indicador de Bancarização-MERCOSUL Estendido

Getting Credit - Restrições Legais

- Índice de Direitos Legais
- Índice de Profundidade de Informação Financeira
- Cobertura do Registro Público (% de adultos)
- Cobertura de agências privadas (% de adultos)



Fonte: Cálculos realizados pelo autor, de acordo com a metodologia do presente documento

ANEXO 8

Indicador de Bancarização-MERCOSUL com um Benchmark dos G-20

Como opção adicional e uma espécie de prova de sensibilidade, tomam-se como benchmark

os valores das onze variáveis que compõem o indicador para os países do G-20. A seguir apresentamos os valores do benchmark contra os quais se medem os países do MERCOSUL para o cálculo do novo índice.

Benchmark G-20. Ano de 2009	
Créditos/PIB	76%
Depósitos/PIB	89%
Sucursais/1000 km ²	301
ATMs/1000 km ²	249
POSs/1000 km ²	4.209
Sucursais/100.000 Hab.	68
ATMs/100.000 Hab.	147
POSs/100.000 Hab.	3.319
#Contas/100.000 Hab.	192.300
#Cartões de Crédito/100.000 Hab.	97.733
#Cartões de Débito/100.000 Hab.	150.889

Fonte: Cálculos realizados pelo autor, de acordo com a metodologia do presente documento

Um fato que ressalta é que a posição ordinal dos países não se modifica, com o que o Brasil segue sendo o melhor posicionado, Uruguai o segundo, Argentina o seguinte e por último o Paraguai. Entretanto, todos sobem seus valores numéricos como proporção do benchmark,

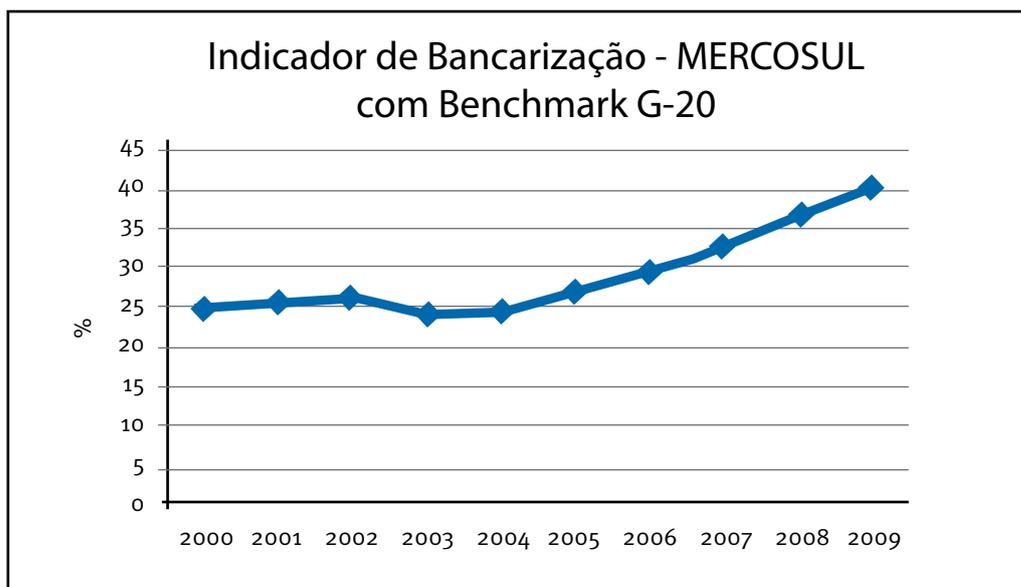
que é considerado 100. Isso é compreensível, dado que o benchmark anterior era mais exigente e tomava os 10 melhores países em cada variável. A seguir se apresentam os resultados e o formulário correspondente se encontra disponível.

Ano de 2008				
MERCOSUL	Valor			
Indicadores Agregados	35,79			
Disponibilidade e Cobertura Geográfica	22,41			
Utilização e Acesso	50,37			
Índice Bancarização Regional	36,19			
MERCOSUL	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
Indicadores Agregados	19,69	44,65	40,60	38,23
Disponibilidade e Cobertura Geográfica	12,39	45,47	8,79	23,00
Utilização e Acesso	47,67	93,88	16,26	43,68
Índice Bancarização	26,58	61,33	21,88	34,97

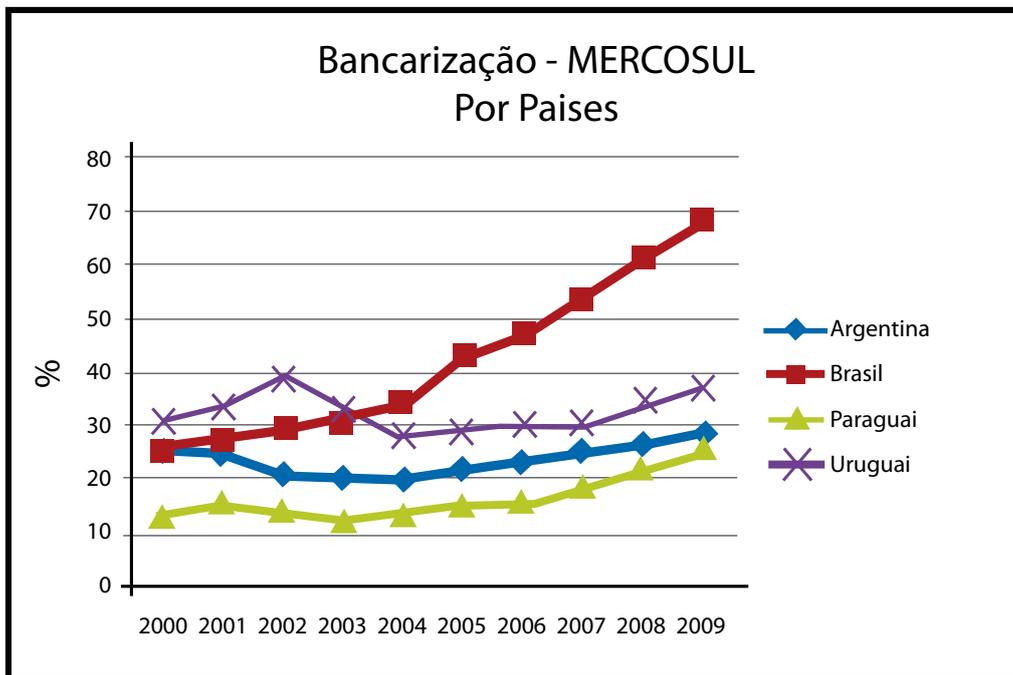
Fonte: Cálculos realizados pelo autor, de acordo com a metodologia do presente informe

Ano de 2009				
MERCOSUL	Valor			
Indicadores Agregados	40,90			
Disponibilidade e Cobertura Geográfica	25,92			
Utilização e Acesso	53,46			
Índice Bancarização Regional	40,09			
MERCOSUL	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
Indicadores Agregados	21,61	47,92	50,68	43,40
Disponibilidade e Cobertura Geográfica	12,61	58,09	9,43	23,54
Utilização e Acesso	52,19	98,95	17,21	45,49
Índice Bancarização	28,81	68,32	25,77	37,48

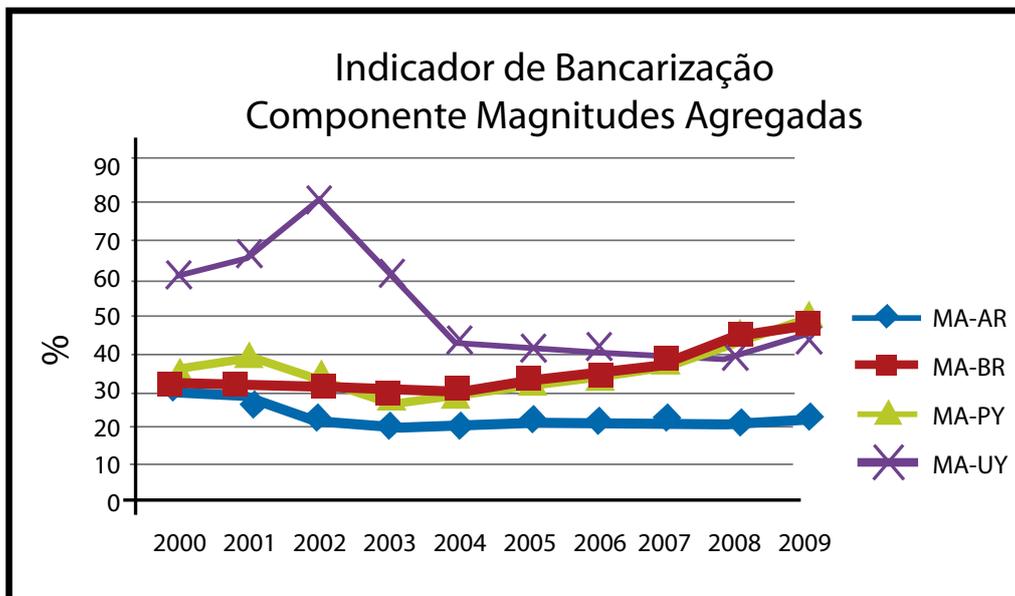
Fonte: Cálculos realizados pelo autor, de acordo com a metodologia do presente informe



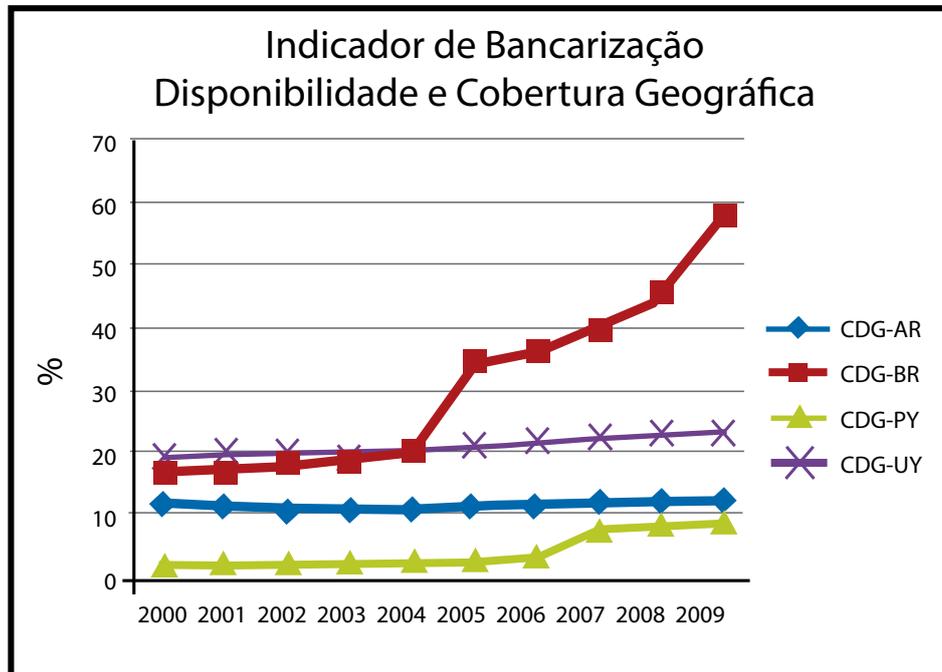
Fonte: Cálculos Realizados pelo autor, de acordo com a metodologia do presente relatório.



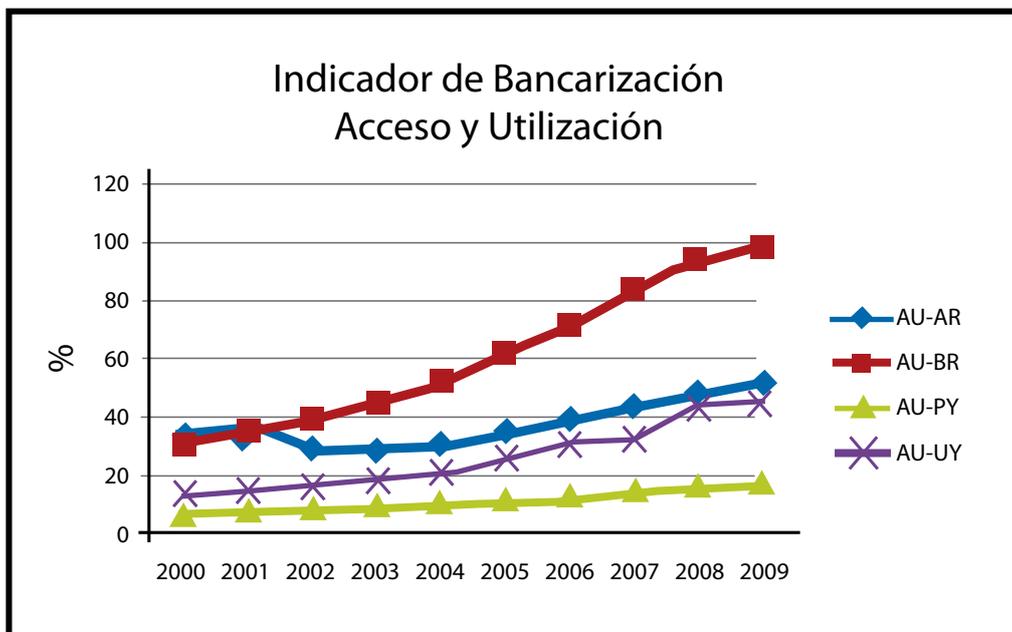
Fonte: Cálculos Realizados pelo autor, de acordo com a metodologia do presente relatório.



Fonte: Cálculos Realizados pelo autor, de acordo com a metodologia do presente relatório.



Fonte: Cálculos Realizados pelo autor, de acordo com a metodologia do presente relatório.



Fonte: Cálculos Realizados pelo autor, de acordo com a metodologia do presente relatório.

ANEXO 9**Construção de um Índice de Bancarização no MERCOSUL por meio do Método de Componentes Principais**

Ao realizar a análise de componentes principais, encontra-se que o primeiro componente explica o 87,12 % da variação e que todos os componentes do autovetor correspondente têm o mesmo signo. Em

consequência, conclui-se que é apropriado o uso do primeiro componente para construir um índice que permita medir a posição relativa dos países, assim como sua evolução.

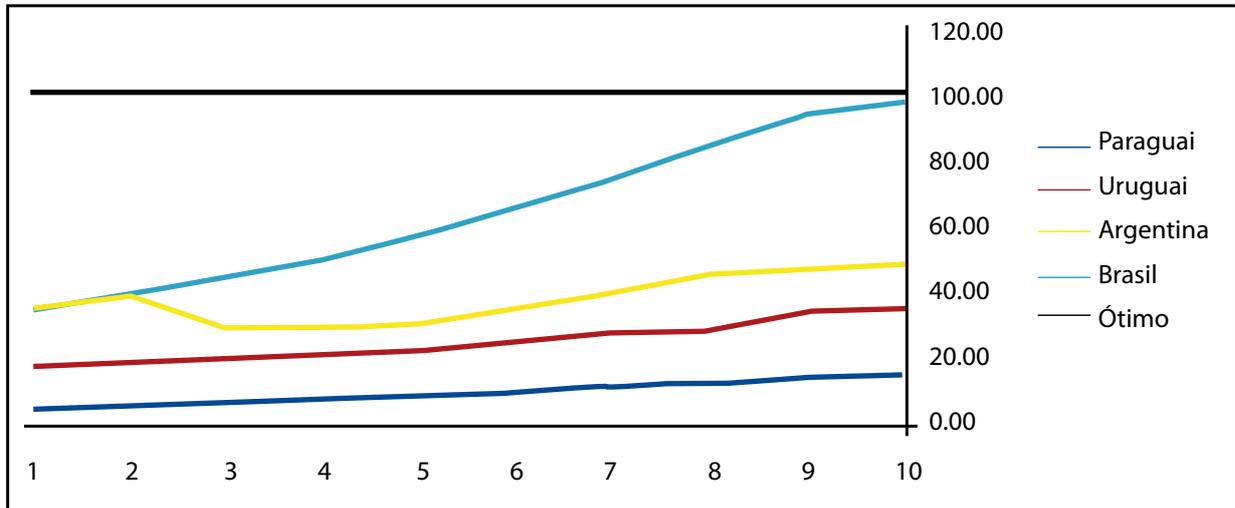
Abaixo se mostra a tabela de valores do índice, o gráfico correspondente e a tabela de crescimento do índice.

Tabela de Valores

ANO	Paraguai	Uruguai	Argentina	Brasil
2000	6.19	18.84	36.31	35.60
2001	6.97	19.84	39.75	40.63
2002	7.85	20.57	30.21	45.11
2003	8.86	21.61	30.18	50.51
2004	9.81	23.60	31.61	58.17
2005	11.10	26.54	36.26	66.35
2006	12.47	28.76	40.38	74.65
2007	13.80	29.65	45.85	84.95
2008	15.04	34.97	47.40	94.31
2009	16.29	36.25	49.34	97.76

Fonte: Cálculos realizados pelo autor.

Gráfico de valores



Fonte: Cálculos Realizados pelo autor, de acordo com a metodologia do presente relatório.

Tabela de crescimento				
ANO	Paraguai	Uruguai	Argentina	Brasil
2001	12.59%	5.26%	9.46%	14.14%
2002	12.74%	3.71%	-24.00%	11.03%
2003	12.88%	5.06%	-0.11%	11.97%
2004	10.61%	9.19%	4.77%	15.17%
2005	13.17%	12.49%	14.70%	14.05%
2006	12.34%	8.34%	11.37%	12.51%
2007	10.67%	3.11%	13.54%	13.79%
2008	9.04%	17.94%	3.38%	11.03%
2009	8.27%	3.66%	4.09%	3.65%
Promedio	11.37%	7.64%	4.13%	11.93%

Fonte: Cálculos realizados pelo autor.

Podem-se notar vários fatos:

- Na melhor posição se mantém o Brasil, e na última, o Paraguai. No entanto, há uma mudança no caso da Argentina e do Uruguai com respeito ao indicador resultante da metodologia do Doing Business. Isto se deve à mudança das ponderações, as quais foram definidas de maneira a capturar da melhor maneira possível a variação das onze variáveis componentes do indicador em um indicador único. Não existe nenhuma teoria ou conceito específicos utilizados, simplesmente o método procura capturar da melhor maneira possível a informação das variáveis individuais em só uma. Esta mudança na posição relativa é perfeitamente factível, dado que o Indicador de Bancarização-MERCOSUL original possui diferentes equiponderações para as dimensões da bancarização analisadas, e que não coincidem com as resultantes aplicando o método do PCA.

- O país com maior índice e maior crescimento é o Brasil. Na atualidade se encontra a tão somente três pontos do ótimo ou do benchmark, a partir dos 10 melhores países para cada variável.

- O país com menor índice, embora entre os de maior crescimento, é o Paraguai.

- No ano 2000, a Argentina era o país com melhor índice, mas logo em 2002 experimenta uma brusca queda de 9 pontos, da qual não se recupera até 2006, quando retorna ao nível de 2001. Na atualidade, se encontra na segunda posição, embora a quase 50 pontos por debaixo do líder, e se mantiver seu nível médio de crescimento – que é superior ao dos últimos dois anos - não chegará ao nível atual do Brasil antes de 2025.

- O Uruguai é o penúltimo, mas duplica o Paraguai. Entretanto, tem uma taxa de crescimento médio inferior à do Paraguai, e sua evolução mostra grandes desigualdades.

- Todos os países do MERCOSUL cresceram, em média, nos últimos 9 anos, embora suas taxas apresentem variações que são reflexos das condições gerais dos países e da região em seu conjunto.

Nota técnica: Para calcular o índice devem ser utilizados os seguintes fatores:

Fatores de Ponderação	
Depósitos % PIB	5.8936E-07
Créditos % PIB	3.759E-07
ATM por cada 1000 km ²	8.9461E-05
ATM por cada 100.000 Adultos	0.00054365
Sucursais por cada 1000 km ²	5.7184E-05
Sucursais por cada 100.000 Adultos	0.00032621
POSs/1000 km ²	0.00064154
POSs/100.000 Adultos	0.003415
# contas/100.000 Adultos	0.7222495
# cartões de crédito/100.000 Adultos	0.3549293
# cartões de débito/100.000 Adultos	0.5936062

ANEXO 10

Indicador de Bancarização-MERCOSUL Ponderado⁸³ pelo PIB⁸⁴ de cada país

No seguinte quadro se apresenta o Indicador de Bancarização-MERCOSUL Ponderado pelo PIB de cada país, para os anos 2008 e 2009, com as respectivas ponderações. Pode-se observar que o valor do índice é dominado pelo valor correspondente ao Brasil, pois o país possui quase 80% do PIB regional.

Este sistema de ponderação pode não ser apropriado para medir o nível de bancarização médio da região, dado que o fator que domina o mesmo é independente em grande medida do fenômeno estudado e, em geral, quando existirem mudanças importantes nos países pequenos, pode ser que não sejam capturadas adequadamente pelo índice. Portanto, consideramos que seria melhor realizar uma média simples dos valores dos índices de cada país, e que isso pode refletir o nível médio de bancarização nas economias regionais.

Ano de 2008				
MERCOSUL	Valor			
Indicadores Agregados	17,43			
Disponibilidade e Cobertura Geográfica	38,21			
Utilização e Acesso	58,39			
Índice Bancarização Regional	38,01			
Ponderações por PIB	19,883%	77,462%	1,014%	1,641%
MERCOSUL	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
Indicadores Agregados	8,86	19,62	18,10	17,15
Disponibilidade e Cobertura Geográfica	12,69	45,47	8,79	23,00
Utilização e Acesso	35,15	65,66	11,09	26,37
Índice Bancarização	18,90	43,58	12,66	22,17

Fonte: Cálculos realizados pelo autor, de acordo com a metodologia do presente informe

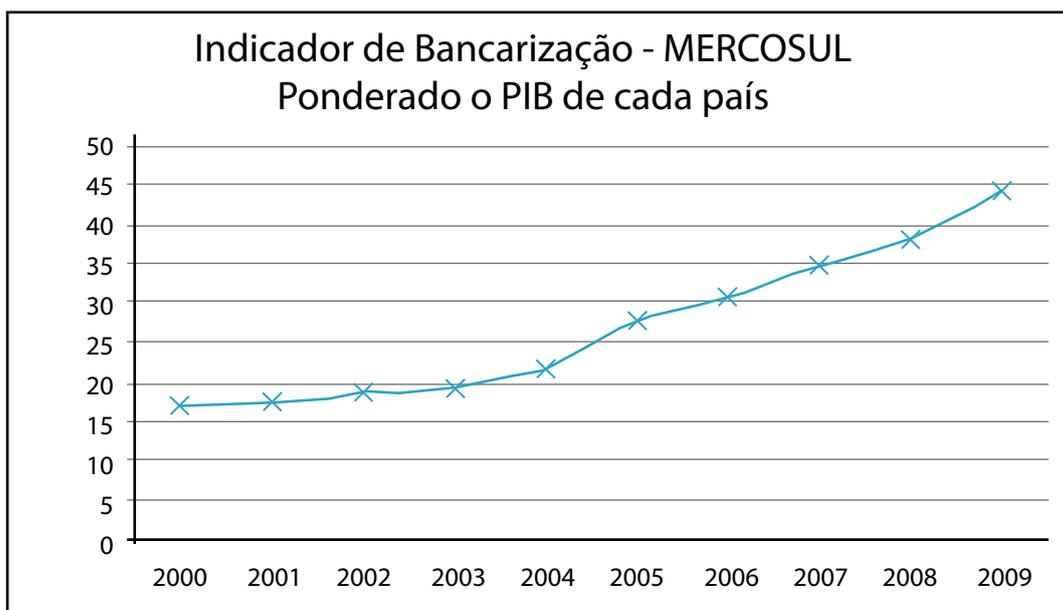
83 A metodologia do Indicador de Bancarização-MERCOSUL é muito simples e se pode ponderar por qualquer outra variável que se considere interessante, por exemplo: pelo número de pessoas, pelo PIB per capita, extensão territorial etc.

84 Em dólares correntes.

Ano de 2009				
MERCOSUL	Valor			
Indicadores Agregados	19,28			
Disponibilidade e Cobertura Geográfica	50,33			
Utilização e Acesso	62,92			
Índice Bancarização Regional	44,18			
Ponderações por PIB	15,296%	82,406%	0,729%	1,570%
MERCOSUL	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
Indicadores Agregados	9,77	21,01	22,63	19,74
Disponibilidade e Cobertura Geográfica	13,27	58,09	9,43	23,54
Utilização e Acesso	36,15	69,02	11,83	27,55
Índice Bancarização	19,73	49,37	14,63	23,61

Fonte: Cálculos realizados pelo autor, de acordo com a metodologia do presente informe

A seguir apresenta-se a evolução do Indicador de Bancarização antes mencionado.



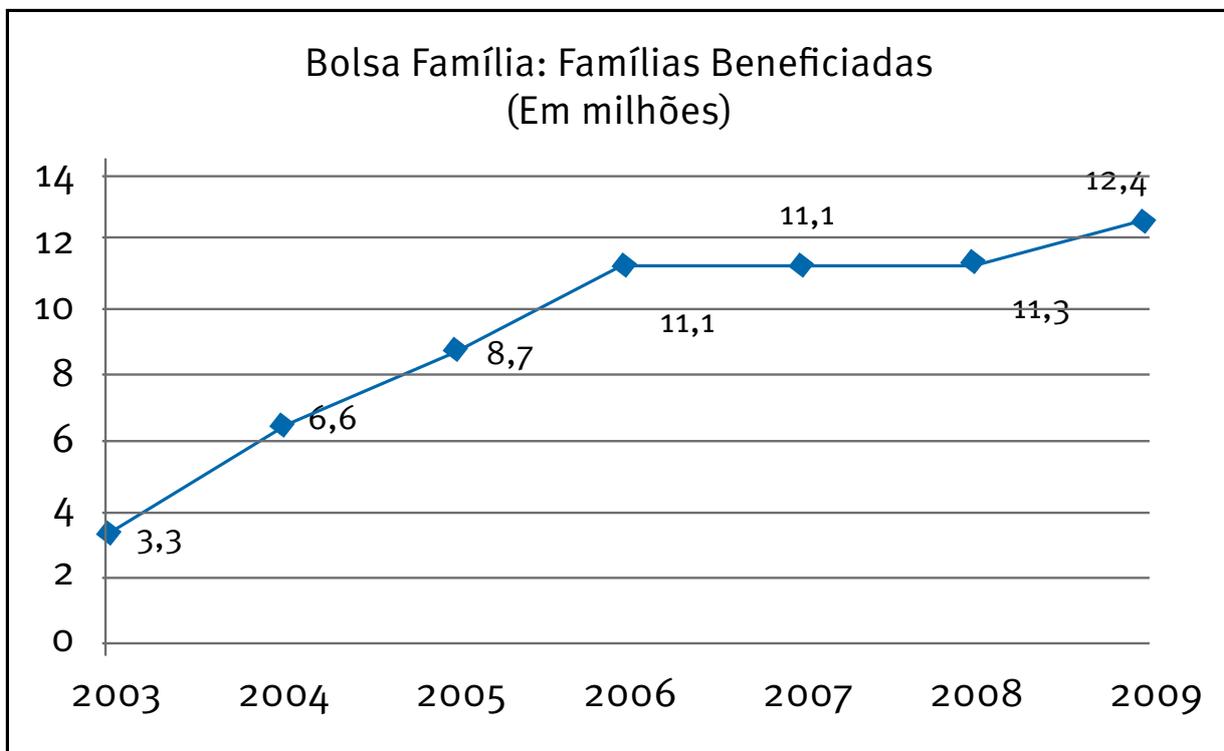
Fonte: Cálculos realizados pelo autor, de acordo com a metodologia do presente informe

ANEXO 11**Indicador de Bancarização-MERCOSUL com a Exclusão do Bolsa Família no Brasil**

No presente anexo se realiza um experimento ao excluir do Indicador de Bancarização do Brasil o Programa Bolsa Família. Para excluir o pro-

grama indicado, realiza-se o seguinte suposto: assume-se que cada família tenha só uma conta bancária e se exclui a referida conta do total de poupanças do sistema bancário.

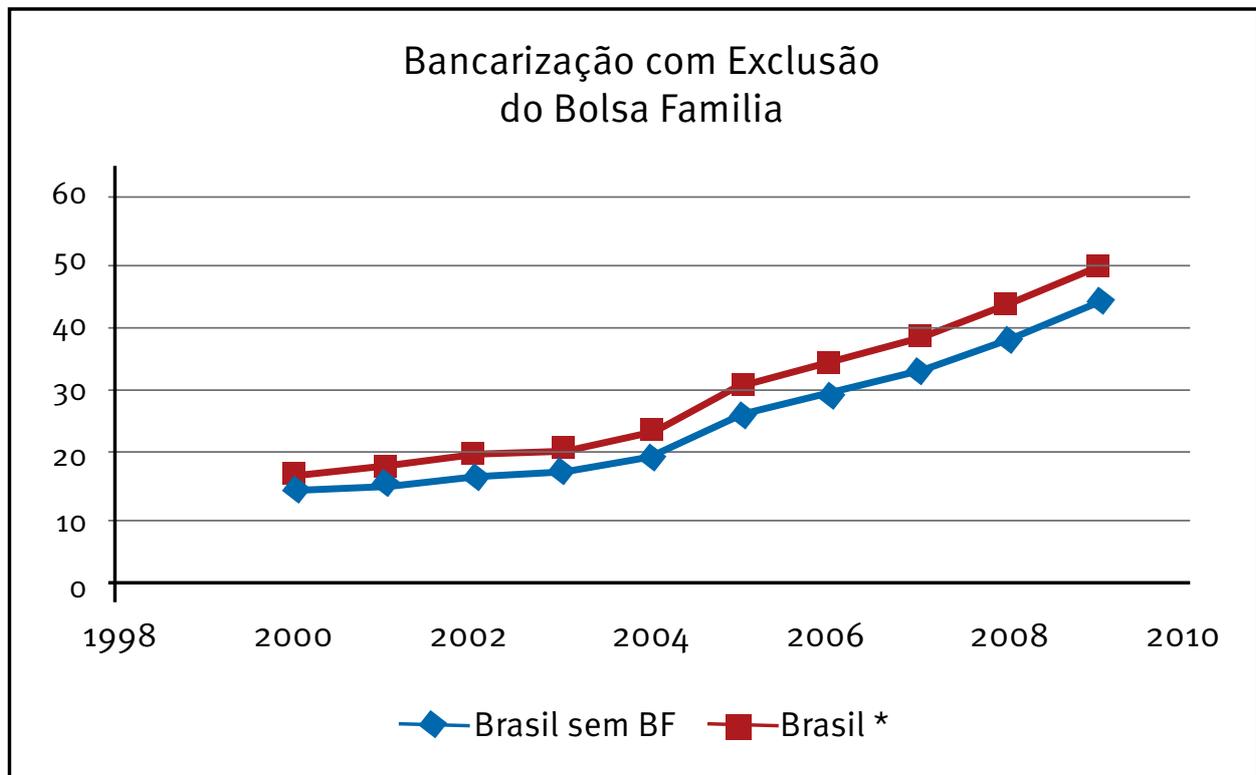
No seguinte quadro se apresenta o Indicador de Bancarização-MERCOSUL excluindo desde 2003 o programa Bolsa Família.



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Luta contra a Fome.

2008				
MERCOSUL	Valor			
Indicadores Agregados	15,93			
Disponibilidade e Cobertura Geográfica	22,49			
Utilização e Acesso	30,34			
Índice Bancarização Regional	22,92			
MERCOSUL	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
Indicadores Agregados	8,86	19,62	18,10	17,15
Disponibilidade e Cobertura Geográfica	12,69	45,47	8,79	23,00
Utilização e Acesso	35,15	48,77	11,09	26,37
Índice Bancarização	18,90	37,96	12,66	22,17

2009				
MERCOSUL	Valor			
Indicadores Agregados	18,29			
Disponibilidade e Cobertura Geográfica	26,08			
Utilização e Acesso	31,95			
Índice Bancarização Regional	25,44			
MERCOSUL	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
Indicadores Agregados	9,77	21,01	22,63	19,74
Disponibilidade e Cobertura Geográfica	13,27	58,09	9,43	23,54
Utilização e Acesso	36,15	52,27	11,83	27,55
Índice Bancarização	19,73	43,79	14,63	23,61



Como pode observar-se, o efeito é mínimo e o Brasil segue sendo, de longe, o país com maior grau de bancarização na região.

ANEXO 12

Planilhas Eletrônicas Entregues

Apresentação do Indicador de Bancarização com projeção final

Esta planilha é uma ferramenta que permitirá fazer projeções em qualquer uma de suas variáveis; de maneira a quantificar o impacto de alguma política pública. Além disso, possui uma descrição prática e um guia metodológico para quem deseja operar o indicador.

Cabe mencionar que a ferramenta possui distintos cenários já anteriormente analisados (IB MERCOSUL estendido, ponderado pelo PIB, assim como utilizando o benchmark do G-20), que poderão ser de igual maneira projetados.

Anexo Estatístico

Este documento contém um conjunto de dados macroeconômicos de cada país, em termos financeiros. Além disso, possui um espectro do entorno legal do sistema financeiro por país, o destino do crédito privado por atividade, o crédito privado comparado com a linha de pobreza, seguros, microcréditos, dados sobre contas, cartões de débito e crédito, assim como dados de caráter mais geral, como o referente à população e outros.

Países integrantes do benchmark

Dentro do mesmo, encontra-se a lista de países que formaram parte do benchmark do Indicador de Bancarização-MERCOSUL. Analogamente, encontram-se os valores utilizados, conforme a pesquisa anual realizada pelo Grupo Consultor de Assistência aos Pobres do Banco Mundial.

Cálculo do Indicador de Bancarização-MERCOSUL

A planilha contém os dados previamente calculados de acordo com os dados solicitados pelos diferentes técnicos de cada um dos países, seguidos pelo cálculo dos ponderadores como componente, por país e por bloco.

Cálculo do Indicador de Bancarização-MERCOSUL Estendido

Nesta seção se incluem os aspectos legais do Indicador de Bancarização-MERCOSUL, tendo como base os indicadores da pesquisa anual “Doing Business”, elaborada pelo Banco Mundial.

Cálculo do Indicador de Bancarização-MERCOSUL Ponderado pelo PIB

Esta extensão tem por objetivo calcular o Indicador de Bancarização-MERCOSUL, ponderando a cada um dos países dentro do bloco regional de acordo com seu PIB.

Cálculo do Indicador de Bancarização-MERCOSUL Excluindo o Programa Bolsa Família – Brasil.

Sendo o Bolsa Família um programa de governo impulsionado pelo Brasil, de maneira a medir o impacto dentro da bancarização, realizou-se uma aproximação de forma a observar a evolução, excluindo o programa.

Meta-base dos países integrantes do bloco

Aqui se pode observar uma separação das fontes de informação, assim como os dados que foram utilizados como comparáveis, e os dados recolhidos inicialmente para a concreção do presente documento.

Esquema de Diagnóstico Padronizado para os Bancos sem Sucursais

É um arquivo que contém um questionário com perguntas referentes a: emprego de agentes, ALD/LFT, dinheiro eletrônico, amparo do consumidor, sistemas de pagamentos, concorrência, regulação prudencial, depósitos e pagamentos, privacidade dos dados, controles cambiários, comércio eletrônico e segurança eletrônica, regulação das telecomunicações e os operadores das redes móveis, impostos e acesso geral a serviços bancários e financeiros

ESPECIALISTAS NACIONAIS

O GMM agradece a colaboração dos especialistas nacionais e dos revisores

Argentina - Banco Central da República de Argentina

Ivana Termansen
Susana Monteagudo
Federico Grillo
Emilio Blanco

Brasil - Banco Central do Brasil

Ericson Semerene Costa
Helcio Magalhães Novaes
Renato Baldini Junior

Paraguai - Banco Central do Paraguai

Angel Barreto Bareiro
Cesar Yunis
Julia Villaverde Lugo
Jorge Burgos

Uruguai - Banco Central do Uruguai

Adriana Induni
Jorge Sander
Pablo Bazerque
José Ignacio González
Silvia Cabrera
Patricia Carballo
